UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

SILVIA MARIA AMANCIO

ONTEM, LUTA PELA TERRA; HOJE, MONUMENTO HISTÓRICO: a Revolta dos Posseiros no Sudoeste do Paraná em suas variadas versões

MARINGÁ
2009

SILVIA MARIA AMANCIO

ONTEM, LUTA PELA TERRA; HOJE, MONUMENTO HISTÓRICO: a Revolta dos Posseiros no Sudoeste do Paraná em suas variadas versões

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.
Área de Concentração: Política, Movimentos Populacionais e Sociais. Linha de Pesquisa: Política e Movimentos Sociais
Orientador: Prof. Dr. Ângelo Aparecido Priori

Maringá
2009

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

A484o

Amancio, Silvia Maria
Ontem, luta pela terra; hoje, monumento histórico: a Revolta dos Posseiros no Sudoeste do Paraná em suas variadas versões. / Silvia Maria Amancio. -- Maringá : [s.n.], 2009.
178 f. : il. color.

Orientador : Prof. Dr. Ângelo Aparecido Priori.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-graduação em História, área de concentração: Política, Movimentos Populacionais e Socias, linha de pesquisa: Política e Movimentos Sociais, 2009.

1. História - Revolta dos Posseiros - Sudoeste do Paraná. 2. História - Movimentos sociais - Memória - Sudoeste do Paraná. 3. Revolta dos Posseiros - Memória - Sudoeste do Paraná - 1957. 4. Revolta dos Posseiros - História política - Versões. I. Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-graduação em História. II. Título.

CDD 21.ed.981.62

SILVIA MARIA AMANCIO

ONTEM, LUTA PELA TERRA; HOJE, MONUMENTO HISTÓRICO: a Revolta dos Posseiros no Sudoeste do Paraná em suas variadas versões

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em História, da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em _____

Banca:

_____

Prof. Dr. Angelo Priori (UEM)
Orientador e Presidente

_____

Profª. Drª. Marcia Maria Menendes Motta (UFF)

_____

Prof. Dr. Davi Felix Schreiner (UNIOESTE)

Dedico este trabalho

Aos meus pais e esposo, com todo amor.

AGRADECIMENTOS

A Deus e a todas as pessoas e instituições públicas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização dessa dissertação, sobretudo:

- Ao Professor Angelo Priori que, desde a graduação, me orientou com muita paciência e dedicação, sempre demonstrando confiança em meu trabalho.
- Ao Arquivo Público do Estado do Paraná, de forma especial à Ana Paula Joukoski, por permitir nosso acesso à documentação da DOPS/PR.
- Aos professores Luiz Miguel do Nascimento e Davi Félix Schreiner, membros da banca de Qualificação, por suas críticas e contribuições bem vindas.
- Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da UEM (PPH), especialmente os da linha de pesquisa em Política e Movimentos Sociais, sempre dispostos a colaborar com nossos trabalhos.
- Ao jornalista Ivo Pegoraro, pelo envio de parte das entrevistas que realizou com pessoas que viveram em 1957 no sudoeste do Paraná.
- Aos professores Claércio Schneider e Iria Zanoni Gomes pela atenção demonstrada nas trocas de e-mails, na minha busca por materiais de pesquisa.
- À minha amiga Silvia de Pato Branco e às professoras Claídes Schneider e Vera Fregonese, de Francisco Beltrão, pelo envio de materiais pertinentes ao meu tema de trabalho.
- Ao jornalista Fernando Parracho, pelo envio de uma cópia do documentário que apresentou na Rede Paranaense de Comunicação sobre a Revolta dos Posseiros.
- À Giselle M. Silva, funcionária da Secretaria do PPH-UEM, por toda sua atenção e profissionalismo.
- Aos meus amigos do Mestrado, Verônica, Suelem, Márcio, Hortência, Carla, Lisandro, Rodrigo, pelos momentos bons e pelos não muito bons que passamos juntos.
- Aos meus amigos Rosana, Fernando, Nathálie, Vânia, Márcia, Elaine e Gisele, por todo carinho e incentivo demonstrados nesses anos de convivência.
- Aos professores Dra. Marcia Motta e Dr. Davi Schreiner, membros da banca de defesa. Obrigada por suas contribuições.
- Aos meus pais, esposo e irmão, pelo apoio e amor incondicional.

Obrigada a todos!

O historiador não pode inventar nada, e sim revelar o passado que controla o presente às ocultas.

(Eric Hobsbawm)

RESUMO

ONTEM, LUTA PELA TERRA; HOJE, MONUMENTO HISTÓRICO:
a Revolta dos Posseiros no Sudoeste do Paraná em suas variadas versões

Na presente dissertação, buscamos analisar, principalmente, as diferentes versões construídas acerca da Revolta dos Posseiros, ocorrida no sudoeste do Paraná no ano de 1957. Essa revolta surgiu em função da disputa pela posse da terra na região, travada entre posseiros e companhias colonizadoras. As companhias contavam com o apoio do governador do Estado, Moisés Lupion, dos políticos correligionários do Partido Social Democrata (PSD) e de jornais como Gazeta do Povo e O Dia. Em contrapartida, os posseiros tiveram o apoio de políticos da União Democrática Nacional (UDN), do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e de jornais como O Estado do Paraná e Tribuna do Paraná, grupos que faziam oposição ao governo estadual. Cada um desses grupos antagônicos expressava versões distintas sobre a Revolta dos posseiros, conforme seus interesses no campo político. Assim, cada versão apresenta narrativas com ênfases diferentes, privilegiando ou ocultando certos aspectos do conflito. O desfecho do conflito foi favorável aos posseiros, que conseguiram a posse legal das terras da região sudoeste. Essa vitória possibilitou a construção de uma memória oficial que transformou a revolta em um símbolo histórico para região. Alguns aspectos dessa memória, porém, são contrariados pelas reminiscências de pessoas que viveram em 1957 que, ao manifestarem sua identidade pessoal, apresentam versões particulares dos acontecimentos de 1957. Assim, analisando essas diferentes versões, ou seja, as narrativas da época, a memória oficial e memórias individuais construídas sobre o conflito, buscamos identificar aspectos mal explicados e informações ignoradas sobre os acontecimentos que marcaram a região sudoeste do Paraná.

Palavras-chave: Revolta dos posseiros. Sudoeste do Paraná. Movimentos Sociais. Memória. História Política.

ABSTRACT

YESTERDAY, FIGHTING FOR LAND; TODAY, HISTORIC MONUMENT:
The Settlers' Revolt in the Southwestern Paraná in its various versions

In this dissertation, we attempt to analyze, mainly, the different versions concerning to the Settlers' Revolt, held in southwestern Paraná in the year of 1957. This uprising came due to the dispute on the ownership of land in the region, between settlers and colonizer companies. The companies had the support of the state's governor, Moisés Lupion, coreligionist politicians of the Social Democratic Party (PSD) and newspapers such as "Gazeta do Povo" and "O Dia". On the other hand, the settlers had the support of politicians of the National Democratic Union (UDN), the Brazilian Labor Party (PTB) and newspapers such as "O Estado do Paraná" and "Tribuna do Paraná", groups that were opposed to the state government. Each one of these antagonistic groups used to express different versions about the Settlers' Revolt, according to their interests in the political arena. Thus, each version presents narratives with different emphases, focusing or hiding certain aspects of the conflict. The conflict's outcome was favorable to the settlers, who obtained the legal possession of the land in the southwest region. This victory enabled the construction of an official memory that turned the revolt into a historic symbol for the region. However, some aspects of this memory are countered by the reminiscences of people who lived in 1957 and, by expressing their personal identity, present particular versions of the events of 1957. Thus, analyzing these different versions, in other words, the narratives of the time, the official memory and individual memories built over the conflict, we attempt to identify poorly explained issues and ignored information about the events that marked the southwest region of Paraná.

Keywords: Settlers' Revolt. Southwestern Paraná. Social Movements. Memory. Political History.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	Mapa de atuação da CITLA e do GETSOP na região sudoeste do Paraná.....	39
FIGURA 2	Logomarca vencedora do concurso em comemoração ao cinquentenário da Revolta dos Posseiros em Francisco Beltrão.....	139
FIGURA 3	Monumento em Comemoração ao cinquentenário da Revolta dos Posseiros (Francisco Beltrão).....	140
FIGURA 4	Monumento em Comemoração ao cinquentenário da Revolta dos Posseiros (Pato Branco).....	141
FIGURA 5	Monumento em Comemoração ao cinquentenário da Revolta dos Posseiros (Dois Vizinhos).....	142

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CANGO	Colônia Agrícola Nacional General Osório
CEFSPRG	Companhia de Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande
CITLA	Clevelândia Industrial e Territorial LTDA
DOPS	Delegacia de Ordem Política e Social
GETSOP	Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PSD	Partido Social Democrata
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SEINP	Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional
UDN	União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 12

CAPÍTULO 1..... 27

TERRA E CONFLITO: A LUTA AGRÁRIA NO SUDOESTE PARANAENSE..... 27

1.1 A indefinição jurídica em relação às terras do sudoeste paranaense..... 36

1.2 Interesses em confronto: a CITLA e os posseiros no sudoeste do Paraná..... 42

1.3 Finda a luta, o início da regularização da situação da posse da terra no sudoeste paranaense: o papel do GETSOP 55

CAPITULO 2..... 57

SOB O OLHAR POLICIAL: OS DOCUMENTOS DA DOPS/PR PARA O ESTUDO DA REVOLTA DOS POSSEIROS..... 57

2.1 Os jornais arquivados pela DOPS/PR e o conflito de 1957..... 67

2.2 Divulgação e Vigilância: as investigações da DOPS/PR a uma das principais lideranças do conflito, o médico Walter Pecóits..... 82

CAPÍTULO 3..... 94

ENTRE "HERÓIS E VILÕES": AS MEMÓRIAS DA REVOLTA DOS POSSEIROS DE 1957..... 94

3.1 Versões em confronto: Othon Mader x Gaspar Velloso..... 99

3.2 As memórias de Rubens da Silva Martins..... 104

3.3 Nos bastidores do Conflito: as recordações de 1957..... 108

3.4 A Revolta dos posseiros enquanto monumento..... 131

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 148

FONTES..... 151

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 153

ANEXOS..... 157

INTRODUÇÃO

2007 foi um ano especial para os moradores da região sudoeste do Paraná[1], pois comemoraram o cinquentenário da Revolta dos Posseiros, uma luta que marcou a própria constituição cultural da população da região. Após o conflito, as terras da região foram tituladas a favor dos posseiros, êxito que ainda se faz presente na memória regional.

Em meados do século XX, o sudoeste paranaense era ocupado basicamente por posseiros[2]. Muitos haviam se instalado na região através da Colônia Agrícola General Osório (CANGO), outros vieram de forma independente e ocuparam ou compraram seu quinhão de outro posseiro. Em nenhum dos casos, contudo, receberam título de posse, pois as terras da região encontravam-se em situação litigiosa.

Apesar disso, em 1951, a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda (CITLA), instalou escritórios na região e, dizendo possuir o título de propriedade das terras, começou a cobrar pelas mesmas. É interessante notar que a transação que permitiu à CITLA tornar-se dona "legal" das terras do sudoeste paranaense foi facilitada pelo fato de Moisés Lupion (Partido Social Democrata – PSD), governador do Estado no período, ser, conforme bibliografia disponível, um dos seus principais acionistas. Tanto que no período compreendido entre 1951 e 1955, quando o Paraná foi governado por Bento Munhoz da Rocha Neto, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), a presença da companhia quase não foi percebida.

Porém, em 1956, a volta de Lupion ao governo possibilitou o retorno da CITLA que, juntamente com suas subsidiárias Comercial e Apucarana, passou a exigir a assinatura de

---

[1] Cf. ANEXO A, p. 158.

[2] Conforme Joe Foweraker, "posseiro" é o termo conhecido para designar o camponês da fronteira. "As complexas categorias ideológicas variáveis no tempo e no espaço tendem a se aglutinar em torno de uma distinção genérica, mas básica entre dois tipos de "posseiro". Um é o que ocupa a terra não para cultivá-la, mas para vendê-la. É provavelmente o primeiro a chegar à fronteira, e trabalha para obter uma posse a fim de eventualmente vendê-la a outro camponês. Esse tipo é frequentemente conhecido como desbravador do mato, e com essa intenção não permanece por muito tempo na terra, mas se desloca repetidamente de uma posse a outra. [...] O segundo tipo de posseiros é visto como mais ou menos aceitável socialmente. Trabalha e produz. Quando a ele se juntam sua família e os amigos de sua região de origem, formam comunidades de fronteira, que começarão a civilizar a selva" FOWERAKER, Joe. A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 45. Muitas vezes, principalmente nos discursos favoráveis às companhias de terra e ao governo, o termo 'posseiro' é utilizado no sentido pejorativo, para referir usurpação de direito de propriedade, ilegalidade, marginalidade, alguém que não é afeito ao trabalho. Porém, neste trabalho, utilizamos esse conceito conforme o segundo tipo de posseiro exposto por Joe Foweraker, ou seja, para nos referir àqueles que estão na posse de uma terra devoluta, cultivando-a. No caso do sudoeste paranaense, apesar de uma parte dos moradores serem colonos, devido à Colônia Agrícola General Osório (CANGO), todos, colonos e não colonos, eram posseiros, já que nenhum deles possuía, até início da década de 1960, o título legal das terras que habitavam e produziam.

contratos e a quitação dos débitos provenientes do fato de os posseiros estarem na posse das terras que pertenceriam às companhias.

Os interesses conflitantes gerados em torno da posse da terra no sudoeste do Paraná fizeram surgir, portanto, dois grupos contrários: de um lado o dos posseiros, que acreditavam ser os donos por direito das terras da região e, de outro, o das companhias imobiliárias, que, beneficiadas pelo governo estadual, acreditavam ser as donas legais das mesmas terras. O conflito expande-se na medida em que mais grupos antagônicos apropriam-se dos fatos: defendendo a causa dos posseiros, destacam-se a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e jornais como O Estado do Paraná e Tribuna do Paraná; favoráveis às empresas colonizadoras sobressaem o Partido Social Democrata (PSD), partido do governador Moisés Lupion, e os jornais Gazeta do Povo e O Dia. Os diferentes agentes envolvidos neste conflito, só o fazem devido à busca por ideais, poderes e/ou privilégios. Assim, o campo político deve ser visto como um campo de forças e de lutas, visando transformar a relação de forças existentes. É, portanto, no campo político que esses interesses conflitantes são gerados: conforme Bourdieu[3], "campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns devem escolher" [4]. Nesse sentido, a revolta dos posseiros de 1957 deve ser analisada dentro do campo político, enquanto uma luta onde os diferentes sujeitos envolvidos esperam alcançar poderes e privilégios:

> A própria ambigüidade da luta política, esse combate por 'idéias' e 'ideais' que é ao mesmo tempo um combate por poderes e, quer se queira quer não, por privilégios, está na origem da contradição que obsidia todos os empreendimentos políticos ordenados com vista à subversão da ordem estabelecida: todas as necessidades que pesam sobre o mundo social concorrem para fazer com que a função da mobilização, que necessita da lógica mecânica do aparelho, tenda a proceder a função de expressão e de representação, que todas as ideologias profissionais dos homens do aparelho reivindicam e que só pode ser realmente assegurada pela lógica dialéctica do campo.[5]

É no campo político, portanto, que os posseiros do sudoeste paranaense reconhecem-se enquanto grupo antagônico ao das companhias colonizadoras, devido ao interesse de ambos

---

[3] BOURDIEU, Pierre. "A representação política: elementos para uma teoria do campo político". In: O poder simbólico. Rio de Janeiro: Difel, 1989. p. 163-202.

[4] BOURDIEU, Op. Cit. p. 164.

[5] BOURDIEU, Op. Cit. p. 202.

pelo mesmo território. A partir dessa disputa, outros grupos opostos começam a fazer parte da luta travada dentro do campo. Repercutindo a divisão política existente a nível estadual e nacional, os políticos paranaenses também se apropriaram dos acontecimentos do sudoeste de forma a defender um dos lados envolvidos: os políticos petebistas e udenistas manifestaram-se favoráveis aos posseiros, enquanto os pessedistas apoiavam as ações das companhias. Esse apoio não se dava por acaso. As companhias colonizadoras que atuavam no sudoeste paranaense faziam parte dos bens de Lupion. Ora, como poderiam os políticos do PSD colocarem-se contra os interesses do governador do Estado? Da mesma forma, ao se transformarem em grupo antagônico às companhias, os posseiros se tornaram contrários à Lupion, e consequentemente ao PSD. Como poderiam os políticos da UDN e do PTB não se colocarem como defensores da causa dos posseiros, sendo que, dessa forma, estariam exercendo a oposição ao governo? Igualmente, os periódicos que se envolveram nessa luta, especialmente Gazeta do Povo, O Dia, O Estado do Paraná e Tribuna do Paraná, estavam ligados a um ou outro partido: os dois primeiros faziam parte do patrimônio de Moisés Lupion, enquanto os dois últimos foram criados por correligionários de Bento Munhoz da Rocha, do PTB. Podiam eles manterem-se neutros frente a tamanho conflito? Assim confirma-se a tese de Bourdieu de que, no campo político, é a busca por ideais, poderes e privilégios que faz com que os concorrentes combatam entre si.

Neste sentido, não podemos analisar a revolta dos posseiros de 1957, sem considerarmos a idéia de campo político, já que é justamente neste campo que os interesses conflitantes geram a luta e, consequentemente, as soluções, possíveis apenas quando um dos grupos envolvidos alcança seus objetivos. Sendo assim, a revolta dos posseiros deve ser observada dentro do campo da política, pois, além de ter sido um movimento social de grande amplitude, alcançando os discursos políticos e jornalísticos, ainda demandou do poder político as ações para a resolução do impasse jurídico que operava sobre terras do sudoeste paranaense.

Reconhecendo-se enquanto grupo antagônico às companhias, primeiramente, os posseiros negaram-se a pagar os valores exigidos pela posse da terra que cultivavam. Ao se negarem a efetuar o pagamento, a violência passou a ser utilizada como uma forma de convencimento. O medo e a tensão tomaram conta da região sudoeste. Os jagunços foram os elementos mais utilizados para forçar os pagamentos pela terra. Essa situação fez com que se forjasse o embrião da resistência armada que alcançou seu auge em 1957, quando milhares de

posseiros[6] tomaram as ruas das cidades sudoestianas, invadiram os escritórios das companhias e destruíram os documentos que um dia, muitos deles, foram obrigados a assinar. Essa reação alcançou a cena pública, ganhando destaque nos jornais e nos discursos proferidos na Câmara e no Senado. Em função dessa resistência e repercussão, a questão das terras do sudoeste continuou a ser tratada nas esferas políticas, possibilitando, a partir de 1962, com o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), que as terras da região fossem tituladas de acordo com as posses que já existiam. Nesse sentido, as cidades do sudoeste paranaense possuem grande quantidade de pequenas propriedades[7], resultado da resistência manifestada em 1957.

Essa vitória marcou o sudoeste do Paraná. A Revolta dos posseiros foi apropriada pela população sudoestiana e transformada em símbolo histórico e cultural em toda região. Hoje, mais do que uma luta pela terra, o conflito de 1957 foi convertido em monumento histórico: a memória coletiva da região tornou a Revolta dos posseiros um símbolo da própria formação do sudoeste paranaense, algo que é celebrado com júbilos pela população local. Essa ênfase apresentada aos acontecimentos do período pode ser visualizada através das comemorações ao

---

[6] Os números são divergentes em relação ao número de posseiros participantes da revolta. O jornal Diário do Paraná fala em dois mil posseiros: "Os posseiros que ocupam glebas cuja posse ainda não está regularmente documentada, permanecem em suas terras; encontram apoio na própria força, pois totalizam 2.000 aproximadamente e estão armados e municiados" (DEAP, pasta 1204, top. 143, Diário do Paraná, 24/09/1957). Em contrapartida o depoimento de Walter Pecóits concedido a Roberto Gomes em novembro de 1977, afirma que em torno de 6000 pessoas tomaram a cidade de Francisco Beltrão (GOMES, Iria Zanoni. 1957: a revolta dos posseiros. 2ed. Curitiba: Criar, 1987.) O Jornal do Brasil de 29/11/1978 também cita seis mil participantes: "O Sr. Walter Pecóits (...) liderou seis mil colonos – posseiros – numa questão de terras, que se arrastava desde o governo de Getúlio Vargas" (DEAP, pasta 3683, top. 491). Fernando Parracho, igualmente, afirma que aproximadamente "seis mil posseiros se reuniram e passaram a controlar a cidade" (Programa Revista RPC, 14/10/2007). Observamos que a informação do Jornal Diário do Paraná data do mês de setembro 1957, período anterior ao acirramento do conflito que se deu em outubro do mesmo ano. Talvez por isso haja a divergência de números. No entanto, as imagens do período não nos revelam a participação de tão amplo número de revoltosos. Assim, devido à inexatidão das informações sobre o número correto de participantes do conflito, optamos por manter a expressão "milhares de posseiros".

[7] Conforme dados do Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2007, Francisco Beltrão, com 72.409 habitantes, possui 3.182 estabelecimentos agropecuários; Pato Branco, com 66.680 habitantes, possui 1.116; Capanema, com uma população de 18.103 habitantes, possui 2.413 estabelecimentos agropecuários; Dois Vizinhos, com 34.001 habitantes, possui 1.933 e Santo Antonio Sudoeste, com 18.565 habitantes, possui 2.137. Tais números parecem ser pequenos tendo em vista importância atribuída à Revolta dos Posseiros de 1957. Porém, se comparados com outras cidades do Paraná, percebemos que, realmente, é relevante o número de estabelecimentos agropecuários na região: Maringá, por exemplo, com uma população de 325.968 habitantes, possui apenas 853 estabelecimentos agropecuários; Foz do Iguaçu, com 311.3363 habitantes, possui 1.046; Ponta Grosa, com 306.351 habitantes possui 1.618 estabelecimentos agropecuários, enquanto Paranaguá, com 133.559 habitantes possui apenas 296. Dados disponíveis em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 31 jan. 2009.

cinquentenário da revolta dos posseiros, que foi rememorado em suas vitórias e êxitos, por ter sido considerado o único levante vitorioso no Brasil.

O contexto histórico e social em que a Revolta dos Posseiros ocorreu apresenta uma característica interessante: foi um momento onde as revoltas camponesas eclodiram com maior frequência em várias regiões do Brasil, demonstrando que o homem do campo não é tão passivo e tão submisso conforme é visto por parte da historiografia. Dessas revoltas, contudo, o levante dos posseiros em 1957 realmente demonstrou maior destaque por ter alcançado seu objetivo principal, qual seja, a resolução do impasse jurídico que operava nas terras do sudoeste do Paraná. A título de exemplo, a Revolta de Porecatu, ocorrida no norte do Estado entre 1948-1951, foi dissolvida pelos agentes da DOPS, empenhados na manutenção da ordem e da segurança publicas, tornando sem efeito a resistência desempenhada pelos posseiros do local.

Essa divulgada vitória do sudoeste permitiu que a Revolta dos Posseiros transformasse-se em tema para diversos estudos. Foram vários os autores que se desdobraram acerca da temática. Hermógenes Lazier[8] e Rubem Murilo Leão Rego[9] enfatizam, em seus estudos, a questão da ocupação do sudoeste paranaense, a entrada da CITLA na comercialização das terras e o conflito decorrente dessa relação. Maria Cristina Colnaghi[10], por sua vez, analisa a luta através da relação entre Estado e campesinato, atribuindo relevo especial à presença do exercito na região durante o conflito. Já Iria Zanoni Gomes[11] buscou analisar os aspectos subjetivos da revolta, dando destaque particular aos mecanismos de controle utilizados para a contenção da luta.

Ruy Wachowicz[12], ao trabalhar com a ocupação e colonização do Sudoeste paranaense, apresenta uma obra descritiva, destacando minuciosos acontecimentos que teriam ocorrido na região. Rubens Martins[13] também é detalhista ao descrever a revolta, porém, o fato de ser um político contemporâneo à mesma faz com que ele atribua maior ênfase à questão do partidarismo político que se manifestou no período.

---

[8] LAZIER, Hermógenes. Análise histórica da posse de terra no sudoeste paranaense. Curitiba: SECE/BPP, 1986.

[9] REGO, Rubem Murilo Leão. "Tensões sociais na frente de expansão: a luta pela terra no sudoeste do Paraná – 1940-1970". In: SANTOS, José Vicente Tavares dos (org). Revoluções camponesas na América Latina. Campinas: Editora da UNICAMP, 1985.

[10] COLNAGHI, Maria Cristina. Colonos e poder: a luta pela terra no Sudoeste do Paraná. 1984. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 1984.

[11] GOMES, Iria Zanoni. 1957: a revolta dos posseiros. 2ed. Curitiba: Criar, 1987.

[12] WACHOWICZ, Ruy Cristovam. Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.

[13] MARTINS, Rubens da Silva. Entre Jagunços e Posseiros. Curitiba: Studio GMP, 1986.

A revolta dos posseiros também foi estudada por Joe Foweraker[14] que, analisando as fronteiras pioneiras[15] no Brasil, confere grande destaque à revolta dos posseiros, por ter sido, em suas próprias palavras, uma revolta que se destacou entre as exceções pelo fato de os posseiros, frente à violência, terem se transformado em atores políticos.

Um trabalho recente bem interessante sobre a Revolta dos posseiros foi realizado por Éverly Pegoraro[16]. Em seu mestrado, debruçou-se à análise da revolta a partir da imprensa paranaense, destacando o papel da Rádio Colméia na deflagração do movimento e o embate político entre os jornais "Gazeta do Povo" e "O Estado do Paraná" na divulgação dos fatos.

Apresentando uma visão mais saudosista dos fatos, Sittilo Voltolini[17], foi minucioso ao narrar a revolta. Contudo, sua ênfase é destinada à Pato Branco. Por ser um trabalho de resgate à história patobranquense, a obra de Voltolini acaba por se constituir mais em um

---

[14] FOWERAKER, Joe. A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

[15] Segundo Joe Foweraker, desde o início "a fronteira pioneira é um processo historicamente específico de ocupação de novas terras. O período do processo corresponde à fase das mais altas taxas de industrialização e urbanização no Brasil, e começa no momento em que a economia brasileira, pela primeira vez em sua história, experimenta um grande excedente de mão de obra. Tal como a economia nacional cresce "em profundidade" nos centros industriais e financeiros, também aumenta "em largura" pela expansão da fronteira. A fronteira não exprime toda e qualquer atividade econômica voltada para o mercado exterior, e sim a atividade particular que integra as regiões inexploradas à economia nacional, sendo o processo impulsionado pelas forças e contradições dessa economia" FOWERAKER, Op. Cit., p. 31-32. Para além da concepção de econômica de fronteira, Liliane Freitag apresenta uma visão mais cultural: para ela "a idéia fronteira adquire sentido amplo e é vista como um lócus privilegiado que nasce com movimento próprio, cujo dinamismo do encontro de diferenças, economias, trocas simbólicas, vidas, faz dessa região um espaço que é gestado em relações sociais. Uma região que como tantas cria, re-cria, universos, paisagens sociais, unidades simbólicas, de produção, circulação e de idéias. Sugiro ainda que fronteira é experiência que carrega consigo lógicas culturais caracterizadas por mudanças contínuas e próprias das culturas lá existentes. Portanto, não é um espaço- linha que separa. A fronteira é ainda paisagem social dinâmica sobre a qual sistemas sociais e seus códigos de símbolos e signos são construídos. Na esteira de tal explicação o conceito político de fronteira deixa de ser uma linha de fratura, que separa identidades, e avança sendo concebido como espaço híbrido pela imbricação de culturas [...]. Fronteira, fronteiras, categorias criadas e, cuja essência não deve ser reduzida a lugares geográficos, porque ela é definida pelas ações, pelas práticas sociais em uma relação indissociável para com as representações sociais". FREITAG, Liliane. "Fronteiras: espaços simbólicos e materialidades". In: OLINTO, Beatriz Anselmo; MOTTA, Márcia Menendes; Oliveira, Oséias de (orgs.). História Agrária: propriedade e conflito. Guarapuava: Ed. Unicentro, 2008. p. 371;375. Disponível em: <http://www.fundacaoaraucaria.org.br/projetos/projetos08-2008/13385_Anais.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2009.

[16] PEGORARO, Éverly. Dizeres em confronto: a revolta dos posseiros de 1957 na imprensa paranaense. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.bdtd.ndc.uff.br/tde_arquivos/6/TDE-2008-01-25T142419Z-1224/Publico/Dissert_PEGORARO_Everly.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2008.

[17] VOLTOLINI, Sittilo. Retorno 2: Pato Branco na Revolta dos Posseiros de 1957. 2ªed. Pato Branco: FATEX, 2003.

trabalho de destaque aos desbravadores e ao progresso da cidade, do que em uma análise histórica.

Essa história de progresso, igualmente, pode ser visualizada no trabalho de Nivaldo Krüger[18], que, apresentando a história da região sudoeste do Paraná desde seus primórdios, destina uma parte de sua obra à Revolta dos Posseiros. Baseado, essencialmente, nos estudos de Iria Zanoni Gomes, Krüger, assim como Voltolini, revela uma intensa estima à Revolta, pelo êxito alcançado.

Todos esses estudos, de forma geral, apresentam a ocupação do sudoeste paranaense pelos posseiros, a entrada das companhias colonizadoras na comercialização das terras dessa região, a violência, o surgimento do conflito, a ação dos revoltosos e o desfecho do movimento. Por ser um tema já bem trabalhado seria em vão adotarmos uma análise que repetisse esses aspectos.

A princípio nosso objetivo foi estudar a revolta de 1957 basicamente através da documentação produzida pela polícia política paranaense. Entretanto, ao entrarmos em contato com o acervo policial, observamos que os recortes de jornais formavam o grosso da documentação policial sobre a Revolta dos Posseiros, demonstrando que a polícia política esteve interessada pelos discursos divulgados sobre os acontecimentos. Em 1957 o Paraná era governado por Moisés Lupion, do PSD. Levando em consideração a disputa política entre os três partidos majoritários no momento – PSD, PTB e UDN – e o fato de os jornais apresentarem as notícias de acordo com sua posição político partidária, observamos que os diferentes periódicos veiculados no período articularam seu discurso de forma a favorecer determinado partido. Nesse sentido, os recortes arquivados pela DOPS/PR apresentam prós e contras em relação à revolta dos posseiros, trazendo à tona versões políticas opostas sobre o conflito de 1957. Dessas versões apenas uma é apresentada pela maioria da bibliografia que trata sobre a revolta: a que tece críticas ao governo e privilegia, na narração dos fatos, a ação dos líderes da revolta.

Buscando romper com essa visão histórica, analisaríamos as duas versões divulgadas na época, a partir da documentação da polícia política paranaense, na intenção de possibilitar uma avaliação menos parcial da revolta dos posseiros. Contudo, 2007 foi um ano de grandes comemorações no sudoeste paranaense devido ao cinquentenário da revolta, onde a memória coletiva sobre o conflito foi tratada com grande ênfase. Diferentemente de 1957, quando os jornais apontavam os posseiros como “coitadinhos”, “bandidos” ou “fantoches da oposição”,

[18] KRÜGER, Nivaldo. Sudoeste do Paraná: história de bravura, trabalho e fé. Curitiba: Posigraf, 2004.

hoje eles são tratados como heróis que, através da luta, conquistaram o sudoeste. A memória coletiva responsabilizou-se por transformar a revolta dos posseiros em símbolo histórico para a região. Ocultando os conflitos e contradições, 1957 é tratado, agora, como um monumento.

Assim, além das versões contemporâneas sobre a revolta, tivemos a oportunidade de utilizar, como fonte histórica, as versões atuais sobre 1957, cuja memória heroifica os posseiros e os isenta de qualquer crime. Nesse sentido, poderíamos traçar um paradoxo entre o passado e o presente, a fim de apresentar uma nova visão sobre a revolta dos posseiros, identificando conflitos, contradições e significados ainda não analisados sobre a luta.

Porém, para selar uma crítica à história praticada sobre a revolta, ainda seria necessário trazer à cena histórica as versões das pessoas comuns que, direta ou indiretamente, participaram do conflito de 1957. Essa fonte nos foi possível através do trabalho de Ivo Pegoraro, jornalista de Francisco Beltrão, que, em função do cinquentenário da Revolta, publicou uma série de entrevistas que realizou com contemporâneos ao conflito. Essas entrevistas[19] nos oferecem versões que apresentam informações relevantes sobre o significado da revolta para as pessoas comuns, não lembradas pela história por não terem se destacado enquanto líderes do conflito.

Nesse sentido, buscamos, no presente trabalho, analisar as formas como a Revolta dos posseiros foi apropriada na época em que ocorreu e como é tratada hoje, 50 anos depois. Utilizamos, portanto, como fonte histórica, as diferentes versões apresentadas sobre o conflito: os discursos jornalísticos, os discursos políticos, a memória coletiva atual e as lembranças dos contemporâneos, sem deixar de considerar, também, as questões que a historiografia destacou sobre o tema. Inicialmente realizamos uma pesquisa sobre o tema no Arquivo Público do Estado do Paraná, mais especificamente na seção onde ficam arquivados os documentos produzidos pela polícia política paranaense no período em que exerceu suas atividades no Estado, entre as décadas de 1920 e 1980. Em relação à revolta dos posseiros no sudoeste do Paraná em 1957, a grande maioria dos arquivos corresponde a recortes de jornais que noticiaram e/ou opinaram sobre os acontecimentos na região sudoeste. Apesar de constituírem-se em recortes, algo que dificulta a análise do jornal como um todo, essa documentação nos permitiu observar o quanto a revolta dos posseiros foi apropriada pelos discursos políticos da época, tornando-se, por isso, matéria recorrente nos noticiários

[19] Essas entrevistas foram publicadas ao longo de 2007 e parte de 2008 no Jornal de Beltrão, do qual Ivo Pegoraro é o Diretor de Redação. Esse conteúdo pode ser visualizado no endereço eletrônico do periódico: <http://www.jornaldebeltrao.com.br>.

jornalísticos. Esses recortes, portanto, formaram a nossa primeira versão sobra a revolta dos posseiros, ou seja, como o conflito foi divulgado no momento em acontecera.

Através dos recortes foi possível conhecer diversos nomes de políticos que, diariamente, discursavam em suas respectivas casas a respeito da revolta dos posseiros. A partir desses nomes selecionamos dois, Othon Mader e Gaspar Velloso, senadores em 1957, que apresentavam posições contrárias sobre a revolta. Optamos pelos discursos desses dois senadores, por terem sido os mais divulgados pelos jornais que trataram da revolta dos posseiros. Claro que estes não foram os únicos políticos que trataram dos acontecimentos de 1957, porém, a sua recorrência nos noticiários jornalísticos, juntamente com o fato de apresentarem posições contrárias sobre o conflito, nos oferecendo possibilidades de comparação, fizeram com que elegêssemos seus discursos para análise. Nesse sentido, os Anais do Senado Federal, especificamente os discursos desses dois senadores, constituíram-se na nossa segunda versão sobre o conflito, possibilitando-nos perceber como o acontecimento foi tratado por políticos defensores de posições diversas em relação aos posseiros.

Por ocasião do cinquentenário da Revolta dos Posseiros em 2007, muitas comemorações foram realizadas: homenagens aos líderes dos conflitos, palestras, produção de filmes e documentários. Monumentos que fazem alusão à vitória dos posseiros foram construídos em várias cidades do sudoeste paranaense. Esses documentos formaram nossa terceira versão sobre o conflito, uma visão romanceada que tornou a Revolta dos Posseiros um símbolo histórico para a região.

A nossa quarta versão foi constituída pelas entrevistas realizadas por Ivo Pegoraro. Apesar de ser um material produzido sob o calor das comemorações, essas entrevistas revelam parte da memória de pessoas que viveram em 1957. Como fruto de experiências vividas, essa memória está suscetível a esquecimentos e deformações, porém, serviu-nos como uma importante fonte de pesquisa para o contato com informações até então ignoradas pela história da revolta dos posseiros.

Quando trabalhamos com esse tipo de memória adentramos, certamente, no campo da história oral, já que é através dela que os contemporâneos à revolta narram suas reminiscências. Alistair Thomson[20], ao tratar de questões sobre as relações entre História Oral e memória, enfatiza que uma das grandes críticas ao testemunho oral é a afirmação de que "a memória não é confiável como fonte histórica porque fica distorcida pela deterioração física e pela nostalgia própria da idade avançada, pelas tendências pessoais tanto do entrevistador

[20] THOMSON, Alistair. “Recompondo a memória: Questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias”. Projeto História, São Paulo, n. 15, abril 1997. p. 51-84.

como do entrevistado e pela influência das versões coletivas e retrospectivas do passado"[21]. Porém, como o próprio autor sugere, ao trabalharmos com a história oral, devemos levar "em conta as várias camadas da memória individual e a pluralidade de versões sobre o passado fornecidas por diferentes narradores". Ao invés de tentar eliminar as tendências e fantasias, devemos nos preocupar "com as razões pelas quais as pessoas constroem suas memórias de modo específico" e "explorar os significados subjetivos das experiências vividas e a natureza da memória individual e da memória coletiva"[22]. Assim, ao observarmos as memórias dos contemporâneos à revolta dos posseiros, percebemos que o conflito não teve o mesmo significado para todos, da mesma forma que a identidade pessoal de cada um foi moldada de acordo com suas experiências e com a memória coletiva sobre a revolta.

A questão da identidade é algo fundamental para o trabalho com a memória. A revolta dos posseiros foi um acontecimento que, devido sua importância para os moradores do sudoeste paranaense, tornou-se um símbolo histórico, marcando a identidade coletiva da região. Essa memória coletiva de vitórias acabou por influenciar na formação da identidade pessoal dos participantes da revolta. Alistair Thomson, analisando as experiências vividas pelos soldados australianos que lutaram na Primeira Guerra Mundial[23], afirma que a composição das reminiscências pessoais é marcada pela busca de afirmação social:

> O processo aparentemente pessoal de compor reminiscências seguras é, na verdade, um processo inteiramente público. Nossas reminiscências podem ser temerárias e dolorosas se não corresponderem às histórias ou mitos normalmente aceitos, e talvez por isso tentemos compô-las de modo a se ajustarem ao que é normalmente aceito. Assim como buscamos a afirmação de nossa identidade pessoal dentro da comunidade específica em que vivemos, buscamos também a afirmação de nossas reminiscências[24].

Assim, ao trabalharmos com as memórias das pessoas que viveram no sudoeste paranaense em 1957, devemos ter a consciência de que suas lembranças não são representações exatas do passado, mas histórias que apresentam aspectos moldados do

---

[21] THOMSON, Op. Cit. p. 51.

[22] THOMSON, Op. Cit. p. 51.

[23] Alistair Thomson realizou uma série de entrevistas com veteranos da Grande Guerra de 1914-1918, pertencentes à classe trabalhadora australiana. Os soldados australianos deste conflito, chamados *Anzacs* ou *diggers*, são considerados os formadores da nacionalidade australiana. Suas realizações durante a guerra constituíram uma lenda nacional na Austrália, relembrada em comemorações, histórias e filmes. Através das entrevistas que o autor realizou percebeu que havia muitos contrastes entre as experiências vividas por esses soldados e a história transmitida pela lenda, vindo a desenvolver um modelo de trabalho sobre as memórias e sobre a relação entre as lendas conhecidas e a memória pessoal. THOMSON, Op.Cit.

[24] THOMSON, Op. Cit. p. 58

passado a fim de se ajustarem às identidades e aspirações atuais, no sentido de estar em consonância com as narrativas aceitas e divulgadas pela comunidade.

Apesar de a memória individual ser, a todo tempo, influenciada pela memória coletiva, não devemos nos esquecer, porém, que são memórias diferentes entre si. Por mais que seja influenciada pela memória coletiva, cada pessoa organiza suas reminiscências de forma individual. Alessandro Portelli[25], ao analisar as memórias sobre o massacre ocorrido em Civittella Val di Chiana[26] (Itália), em 1944, observa que

> Se toda memória fosse coletiva, bastaria uma testemunha para uma cultura inteira; sabemos que não é assim. Cada indivíduo, particularmente nos tempos e sociedades modernos, extrai memórias de uma variedade de grupos e as organiza de forma indiossicrática. Como todas as atividades humanas, a memória é *social* e pode ser *compartilhada* (razão pela qual cada indivíduo tem algo a contribuir para a história "social"); mas do mesmo modo que *langue* se opõe a *parole* ela só se materializa nas reminiscências e nos discursos individuais. Ela só se torna memória *coletiva* quando é abstraída e separada da individual: no mito e no folclore, na delegação, nas instituições.[27].

No caso do massacre em Civitella, Alessandro Portelli identifica dois tipos de memórias, ou, mais especificamente, uma "memória dividida": de um lado, uma memória "oficial", criada pelas instituições, que comemora o massacre, comparando as vítimas a mártires da liberdade; de outro, a memória da comunidade, criada e preservada pelos sobreviventes que, relembrando as perdas, atribuem a culpa pelas mortes aos próprios membros da resistência, por terem promovido, dias antes, o ataque contra os alemães. Ao trabalhar com as memórias, o historiador necessita de muita cautela, compromisso com a verdade e um olhar crítico para com suas fontes para não deixar-se envolver por um dos lados, acreditando que se constitui em verdade:

---

[25] PORTELLI, Alessandro. "O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944: mito e política, luto e senso comum". In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs). Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 103-130.

[26]Em 29 de junho de 1944, as tropas de ocupação alemãs executaram 115 civis em Civitella Val di Chiana e outras 58 pessoas no povoado vizinho de La Cornia (Itália). Segundo Alessandro Portelli, tudo indica que tais atos foram uma retaliação pelo assassinato de três soldados alemães por membros da Resistência, em Civitella, no dia 18 de junho do mesmo ano. Ao estudar as memórias deste episódio, Portelli se deparou com algo que ele próprio diz causar estarrecimento: de um lado há uma memória oficial que comemora o massacre, comparando as vítimas a mártires da liberdade e, de outro, há uma memória criada e preservada pelos sobreviventes do período, que atribuem a culpa pelo massacre aos próprios membros da Resistência, por terem atacado os alemães, provocando, assim, a retaliação. PORTELLI, Op. Cit.

[27] PORTELLI, Op. Cit. p. 127.

> As narrativas de Civitella nos deixam estarrecidos. No entanto, a tarefa do especialista, após recebido o impacto, é se afastar, respirar fundo, e voltar a pensar. Com o devido respeito ás pessoas envolvidas, á autenticidade de sua tristeza e à gravidade de seus motivos, nossa tarefa é interpretar criticamente todos os acontecimentos e narrativas, inclusive as delas. [...] Quando falamos numa memória dividida, não se deve pensar apenas num conflito entre a memória comunitária pura e espontânea e aquela "oficial" e "ideológica", de forma que, uma vez desmontada esta última, se possa implicitamente assumir a autenticidade não mediada da primeira. Na verdade estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas.[28]

Em relação à revolta dos posseiros acontece algo parecido: as diferentes versões sobre o conflito apresentam narrativas distintas. Da mesma forma que em Civitella, há no sudoeste uma memória coletiva que promove comemorações e homenagens aos sobreviventes de 1957, colocando-os como heróis da conquista da região, assim como, há, também, as memórias individuais, influenciadas por essa memória coletiva, mas que apresentam uma multiplicidade de versões, que não raras vezes contrariam a memória "oficial". Cabe ao historiador, portanto, confrontar essas memórias, sem privilegiar uma ou outra.

Destarte, neste trabalho, a memória coletiva e individual, juntamente com a bibliografia que versa sobre a revolta dos posseiros no sudoeste do Paraná em 1957, puderam ser analisadas de forma comparativa, na intenção de produzirmos uma história da Revolta dos Posseiros menos idealizada. Dessa forma, nosso objetivo esteve na construção de uma análise que relevasse as diferentes versões sobre 1957, visando encontrar aspectos mal explicados e contradições não divulgadas, a fim de possibilitar uma história um pouco menos parcial e mais próxima dos conflitos realmente vividos pela população do sudoeste. Como afirma Jacques Le Goff[29], a função do historiador é esclarecer a memória, com o intuito de retificá-la de seus erros.

Sendo assim, no primeiro capítulo, apresentamos a luta travada no sudoeste paranaense a partir da historiografia, destacando a questão das terras devolutas[30] no Brasil e a

---

[28] PORTELLI, Op. Cit. p. 106.

[29] LE GOFF, Jacques. História e Memória. 2ªed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

[30] "[...] considerando os textos legais, são terras devolutas aquelas adquiridas pelo Estado brasileiro por sucessão à Coroa portuguesa tendo em vista os fatos históricos do descobrimento e da independência, e por compra ou permuta a outros Estados, que não foram alienadas, por qualquer forma admitida à época, aos particulares, ou que por estes não foram adquiridas por usucapião, assim como aquelas que, transmitidas aos particulares, retornaram ao patrimônio do Poder Público por terem caído em comisso ou por falta de revalidação ou cultura, não se destinando a algum uso público, encontrando-se, atualmente, indeterminadas". CUNHA JR, Dirley da. Terras devolutas nas Constituições Republicanas. Disponível em: <http://www.jfse.jus.br/obras%20mag/artigoterrasdevdirley.html>. Acesso em 07 jan. 2009.

forma como o camponês é visto por grande parte da História. Neste caso há uma ênfase especial à forma como José de Souza Martins[31] encara o homem do campo brasileiro, dignificando-o por sua capacidade de reação e mobilização. Igualmente, enfatizamos a questão de classe traçada por Thompson[32], que visualiza na experiência coletivamente vivida as condições para a manifestação da consciência de classe. Neste primeiro capítulo, também destacamos a situação litigiosa que envolveu as terras do sudoeste paranaense, a presença das companhias colonizadoras, a violência praticada na região, a reação dos posseiros e a resolução do conflito, algo que possibilitou aos sudoestianos a posse efetiva da terra que ocupavam.

No segundo capítulo trabalhamos com a documentação sobre a Revolta de 1957 presente no arquivo da polícia política paranaense. Através da "lógica da suspeição", os agentes da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) arquivavam diferentes tipos de materiais para estarem intimamente informados sobre os acontecimentos e pessoas que fugiam à ordem política e social estabelecida. Nesse sentido, os jornais foram um dos veículos mais utilizados pela polícia política para obterem informações sobre os acontecimentos do sudoeste paranaense. Considerando essa massa documental, dispensamos especial destaque às versões apresentadas pelos jornais, identificando os defensores e opositores à revolta dos posseiros, sempre relacionados aos discursos políticos vigentes no período. Do mesmo modo, para um maior conhecimento das estratégias de ação utilizadas pelos agentes da DOPS/PR, enfatizamos, por meio da documentação produzida pela polícia, alguns aspectos da vida de Walter Pecóits, médico e político amplamente divulgado como líder do conflito de 1957. Através desse destaque particular, podemos visualizar algumas incongruências entre a história hoje divulgada e os fatos vividos há cinquenta anos por este personagem.

O foco principal deste trabalho, que é a análise das versões, é amplamente examinado no terceiro capítulo, onde enfatizamos as versões apresentadas sobre a revolta tanto em 1957 quanto no seu cinquentenário, em 2007. Primeiramente trabalhamos com as versões transmitidas pelos senadores Othon Mader (UDN) e Gaspar Velloso (PSD), proferidas no Senado durante o conflito. O primeiro caracterizava-se como oposição, criticando o governador Lupion, e colocando-se como defensor dos colonos, enquanto o segundo defendia o governo e a legalidade da CITLA. Além das versões apresentadas por esses senadores,

---

[31] MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

[32] THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

utilizamos-nos das memórias de Rubens Martins, que como político do PSD no período, também defendeu a atuação da empresas colonizadoras. Em contrapartida, analisamos as versões apresentadas pelos contemporâneos à revolta, pessoas que experimentaram, de perto, o medo e a tensão existentes no período. Do mesmo modo, analisamos a versão transmitida pela memória coletiva que transformou a revolta no símbolo da sociedade sudoestiana.

O trabalho com as versões acaba por nos levar ao campo da memória e seus riscos, pois toda memória é uma lembrança selecionada do passado, onde é destacado apenas o que é de interesse de quem conta. Cabe à história esclarecer essa memória e foi justamente isso que buscamos fazer através deste trabalho: o êxito da Revolta dos Posseiros de 1957 fez com que o conflito tornasse-se um monumento histórico, que a serviço da memória recorda apenas os fatos relevantes para a exaltação da identidade regional. Da mesma forma, os discursos políticos e jornalísticos transmitidos durante a revolta também foram tratados com parcialidade, onde cada versão tornou-se pública contendo apenas o que era interessante divulgar ou criticar sobre cada político ou partido. Por sua vez, os contemporâneos que narram os fatos de 1957, cinquenta anos após terem vivenciado os acontecimentos, igualmente, rememoram apenas o que lhes convém, ocultando algumas experiências e sobrepujando outras. Assim, analisando essas diferentes versões, foi-nos possível estabelecer contradições e relações entre a história amplamente divulgada e a que, conforme as versões, provavelmente aconteceu em 1957.

Na pesquisa histórica o diálogo com as fontes é algo essencial para o historiador, pois nosso dever é a reconstrução da verdade à luz dos documentos, através do diálogo com as fontes. Conforme Etienne François[33], os documentos não falam a verdade por si sós, sendo necessário, para tanto, o respeito às precauções éticas e metodológicas essenciais para o trabalho do historiador, que deve estar centrado na reconstituição e interpretação das fontes. Mesmo bem interrogadas, as fontes não oferecem respostas para tudo. Por isso, no trabalho com os documentos sobre a revolta dos posseiros, devemos estar atentos aos indícios e pistas presentes nas diferentes versões que nos revelem aspectos mal explicados e informações ignoradas sobre 1957. Seguindo Chalhoub[34], é justamente "na análise de cada versão, no contexto de cada processo, e na observação da repetição das relações entre as versões em

[33] FRANÇOIS, Etienne. "Os 'tesouros' da stasi ou a miragem dos arquivos". In. BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (orgs). Passados recompostos: campos e canteiros da história. Ed. da UFRJ/ Ed. da FGV. p. 155-161.
[34] CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

diversos processos que podemos desvendar significados e penetrar nas lutas e contradições sociais que se expressam e, na verdade, se produzem nessas versões”[35].

[35] CHALHOUB, Op. Cit. p. 23.

CAPÍTULO 1

TERRA E CONFLITO:
A LUTA AGRÁRIA NO SUDOESTE PARANAENSE

A história tradicional, ao eleger grandes figuras para ocupar o centro das discussões históricas, destaca entre seus heróis os bandeirantes, por terem sido exploradores que romperam os limites geográficos e culturais, levando avanços até o interior do território brasileiro. Seu feito, contudo, não foi ocupar a terra, mas apenas reclamá-la para a Coroa ou para a Nação. "A ocupação das terras teve que esperar pelo herói não decantado da História do Brasil, o posseiro, que iria reivindicar a terra para cultivá-la"[36]. O posseiro, aquele que está na posse de uma terra devoluta, apesar de ser pouco visualizado pela História, é uma figura determinante na sociedade brasileira, principalmente nas áreas de fronteira. Sua presença, somada ao crescente interesse privado sobre terras devolutas, possibilita os conflitos em relação aos direitos sobre a terra nessas regiões.

Essa situação é resultante do regime fundiário brasileiro, que desde o início da colonização pauta-se sobre um complexo sistema de propriedade da terra:

> Por longo tempo, o povoamento do continente ficou confinado ao litoral, e os colonizadores pareciam hesitar diante da perspectiva de conquistar o vasto e desconhecido interior. Durante a administração colonial, o território foi concedido por lei antes mesmo que sua extensão pudesse ser avaliada com qualquer grau de acuidade. Essa divisão inicial legal da terra em sesmarias produziu uma série de concessões menores. Desde aquela época, por diferentes motivos econômicos e políticos em diversos períodos, os títulos proliferaram. E como a ocupação propriamente, continuava a sofrer demoras e dificuldades, como até hoje, poucas restrições foram feitas para conter a expedição de títulos. Essa titulação criou as condições para o conflito a respeito dos direitos sobre a terra em quase todas as regiões de fronteira[37].

Em 1850 foi promulgada a primeira Lei de Terras do Brasil. Essa lei "proibia a abertura de novas posses, estabelecendo que ficavam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não fosse a compra"[38]. Em 1854, a regulamentação da lei permitiu aos que comprovassem cultura efetiva e moradia habitual a possibilidade de requisitar o seu quinhão. Nesse sentido, os territórios não reclamados foram considerados

[36] FOWERAKER. Op. Cit. p. 121.
[37] FOWERAKER. Op. Cit. p. 121.
[38] MARTINS, Op. Cit. 1983, p. 41-42.

terras devolutas e consequentemente transformadas em monopólio do Estado. "O aparecimento súbito da lei de terras no Brasil torna evidente que é apenas o Estado quem define o que é propriedade privada, o que é posse, o que são terras devolutas, em resumo, é quem define as regras básicas para a luta vindoura sobre a terra"[39].

Com a República há mudanças cruciais no controle das terras devolutas, que passam a ser administradas pelos Estados. Esse fato favoreceu a concessão de terras para companhias privadas e para o capital particular, circunstância que marcou o início da luta legal pela terra no Brasil[40]. Visando a modernização, os Estados utilizaram como forma de pagamento pela construção das ferrovias a titulação de terras devolutas para empresas privadas. No caso do sudoeste do Paraná, a questão é ainda mais complexa, pois, devido à titulação desenfreada do território com suas consequentes disputas judiciais, houve momentos em que as terras da região possuíam vários "donos": União, Estado, companhias particulares e o posseiro[41].

O fato de a ocupação efetiva do território brasileiro ter ficado restrita, por muito tempo, à região litorânea, fez com que o interior e a fronteira oeste do país permanecessem inexplorados. Contudo, os avanços industriais, juntamente com o fechamento das fronteiras agrícolas, da mesma forma que hoje leva milhares de desbravadores do sul para as regiões centro-oeste e noroeste do Brasil, nas décadas de 40 e 50 do século XX fizeram com que as regiões interioranas fossem ocupadas. Em relação ao Paraná, a ocupação do sudoeste foi resultado do fechamento das fronteiras agrícolas no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, algo que fez com que milhares de "despossuídos" tornassem-se posseiros na região.

Cria-se, dessa forma, uma situação conflitante: em um mesmo território onde já há a presença de posseiros que, mesmo sem possuir título de propriedade, trabalham a terra e dela

---

[39] FOWERAKER. Op. Cit. p. 122.

[40] "A mudança crucial no controle das terras devolutas pelos estados favoreceu mais uma vez a concessão de terras para companhias privadas e para o capital particular. Essa circunstância, mais que qualquer outra, marcou o início da luta legal pela terra no Brasil. Em consequência, diminuíram grandemente as possibilidades reais de o posseiro conseguir uma propriedade de terra, tornando-se o nosso herói cada vez mais, ao longo das décadas seguintes, uma vítima da luta". FOWERAKER, Op. Cit. p. 123.

[41] Tornando-se domínio do Estado, as terras devolutas do sudoeste Paranaense passaram a pertencer ao estado do Paraná. Grande parte desse território foi cedida à Companhia de Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, como pagamento pela construção de ferrovias. Em 1930, Mario Tourinho, estudando as concessões realizadas, encontra irregularidades e cancela a titulação. Em 1940 Getúlio incorpora todos os bens da empresa ao Território Nacional. Acrescente-se a essa situação a presença dos posseiros que, ou de forma independente ou como colonos da Colônia Agrícola Nacional "General Osório", criada pelo governo federal em 1943, instalaram-se na região. Por fim, em 1950, a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda (CITLA) recebeu a titulação das mesmas terras. Assim, frente à indefinição jurídica das terras do sudoeste, muitos se achavam "donos legais" do mesmo território, desenvolvendo interesses conflitantes que possibilitaram a disputa e a violência desencadeadas na região. Cf. GOMES, 1987, COLNAGHI, 1984; WACHOWICZ, 1985; LEÃO REGO, 1985; LAZIER, 1986.

tiram seu sustento, chegam as companhias imobiliárias que, afirmando possuírem o título legal da terra, exigem a saída dos posseiros da área ou o pagamento pela posse. Essa relação desigual gera o conflito, pois, na maioria das vezes, os agentes da lei e os responsáveis por seu cumprimento são coniventes com os política e economicamente poderosos, personificados na figura das companhias:

> Os camponeses reivindicam a terra com base em seu trabalho e na ocupação, sendo suas reclamações, entretanto, quase sempre contestadas pelos proprietários locais, pelos "chefes políticos" regionais, ou por empresários mais ou menos distantes. Os grandes proprietários e grandes companhias afirmam seus "direitos" sobre a terra contra as reivindicações dos camponeses e tentam apropriar-se das terras por estes já ocupadas. É significativo que os "direitos" dos política e economicamente poderosos não impedirão, muito provavelmente, os camponeses de ocuparem a terra, mas irão por fim facilitar o processo de sua expulsão[42]

É justamente esse conflito de interesses que desencadeia a luta pela terra no sudoeste do Paraná em 1957. Frente ao avanço das companhias imobiliárias, que utilizavam a violência como forma de convencer o abandono da terra, e diante da ausência de respaldo político-judicial contra tais atos, os posseiros da região focalizam nas armas um meio de lutar pelo que consideram seu por direito: a posse da terra. O levante dos posseiros do sudoeste paranaense, juntamente com outros ocorridos em períodos próximos, vem contrariar a tese amplamente difundida de que o camponês é uma classe subalterna e submissa.

Octavio Ianni[43] afirma que "em perspectiva histórica ampla, o camponês encontra-se geralmente na condição de classe subalterna. Classe social em formação, na qual mesclam-se elementos sociais, econômicos, políticos e culturais diversos, heterogêneos, contraditórios. A própria diversidade da condição camponesa é essencial à compreensão da sua condição subalterna. São sitiantes, colonos, parceiros, meeiros, arrendatários, moradores, agregados, posseiros, ou índios, mestiços, negros, mulatos, brancos, isto é, trabalhadores rurais que combinam condições sociais, econômicas, políticas e culturais prevalecentes a nível da sociedade nacional"[44].

Por integrar, portanto, um grupo social com características diferentes da sociedade da qual faz parte, o camponês é apresentado como uma "classe em formação" em "condição subalterna", sujeito à violência, ao mando e desmando:

---

[42] FOWERAKER. Op. Cit. p. 43.

[43] IANNI, Octavio. "Revoluções camponesas na América Latina". In: SANTOS, José Vicente Tavares dos (org). Revoluções camponesas na América Latina. Campinas: Editora da UNICAMP, 1985. p. 15-45.

[44] IANNI, Op. Cit. p. 28.

> Em face do mercado, da circulação do dinheiro e capital, da mercadoria e trabalhador, dos meios de transportes e comunicações, do sindicato e partido político, da escola religião, rádio e televisão, do coronel, cacique, gamonal e governo, o camponês acha-se em processo de definição jurídico-política. Às vezes é cidadão a meias. Outras vezes, pode contar com uma cidadania totalmente regulada, tutelada ou outorgada. Está sujeito à violência estatal, enquanto cidadão presuntivo, e sujeito à violência privada, do latifundiário ou coronel, enquanto um trabalhador rural atrelado às estruturas locais, municipais ou regionais de mando e desmando[45]. (IANNI, 1985, p.33).

Apesar de enfatizar essa condição subalterna do camponês, Ianni destaca que, na luta contra o avanço do capitalismo no campo, "a condição subalterna não elimina o protesto, a reclamação, a exigência, a reivindicação. Sob condições em geral muito adversas, o camponês reage em diferentes modalidades: resignação, indiferença, fatalismo, tocaia, banditismo social, revolta, liga camponesa, messianismo, sindicato, partido político, revolução"[46].

Contudo, mesmo reconhecendo que o camponês pode dispor-se ao protesto, o autor confirma a situação dependente do homem do campo, afirmando que

> a história dos países latino-americanos revela a contínua e reiterada subordinação do camponês às estruturas públicas e privadas de poder. Sitiantes, parceiros, arrendatários, moradores, agregados, todos são submetidos ao coronelismo, gamonalismo, caciquismo, mandonismo de fazendeiros, latifundiários, negociantes de terras, empresários nacionais e estrangeiros. A Igreja, a escola, as agências governamentais, os poderes municipais, as organizações políticas, os meios de transportes e comunicações, rádio imprensa, televisão, toda essa teia de relações econômicas, políticas e culturais subordinam o trabalhador rural aos interesses da cidade, indústria, banco, comércio, governo, Estado. Sob essas condições, o camponês não alcança a condição de cidadão, nem mesmo de categoria inferior. Aparece como tutelado. Índio, mestiço, negro, mulato. Branco, todos são tratados de cima para baixo[47].

Ao que parece, Ianni reconhece o camponês como um grupo que pode dispor-se à luta, porém, ao mesmo tempo, não consegue identificá-lo como uma classe consciente que procura transformar sua condição. Dessa forma, o autor mantém a análise que atribui ao camponês a condição subalterna, aspecto que pode ser visualizado em alguns momentos de seu texto:

> Ocorre que os camponeses não formam uma classe social amadurecida, homogênea. Ao contrário, são diversificados em termos econômicos, sociais,

[45] IANNI, Op. Cit. p. 33.
[46] IANNI, Op. Cit. p. 28.
[47] IANNI, Op. Cit. p. 31-32.

> culturais. Compõe-se de unidades familiares de produção, dispondo de alguns meios de produção, além da força de trabalho. Estão altamente determinados pela terra, como objeto e meio de produção[48].
>
> Em geral, as revoluções burguesas não resolvem a questão nacional, não articulam o camponês ao Estado nacional, a partir das reivindicações dos camponeses. Por isso, o campesinato continua uma espécie de fermento da revolução popular ou socialista[49].
>
> Todos os principais momentos das lutas camponesas estão sempre articulados com (ou influenciados por) alguma ou muita, participação de movimentos operários. Direta e indiretamente ─ enquanto movimento, sindicato, associação e partido, ou enquanto programa de atuação ─ o movimento camponês em geral conta com a experiência e a influência de movimentos operários[50].

Para o autor, o camponês vive constantemente determinado pela terra, não se constituindo, nesse sentido, enquanto classe social. Em momento próximo afirma que o campesinato é como "uma espécie de fermento da revolução popular socialista", não deixando, porém, de enfatizar que "todos os principais momentos das lutas camponesas estão sempre articulados com (ou influenciados por) alguma ou muita, participação de movimentos operários". Assim, Octávio Ianni parece não acreditar no potencial camponês, tido como um grupo social que, apesar de apresentar um caráter revolucionário, não consegue ultrapassar sua condição subalterna sem a contribuição dos grupos sociais urbanos "mais desenvolvidos".

Com visão semelhante, Eric Hobsbawm[51], ao analisar os camponeses e a política, afirma que o campesinato pode ser definido como uma classe "em si", constituindo um conjunto de pessoas que mantêm características econômicas e sociais comuns. Porém, raramente ele pode ser concebido como uma classe "para si", consciente de seus interesses, tendo em vista sua "fraqueza e inferioridade" tanto social quanto econômica[52]. Para

---

[48] IANNI, Op. Cit. p. 38.

[49] IANNI, Op. Cit. p. 35.

[50] IANNI, Op. Cit. p. 36.

[51] HOBSBAWM, Eric J. Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz. Trad. Irene Hirsch, Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

[52] "A inferioridade é social e cultural, por exemplo, como a de analfabetos frente aos 'instruídos': daí a importância para os movimentos camponeses de amigos intelectuais residentes no local, sobretudo o mais admirável dos intelectuais de aldeia, o professor primário. Sua fraqueza baseia-se também não só na inferioridade social e na falta de uma força armada eficiente, mas na natureza da economia camponesa. Por exemplo, as agitações camponesas têm de ser interrompidas para a colheita". HOBSBAWM, Op. Cit. p.226-227.

Hobsbawm, “por mais militantes que sejam os camponeses são e se sentem subalternos. Com raras exceções visam a um ajustamento na pirâmide social e não à sua destruição”[53].

Mesmo com formações acadêmicas distintas[54], Hobsbawm acredita, assim como Octávio Ianni, na capacidade de luta do camponês, afirmando que “a estratégia normal dos camponeses é a passividade [...] Ser subalterno na é ser impotente. O campesinato mais submisso é capaz não só de ‘trabalhar o sistema’ em vantagem própria [...] mas também de contra atacar”[55].

Contudo, da mesma forma, não acredita que sua ação possa extrapolar o local e o regional, transformando-se em uma ação mais ampla, sem a mediação de forças externas, pois acredita que a idéia de um movimento camponês geral, a menos que estimulado de fora para dentro ou, melhor ainda, de cima para baixo, é bastante irrealista[56].

Nesse sentido, é clara a visão de Hobsbawm sobre o campesinato: é uma classe em si, que compartilha características econômicas e sociais comuns, porém, incapaz de impor seus interesses a menos que representada por agentes sociais externos ao seu mundo. Assim, de forma paradoxal, o autor enfatiza que devemos ter em mente tanto força, quanto a limitação dos movimentos camponeses, afirmando que

> Estes se tornam revoluções camponesas, quando o agregado dos ‘pequenos mundos’ é posto em movimento simultaneamente, quase sempre por algum evento ou desenvolvimento no ‘grande mundo’, sobre o qual os camponeses não têm controle algum, mas que os põe em ação (...). Tornam-se revoluções camponesas eficientes, ou quando unificados e mobilizados por uma organização e lideranças modernas, provavelmente revolucionárias, em número suficiente grande de áreas cruciais no âmbito político, ou quando a estrutura e a crise nacionais são tais que movimentos camponeses regionais estrategicamente localizados podem desempenhar papel decisivo em seus assuntos[57].

---

[53] HOBSBAWM, Op. Cit. p. 227.

[54] Octávio Ianni formou-se em ciências sociais na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP em 1954. Foi um pensador devotado à compreensão das diferenças sociais, das injustiças a ela associadas e dos meios de superá-las. É considerado um dos principais sociólogos do Brasil. Disponível em <http://educacao.uol.com.br/biografias/ult1789u415.jhtm>. Acesso em: 02 fev. 2009. Eric Hobsbawm é historiador britânico, um dos mais conhecidos no Brasil. Possui formação marxista e dialoga permanentemente com a antropologia, a economia e a ciência política, entre outras ciências humanas. Seus temas principais são o banditismo social, campesinato e política, teoria e método histórico, relações internacionais e as grandes revoluções liberais do século XIX na Europa. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/79.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2009.

[55] HOBSBAWM, Op. Cit. p. 228.

[56] HOBSBAWM, Op. Cit. p. 225.

[57] HOBSBAWM, Op. Cit. p. 268.

Joe Foweraker[58] também não concebe o campesinato como uma classe política consciente, entendendo como desigual a luta pela terra devido à organização da produção do camponês, que o deixa isolado e vulnerável à intimidação. Ele até considera possível uma organização camponesa que o torne ator político, porém excepcionalmente:

> Vê-se que é desigual a luta pela terra, tanto mais devido à organização da produção do camponês, que o deixa isolado e vulnerável à intimidação. Os "outros", que querem a terra que os camponeses ocupam, tiram proveito disso e exercem pressões que afetam as unidades familiares camponesas dentro dos seus lotes [...] os "outros" jamais se confrontaram com os camponeses organizados como uma classe. Organizações de classe ou não são permitidas, ou são estreitamente vigiadas pelo Estado e manipuladas pelos "outros". [...] Nessas circunstâncias, é o camponês individualmente, quem luta pela terra. Sua reação pessoal à violência leva-o quase certamente à derrota, e mesmo à morte. Além do mais, na medida em que a prática contínua da violência é usada contra indivíduos, ela passa largamente desapercebida e sua resistência acaba esquecida, sem registros. Excepcionalmente, entretanto, os camponeses conseguem organizar a resistência contra a violência, sendo essa resistência organizada o que mais claramente denuncia a prática da violência na fronteira. Nessas ocasiões, deixam os camponeses de ser simples vítimas da violência para se transformarem em atores políticos na luta de classes.[59]

Observa-se, portanto, que este autor também considera os camponeses como grupo social impotente, destacando que sua transformação em sujeitos políticos é algo muito raro. Uma das lutas camponesas que Foweraker enquadra dentro dessa exceção é a Revolta dos Posseiros de 1957. Em suas palavras "o caso do Paraná é excepcional, destacando-se mesmo entre as exceções"[60]. É claro que o êxito da luta desencadeada no sudoeste paranaense favorece as visões elogiosas aos camponeses da região. Porém, é perceptível que, de forma geral, os camponeses não são vistos como sujeitos históricos, mas como grupo social subalterno e impotente.

Se analisarmos os agentes sociais envolvidos na Revolta dos Posseiros de 1957 no Sudoeste do Paraná, observaremos que, pelas características de sua ação, eles não se encaixam dentro desse modelo de camponês anteriormente descrito. Entretanto, conforme o próprio Hobsbawm enfatiza, "há diferenças profundas entre diversas formas de produção agrária de base familiar, as quais, toda generalização corre o risco de subestimar"[61]. Assim, é

[58] FOWERAKER, Op. Cit.
[59] FOWERAKER, Op. Cit. p. 53.
[60] FOWERAKER, Op. Cit. p. 54.
[61] HOBSBAWM, Op. Cit. p. 215.

necessário entender as especificidades dos movimentos camponeses do Brasil e não tentar encaixá-los em modelos pré-concebidos que a eles não se aplicam.

José de Souza Martins[62], ao analisar os camponeses e a política no Brasil, traça forte crítica a esse modelo que julga o camponês como submisso e impotente. Segundo ele, há uma tendência geral de se analisar os camponeses brasileiros através de modelos estrangeiros que não correspondem à sua realidade e às contradições que vivem. Nesse sentido, o camponês no Brasil continua sendo visto como estranho e incapaz de ocupar a cena política:

> As diferentes palavras, que em diferentes lugares designavam o camponês, tinham um duplo sentido [...]. Definiam-no como aquele que está em outro lugar, no que se refere ao espaço, e como aquele que não está senão ocasionalmente, e nas margens, nesta sociedade [...] Ele é num certo sentido, um excluído. É assim, excluído, que os militantes, os partidos e os grupos políticos vão encontrá-lo, como se fosse um estranho chegando retardatário ao debate político. Isso terá muito a ver com a forma como será tratado, até mesmo por aqueles que se diziam e se dizem seus aliados ─ às vezes será encarado como um perigo, outras vezes como um incapaz de fazer história, de definir e atuar no processo histórico senão no sentido de contê-lo. Isso definirá também o modo de colocá-lo no debate político ─ através da "conscientização" ou "aliança subordinada" às diretrizes da classe operária[63].

Para Martins, o fato de a história brasileira ser uma história urbana e, particularmente, das classes dominantes, faz com que os camponeses sejam obscurecidos na história. Por não conhecer, portanto, a realidade desses atores sociais há, em geral, uma superestimação do misticismo, do banditismo social, do associativismo e do sindicalismo no campo, como se somente a partir de forças externas é que os movimentos camponeses pudessem se transformar em movimentos políticos no sentido estrito da palavra. Contudo, conforme o autor "poucos sabem e se dão conta de que o campesinato brasileiro é a única classe social que, desde a proclamação da República tem uma reiterada experiência direta de confronto militar com o Exército [...] Quando os conflitos se exacerbam, a intervenção tem geralmente cabido à polícia política ou à polícia militar"[64].

Isso demonstra as especificidades do campesinato brasileiro que não pode ser estudado a partir de modelos de análises pré-concebidos. De acordo com Martins, diferentemente do campesinato russo do século XIX, aqui

---

[62] MARTINS, Op. Cit. 1983.

[63] MARTINS, Op. Cit. 1983, p. 25.

[64] MARTINS, Op. Cit. 1983, p. 27. Os conflitos agrários descritos por José de Souza Martins são: Canudos (1896-1897), Contestado (1912-1916), Trombas e Formoso (1950-1964), Revolta do Sudoeste do Paraná (1957), Ligas Camponesas no Nordeste (década de 1950) e o conflito do Araguaia-Tocantins (década de 1970).

> o campesinato é uma classe, não um estamento. É um campesinato que quer entrar na terra, que, ao ser expulso, com frequência à terra retorna, mesmo que seja terra distante daquela de onde saiu. O nosso campesinato é constituído com a expansão capitalista, como produto das contradições dessa expansão. Por isso, todas as ações e lutas camponesas recebem do capital, de imediato, reações de classe: agressões e violências, ou tentativas de aliciamento, de acomodação, de subordinação. O direito de propriedade que, afinal de contas, o camponês invoca judicialmente para resistir às tentativas de expropriação é o mesmo direito que o capitalista invoca para expropriar o camponês [...]. É das contradições desse direito, que serve a duas formas de propriedade privada — a familiar e a capitalista — que nascem as interpretações distintas sobre a terra camponesa e a terra capitalista, terra de trabalho e terra de negócio. Essa contradição está no fato de que o mesmo código garante direitos conflitantes na nossa situação — o do "pequeno" e o do "grande", o do camponês e o do "capitalista"[65].

Assim, ao estudarmos as lutas camponesas no Brasil, em particular a Revolta dos Posseiros de 1957, devemos considerar, primeiramente, essas características do campesinato brasileiro que, diante das contradições capitalistas, se rebela e se torna digno da cena histórica.

Nesse sentido, podemos afirmar que, ao contrário das análises que subestimam a força do campesinato, os camponeses do sudoeste paranaense manifestaram sua consciência de classe ao juntarem forças para enfrentar as companhias colonizadoras que atuavam na região. Conforme Edward Palmer Thompson[66], "a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus"[67].

Assim, ao encontrarem na luta armada o meio para conseguir seus interesses — a expulsão das companhias e a posse da terra — os posseiros do sudoeste do Paraná agiram enquanto classe. Identificando e reconhecendo seus objetivos e inimigos, esses camponeses demonstraram que, para além da passividade e submissão, eles podem ser dignos da cena histórica.

---

[65] MARTINS, Op. Cit. 1983, p. 16.
[66] THOMPSON, Op. Cit. 1987.
[67] THOMPSON, Op. Cit. 1987. p. 10.

1.1 A indefinição jurídica em relação às terras do sudoeste paranaense

A economia brasileira ficou concentrada, até meados do século XX, na região litorânea, onde a ocupação, desde a chegada dos europeus, se deu de forma mais intensa. Neste sentido, havia extensas faixas territoriais não exploradas nessas regiões a oeste do país. Assim, onde não havia posse, como no sudoeste paranaense, por exemplo, as terras transformaram-se em terras devolutas. Foi justamente a existência de terras nessa situação no Paraná que trouxe ao palco interesses contrários que acabaram por desencadear a revolta dos posseiros de 1957.

Mesmo antes do povoamento efetivo, a região que hoje é o sudoeste do Paraná foi alvo de disputas: durante muitos anos Brasil e Argentina questionaram a área de fronteira entre os dois países devido à indefinição dos limites celebrados pelo Tratado de Santo Ildefonso de1777. Tal disputa só teve fim em 1895 quando o presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland, escolhido como árbitro da questão, deu parecer favorável ao Brasil. Concomitantemente a essa disputa, desde a criação da província do Paraná, em 1853, Santa Catarina e Paraná também questionavam suas linhas divisórias, o que culminou na conhecida "Guerra do Contestado". Somente em 1916, depois de longa disputa, Santa Catarina e Paraná assinaram o acordo de fronteira que estabeleceu os atuais limites do território paranaense.

Estes não foram os únicos conflitos existentes na região. O fato de as terras do sudoeste serem consideradas devolutas trouxe à cena diferentes "donos", situação que desencadeou, em 1957, a luta pela terra na faixa de fronteira. Em todo o Brasil, essas terras devolutas, em 1891, passam a ser domínio dos Estados, algo que com o avanço das frentes pioneiras tornam-se focos dos conflitos de terra. No Paraná, as origens do futuro conflito de 1957, encontram-se na concessão dessas terras devolutas às empresas construtoras das ferrovias.

Para cobrir os custos da construção das estradas de ferro em território paranaense, o governo do Estado, logo no início do século XX, titulou para a Companhia de Estradas de Ferro São Paulo – Rio Grande (CEFSPRG), subsidiária da Brazil Railway Company, as glebas Missões e Chopim, ou seja, quase toda a região sudoeste do Estado.

Em 1930, estudando as concessões de terras realizadas no Paraná, Mario Tourinho, interventor do estado no período, constatou irregularidades no cumprimento do contrato assinado com a CEFSPRG, vindo a anular a concessão das glebas Missões e Chopim. Sem aceitar, portanto, tal anulação, a Companhia iniciou uma disputa jurídica para a manutenção da propriedade das terras do sudoeste.

Porém, buscando salvaguardar os interesses da União, Getúlio Vargas, em 1940, incorpora todos os bens da Brazil Railway Company ao Patrimônio Nacional. Como a CEFSPRG era subsidiária dessa companhia, a pendência jurídica com o estado do Paraná, transferiu-se para o Governo Federal.

Alheio a essa questão jurídica, dentro do contexto da "Marcha para o Oeste"[68], Vargas cria no sudoeste paranaense, através do decreto nº 12417 de 12 de maio de 1943, a Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO) visando a ocupação e a consequente integração da região às demais regiões do estado.

Segundo Iria Zanoni Gomes[69], a CANGO teve uma importância decisiva na colonização do sudoeste do Paraná. Seu trabalho[70] trouxe para a região milhares de posseiros, oriundos, principalmente, do Rio Grande do Sul, que buscavam melhores condições de vida. Além destes, havia os posseiros que vinham independentemente e se instalavam nessas terras. Em nenhum dos casos, devido à condição sub-judice da região sudoeste, eram fornecidos documentos de posse, o que, alguns anos depois, tornariam incerta a situação dos posseiros no local.

O peso da ocupação da região desenvolvida pela CANGO pode ser vista através dos números:

> em 1950, a Colônia contava com 7.147 pessoas, enquanto a região totalizava 76.373 habitantes. Em 1956, a CANGO contava com 15.284 pessoas e uma fila de 8.804 famílias à espera de assentamento. Nesse período, a população regional já havia ultrapassado os 200 mil habitantes[71].

É justamente com a efetiva ocupação do sudoeste que há a valorização das terras da região, fazendo crescer a cobiça pelas mesmas. Essa expansão das fronteiras econômicas e demográficas traz ao palco das disputas pelas terras do sudoeste mais um "proprietário": a

---

[68] "Denota-se que a preocupação de Getúlio Vargas e dos principais ideólogos do regime varguista era grande com relação a estas imensas áreas despovoadas, em virtude do abandono em que se encontravam. Havia a necessidade urgente de se implantar uma política de ocupação e desenvolvimento destas regiões" Assim, implantou-se a política intitulada "Marcha para o Oeste", com o objetivo de "despertar no povo o sentimento da brasilidade que se daria através da interiorização, da ocupação dos espaços vazios e da integração nacional". LOPES, Sérgio. O Território do Iguaçu no contexto na "Marcha para o Oeste". Cascavel: Edunioste, 2002. p. 43 e 21.

[69] GOMES, Op. Cit.

[70] "Embora a criação de colônias agrícolas tenham decorrido de uma medida ditatorial e conservadora, a análise da atuação da CANGO, uma das poucas colônias que apresentou resultados significativos, mostra que esta atuação foi extremamente democrática". GOMES, Op. Cit. p. 17.

[71] BATTISTI, Elir. "As disputas pela terra no sudoeste do Paraná: os conflitos fundiários dos anos 50 e 80 do século XX". Campo e território: revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, p. 65-91, ago, 2006. p. 68.

Clevelândia Industrial e Territorial Ltda (CITLA). Assim, além dos posseiros e da questão sub-judice entre Governo Federal e Estadual, a CITLA, em 1950, aparece como a nova dona das terras constituídas pelas glebas Chopim e Missões.

Praticamente todos os estudiosos da Revolta dos posseiros afirmam que a titulação das terras do sudoeste paranaense para a CITLA constituiu-se em uma transação permeada por aspectos ilegais:

> Além da ilegalidade que marcou a concretização este acordo, o quadro se agrava quando se constata a diferença entre a quantia que estava sendo reclamada como indenização e o preço (avaliado) das terras referentes às glebas Chopim e Missões, no momento em que se realizou este acordo [...][72].

> A titulação para a CITLA da gleba Missões e parte da gleba Chopim foi um ato imoral e ilegal. Foram titulados à CITLA 484.680 ha. de terras numa região rica e fértil, para pagamento de uma dívida originariamente de Cr$ 4.720.000,00[73].

> Saliente-se que os elementos que participaram das negociações desse estranho e ilegal acordo, era pessoas ligadas ao antigo gerente geral da São Paulo – Rio Grande [...][74].

> Com a mudança de credor mudaram também as regras do jogo. Num passe de mágica, o que era ilegal passou a ser legítimo. Aquilo que em constantes petições havia sido indeferido, passou a ser deferido[75].

Diante de tais afirmações cabe ressaltar a forma como a CITLA iniciou sua participação nas negociações das terras dos sudoeste. No início do século XX, um cidadão de nome José Rupp adquiriu do governo de Santa Catarina autorização para explorar ervais e matas no planalto catarinense[76]. Essas terras seriam, a princípio, devolutas, porém, em função da construção das estradas de ferro em solo catarinense, o mesmo território explorado por José Rupp foi cedido à CEFSPRG.

A fim de retirá-lo de suas concessões, a Companhia conseguiu junto à justiça a manutenção da posse e a apreensão dos depósitos de erva-mate já extraída. José Rupp inconformado com a decisão judicial recorreu e, em 1925, teve parecer favorável, sendo reconhecida, pela justiça, sua posse sobre as terras em litígio. Sem aceitar essa decisão, a

---

[72] REGO, Op. Cit. p. 200.
[73] LAZIER, Op. Cit. O.p. 42.
[74] WACHOWICZ, Op. Cit. p. 151.
[75] GOMES, Op. Cit. p. 35
[76] Cf. GOMES, 1987, COLNAGHI, 1984; WACHOWICZ, 1985; REGO, 1985; LAZIER, 1986.

CEFSPRG recorreu junto ao Supremo Tribunal que Federal que, somente em 1938, confirmou a sentença a favor de José Rupp.

Foram treze anos de disputas judiciais. Por entender, portanto, que esse período causou-lhes prejuízos econômicos, Rupp ajuizou, mais uma vez, uma ação ordinária de indenização contra a CEFSPRG pelos danos causados. Conforme Lazier[77], em 1945 a Companhia foi condenada a pagar CR$ 4.720.000,00 mais juros de mora e custo calculados desde 1938 como indenização a José Rupp.

Frente à incorporação dos bens da CEFSPRG ao Patrimônio Nacional, a dívida pela indenização cabia, agora, ao Poder Público Federal. De 1945 a 1950, José Rupp impetrou na justiça diversas propostas, inclusive a solicitação da gleba Missões como pagamento, sendo todas elas, porém, indeferidas. Diante dessas negativas, Rupp cedeu seus créditos à Clevelândia Industrial e Territorial Ltda que, em poucos meses, conseguiu junto à Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional (SEINP) a titulação das Glebas Missões e parte da Chopim.

FIGURA 1: Mapa de atuação da CITLA e do GETSOP na região Sudoeste do Paraná
Fonte: Krüger, Nivaldo (2004, p. 215).

[77] LAZIER, Op. Cit.

O caráter de ilegalidade e imoralidade atribuído a essa transação por grande parte dos estudiosos da Revolta dos Posseiros deve-se ao fato de que

> Foram diversas as inconsistências, do ponto de vista constitucional, que cercaram o acordo realizado entre a CITLA e a SEINP. Em primeiro lugar, a Constituição Federal proibia a venda de terras na faixa de fronteira sem a devida autorização do Conselho de Segurança Nacional. Em segundo ligar, a Constituição Federal (Art. 156, § 2º) exigia que, para a concessão de terras públicas, com área superior a 10.000 hectares, houvesse autorização do Senado Federal. E, em terceiro lugar, ficara estabelecido pelo Decreto-Lei nº 9.549, de 9 de agosto de 1946, que a SEINP deveria realizar a venda das terras situadas no Paraná e Santa Catarina através de concorrência pública[78].

De acordo com Rubem Murilo Leão Rego, nenhum destes preceitos foram respeitados, causando maior indignação em relação à titulação das terras do sudoeste para a CITLA. Frente a essas irregularidades, o Tribunal de Contas da União negou o registro à escritura de dação em pagamento que lhe foi encaminhada por esta Companhia, conduzindo, nos termos constitucionais, o processo jurídico ao Parlamento a fim de que se pronunciasse a respeito do caso.

Outra coisa que os jornais de oposição ao governo, juntamente com a bibliografia que trata do tema também questionam é a rapidez com que a CITLA conseguiu tornar-se "dona" das terras: José Rupp transferiu seus créditos para a Companhia em 26 de julho de 1950 e já em 17 de novembro do mesmo ano foi acertado o acordo sobre a indenização.

> em 1º de julho de 1950 fora indeferido um pedido de José Rupp para que fosse paga a indenização apenas com a gleba Missões. A mesma Superintendência acertou o acordo, agora com a CITLA titulando não só a gleba Missões mas, também, parte da gleba Chopim.
> Por que houve mudança de atitude? Que poderes possuía a CITLA para conseguir em tão pouco tempo transformar o errado em certo, o ilegal em legal?
> Consta que o Governador do Paraná, Moisés Lupion, era um dos sócios da CITLA. O partido político que governava o Paraná era o mesmo que governava o Brasil, o PSD. O escândalo do acordo foi cognominado de 'A maior bandalheira da República'[79].

Foi justamente por essa ligação com o governador do Estado que, segundo grande parte da bibliografia que estuda o tema, a CITLA conseguiu instalar-se na região sudoeste e iniciar a comercialização das mesmas. Por isso, o processo jurídico de negação do registro da

[78] REGO, Op. Cit. p. 199-200.
[79] LAZIER, Op. Cit. p. 41-42.

escritura de dação em pagamento enviado pelo Tribunal de Contas da União ao Parlamento foi tratado com lentidão:

> a atuação da CITLA na comercialização das terras, se torna possível em razão tanto da inexistência de medidas eficazes no sentido de coibir as suas atividades, como pelo apoio 'político' que recebia diretamente da parte do Governo Estadual. Na Câmara Federal, os parlamentares o Partido Social Democrático, principal, procuravam impedir que a resolução do Tribunal de Contas da União sobre a negativa de registro da escritura de dação em pagamento fosse objeto de deliberação pelo Congresso Nacional. É conhecido o fato de que o Congresso Nacional, na sua composição, refletia fortemente os interesses estruturalmente vinculados à grande propriedade territorial, ou seja, ao monopólio da propriedade fundiária. Isso se torna patente tanto pelo tempo que leva para se pronunciar sobre a questão (seis anos), como pelas iniciativas em algumas comissões internas no sentido de reconhecer a legalidade do acordo realizado pela CITLA com a SEINP. O Congresso Nacional só se pronuncia sobre a transação havida em 1957 logo após a eclosão do levante dos posseiros no sudoeste paranaense. A situação de indefinição jurídico-legal sobre a legitimidade da posse ou domínio daquelas terras criava o espaço e as condições que permitiam a atuação especulativa da companhia de terras[80].

A indefinição, portanto, de um dono para as terras do sudoeste paranaense possibilitou a Revolta dos posseiros de 1957. O fato de a CITLA ter como um dos sócios o governador do Estado fazia com que todo o processo fosse tratado com morosidade, o que facilitou a entrada da empresa na comercialização das terras região. Contudo, convém salientar que as opiniões acerca da questão jurídica que envolvia a região diferem de acordo com a posição política adotada por cada um que narra os fatos desencadeados no sudoeste: Rubens Martins[81], contemporâneo aos fatos desencadeado no sudoeste, médico, delegado e político na região declara que

> Apesar de todas as batalhas judiciais e políticas travadas para invalidar a escritura pública que assegurara à CITLA o domínio pleno das terras em litígio no Sudoeste paranaense, ninguém podia ignorar, em sã consciência, o **aspecto legal da escritura** de dação em pagamento, que fizera proprietária das glebas Missões e Chopim[82] (Grifo nosso).

Rubens Martins era político pelo PSD, partido de Moisés Lupion, o que nos permite entender que sua aceitação em relação à titulação das terras para CITLA reside justamente no fato de estar ligado, politicamente, ao governador do Estado. Ao estudarmos um fato histórico

---

[80] REGO, Op. Cit. p. 201.
[81] MARTINS, Op. Cit. 1986.
[82] MARTINS, Op. Cit. 1986. p. 346.

nos deparamos com variadas versões acerca de um mesmo tema, permitindo com que tenhamos prós e contra em um determinado assunto. Os historiadores devem buscar sempre a verdade e a objetividade no trato de suas fontes. No entanto, isso não significa que ele não possa assumir uma posição frente ao seu tema. No caso da Revolta dos posseiros, a maioria dos autores adota uma posição contrária à CITLA, tendo em vista que sua ação tumultuou a vida de muitas pessoas que há anos trabalhava naquela terra. Ao mesmo tempo, como historiadores não podemos descartar a visão daqueles que, de uma forma ou de outra, defenderam a atuação da Companhia. As diferentes versões nos servem para melhor visualizarmos o fato e, assim, extrairmos uma verdade mais próxima possível da realidade.

Os diferentes estudos acerca da Revolta dos Posseiros nos permite entender que o conflito não foi mera ação de "políticos oposicionistas, insuflando os colonos a repelir pela força os legítimos ou pretensos donos da terra", conforme afirma Rubens Martins[83], mas, pelo contrário, uma reação à indefinição da situação das terras do sudoeste do Paraná somada à atuação da CITLA. Nesse sentido, os posseiros mostraram-se dignos da cena pública, lutando por um direito que consideravam seu: a posse da terra.

1.2 Interesses e confronto: a CITLA e os posseiros no sudoeste do Paraná

Em 17 de novembro de 1950, após negociações com José Rupp, a CITLA recebe a titulação das terras do sudoeste paranaense:

> A escritura de dação em pagamento, assinada em 17 de novembro de 1950, abrangeu uma área de 198.000 alqueires, incluindo faixa de fronteira com a Argentina, a Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO, diversas propriedades particulares, inclusive uma área de 27.775 hectares, vendida pela Superintendência à firma Pinho e Terras, Ltda., em 22 de maio de 1950, as posses de agricultores acolhidos pela CANGO, em número aproximado de 3.000 famílias e as sedes distritais e dos municípios de Francisco Beltrão, Santo Antonio e Capanema[84].

Dessa forma, possuidora de tão amplo território a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda instala-se, em 1951, na região sudoeste do Paraná, iniciando a venda de terras aos colonos ali instalados e gerando um clima de inquietação social entre os moradores. De acordo com Iria Zanoni Gomes, já em setembro de 1951 há uma primeira reação à situação de intranquilidade gerada pela presença da empresa na região: colonos, comerciantes e

[83] MARTINS, Op. Cit. 1986. P. 359.
[84] GOMES, Op. Cit. p. 35.

profissionais liberais, em assembléia geral, constituem uma comissão permanente para a defesa de seus direitos em relação ao litígio em torno das terras. Porém, é visível, conforme a autora, a ineficiência dessa forma de resistência, já que não gerou nenhuma providência contrária à CITLA.

É preciso lembrar que no momento em que as terras foram tituladas para a CITLA o Paraná era governado por Moisés Lupion (PSD), o que provavelmente facilitou a entrada da empresa no sudoeste do Paraná. Porém, entre 1951 e 1955 quem governou o Estado foi Bento Munhoz da Rocha Neto, do PTB. A rivalidade política entre os dois partidos fez com que tal governador se opusesse à CITLA, proibindo, "através do decreto nº 419, de 02 de junho de 1952, o recolhimento dos Impostos de Transmissão e Propriedade, 'Sisas', de qualquer transação imobiliária nas glebas Missões e Chopim"[85]. Assim, de acordo com Rubens Murilo Leão Rego[86], houve um interregno nas atividades da CITLA que voltou a atuar ofensivamente apenas após a reeleição de Lupion em 1955. Portanto, a presença no poder de um político contrário à empresa pode explicar o fato de os posseiros da região terem se disponibilizado à luta propriamente dita somente em 1957, já que entre 1951-1955 a empresa teve suas atividades restritas.

Conforme Iria Zanoni Gomes, neste período em que o PTB estava no poder, a CITLA, mesmo com suas atividades interrompidas, utilizou-se da propaganda para fazer sentir sua presença na região:

> primeira campanha desenvolvida pela CITLA foi publicitária; de qualquer coisa que ocorresse no judiciário a seu favor ela dava a mais ampla publicidade. Começou então a bater sempre na mesma tecla: a União não tem direito: o Juiz deu ganho de causa à CITLA; o Supremo decidiu a favor da CITLA, etc. Em geral, nestes casos, as questões eram sempre... pequenas questões de ordem processual,... Desenvolveu, então, a CITLA forte campanha na região, de maneira que os colonos ficaram assustados e convencidos de que a CITLA era a dona daquelas terras e não o Estado ou a União.[87]

Assim, mesmo com a questão das terras sub-judice e mesmo sem poder emitir documentos, a CITLA conseguia realizar alguns negócios, pois conforme Gomes, além de a

---

[85] GOMES, Op. Cit. p. 38.

[86] REGO, Op. Cit.

[87] ANDRADE, Luiz Antonio. *Depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito*. Rio de Janeiro, DF, Câmara Federal, 21 nov. 1957. p. 221. Apud: GOMES, Iria Zanoni, 1987 p. 39. Luiz Antonio de Andrade era advogado e procurador do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) no período em que ocorreu a revolta dos posseiros.

companhia utilizar-se da propaganda para transmitir a idéia de que era dona das terras da região, ainda conseguia, junto a alguns cartórios amigos, o registro de contrato de compra e venda dos lotes.

O fato de o governador do Estado proibir o recolhimento das sisas e, dessa forma, restringir a atuação da CITLA, não a impediu de conseguir vitórias ainda no início da década de 1950: em 31 de dezembro de 1953 "um ofício do Diretor da Divisão de Terras e Colonização suspende a colocação de novos colonos na Colônia Agrícola"[88], demonstrando que, politicamente, a empresa apresentava mais forças para manter-se como proprietária das terras do sudoeste paranaense. Frente a essa decisão, a CITLA resolveu impedir a entrada espontânea de novos posseiros na região colocando uma tranca na entrada de Francisco Beltrão. Diante do evento, mais uma comissão foi formada para ir conversar com o governador que, como resposta à ação da companhia, determinou que um coronel da polícia retirasse a tranca do local. Depois desse incidente, conforme Iria Zanoni Gomes, a CITLA manteve-se mais ou menos em silêncio até 1956, quando Moisés Lupion, retorna ao poder.

Um dos primeiros atos do governador no seu novo mandato foi revogar a ordem que proibia o recolhimento das sisas. Assim, em 1956, a CITLA, juntamente com duas outras companhias, Comercial e Apucarana, que se tornaram suas concessionárias[89], tem livre caminho para atuar no sudoeste paranaense. Segundo Ruy Wachowicz, "as medições começaram na localidade conhecida por Lajeado Grande, e estenderam-se no mês seguinte para o de Pinhalzinho. Concomitantemente, as companhias iniciaram uma campanha pelas emissoras de rádio da região (Pato Branco e Francisco Beltrão), para que os colonos se dirigissem aos escritórios das companhias, a fim de regularizarem sua situação, assinando os contratos de compra e venda com os *legítimos* proprietários das terras"[90] (grifo do autor). A partir desse momento, políticos da UDN e PTB passaram a reagir, alertando os posseiros e colonos a não assinarem contrato algum. Dessa forma, passaram a exigir escritura legal e

---

[88] GOMES, Op. Cit. p. 47.

[89] De acordo com Iria Zanoni Gomes, há duas versões sobre a entrada dessas duas companhias na comercialização das terras do sudoeste: a primeira diz que na campanha política, Moisés Lupion adquiriu dívidas significativas com João Simões, diretor do Banco do estado do Paraná e com Jorge Maia, prefeito de Apucarana na época. Assim, para sanar as dívidas, forneceu faixas de terras aos mesmos, terras estas que passaram a ser administradas pela Comercial e Apucarana respectivamente. A outra versão é de Mario Fontana, diretor da CITLA, que diz que o grupo Lupion, visando expandir seus negócios, adquiriu dívidas no estrangeiro, sendo "obrigados" a conceder terras às duas companhias como pagamento pelos empréstimos (GOMES, 1987, p.49-50).

[90] WACHOWICZ, Op. Cit. p. 168.

preço justo. Sem poder atender a essas reivindicações as companhias recorreram ao uso de jagunços:

> Trazidos normalmente de fora da região, como assalariados das companhias, os jagunços deveriam desempenhar a função de 'corretores'. [...] Como assalariado, o 'jagunço' executava ordens. E as ordens eram para que se obtivesse o maior lucro possível com a venda das terras e no menor tempo possível, tendo em vista a situação política favorável[91].

Para apreçar, portanto, a venda das terras, as Companhias encontravam nos jagunços e na violência a melhor forma de angariar os lucros oriundos da renda fundiária. A indefinição jurídica em relação às terras do sudoeste paranaense, possibilitava, deste modo, um ambiente de conflito de interesses, onde a busca pelo lucro suplantava todas as formas legais de se resolver o problema da região:

> A falta de uma definição legal da terra legitima e complementa a violência. Além do mais, o próprio fato de que todos os títulos são 'temporários' significa que os lucros do capital com a terra – uma série de cobranças no caso da CITLA – deverão ser realizados tão rapidamente quanto possível. Daí terem os gangsters da CITLA no sudoeste feito tanto maior pressão pelo pagamento imediato da terra quanto mais iminente parecia que o julgamento legal sobre o verdadeiro titular da terra seria contra ela [...]. De fato, assim que a CITLA começou a exercer violenta pressão sobre os camponeses, os deputados de oposição no sudoeste (os do PTB) começaram a defender a desapropriação pelo Governo Federal por interesse social. Como essa proposta ganhou aceitação geral, a CITLA, sem esperanças de vir a ganhar a terra legalmente, intensificou sua campanha de terror a fim de realizar 'lucros' rápidos. Camponeses foram baleados nas trilhas da floresta e os corpos atirados no rio, ou enterrados [...][92]

As primeiras reações contra essa violência foram realizadas através de abaixo-assinados pelos moradores da região. Porém, nada de concreto fora feito a favor dos posseiros e colonos. De acordo com Iria Zanoni Gomes, "a última tentativa coletiva de se conseguir uma solução pela via legal, o abaixo-assinado que Pedrinho Barbeiro deveria levar ao Presidente da República, havia fracassado"[93]. Pedrinho Barbeiro era vereador em Pato Branco pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Contrário às ações arbitrárias desenvolvidas pelas companhias CITLA, Apucarana e Comercial no sudoeste, organizou um abaixo-assinado que

---

[91] GOMES, Op. Cit. p. 54-55.
[92] FOWERAKER, Op. Cit. p. 162.
[93] GOMES, Op. Cit. p. 69.

pessoalmente levaria ao Presidente da República, Juscelino Kubtschek, a fim de denunciar a realidade da região:

> A política aqui era só PSD e PTB. Então o PSD dizia que não tinha nada aqui e o PTB denunciava, depois entrou a UDN, mais precisamente com o senador Othon Mader, eles faziam a denúncia na Câmara Federal e no Senado e o PSD desmentia. Então esse vereador queria ir in loco lá pra mostrar ao Juscelino a real situação da história. Se muniu de várias fotografias e entrevistas de diversos colonos que foram castigados. Aí no dia que ele tava pronto pra viajar foram lá pra comprar a casa dele, que estava em construção, mas não deu tempo nem de falar meia dúzia de palavras atiraram nele[94].

Antes, portanto, da viagem para a capital federal, o vereador foi morto a tiros na própria residência, impedindo-o de levar adiante a reclamação contra as companhias. Assim, em resposta a esse acontecimento, juntamente com o fato de não verem resultado pelas vias legais de resistência, os posseiros e colonos focalizaram nas armas a única solução para a situação:

> Nós tudo tinha arma, né? Então, tinham arma de caça (...) Bom revólver, boas espingardas, e cada colono tinha se preparado bastante (...) Os colonos se reuniam, proseavam de noite, de dia; a toda hora eles estavam se comunicando (...). Era enfrentar para ver o que dava (...) para ver se o governo tomava providência, prevenção[95].

"Ao colono eram oferecidas duas alternativas: ou adquiria as terras sob o preço que lhe era imposto, ou deveria abandonar a terra. A atividade das empresas imobiliárias consistia em forçar a comercialização ou efetivar a 'limpeza da terra'. Foram sendo assim forjadas, progressivamente as condições de resistência do colono. Na luta contra a ameaça expropriadora de suas condições de trabalho, o camponês é levado à luta pela garantia da posse e pela legalização da propriedade da terra"[96]. Essa "limpeza da terra" era promovida através de ações de ameaças, expulsão e, até mesmo, de assassinatos de pequenos posseiros e colonos. Frente a essa ação expropriadora das companhias, os posseiros e colonos decidem lutar à sua maneira[97], já que as buscas legais pela resolução do problema não surtiram efeitos.

---

[94] JACOMO TRENTO, vulgo Porto Alegre, um dos líderes dos posseiros em 1957. Apud: PEREIRA, Niomar. "Revolta dos posseiros: era chegada a hora de ir para o mato e prender os jagunços". Aqui Sudoeste. Francisco Beltrão, 23 de Fevereiro de 2007.

[95] Pesquisa de campo realizada por Rubem Murilo Leão Rego. Apud: REGO, Op. Cit. p. 209.

[96] REGO, Op. Cit. p. 208.

[97] GOMES, Op. Cit. p. 71.

Todas as ações legais sem retorno prático desenvolvidas até então se transformaram em um processo de violência de ambos os lados. Conforme Iria Zanoni Gomes, o primeiro confronto entre jagunços e posseiros aconteceu em 02 de agosto de 1957, no distrito de Verê, quando um grupo de colonos armados marcharam em direção ao escritório da Companhia Comercial. Na ocasião vinha à frente um colono envolvido em uma bandeira do Brasil que foi morto, ali mesmo, por jagunços[98].

O incidente, ao invés de surtir algum efeito a favor dos posseiros, provocou, pelo contrário, o aumento da violência e o reforço do contingente policial para Francisco Beltrão a fim de proceder ao desarmamento dos colonos. Além disso, segundo Iria Zanoni Gomes, prefeitos e juizes de direito da região, todos do PSD, formaram uma comissão e foram pedir ao presidente da república ações "no sentido de ser dada solução às questões injustificáveis relativas à propriedade de terras situadas nos nossos Municípios, entre a firma colonizadora Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. e outras, de um lado, e a União Federal e o Instituto Nacional de imigração e Colonização (INIC), do outro, questões essas que vêm causando tanta perturbação e intranquilidade no seio de nossa gente"[99]. É possível perceber, portanto, que a ação das autoridades locais não foi a favor dos posseiros. Assim, se de um lado a violência era intensificada, do outro, os colonos respondiam com mais violência.

A fim de acalmar os ânimos e fazer um acordo, o gerente da Apucarana, Gaspar Kraemer, marcou uma reunião com os colonos e posseiros em Lajeado Grande. Conforme Ruy Wachowicz, a reunião foi cancelada, pelo fato dos dirigentes da companhia estarem desconfiados de alguma coisa. Assim, no dia 14 de setembro, ao invés de irem à reunião, mandaram apenas uma camionete com ordem para dar carona a quem estivesse na estrada. Tendo em vista o fato da realização da reunião, havia muitas pessoas pelo caminho. Sem saber da mudança de planos, o grupo de Pedro Santin atacou o veículo, matando 7 pessoas. Porém, das que morreram, apenas duas eram funcionárias da companhia Apucarana.

> João Brandiolli Filho, motorista da camioneta da colonizadora Apucarana, deixou que os "Caronas" subissem e tocou o carro. Percorridos pouco mais de 16 quilômetros, ouviram um tiro. João e seus 13 companheiros não deram maior importância ao fato. E isso custou a vida de sete deles. Mais adiante, escondidos por detrás de um enorme pinheiro abatido, na mata existente num

[98] GOMES, Op. Cit. p. 72.

[99] BELO, Jesuíno Siqueila et alli – Memorial dos senhores Prefeitos e Deputados do Sudoeste Paranaense, dirigido ao Sr. Juscelino Kubtschek de Oliveira, Presidente da República, solicitando a extinção do Núcleo Agrícola "General Osório", naquela região, e outras providências. Rio de Janeiro, 04/09/1957. p. 1. Apud. GOMES, 1987 p. 73.

> dos lados da estrada, um grupo de colonos armados esperava de tocaia. Quando a camioneta passou, foi recebida por uma saraivada de balas. Uma delas atingiu João na cabeça, matando-o e fazendo com que o carro, desgovernado, entrasse mato a dentro. Alguns dos passageiros, também atingidos, ali tombaram sem vida. Outros fugiram por dentro da mata, sempre perseguidos pelos colonos enfurecidos[100].

> [...] Os colonos das cercanias de Santo Antonio que não sabiam que a reunião fora adiada e que nelas estavam interessados, ao todo uma dúzia deles, foram surgindo pela estrada e embarcaram no veículo, feitos caronas, para ir a Capanema [...] Quando a camionete surgiu na pequena chapada que antecede a suave curva quase no fim do estirão do km 17, da margem direita da estrada foram ouvidos alguns disparos. Era a advertência dos vigias dos homens da emboscada para o pessoal que se achava atrás da peroba. O motorista do veículo, já vivendo todo o drama que assolava a região desde o dia 6, percebeu logo o significado daqueles tiros. Seria, fatalmente um ataque. Então pisou em seu acelerador. Era uma tentativa de fuga. Mas o ataque propriamente dito viria segundos após, quando entrasse na curva do 17. [...] A camionete foi alvo de uma saraivada de balas que vinham da margem esquerda da estrada [...] Quando se inteiravam da verdade dos fatos, os colonos tiveram de sofrer amarga decepção. Então uma verdade estarrecedora os paralisou: haviam matado os colonos, cinco ao todo, enquanto apenas dois da CITLA é que haviam perecido no ataque [...][101].

> No dia 14 deste mês, no quilômetro 17, da estrada que liga Santo Antonio a Capanema, voltaram os colonos a promover nova emboscada contra elementos da mesma companhia de terra, assaltando uma de suas camionetas de serviço. Desta feira, foram mortas 7 pessoas, dentre as 14 que viajavam na viatura. Apenas 2 dos passageiros eram funcionários da Apucarana. As demais haviam pedido carona ao motorista[102].

Indignados com a morte de companheiros, aproximadamente dois mil colonos tomaram a cidade de Capanema. Assim, após a tocaia do dia 14 de setembro,

> O ódio acumulado durante muito tempo pelos colonos explodiu em toda a sua fúria. O município de Capanema foi invadido por mais de dois mil homens armados que se apossaram da cidade. A estrada que liga Santo Antônio a Capanema foi tomada pelos revoltosos, que impediram todo o tráfico pela mesma. Incendiaram o escritório da Companhia Colonizadora em Lajeado Grande, obrigando seus ocupantes a fugir para o mato. Os empregados das Companhias recuaram e ficaram em Santo Antonio, aguardando os acontecimentos, armados e a espera de um ataque dos posseiros[103].

---

[100] O Cruzeiro. “Sangue no Paraná”, 12/10/1957. In DEAP, pasta 1674, top 200.

[101] O Estado do Paraná. “Os sangrentos acontecimentos que conturbaram o sudoeste”. In: DEAP, pasta 1209A, top 144.

[102] Gazeta do Povo. “Voltaram os colonos às suas tarefas pacíficas”, 28/091957. In DEAP, pasta 1053, top 128.

[103] O Cruzeiro. “Sangue no Paraná”, 12/10/1957. In DEAP, pasta 1674, top 200.

Os ânimos estavam exaltados. Alguma solução era necessária. Após o episódio do dia 14, a imprensa teve acesso aos acontecimentos do sudoeste[104], fazendo com que os problemas do sudoeste alcançassem a opinião pública, por meio da veiculação diária dos acontecimentos através dos jornais. Conforme Iria Zanoni Gomes, a polícia, em outras circunstâncias, poderia reprimir os posseiros e colonos e trazer novamente a paz para a região. Porém, tendo em vista essa repercussão na imprensa, juntamente ao fato de os revoltosos terem mostrado disposição à luta, fez com que Pinheiro Júnior, Chefe de Polícia, utilizasse de métodos diplomáticos de persuasão para acalmá-los: tendo em vista que os colonos exigiram intervenção do Exército na região, Pinheiro Junior delegou o Coronel Alcebíades Rodrigues da Costa, conhecido pelos moradores, e o Tenente-Coronel José Henrique Dias para fazer o trabalho de desmobilização:

> Quando atravessei o rio, encontrei perto de 200 homens armados que me esperavam. Em virtude do grande acontecimento que tinha na região, por ter desempenhado o cargo de Delegado regional de Polícia em Clevelândia, não me foi difícil fazer com que me aceitassem. Fui com eles, a pé, até o quilômetro 58 (Estrada Santo Antonio-Capanema), sede do município. Ali encontrei outra força de colonos armada, com perto de mil homens. Depois de uma série de dificuldades, consegui resolver todos os problemas existentes e segui para o quilômetro 35, onde se concentravam outros contingentes. Encontrei ali mais de mil homens em armas, que me pediram que intercedesse junto ao governo para que suas terras, já ocupadas e plantadas, fossem medidas e localizadas; que eles, colonos, pagariam preços razoáveis pelas mesmas, pois não as queriam de graça. Pedi que tivessem confiança no governo e prometi que os empregados das companhias colonizadoras não mais os importunariam e que não mandaria soldados para a região até que tudo estivesse serenado. Depois, resolvi descer a estrada, tomada do quilômetro 14 ao 71 (até as margens do Iguaçu) pelos revoltosos, e abri-la novamente ao tráfego[105].

De acordo com Iria Zanoni Gomes, a tática utilizada pelo Cel. Alcebíades foi transformar os líderes da revolta em uma "espécie de polícia civil sob suas ordens"[106]. Assim, a ação do Coronel, aliada ao afastamento dos líderes das companhias, fez com que a situação, ao menos aparentemente, se acalmasse, tanto que em entrevista à Gazeta do Povo, Pinheiro Junior afirma que

---

[104] Como é possível perceber, os acontecimentos do sudoeste do Paraná não foram divulgados apenas pelos periódicos locais, mas também pelo de outros estados, como é o caso de *O Cruzeiro* e *Correio da Manhã*. Além destes, na documentação da Polícia Política do Paraná (DOPS), podemos encontrar *Gazeta do Povo, O Dia, Tribuna do Paraná, O Estado do Paraná, Diário do Paraná, Diário da* Tarde e Tribuna *do Povo*, todos que, diariamente, entre os meses de setembro e dezembro, veiculavam os acontecimentos do sudoeste paranaense.

[105] Cel. Alcebíades Rodrigues da Costa. Apud: O Cruzeiro. "Sangue no Paraná", 12/10/1957. In DEAP, pasta 1674, top 200.

[106] GOMES, Op. Cit. p. 79.

> Há três dias estive em Santo Antônio e constatei lá como em Capanema normalidade absoluta. A ação dos dois oficiais foi eficiente. Os colonos voltaram as suas tarefas pacíficas na região. As famílias que, apavoradas, haviam transposto a fronteira com a Argentina, já voltaram também aos seus lares[107].

Porém, segundo Iria Zanoni Gomes, a evacuação dos jagunços na área da fronteira com a presença dos oficiais fez com que eles se deslocassem para as áreas de Francisco Beltrão e Pato Branco, contribuindo para a intensificação da violência nessas regiões:

> Os agricultores... não tinham mais condições de plantar. Quando faziam a capoeira , recebiam ordens da companhia dizendo que não podiam queimar nem plantar, porque a terra não era deles. A produção baixou violentamente e os colonos viviam em completo desespero[108].

A presença das companhias imobiliárias na região não prejudicava apenas os colonos e posseiros, mas também os moradores da cidade, que se viam prejudicados pela paralisação das lavouras. Dessa forma, não somente os posseiros e colonos discutiam a situação, mas também os comerciantes e profissionais liberais passaram a posicionar-se contra as companhias. Além da evidente posição contrária dos políticos da UDN e do PTB, algumas lideranças urbanas também de destacaram na luta contra as empresas imobiliárias. Entre estes podemos ressaltar Walter Pecóits (médico), Ivo Thomazoni (Radialista), Edu Potiguara Publitz (advogado), Luiz Prollo (comerciante) e Jácomo Trento (mais conhecido como "Porto Alegre", vendedor de equipamentos que percorria o interior do sudoeste, adquirindo, com isso, mais informações sobre a situação da região)[109]. O diálogo entre campo e cidade foi, portanto, muito importante para a deflagração do movimento de 1957. Conforme Iria Zanoni Gomes bastava apenas um fato relevante para irrompê-lo.

De acordo com Ruy Wachowicz o estopim se deu no dia 09 de outubro de 1957, quando três crianças foram açoitadas para revelarem o paradeiro dos pais que se encontravam refugiados por medo dos jagunços. Segundo Jacomo Trento, "as crianças estavam com vergões em todo o corpo, da grossura de um dedo[110]". Após esse acontecimento "o delegado

---

[107] Gazeta do Povo. "Voltaram os colonos às suas tarefas pacíficas", 28/09/1957. In DEAP, pasta 1053, top 128.

[108] PECÓITS, Walter. Entrevista concedida a Roberto Gomes em Francisco Beltrão no ano de 1977. Apud: GOMES, Iria Zanoni.1987. p. 81

[109] PEGORARO, Op. Cit. p. 17.

[110] TRENTO, Jacomo. Entrevista gravada concedida a Ruy C. Wachowicz em 07/12/1978, em Curitiba. Apud: WACHOWICZ, Op.Cit.p. 196.

da cidade, Alberto Geron, disse que não podia fazer nada, pois se o fizesse estava correndo risco de vida. Seus superiores haviam dado ordens para deixar as companhias trabalharem, sendo este, segundo eles, o interesse do governo. A população foi procurar então o juiz de direito, José Meger. Este, toda vez que havia requisitado forças para combater o banditismo, não recebia resposta e nem apoio"[111].

Sem apoio da policia os moradores sentiram necessidade de reação. Através da Rádio Colméia, Ivo Thomazoni chamou o povo para uma reunião onde decidiriam o problema das companhias. Conforme Iria Zanoni Gomes o número de participantes foi significativo. Uma das decisões foi a formação de uma comissão que iria até Curitiba e traria uma solução em três dias. Já na capital, tal comissão tomou conhecimento de que a Câmara dos Deputados havia aprovado a Emenda do Senado ao projeto do legislativo que aprovou o Ato do Tribunal de Contas e que negava o registro das glebas Missões e Chopim à CITLA. Isso após seis anos transitando no Congresso Nacional. Outra decisão que a comissão tomou conhecimento foi sobre o fechamento dos escritórios das companhias no sudoeste, decretada por Moisés Lupion após a ameaça de uma intervenção federal na região. Porém, conforme Wachowicz e Gomes, isso não foi suficiente para acalmar os ânimos da população.

Em Pato Branco, formou-se uma junta governativa provisória para as tomadas de decisões. A cidade foi ocupada por centenas de pessoas e foram montados piquetes para guarnecer as principais estradas de acesso a ela. O Major Machado esteve presente na região a fim de cumprir o fechamento dos escritórios da companhia. Conforme Iria Zanoni Gomes, este usou da mesma estratégia do Coronel Alcebíades, designando Jacomo Trento[112], o Porto Alegre, conhecido pelos moradores, para auxiliá-lo na captura dos jagunços. A ação foi eficaz, pois muitas foram as prisões realizadas, inclusive, e mais importante, a do jagunço *Maringá*, autor das maiores atrocidades cometidas na região. Os que não foram presos se entregaram ou fugiram. Todos esses acontecimentos eram divulgados pelos jornais, levando os problemas do sudoeste paranaense ao domínio público:

> a rádio de Pato Branco, capitada nesta cidade, anuncia que aquela comuna, onde vinham ocorrendo novas violências como parte da questão de terras que há tempos agita todo o Sudoeste do Estado, foi dominada por uma Junta Governativa de Emergência, eleita pela maioria da população. Dotada de poderes ditatoriais, essa Junta já teria telegrafado ao Presidente da

[111] WACHOWICZ, Op. Cit. p. 197.

[112] Segundo Iria Zanoni Gomes a ação de escolher entre os revoltosos um que se destacava como líder para ajudar a força policial era uma estratégia para a preservação o poder do Estado, pois tendo um membro conhecido dos moradores a calma seria alcançada com maior rapidez. (GOMES, 1987, Nota 211, p. 93).

> República, ao Ministro da Justiça e ao General Teixeira Lott pedindo providências contra as arbitrariedades das Companhias de Terras. Desde segunda-feira que o ambiente é de franca revolta em Pato Branco, indignando-se a população com as violências praticadas contra a família de um colono de Verê, cujos filhos foram seviciados cruelmente pelos capangas das empresas de Terras. O prefeito da cidade encontra-se na Capital, onde foi tratar do problema, e isso talvez tenha propiciado a exaltação dos ânimos com a instituição de autoridade de emergência. Consta que elementos das companhias de terras estejam presos[113].

Em Francisco Beltrão, já no dia 10, também foi formada uma comissão para tomada das decisões. Os colonos e posseiros foram chamados pelo rádio. A cidade foi ocupada por milhares de pessoas. Os jagunços foram presos antes de conseguirem fugir. Os revoltosos invadiram os escritórios das companhias, quebraram tudo, rasgando e jogando pela rua afora as promissórias e contratos que haviam assinado. Além disso, arrancaram a placa que dava nome à avenida principal e o obelisco comemorativo da fundação da cidade por apresentarem o nome da CITLA. Conforme Iria Zanoni Gomes essa reação tem um significado simbólico muito importante, pois ao rasgar as promissórias e retirar da cidade os objetos que lembravam a empresa, posseiros, colonos e demais envolvidos no movimento demonstravam todo seu protesto e recusa a tudo que estivesse ligado às Companhias de terra.

Os ânimos estavam tão acirrados que os revoltosos receberam à bala o Delegado da DOPS, enviado ao sudoeste para investigar o ataque à camioneta no dia 14 de setembro:

> a reportagem apurou que em Francisco Beltrão foi baleado o sr. Licínio[114] Barbosa, delegado da Ordem Política e Social, que se encontrava em companhia do escrivão. Portanto, as ocorrências que se verificam naquela região continuam cada vez mais difíceis de serem resolvidas, esperando por medidas urgentes do Governo Federal[115]"

Diante da situação Pinheiro Junior, chefe de polícia, esteve pessoalmente presente no sudoeste paranaense. Aceitando as imposições dos revoltosos, transformou o médico Walter Pecóits em delegado, prometeu a retirada completa das companhias e a demissão do promotor público e do juiz da comarca de Francisco Beltrão. Depois de passar um rádio para Curitiba,

---

[113] O Estado do Paraná. "Pato Branco dominada por uma junta governativa de emergência" 11/10/1957. In: DEAP. Pasta 1674, top 200.

[114] Licínio Barbosa era uma pessoa experiente na desmobilização de revoltas camponesas armadas. Como delegado da DOPS/PR ele participou, no início da década de 1950, do desmantelamento da Revolta de Porecatu, no norte do estado do Paraná. Cf. PRIORI, Angelo A. A Revolta Camponesa de Porecatu: a luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo (1942-1952). Tese de Doutorado. São Paulo, Assis, 2000.

[115] O Estado do Paraná. "Recebida à bala a autoridade policial em Francisco Beltrão", 15/10/1957. In: DEAP, pasta 1674, top 200.

Lupion aceitou todas as condições impostas. De acordo com Iria Zanoni Gomes, essa estratégia utilizada por Pinheiro Junior, semelhante à adotada pelo coronel Alcebíades em Pato Branco, de concordar com as exigências dos revoltosos e dar-lhes a impressão de que detinham o domínio da situação, era uma medida inteligente e necessária a fim de evitar um confronto maior que não era desejado pelo governo estadual por estar sob ameaça de intervenção federal devido aos lutuosos acontecimentos decorridos na região[116].

Em Santo Antonio, assim como em Pato Branco, também foi formada uma comissão para a orientação do movimento. No dia doze de outubro, exigindo um pronunciamento imediato sobre a questão de terras, os colonos tomaram a cidade. Cercaram a Delegacia, destituíram o delegado de polícia, prenderam um médico e um padre do distrito de Pranchita, por serem favorável à Citla, invadiram e depredaram a casa do advogado de tal empresa destruindo todos os contratos, documentos e promissórias que vinham sendo assinadas[117]. E mais uma vez Pinheiro Junior concordou em atender as condições impostas pelos revoltosos para o restabelecimento da paz[118]. Assim, evitava-se a intervenção federal no sudoeste paranaense e a consequente investigação do conflito, o que traria à tona o envolvimento do governador com as companhias de terras.

Após os ânimos terem se acalmado foram enviadas até o sudoeste tropas da polícia militar para a retomada do controle da região. Como essa atitude contrariava os acordos estabelecidos com o Chefe de Polícia, houve a possibilidade de um ressurgimento do conflito, devido à indignação dos colonos. Porém, segundo Iria Zanoni Gomes isso não aconteceu. A polícia reassumiu as delegacias da região e, aos poucos, foi adquirindo a confiança da população. Resolvia-se, portanto, pelo viés policial, parte dos problemas da região: o fim da ação das companhias.

A forma como a historiografia expõe os acontecimentos de 1957 reflete a visão de cada estudioso acerca da Revolta. De maneira geral, todas as análises sobre o conflito engrandecem a reação dos posseiros contra as investidas das companhias colonizadoras, mas, ao tratar o tema, acabam por minimizar o posseiro, destacando a ação dos líderes da revolta ou as táticas de controle ao conflito desempenhadas pelas autoridades no momento. Conforme foi salientado, Iria Zanoni Gomes atribui grande destaque às formas de atuação de Pinheiro Júnior e do Coronel Alcebíades que, para cessar a luta, fizeram parecer que os colonos tinham

[116] GOMES, Op. Cit. p. 101.

[117] GOMES, Op. Cit. p. 108.

[118] Conforme Iria Zanoni Gomes, as condições dos colonos para acabar com o movimento eram a confirmação do cargo do Sr. Adão Vasconcelos Vargas como delegado, anistia aos participantes do conflito, o não desarmamento dos colonos e a não vinda de mais policiais para a região. GOMES, Op. Cit. p. 109).

o controle da situação e, dessa forma, conseguiram restabelecer a ordem na região. Esse relevo parece demonstrar certa submissão dos milhares de posseiros que, com armas a punho, se encontravam nas ruas de várias cidades do sudoeste dispostos a lutar pelo que consideravam seu direito. Talvez, mais do que o realce dado a essas táticas, o importante dessa situação é perceber que os posseiros cessaram a luta no momento em que tiveram a certeza de que as companhias não funcionariam mais na região. Os posseiros do sudoeste, ao que as evidências indicam, não desejavam nada além do que o fim das incertezas em relação à posse da terra, cuja presença das companhias significava a grande preocupação. Quando essa presença já não se fazia sentir, a luta se fez desnecessária e, por isso, eles retornaram aos seus afazeres cotidianos sem grandes problemas.

O conflito em si não foi muito extenso temporalmente, concentrando-se no mês de outubro de 1957. Contudo, podemos dizer que foi resultado das experiências coletivamente vividas pelos posseiros do sudoeste que, diante abusos sofridos, uniram-se para lutar contra o inimigo comum: as companhias de terra. Quando esse inimigo comum deixou de existir, ou seja, quando os escritórios das empresas colonizadoras foram fechados e seus documentos destruídos, a luta tornou-se dispensável.

A Revolta dos Posseiros destacou-se entre os demais conflitos pela posse da terra por ter conseguido, após a ação dos posseiros, o fechamento dos escritórios das companhias e, em curto e médio prazo, uma política de colonização para o sudoeste paranaense, algo que possibilitou a titulação das terras da região. Neste processo, muito destaque é dado às figuras líderes do conflito, enquanto os milhares de colonos e posseiros que tomaram as ruas das cidades e invadiram os escritórios das companhias são apenas mencionados: fala-se em revolta “dos posseiros”, “dos colonos”, mas os lembrados pela história são o médico, o radialista, o advogado... Não estamos desmerecendo esses personagens, pois, realmente, eles foram figuras importantes para a divulgação e orientação do conflito. Contudo, apesar da primeira reação dos posseiros não ter sido organizada, devemos compreender que eles não se calaram frente às ofensivas das companhias e do governo, mas lutaram determinados pelos seus objetivos. Frente às necessidades e problemas comuns, os posseiros do sudoeste manifestaram sua consciência de classe contra aqueles que apresentavam interesses contrários, conseguindo, ainda em 1957, que as companhias tivessem suas portas fechadas.

1.3 Finda a luta, o início da regularização da situação da posse da terra no sudoeste paranaense: o papel do GETSOP

O fechamento dos escritórios das companhias colonizadoras no sudoeste do Paraná não resolvia, por completo, o problema dos posseiros: a posse da terra na região carecia, ainda, de regulamentação perante a justiça. Para que os frutos da revolta pudessem ser realmente colhidos, o processo de uma concreta definição jurídica para as terras do sudoeste precisou ser tramitado no campo político. Conforme René Remond[119], é no campo político que se converge a maioria das atividades dos agentes sociais envolvidos no processo histórico. Logo, as aspirações dos posseiros, manifestadas através da luta armada em 1957, precisavam ser tratadas na Câmara e no Senado para que surtissem efeitos legais para a sociedade sudoestiana.

Podemos dizer que a divulgação encontrada pelo conflito nos meios de comunicação social somadas à sua apropriação pelos políticos oposicionistas a Moisés Lupion foram fatores importantes para que a questão litigiosa das terras do sudoeste fosse debatida no campo da política. Ainda em dezembro de 1957 foi entregue ao presidente Juscelino Kubtschek um pedido de desapropriação dessas terras. Nos anos de 1958 e 1959, os deputados Ostoja Roguski (UDN) e Jorge de Lima (PTB), continuavam a propor que as terras do sudoeste tornassem-se de "utilidade pública e de interesse social para fins de desapropriação"[120]. Contudo, apesar da pressão política, as bases para uma efetiva regularização das terras da região somente foram possíveis após a mudança de forças políticas, tanto a nível estadual quanto federal.

Em março de 1961, o presidente Jânio Quadros assinou o decreto federal nº. 50.379 desapropriando as terras do sudoeste paranaense. Em 1962, João Goulart criou do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), dando início à efetiva resolução do problema da posse da terra na região:

> Art. 1º Fica instituído o Grupo Executivo Para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), com a finalidade de programar e executar os trabalhos necessários à efetivação dos objetivos determinados no Dec. 50.494 de 25 de

[119] RÉMOND, René. (org). Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

[120] Proposição feita pelo Deputado Ostoja Roguski em 28/03/1958 e pelo Deputado Jorge de Lima em 06/04/1959 na Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/internet/proposicoes/chamadaExterna.html?link=http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Lista.asp?ass1=sudoeste&co1=%20AND%20&Ass2=paranÃ¡&co2=Ass3=>. Acesso em: 25 mar. 2008

> abril de 1961, para a desapropriação e, em convênio com o Estado do Paraná, planejar e executar a colonização das glebas desapropriadas[121].

A principal função do GETSOP foi medir, demarcar e dividir os lotes, levando sempre em consideração a posse dos ocupantes:

> Fiquei no GETSOP como chefe do serviço de 1962 a final de 1968 (...). O Grupo foi extinto quando se entregou o último título de propriedade. Como a área já estava ocupada, nós apenas medimos, respeitando as divisas. E como havia terrenos pequenos e mal divididos, muitos nos criticavam. Nós estaríamos oficializando uma bagunça. A verdade é que a área já estava ocupada, e a prática mostrou que esse foi o melhor caminho[122].

Após regularizar 56.963 lotes, através de 43.383 títulos de propriedade de terras, o GETSOP teve seu fim, quando, em 28 de janeiro de 1974, foi assinado o Relatório Final das atividades do órgão. Apenas quatro lotes não foram regularizados por envolver disputas judiciais. Nesse sentido, podemos dizer que o GETSOP cumpriu sua missão:

> [O GETSOP] cumpriu cabalmente o seu encargo fundamental, a regularização da terra, garantindo ao homem rural e também aos residentes nas cidades e povoados a propriedade essencial à produção agropecuária, à instalação das indústrias, do comércio e da própria moradia, isto é, à terra[123].

Assim, por meio da atuação da GETSOP, a Revolta de 1957 alcançou seu triunfo: o fim da indefinição jurídica por tantos anos vivida entre os colonos e posseiros sudoestianos. Devido a essa característica peculiar, o sudoeste do Paraná é considerado uma das poucas regiões onde as pequenas propriedades são encontradas em maior concentração. Nesse sentido, podemos afirmar que a Revolta dos Posseiros foi um conflito vitorioso.

---

[121] Decreto que criou o "Grupo executivo para as terras do sudoeste", nº. 51.431, de 19 de março de 1962, assinado pelo presidente João Goulart. Disponível em:
<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=182398>. Acesso em 25 mar. 2008.

[122] Depoimento do engenheiro do GETSOP, Deni Schwartz, à Nivaldo Krüger. (KRÜGER, 2004, p. 216).

[123] Relatório final das atividades do GETSOP, escrito, em 1974, pelo então presidente do órgão Luiz Barbosa Wolf . (KRÜGER, 2004, p. 216).

CAPÍTULO 2

SOB O OLHAR POLICIAL: A DOCUMENTAÇÃO DA DOPS/PR PARA O ESTUDO DA REVOLTA DOS POSSEIROS DE 1957

Engana-se quem acredita que no Brasil repressão e controle social resumem-se apenas a períodos ditatoriais: por mais de sessenta anos (década de 1920 à década de 1980), as Delegacias de Ordem Política e Social, por meio de uma repressão organizada de forma sistemática e consequente, estiveram presentes nos diferentes estados do país, com o dever de "estar à disposição dos governos quando estes decidissem vigiar e/ou aprisionar certos indivíduos, combater determinados comportamentos e estigmatizar grupos inteiros (imigrantes, dissidentes políticos, pobres das cidades) tidos sempre como "nocivos" e perigosos para a ordem pública e a segurança nacional"[124].

Ao analisarmos a documentação produzida pela DOPS/PR somos remetidos ao mundo do imaginário policial que tinha sua atividade voltada para coibir qualquer idéia ou manifestação que violasse a ordem estabelecida. Entre a documentação da polícia política paranaense percebemos que há uma quantidade razoável se informações sobre a revolta dos posseiros do sudoeste. Tendo em vista que tal conflito desenvolveu-se em um período tido como democrático na história brasileira, somos levados a comungar da idéia de que o autoritarismo é algo incrustado na nossa sociedade, independente da "liberdade" estabelecida por lei:

> a cada momento de autoritarismo explícito (1930-45, 1964-85), novas características autoritárias vêm se juntar às que já permeiam nossas relações sociais. Desse modo, proliferam em momentos de vigência de Estado Democrático, os velhos hábitos de infiltração de agentes que, à revelia da legislação, continuam a exercer suas funções espúrias, comprometendo o delicado e tênue exercício da Democracia em nosso país[125].

---

[124] SOMBRA, Luiz Henrique. "Departamento Federal de Segurança Pública: ruptura ou permanência?". In: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. DOPS: a lógica da desconfiança. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado da Justiça, Arquivo Público do Estado,1993, p.41.

[125] AQUINO, Maria Aparecida de (et al) (org). No coração das trevas: o Deops/SP visto por dentro. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial. 2001, p. 12-13.

Assim, a existência da DOPS no Brasil até em períodos democráticos permite que consideremos a sociedade brasileira como uma sociedade autoritária que, conforme Marilena Chauí[126], identifica as lutas sociais como "questão de polícia":

> [O Brasil] é uma sociedade na qual a luta de classes é identificada apenas com os momentos de confronto direto entre as classes – situação na qual é considerada "questão de polícia" – sem que se considere sua existência cotidiana através das técnicas de disciplina, vigilância, repressão, realizadas por meio das próprias instituições dominantes – isto é, quando a luta de classes é encarada como "questão de polícia"[127].

Nesse sentido, os movimentos em defesa dos direitos sociais sempre foram encarados pela polícia como infração à ordem estabelecida e, consequentemente como caso policial. Adolpho Mariano Costa[128] afirma que a grande preocupação das autoridades brasileiras sempre foi o grande medo com os avanços das conquistas sociais nas relações entre o capital e o trabalho, fobia que possibilitou a criação da polícia política e a consequente repressão a quaisquer formas de movimentação que burlasse a ordem e a segurança estabelecidas. Dessa forma, por não se inserir na ordem almejada pela polícia, qualquer pessoa poderia ser considerada "suspeita" e inserida no arquivo policial de indesejáveis, fazendo com que práticas sociais ganhassem um caráter de periculosidade semelhante ao crime comum.

Deste modo, visando a ordem e a segurança pública, os agentes da DOPS utilizavam-se da "lógica da suspeição", estratégia que antecedia qualquer certeza em relação ao indivíduo que apresentasse comportamento perigoso do ponto de vista político, já que "o conceito de "ordem e segurança pública" se forjaram no interior do agir policial, onde a lógica da suspeição antecedia qualquer possibilidade e embate político"[129].

Primando pela ordem social, portanto, a polícia política considerava suspeito e, por conseguinte, alvo natural de perseguição e controle, qualquer cidadão que não se adequasse ao projeto político estipulado pelo grupo dominante no poder:

---

[126] CHAUÍ, Marilena. Conformismo e resistência: aspectos da Cultura Popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.

[127] CHAUÍ, Op. Cit. 1986, p. 56.

[128] COSTA. Adolpho Mariano da. "O DOPS e os trabalhadores". Cadernos da UPT. Curitiba, n.. 1, 1993.

[129] XAVIER, Marilia. "Antecedentes institucionais da polícia política. In: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. DOPS: a lógica da desconfiança. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado da Justiça, Arquivo Público do Estado,1993, p. 37.

> Assim, o Deops desempenhou, por quase seis décadas, as funções de uma polícia política, estando sempre devotado á vigilância, controle e repressão dos setores e cidadãos engajados em projetos políticos alternativos aos implementados pelos donos do poder. Neste exercício de dominação, lançou mão de práticas violentas e ilegais (como a tortura, o cárcere privado e a execução sumária), métodos amparados na legislação (como a instauração de inquéritos policiais) e também da produção e armazenamento de uma quantidade enorme de informações sobre cidadãos considerados "perigosos" para a ordem vigente[130].

Ao longo de sua existência, a polícia política adotou uma considerável variedade de nomenclaturas, sem que isso, segundo Maria Aparecida de Aquino, "implicasse uma alteração substantiva de suas funções que sempre se pautaram pela concepção de uma sociedade ausente, no seu interior, de tensões sociais, onde predominasse a 'ordem político-social'"[131]. Toda essa ação possibilitou a produção de uma considerável massa documental (fichas individuais, relatórios dos agentes policiais, panfletos, jornais, fotografias e documentos pessoais dos fichados), que apresenta uma riqueza inquestionável de informações para o estudo da história. Analisar um objeto histórico a partir da óptica policial ainda não é uma metodologia comum, pois, no Brasil, privilegia-se muito os sujeitos históricos que produziram os movimentos sociais, relegando a um segundo plano os organismos responsáveis pela defesa da ordem política vigente. Entretanto, este acervo da DOPS apresenta uma rica e variada documentação que pode nos auxiliar a compreender um lado ainda desconhecido da história de nossa sociedade:

> Os textos redigidos pelos investigadores apresentam uma riqueza inquestionável, uma vez que tais representantes procuravam anotar as informações que recebiam e narrar os acontecimentos, muitas vezes, detalhadamente. Além dos relatórios, as reportagens que selecionavam dos jornais, as fotografias e os materiais apreendidos constituem um quadro amplo que nos auxilia a compreender e a enriquecer o estudo de determinados contexto histórico[132].

---

[130] AQUINO, Op. Cit. 2001, p. 23-24.

[131] AQUINO, Op. Cit. 2001, p. 16

[132] AQUINO, Maria Aparecida de; MATTOS, Marco Aurélio Vanucchi Leme de; SEWENSSON Jr.; Walter Cruz; LONGHI, Carla Reis. (orgs). O Deops/SP em busca do crime político. Família 50. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 108.

Por tão ampla documentação torna-se perceptível que "a preocupação com a informação sempre foi uma "questão de segurança nacional" para os agentes da DOPS"[133]. Porém, todos esses documentos só passaram ao domínio público na década de 1980, quando a mudança de regime político, somada à maior abertura dele decorrente, juntamente com a promulgação da nova Constituição (1988) permitiram a transformação dos acervos policiais em arquivos públicos:

> A partir da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que instituiu o direito ao '*habeas-data*', a administração pública iniciou a transferências dos acervos das polícias políticas para as instituições arquivísticas públicas, de modo a garantir o cumprimento dos preceitos constitucionais, instada pelos grupos empenhados na defesa dos direitos humanos[134].

Entretanto, abrir os arquivos da DOPS não significava apenas um passo rumo ao conhecimento de uma história ainda obscura da nossa sociedade. Se em um momento funcionou como acervo interno de um órgão de segurança, em um segundo momento, depois de sua extinção, passou a desempenhar o papel de arquivo público, onde as informações ali contidas, antes privadas nas mãos de poucos, passam para o acesso irrestrito. Essa situação traz a público informações pessoais até então ocultas. Tendo em vista que os agentes da DOPS documentavam minuciosamente todas as suas ações, entre seu acervo há documentos particulares que, uma vez publicados de forma incorreta, podem ferir a vida privada do cidadão fichado pelo órgão, circunstância que se choca com os direitos universais do ser humano. Conforme Beatriz Kushnir[135]:

> Os governos acham legítimo criar instrumentos de vigilância e informação, contudo quando estes mecanismos adquirem o caráter de documentos de pesquisa, novas regras são implementadas. O embate se dá entre os artigos 12 e 19 da 'Declaração Universal dos direitos humanos'. Se no primeiro instrui que [...] 'todo indivíduo tem direito à liberdade de opinião de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, as informações e idéias por qualquer meio de expressão'. O segundo indica que: Ninguém sofrerá intromissões em sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques a sua honra e

---

[133] KUSHNIR, Beatriz. "Pelo buraco da fechadura: o acesso à informação e às fontes (os arquivos do DOPS – RJ e SP)". In. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org). Minorias silenciadas: a história da censura no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado/ Fapesp, 2002. p. 561.

[134] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Os arquivos da polícia política: reflexos de nossa história contemporânea. Rio de Janeiro: FAPERJ, 1994, p. 11.

[135] KUSHNIR, Op. Cit.

> reputação. Contra tais intromissões ou ataques toda pessoa tem o direito à proteção da lei'[136].

Destarte, trabalhar com uma documentação como a da DOPS requer clareza e honestidade profissional. Temos que reconhecer que quando se trata da preservação da intimidade e da vida privada das pessoas, o assunto se torna delicado e discutível. É justo, portanto, que toda pessoa que se sentir prejudicada moralmente tem o direito de processar civil ou criminalmente o pesquisador que divulgou informações referentes à vida privada do pesquisado. Contudo, conforme esclarece Angelo Priori[137], o que se deve colocar em pauta não é a restrição ou não do acesso a este tipo de documento, e sim "a responsabilidade do pesquisador frente às informações retidas no documento"[138], que tem a obrigação de tratá-las com ética e seriedade.

A documentação que constitui o acervo da DOPS/PR tornou-se pública através do Decreto Nº 577, assinada pelo então Governador do estado do Paraná, Roberto Requião, em 11 de julho de 1991, ato que transferiu para o Departamento de Arquivo Público do estado do Paraná o acervo arquivístico da Subdivisão de Informações da polícia Civil, unidade da Secretaria de Estado e Segurança, mais conhecida como Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Segundo Angelo Priori, a partir deste momento um passado ainda nebuloso na história do Paraná começou a ser resgatado, fazendo com que diversos interesses fossem despertados para o conhecimento dessa história.

Tendo em vista os acervos da DOPS de São Paulo e Rio de Janeiro[139], o arquivo da polícia política do Paraná é considerado pequeno: 62.500 fichas e aproximadamente 7.000 pastas, divididas em fichas nominais, pastas nominais e pastas por assunto. Porém, apesar deste pequeno volume, sua documentação contempla os mais diferentes assuntos:

> Apesar do volume relativamente pequeno (em relação a outros arquivos do mesmo gênero), a documentação produzida pela DOPS/PR impressiona pelo seu caráter "*verdadeiramente ecumênico, pluralista e* universal" (ARQUIVO, 1991: 76). As mais diferentes expressões ideológicas são

---

[136] KUSHNIR, Op. Cit. 562.

[137] PRIORI, Angelo. "Dops: repressão, violência e controle social". In: Revista da Aduem. Ano 1. Nº 1. Julho/Dezembro, 1998, p.21-23.

[138] PRIORI, Op. Cit. 1998, p. 21-22.

[139] "Em São Paulo, tem-se um acervo formado por quase 1.500.000 fichas e 200.000 pastas, divididos em quatro grandes séries: prontuários, dossiês, ordem social e ordem política; enquanto no Rio de Janeiro encontramos aproximadamente 2.100.000 fichas, 200.000 negativos fotográficos e 3.000 volumes de documentos temáticos". PRIORI, Op. Cit. 1998, p. 21.

> contempladas pelas informações. Desde manifestações ideológicas do campo da esquerda (comunismo, anarquismo, anarcosindicalismo, trotskismo, bolchevismo etc.) até aquelas pontuadas na extrema direita (fascismo, nazismo, sionismo, integralismo etc.). Manifestações religiosas dos mais diversos tipos, como cultos afro-brasileiros, evangélicos, cristãos ortodoxos, mulçumanos, fundamentalistas etc., também povoaram o imaginário dos *"arapongas"* das Araucárias e foram alvos de suas investigações[140].

A partir dessa documentação podemos verificar que a ação da polícia política estava sempre relacionada aos momentos históricos da sociedade, direcionando prioritariamente, mas não exclusivamente, suas investigações para um determinado assunto, instituição ou grupo social: de 1920 a 1930, com o nascimento do proletariado brasileiro, o órgão dedicou grande preocupação com o movimento operário; no período 1930-1945 a DOPS direcionou seu olhar para os movimentos tenentistas e, depois de 1942, para os alemães e japoneses, devido a adesão do Brasil ao lado dos países aliados. De 1945 a 1964, frente a uma efervescência de conflitos no meio rural[141], o órgão centrou seu foco nos movimentos sociais no campo e nas atividades do Partido Comunista Brasileiro (PCB), muitas vezes envolvido nestas questões. Entre 1964 e 1979, anos acirrados da Ditadura Militar, a polícia política concentrou sua ação sobre os movimentos de esquerda, envolvidos na luta contra o regime; e de 1979-1989, a preocupação foi direcionada aos movimentos populares e por direitos humanos na luta pelo fim da ditadura militar[142].

Nesse sentido, entre 1945-1964, o foco principal da polícia política esteve direcionado à vigilância e ao controle aos movimentos sociais no meio rural, pois foi justamente neste período que houve uma maior politização do homem do campo, marcado pela crescente organização dos trabalhadores rurais em vários estados do país[143]. Assim, encontramos entre a documentação da DOPS uma variada documentação que trata exclusivamente dessas questões.

Em relação à revolta dos posseiros há basicamente três grupos de documentos entre o acervo da polícia política paranaense. No primeiro, e mais abundante, encontramos recortes

---

[140] PRIORI, Op. Cit. 1998, p. 22.

[141] Na década de 50, por exemplo, o Paraná foi palco de dois grandes conflitos no meio rural: a Revolta de Porecatu (norte do Estado, 1948-1951) e a Revolta dos posseiros do Sudoeste (1957).

[142] PRIORI, Op. Cit.

[143] Nesses vinte anos, alguns movimentos sociais foram significativos, revelando a insatisfação dos trabalhadores do campo: "Guerra de Porecatu" (1948-1951) e "Revolta do Sudoeste" (1957), no estado do Paraná; "Trombas e Formoso" (1950-1964), em Goiás; "Demônios de Catulé", em Minas Gerais; "Santa Fé do Sul", em São Paulo; organização das "Ligas Camponesas", no nordeste; proliferação dos sindicatos dos trabalhadores rurais a partir de 1956, no sul do país; fundação da União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) em 1954, substituída pela Confederação dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil (CONTAG), em 1963.

de jornais dos mais diferentes seguimentos políticos que noticiavam diariamente os acontecimentos da região. No segundo, encontramos as fichas nominais dos principais líderes da revolta e, por último, as pastas individuais, onde há desde relatórios produzidos pelos agentes policiais sobre os fichados até documentos pessoais dos mesmos, o que nos permite uma visão além daquela transmitida pelos jornais.

Maria Aparecida de Aquino[144] afirma que de toda essa documentação os que mais impressionam são os relatórios dos agentes policiais pelo conhecimento que demonstram em relação ao caso investigado:

> De toda a massa documental, causam maior impressão os relatórios dos agentes infiltrados. Nesses relatórios, o agente se desnuda em seus comentários pessoais e, ao mesmo tempo, mostra um conhecimento profundo dos meandros das instituições e pessoas que vigia, demonstrando sua capacidade de infiltração e permeio da sociedade à sua atuação. Suas observações denotam também o centro da mentalidade autoritária e o acúmulo de informações inúteis para os interesses do Estado que as produziu e armazenou[145].

A partir desses relatórios, portanto, encontramos uma série de informações recolhidas sob o olhar do agente, que demonstram, mais do que qualquer outro documento, o que a polícia pensa sobre o acontecimento e/ou pessoa alvos de sua vigilância.

No caso do sudoeste do Paraná talvez o que mais impressiona é a quantidade de recortes de jornais arquivados pela DOPS[146]. Todos os recortes acumulados pela polícia estão distribuídos de acordo com o nome do jornal e pelo período de publicação. Se pegarmos o ano de 1957, encontramos apenas artigos sobre a revolta dos posseiros, o que demonstra a grande preocupação da DOPS/PR em reter informações sobre o conflito. Inclusive, a pasta intitulada "Questões de Terra no Sudoeste"[147] é composta apenas por jornais. Esse arquivamento de recortes não era por acaso. Os agentes da DOPS utilizava-os como uma das fontes de informações para o desenvolvimento de suas atividades policiais:

> Parte significativa dos dados de arquivo que orientam a ação dos investigadores são obtidos através da "verificação dos jornais", ou seja, a leitura diária da grande imprensa fornecia indicação de lideranças, assuntos

[144] AQUINO, Op. Cit. 2002.
[145] AQUINO, Op. Cit. 2002, p. 42.
[146] "Gazeta do povo", "Diário do Paraná", "Tribuna do Povo", "O Cruzeiro", "Correio da Manhã", "O Dia", "O Estado do Paraná", "Diário da Tarde", "Tribuna do Paraná".
[147] Pasta 1674, top 200.

> tratados e locais de reuniões, jornais, manifestos e material de propaganda, realização de comícios, "meetings" etc.[148].

Assim, os jornais eram utilizados pela polícia para o acompanhamento dos debates sociais e, consequentemente, para a eleição dos principais suspeitos de crime político. Esta estratégia pode ser visualizada através da documentação recolhida e arquivada pela DOPS/PR sobre a revolta dos posseiros: são justamente aqueles cidadãos apontados como líderes do conflito pelos jornais que são fichados e investigados pelo órgão.

Para apreendermos o conteúdo dos arquivos da DOPS, devemos ter em mente, primeiramente, as premissas que ditaram sua acumulação. Assim, tendo em vista suas funções de vigilância, controle e repressão aos setores e cidadãos engajados em projetos políticos alternativos aos implementados pelos donos do poder[149], as informações contidas na documentação da DOPS foram recolhidas e acumuladas sob o olhar da polícia:

> No caso da DOPS seu acervo caracteriza-se por uma tipologia mista, centrífuga e centrípeta. Se por um lado, tem como objetivo identificar o "fichado" no mundo, por outro, trata-se de um arquivo que explicita o universo do outro a partir a lógica interna do seu titular, ou seja, da perspectiva da polícia. Assim, seu acervo permite tanto reconstituir uma história do "fichado", a partir da perspectiva do agente policial, como a do "fichador", mas a óptica que deve dirigir a consulta deve ser a do "fichador". E esse modo como ele vê o mundo e o "fichado" é o que compõe o material da DOPS[150].

Portanto, ao utilizarmos essa documentação como fonte de nossas pesquisas, devemos estar cientes que tudo o que está ali presente foi apreendido e produzido sob a óptica policial, guiada pela lógica da desconfiança de um Estado autoritário que temia o avanço das conquistas sociais. Nesse sentido, ao tomarmos a documentação da polícia paranaense como fonte de estudo para a revolta dos posseiros do sudoeste, devemos fazê-lo reconhecendo essa característica do acervo, construído sob a perspectiva do agente policial.

Trabalhar com uma massa documental como esta nos impõe diversos desafios:

> Para compreender alguma coisa o pesquisador necessita ler o documento como um todo a fim de entender a circunstância na qual a citação dessa pessoa foi feita. Além disso, precisa observar a pasta na qual está localizado

---

[148] PEREIRA, M. G.; FIGUEIREDO, M. B. C.; REZNIK, L. "A Reconstituição do acervo" In: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. DOPS: a lógica da desconfiança. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado da Justiça, Arquivo Público do Estado, 1993, p.23.

[149] AQUINO, Op. Cit. 2001.

[150] KUSHNIR, Op. Cit. p.570-571.

> o documento, comparando com outros documentos que a compõe, para ver se consegue visualizar um quadro do porquê aquela unidade documental ali se encontra arquivada. Nem sempre isso é possível. Os documentos contidos nas pastas são extremamente variados, o que é uma característica dos dossiês. Muitas vezes, após uma pesquisa que consome dias de trabalho, o resultado é uma colcha de retalhos que não se emendam. Permanece fragmentado, não dando condições de reconstituir o olhar do órgão sobre o "suspeito", bem como sobre a resistência por ele travada[151].

Portanto, como historiadores devemos reconhecer que a utilização da documentação da DOPS para nossas pesquisas é algo delicado que requer de nós muito profissionalismo e compromisso com a verdade. Não cabe ao historiador apenas reconstruir a realidade à luz dos documentos. A questão que se coloca é sobre a arte de manipular os documentos, de lhes fazer perguntas, de perseguir os "fatos fugidios", de ver presença onde há ausência e de buscar compreender a documentação como um todo, a fim de que ela realmente possa fornecer respostas às nossas questões. Como o próprio Thompson[152] afirma, "o conhecimento histórico é, pela sua natureza provisório e incompleto (mas não inverídico), seletivo (mas não, por isso, inverídico), limitado e definido pelas perguntas feitas à evidência (e os conceitos que informam essas perguntas) e portanto, só 'verdadeiro' dentro do campo assim definido"[153].

Etienne François[154], afirma que os arquivos devem ser submetidos a uma crítica exigente das fontes, pois, como todos os outros documentos, eles não falam a verdade por si sós, sendo necessário, para seu manuseio, o respeito às precauções éticas e metodológicas essenciais para o ofício do historiador, que não deve ser dispensado de seu trabalho habitual de reconstituição e interpretação das fontes, fontes estas que, mesmo bem interrogadas por questões pertinentes, não oferecem respostas para tudo. A partir dessas considerações, François apresenta quatro exigências necessárias para a manipulação dos documentos históricos, principalmente os oriundos dos arquivos públicos:

> A primeira é ressaltar a imperiosa necessidade da crítica das fontes. De imediato, efetivamente, os usuários, inicialmente arrebatados pelo entusiasmo diante das fontes abundantes e livremente acessíveis, são remetidos às regras elementares do ofício, dificultosamente edificadas por gerações de prática historiadora: quem constituiu as fontes? Em que condições? Para quê? O que expressam? O que dizem, o que não dizem? [...].

---

[151] AQUINO, Op. Cit. 2001, p. 28.

[152] THOMPSON, E. P. "Intervalo: a lógica histórica". In: A miséria da teoria: ou um planetário de erros. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981. p. 47-62.

[153] THOMPSON, Op. Cit. 1981, p. 49.

[154] FRANÇOIS, Op. Cit.

> A segunda exigência é não esquecer que as fontes só começam a falar a partir do momento m que as interrogamos, e que a qualidade das repostas que elas podem dar coincide com a qualidade das questões que se formulam [...].
> A terceira exigência consiste em ressaltar que as fontes não dizem tudo, não podem dizer tudo – mesmo quando as lemos escrupulosamente e formulamos as perguntas certas [...].
> A quarta exigência é finalmente uma exigência ética, requerendo do pesquisador que seja particularmente escrupuloso e prudente, e que seja guiado por uma concepção rigorosa da verdade histórica. Não se pode, não se deve não cuidar do que se diz, e as dimensões éticas do trabalho do historiador tornam-se particularmente imperativas. Pois a história que se trata de escrever ou de reescrever é, em muitos casos, a história de homens e mulheres que sofreram, que foram feridos, que estão marcados para sempre e que reclamam por justiça[155].

As palavras de François nos parecem fundamentais não apenas para o manuseio dos documentos policiais, mas para o trabalho com quaisquer tipos de fontes históricas: saber sobre sua procedência, sobre as condições de sua produção e fazer as perguntas cabíveis a cada documento são tarefas essenciais para o historiador que, com ética e seriedade, tem a obrigação de sempre estar comprometido com a verdade histórica. Conforme Thompson[156] "os processos acabados da mudança histórica, com sua complicada causação, realmente ocorreram, e a historiografia pode falsificar ou não entender, mas não pode modificar, em nenhum grau, o status ontológico do passado. O objetivo da disciplina histórica é a consecução dessa verdade da história"[157]. É essa verdade que pretendemos conhecer através dos documentos da DOPS/PR. É claro que não se trata de buscar o que realmente se passou, até porque isso seria uma perspectiva inocente, pois, como historiadores, nosso dever é de reconstruir a verdade à luz dos documentos, através do diálogo com as fontes.

No trabalho com os jornais, relatórios e fichas individuais referentes à revolta dos posseiros do sudoeste de 1957 devemos estar atentos aos indícios e pistas que nos levem ao conhecimento de parte das ações da polícia política paranaense sobre esse conflito em particular. Acreditamos que é na análise de cada versão e de cada contexto presente nesses documentos que podemos desvendar algumas das formas de ação policial, a apropriação e divulgação das notícias pelos jornais e a dimensão sociopolítica atingida pelo conflito, que ganhou destaque nos discursos políticos do período. Seguindo Chalhoub[158], é justamente "na análise de cada versão, no contexto de cada processo, e na observação da repetição das

[155] FRANÇOIS, Op. Cit. p. 157-159.
[156] THOMPSON, Op. Cit. 1981.
[157] THOMPSON, Op. Cit. 1981. p. 51.
[158] CHALHOUB, Op. Cit.

relações entre as versões em diversos processos que podemos desvendar significados e penetrar nas lutas e contradições sociais que se expressam e, na verdade, se produzem nessas versões"[159].

2.1 Os jornais arquivados pela DOPS/PR e o conflito de 1957

A Delegacia de Ordem Política e Social destinava-se à vigilância e ao controle da ordem e da segurança públicas, estando sempre atenta a toda e qualquer movimentação da sociedade. Para isso a aquisição de informações era de extrema importância, pois, através delas, os agentes policiais se inteiravam dos acontecimentos. Assim ocorria com o arquivamento dos jornais: através da leitura diária desses periódicos os agentes da DOPS informavam-se sobre alguns dos fatos que fugiam à ordem e, em consequência, elegiam suspeitos de crime político.

Sobre a Revolta dos posseiros de 1957, a DOPS/PR arquivou grande quantidade de recortes de jornais, algo que demonstra o interesse da polícia paranaense pelo movimento. Por constituírem-se em recortes, essa documentação pode não revelar a visão do jornal sobre os acontecimentos, mas ajuda-nos, como fonte histórica, a compreender parte da apropriação do evento pelos jornais que veiculavam na época, assim como a visualizar algumas formas de ação da polícia política frente à ação dos posseiros.

Gazeta do Povo, Diário do Paraná, O Dia, O Estado do Paraná e Tribuna do Paraná foram os periódicos encontrados em maior quantidade entre a documentação da DOPS/PR. Também há alguns recortes do Correio da Manhã, Diário da Tarde, O Cruzeiro e Tribuna do Povo[160]. É interessante destacar que as notícias retidas pela polícia são aquelas veiculadas a partir de setembro de 1957, período que os acontecimentos intensificam-se e tornam-se significantes ao olhar policial. Até então, as contestações passivas dos posseiros por meio dos abaixo-assinados não tiveram repercussão, o que revela que somente a partir da reação violenta é que os posseiros ganharam a opinião pública e, em consequência, a vigilância policial:

> No dia 5 de setembro, [...], na localidade de Lageado Grande, os colonos armaram uma tocaia a dois funcionários da Companhia Colonizadora

[159] CHALHOUB, Op. Cit. p. 23.

[160] A polícia política paranaense arquivou pouca quantidade de recortes desses jornais. Devido, portanto, à ausência de dados para comparações, estes periódicos não foram analisados como os demais.

> Apucarana, matando a um e ferindo gravemente o outro, ora hospitalizado em Santo Antonio.
> No dia 14 deste mês, no quilômetro 17, da estrada que liga Santo Antonio à Capanema, voltaram os colonos a promover nova emboscada contra elementos da mesma companhia de terra, assaltando uma de suas camionetas de serviço. Desta feita, foram mortas 7 pessoas, dentre as 14 que viajavam na viatura[161].

Depois que a camionete foi atacada por revoltosos, as questões de terra que envolviam o sudoeste paranaense tornaram-se visíveis, suscitando, dessa forma, intervenção policial na região:

> O sr. Pinheiro Junior iniciou sua entrevista relatando o ambiente de intranquilidade que encontrara no Rio, assim que chegou, em consequência do telegrama distribuído por uma agência noticiosa sobre os acontecimentos do oeste. Este estado de espírito se estenderia às autoridades federais, a quem o Chefe de Polícia procurou tranquilizar com narrativa de suas impressões sobre as duas visitas que já efetuara aos municípios conflagrados[162].

Podemos dizer que o ataque à camioneta foi o estopim para toda a divulgação que a Revolta dos posseiros alcançou. Além da presença do Chefe de Polícia, também o Delegado da DOPS, Lícinio Barbosa, esteve pessoalmente na região para averiguar os acontecimentos do dia 14 setembro de 1957:

> O delegado Licínio Barbosa que seguira para a região para proceder ao inquérito sobre os acontecimentos do dia 14 de setembro, o assalto da camioneta da CITLA que foi paralisada a bala no km. 17 da estrada que demanda de Santo Antonio à Capanema, já de pleno conhecimento do público, teve que chegar em Beltrão[163].

A presença do Chefe de Polícia e do Delegado da DOPS demonstram que a revolta dos posseiros não passou despercebida pelo olhar policial. Analisando a ação de ambos através dos jornais, verificamos que Licínio Barbosa[164], como representante da polícia

---

[161] GAZETA DO POVO, 28/09/1957. "Voltaram os colonos às suas tarefas pacíficas". In: DEAP, pasta 1053, top 128.

[162] O ESTADO DO PARANÁ, 29/09/1957. "Deficiente a polícia do interior pela ingerência partidária". In: DEAP, pasta 1209 A, top 144.

[163] O ESTADO DO PARANÁ, 15/10/1957. "Recebida à bala a autoridade policial em Francisco Beltrão". In: DEAP, pasta 1674, top 200, "Questões de terra no sudoeste".

[164] Os jornais divulgam que o delegado da Dops foi vítima da revolta dos posseiros, sendo baleado quando chegou ao sudoeste paranaense: "Imobilizado o veículo os colonos avançaram contra seus ocupantes, conseguindo dominar os auxiliares do delegado Licínio, enquanto este, de arma em punho corria para abrigar-se

política, teve uma função mais investigativa, enquanto Pinheiro Júnior teve um papel mais voltado para a desmobilização do movimento:

> Revelou-nos o Dr. Pinheiro Junior que foram feitas sugestões às firmas Imobiliárias Apucarana e CITLA para que retirassem seus funcionários. Aceitando as considerações que então expendemos, os diretores dessas empresas deslocaram seus servidores da região, circunstância que se registrou entre a primeira e a segunda visita que realizou o Chefe de Polícia àquela zona. Esse é um dos fatos – frisou o entrevistado – que mais concorreu para a volta à normalidade naqueles municípios[165].

É visível, portanto, que a polícia agiu no sudoeste para conter o conflito. Podemos observar, através dos noticiários jornalísticos, que a presença policial no sudoeste paranaense teve características mais diplomáticas do que violentas, agindo no sentido de acalmar os ânimos dos revoltosos. Contudo, um olhar mais analítico sobre esses recortes de jornais arquivados pela DOPS, revela como um único acontecimento pode ser encarado de diferentes maneiras por aqueles que estão "de fora" do fato. A citação anterior data de 26 de setembro de 1957 e o entrevistado, Pinheiro Junior, afirma que a normalidade voltou a reinar nos municípios conflagrados. Porém, as notícias revelam que o auge da Revolta dos Posseiros se deu em outubro, quando milhares de posseiros e colonos tomaram as ruas de Francisco Beltrão e Pato Branco exigindo resolução concreta para a situação reinante na região:

> Francisco Beltrão, 13 — de Geraldo Russi e Osvaldo Jansen, enviados especiais de "O Estado" e "Tribuna" — O município de Francisco Beltrão passou a ser o novo centro das atenções que se voltaram desde há muito para a região conflagrada do discutido sudoeste paranaense. Tal como aconteceu em outras cidades, onde o povo não se conformou com a privilegiada situação das companhias de terras, a população se organizou, arregimentando-se, para de armas em punho fazer de suas próprias iniciativas, as providências que julgavam necessárias. E, desde ontem que o município de Francisco Beltrão, passou a ser regido por 4 mil armas empunhadas pela sua revoltada população, onde não se contam somente homens, pois que inclusive as mulheres deixaram seus lares e saíram às ruas de mãos armadas dispostas a tudo[166].

---

na delegacia de polícia local. Quando o delegado atingia a porta da repartição foi alvejado pela fuzilaria do bando armado, recebendo, um balaço na altura da omoplata direita". Diário do Paraná, 15/10/1957. In: DEAP, "Questões de Terra no Sudoeste", pasta 1674, top 200.

[165] Gazeta do Povo, 26/09/1957 "Retorna à tranquilidade o sudoeste paranaense". In: DEAP, pasta 1053, top 128.

[166] Tribuna do Paraná, 4/10/1957. "Tropas Federais deslocam-se para o Sudoeste do Estado". In: DEAP, pasta 1674, top. 200, "Questões de terra no sudoeste".

Essa forma adotada pelos jornais de noticiar os acontecimentos revela as diferentes versões que podem ser atribuídas a um mesmo fato. Os discursos transmitidos por esse veículo de comunicação representam uma espécie de memória que seleciona e registra as informações que julga ser dignas da opinião pública[167]. Essa seleção, porém, é realizada a partir da orientação sócio-política de cada periódico, o que explica o fato de cada um narrar os mesmos acontecimentos com enfoques distintos. Apesar de a imprensa apresentar-se ao público leitor como "expressão dos altos valores eternos, universais e, consequentemente, como apartidária, apolítica e impessoal"[168], os jornais carregam em si toda uma subjetividade implícita: não narram os fatos de maneira imparcial, mas com posição política e valores definidos[169]. Assim, como construções humanas, articulam seu o discurso em favor de uma prática política[170].

"Tribuna do Paraná", em 26 de setembro de 1957, afirma que o Chefe de Polícia, Pinheiro Júnior, reconhece as arbitrariedades e violências praticadas pelas Companhias de terra, atribuindo-lhes a responsabilidade pela situação reinante no sudoeste do Paraná:

> Nas suas declarações, reconheceu o Sr. Pinheiro Júnior as responsabilidades das Companhias Colonizadoras Apucarana e CITLA nos conflitos havidos e na agitação de que foi palco a região da Faixa de Fronteira. As arbitrariedades e violências praticadas por essas companhias foram o motivo dos graves acontecimentos ali ocorridos. Adiantou o Chefe de Polícia que pôde constatar pessoalmente essa realidade, onde reside a causa de toda a agitação. [...] Finalmente, o Chefe de Polícia condenou outros processos arbitrários praticados pelas colonizadoras que através dos seus funcionários, exercem verdadeira guerra de nervos junto aos colonos, levando-os aos maiores desatinos e reações. Esses funcionários concedem prazo de 24 a 48 horas aos posseiros para efetuarem o pagamento das terras ou desocuparem-nas e, depois disso, ficam nas proximidades de suas casas, armados, e em atitude acintosa[171].

---

[167] PEGORARO, Op. Cit.

[168] CAPELATO, Maria Helena. "O controle da opinião e os limites da liberdade: imprensa paulista (1920-1945). Revista Brasileira de História , vol. 12, n. 23/24, set. 91/ ago. 92, p. 57.

[169] ZANIRATO, Silvia Helena. "Imagens da pobreza urbana na imprensa paulista: o Estado de São Paulo, 1933-1942". In: Diálogos. Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá. V. 3, n.03, 1999. p. 323-340.

[170] ORLANDI, Eni Pulcinelli. "Observações sobre a Análise do Discurso". In: Terra à vista! Discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990, p.25-37.

[171] TRIBUNA DO PARANÁ, 26/09/1957. "Responsabiliza o Chefe de Polícia as Companhias Citla e Apucarana pelos sangrentos episódios do Oeste do Paraná". In. DEAP, Pasta 1251, top 147.

Em contrapartida, dois dias depois, “Gazeta do Povo” publica uma declaração do Chefe de Polícia, afirmando que a região encontra-se normalizada e que fatos narrados não condizem com a realidade, sendo exploração política:

> Há três dias estive em Santo Antonio e constatei lá como em Capanema normalidade absoluta. A ação daqueles dois oficiais foi eficiente. Os colonos voltaram as suas tarefas pacíficas na região. As famílias que, apavoradas, haviam transposto a fronteira com a Argentina, já voltaram, também, aos seus lares. Resta agora, através de um delegado especial, apurar a responsabilidade criminal das ocorrências. Este é o aspecto policial há, de outra parte, admite o chefe de Polícia, a questão política. Os adversários do sr. Moyses Lupion exploram os fatos, ampliando-os, para impressionar as autoridades federais e a opinião pública do país. ─ Mas o que dizem foge inteiramente à realidade[172].

São perceptíveis, através destes recortes, as diferenças de opinião entre um jornal e outro. Ambos divulgam as declarações do Chefe de Polícia, Pinheiro Junior, a respeito de suas ações a fim de resolver a situação violenta do sudoeste do Paraná. Porém, enquanto “Tribuna do Paraná” enfatiza a problemática da responsabilidade das companhias de terras acerca dos acontecimentos da região, “Gazeta do Povo” destaca que a amplitude do caso não condiz com a realidade, sendo apenas exploração política dos adversários de Moisés Lupion. Essa forma de encarar os fatos perpassa todos os noticiários sobre a revolta dos posseiros, repercutindo as posições políticas de cada jornal.

Em meados do século XX, os três principais partidos que dominavam o cenário político- partidário brasileiro eram o PSD, o PTB e a UDN. Em 1957, o Paraná era governado pelo PSD, enquanto os dois últimos partidos encontravam-se na oposição. Neste período, Moisés Lupion governava o Paraná pela legenda pessedista e era acusado por seus opositores como responsável pelos acontecimentos do sudoeste. Articulando sua posição política e ideológica, os jornais veiculados no estado repercutiam este cenário de disputas: frente à Revolta dos Posseiros do sudoeste havia os periódicos que defendiam o governo e, consequentemente, a ação das companhias imobiliárias, enquanto outros apresentavam um papel de oposição.

“O Estado do Paraná” refere-se ao governador do Estado da seguinte forma:

---

[172] GAZETA DO POVO, 28/09/1957. “Voltaram os colonos às suas tarefas pacíficas”. In: DEAP, pasta 1053, top 128.

> Um dos pontos mais importantes – quiçá o mais –do problema do sudoeste do Estado é o da participação encoberta ou ostensiva do Governador do Estado nos negócios das companhias colonizadoras que provocaram a rebelião dos posseiros e deram causa à hecatombe de que o País tão cedo não se esquecerá. Juraram de pés juntos os srs. Gaspar Veloso e Mario Gomes, falando respectivamente na Câmara e no Senado, que o sr. Lupion é um estranho a essas organizações, e exibiram provectas certidões, extraídas em 1953 da Junta Comercial, atestando a verdade do que diziam. Redargüindo-se ao segundo que a associação do Governador evidentemente não deixaria marcas legais [...] O que importa é o favorecimento que o governador tenha dado, na sua qualidade de político mormente de autoridade investida em cargo público, a essa trinca que nos vem dando o que fazer [...] Quando estourou no Congresso o escândalo da transferência das terras da União a essa companhia, o sr. Lupion, então senador, não se pejou de defender a indecorosa transação, afirmando que o fazia como um favor a amigos seus, justamente os diretores da CITLA, cujos interesses julgava legítimos. Se defendia interesses de amigos, e se era público e notório que mantivera, se é que anda não mantinha, relações comerciais com eles, não se pode negar que já estava ligado à empresa [...][173].

"Tribuna do Paraná" também atribui responsabilidade pelos acontecimentos a Moisés Lupion:

> Como governador do Estado, o senhor M. Lupion tem grande parcela de responsabilidade nos lutuosos acontecimentos e no fomento da agitação em todo o Sudoeste. A sua parceria de responsabilidade advém de não ter tomado providências com energia necessária para reprimir violências praticadas de parte a parte. Enquanto o falso otimismo oficial apregoava que a calma havia retornado a extensa região, e que a ordem não mais seria perturbada, novos conflitos eclodem, novos assassinos se registram, mais viúvas e mais órfãos vestem-los incêndios criminosos. Se autoridades imparciais, sem interesses e sem ligações com grupos econômicos, serenas e enérgicas tivessem agido, no devido tempo, muitas mortes teriam sido evitadas, muitos lares não teriam se desmoronado. Além do mais, não teríamos passado pela vergonha e pela desonra de assistir patrícios nossos a atravessar a fronteira a fim de implorar abrigo e segurança às autoridades argentinas. Na Assembléia Legislativa, acessos e prolongados debates esclareceram convenientemente a questão, fixando responsabilidades. Resta saber se haverá punição para os indigitadores ou se permanecerão impunes os que trucidaram, os que violaram e os que incendiaram[174].

Com ênfases semelhantes, ambos periódicos transmitem a participação, direta ou indireta, do governador paranaense nos acontecimentos desenrolados no sudoeste do Estado. Essa posição adotada pelos dois jornais não ocorria por simples coincidência: No início da década de 1950, o governador Bento Munhoz da Rocha Neto (PTB) não contava com o apoio da imprensa paranaense, já que os periódicos existentes, como Gazeta do Povo e O Dia, eram

[173] O ESTADO DO PARANÁ, 03/10/1957. "O sol e a peneira", pasta 1209 A, top 144.
[174] TRIBUNA DO PARANÁ, 10/10/1957. "Paraná ameaçado", pasta 1674, top. 200.

controlados por grupos rivais. Nesse sentido, conforme Éverly Pegoraro[175], correligionários do governador incentivaram a criação de um veículo de comunicação que desse respaldo ao governo estadual. Assim, em julho de 1951 surgiu O Estado do Paraná, com vistas a abranger as várias regiões do Estado[176]. Em 1956, o mesmo grupo de O Estado do Paraná lançou o vespertino Tribuna do Paraná, voltado, principalmente, para assuntos policiais e esportivos[177]. Dessa forma, dirigido por pessoas ligadas a Bento Munhoz da Rocha Neto e, consequentemente, rivais políticos de Lupion, O Estado do Paraná e Tribuna do Paraná dedicavam parte de seus noticiários sobre a revolta dos posseiros a criticar as formas de ação e a conduta do governador Lupion, elegendo-o como o principal culpado pelos acontecimentos do sudoeste paranaense em 1957.

Ao contrário, porém, "Gazeta do Povo", transcrevendo matéria publicada pelo Correio da Manhã, apresenta um discurso escrito pelo próprio governador esclarecendo sobre as acusações de sua participação na comercialização das terras da região:

> Do sr. Moysés Lupion, governador do Paraná, recebemos ontem a seguinte carta: "Senhor redator, tendo esse jornal em data de ontem (dia 02) publicado extensa reportagem, além de editorial, a propósito dos acontecimentos que se desenrolam recentemente no sudoeste do Paraná em os quais se articulam acusações à minha pessoa e se dá aos fatos versão menos verdadeira, venho a bem da verdade, prestar a essa ilustrada redação os seguintes esclarecimentos: 1) Não sou partícipe da Sociedade "Clevelândia Industrial e Territorial Limitada – CITLA, conforme provam as certidões já publicadas [...], tampouco influí por qualquer forma, seja direta ou indiretamente, na organização da mencionada firma [...] 2) O episódio que lhe relaciona com as terras denominadas "Chopin" e "Missões" diz respeito à concessão feita pelo Estado à Cia. Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, como compensação de construções ferroviárias. Com o advento da Revolução em 1930, em consequência da rescisão das concessões daquela ferrovia, o Estado do Paraná pleiteou judicialmente a anulação dos títulos concedidos à mesma São Paulo – Rio Grande, obtendo ganho de causa. Essa decisão estando sendo executada, provocou a intervenção da CITLA que se julga proprietária das mesmas terras, como concessionária de direitos de José Rupp, antigo credor da mesma São Paulo –Rio Grande. E que posteriormente à reversão das mesmas terras ao domínio do Estado, tendo a União Federal encampado a Cia. São Paulo – Rio Grande, e as incluído no acervo das Empresas incorporadas ao patrimônio Nacional, o aludido José Rupp recebeu destas em dação de pagamento as mesmas terras, levando ao registro público a competente escritura. José Rupp, por sua vez incorporou e transferiu a CITLA os seus direitos em forma legal, resultando a mesma CITLA manter juridicamente o direito e a posse dessas glebas, como consequência de permanecerem os registros imobiliários respectivos, que somente poderão ser cancelados judicialmente. 3) Concomitantemente, a

[175] PEGORARO, Op. Cit.
[176] PEGORARO, Op. Cit. p. 105.
[177] PEGORARO, Op. Cit. p. 108.

> União, por intermédio do Ministério da agricultura e atualmente pelo INIC, organizou a Colônia Agrícola "General Osório" com sede naquela região. 4) Dessa divergência de pretensões resultaram as demandas judiciárias quês estão dependendo dos altos tribunais do País, sem ainda uma solução definitiva. Em tais condições, não é possível regular a situação dos posseiros, e isso porque se quisesse o Estado, localizá-los legalmente emitindo títulos de propriedade, estaria desrespeitando decisão judicial, que emitiu na posse das glebas a CITLA, criando um conflito de poderes. (...). Aproveito, pois, para sugerir a V. S. seja levantado pelo seu jornal o lado jurídico do caso e o histórico dos problemas em foco, comprovando assim a minha afirmativa e isentando qualquer interferência do meu governo além da defesa da ordem pública enquanto a questão se decide nos tribunais competentes[178].

Talvez o fato de o jornal publicar o discurso do governo não significa dizer que ele o apóia politicamente. Contudo, todos os recortes da "Gazeta do Povo" demonstram sua posição favorável ao governo Lupion:

> Em entrevista que concedeu, a prestigioso órgão da imprensa carioca, o governador Lupion definiu, muito bem o sentido e a natureza da campanha que lhe moveram certos adversários, em torno dos recentes acontecimentos ocorridos na região sudoeste do nosso Estado. "Acusações, injúrias e calúnias fundadas em ódio pessoal", como bem disse o chefe do Executivo e como temos dito por estas colunas, foram as armas de que se serviram, inescrupulosamente, alguns setores oposicionistas, procurando transformar um problema social e econômico de zona conflagrada em instrumentos de novos assaltos à honra alheia[179].

Posicionando-se contra os jornais situacionistas e criticando o caráter "sensacionalista" atribuído aos noticiários veiculados, a "Gazeta do Povo" traça até uma comparação entre a Revolta dos Posseiros e a Revolta Camponesa de Porecatu, ocorrida no norte do Estado do Paraná alguns anos antes:

> O caso que a imprensa, tanto do Paraná como do país convencionou chamar de "Revolta em Porecatu", ocorrido no governo de Munhoz da Rocha, não teve a exploração sensacionalista que se vê, agora, com o episódio do sudoeste estadual. Versando, também sobre assunto de terra, os episódios que se verificaram naquelas glebas do norte paranaense foram tão brutais e sangrentos como os que tiveram por palco municípios do sudoeste do Estado. A verdade, porém, se os leitores ainda se recordam, é que o sensacionalismo, tão usado em nossa imprensa, não foi tão longe, nem explorado da forma como, atualmente, acontece em relação ás comunas onde se travaram conflitos entre posseiros e empregados de firmas imobiliárias. É importante lembrar que o último episódio, aquele que, justamente, foi o mais trágico, teve lugar no dia 14 do mês passado, portanto há mais de vinte dias

[178] GAZETA DO POVO, "Tensão no Paraná", 04/10/1957, pasta 1053, top. 128.
[179] GAZETA DO POVO, "Ódio Incansável", 11/10/1957, pasta 1674, top. 200.

> e, não obstante isso, continuam jornais de Curitiba, como de resto determinados noticiários do Rio de Janeiro, explorar aquela e ocorrências anteriores, procurando, desta forma, colocar em suas manchetes o Paraná como terra arrasada, onde os conflitos se sucedem, o clima da desordem se mescla com o sangue de gente que procura defender suas posses. É hora para fazer-se reação contra essa onda de alarmismo em que determinada imprensa vem cercando, perante os olhos do país e nosso Estado[180].

As discussões sobre questões que envolviam a revolta dos posseiros revelam que, realmente, o caso tornou-se de grande amplitude, chegando aos mais variados destinos. Contudo, em sua escrita, cada periódico destaca o que lhe convém de acordo com suas tendências político-partidárias. Nesse sentido, o "Gazeta do Povo" transmite uma visão situacionista, criticando os periódicos que se posicionam contra o governador Moisés Lupion e afirmando que as notícias por eles divulgadas não passam de "sensacionalismo" e exageros com o intuito de prejudicar o governo e, consequentemente, o Estado.

Com discurso semelhante, o jornal "O Dia", posicionando-se favorável ao governador do Estado, critica veemente os periódicos que divulgam os acontecimentos do sudoeste paranaense:

> Bem sabemos pouco ou nada adiantam quaisquer considerações dos que estamos e estivermos com o governador Moysés Lupion e, portanto, com o Paraná, antes, durante e posteriormente as ocorrências do sudoeste de nosso Estado, sobre o oposicionismo sistemático, antiparanensista e econômica e socialmente falando. Não repercute sobre a razão nem sobre o sentimento sobre ele, pelo motivo evidente de que seu fim é arrasar a robusta personalidade política e industrial do chefe do Executivo paranaense. Porém, acima e no bojo dessa atuação energumena e do mais retrogrado politiquismo existem, dominando tudo, os interesses da coletividade, os interesses do Estado e os interesses do Brasil. [...] Ora, explorou-se a série de fatos do nosso sudoeste através de uma nitidamente verificada espécie de planificação pré-estabelecida para se extrair das ocorrências o máximo de efeitos desmoralizadores, aniquiladores do prestígio do poder público[181].

Essa posição favorável ao governo manifestada tanto pelo jornal Gazeta do Povo, quanto pelo O Dia, não era por acaso: conforme Éverly Pegoraro, Lupion, após concluir os cursos de Guarda de Livros e de Contabilidade em São Paulo, retornou ao Paraná para administrar, junto com os irmãos e parentes, o Grupo Lupion, grande grupo familiar de negócios. Além de atividades no ramo da madeira, agricultura e pecuária, o grupo tinha

[180] GAZETA DO POVO, 06/10/1957. "Repasto para o sensacionalismo e demagogia", pasta 1053, top 128.
[181] O DIA, 27/10/1957. "Os acontecimentos do sudoeste e seus efeitos maléficos", pasta 1200, top. 143.

participação em empresas de comunicação, entre elas Gazeta do Povo e o jornal O Dia[182]. Pegoraro igualmente afirma que o Chefe de Polícia, Pinheiro Junior, além de manter relações pessoais com o governador Lupion, também era um dos diretores do Gazeta do Povo[183]. Como parte dos empreendimentos do grupo da família do governador, portanto, ambos os periódicos articularam seus discursos na defesa das suas ações de Lupion e na crítica aos seus opositores.

Nesse sentido, a Revolta dos posseiros do sudoeste paranaense foi, na maioria das vezes, utilizada como pano de fundo da luta política travada entre o PSD de um lado e o PTB e UDN de outro. O que percebemos é que em todos os discursos, sejam eles vinculados à situação ou à oposição, oculta-se o que deveria ser o centro das discussões, ou seja, a luta pela terra no sudoeste do Estado, em favor de uma batalha partidária entre os prós e os contra do governo Lupion:

> A imprensa que serve ao atual governo, espicaçada pelo clamor público levantado ante os graves acontecimentos que ensangüentaram o sudoeste do Estado, desistiu, por inútil, da tarefa de ensaiar a defesa dos setores responsáveis pelos lamentáveis sucessos, tal a impossibilidade de provar a não participação do sr. M. Lupion nas companhias de terras. Mudaram, então de tática, os publicistas da atual administração e tentam agora a ofensiva, não porque sabem que a melhor defesa é o ataque – pois que esse governo é indefensável – mas objetivando desviar a atenção da opinião publica, num método primário de lançar confusão da maior crise que atravessa o sr. Lupion neste segundo e calamitoso governo[184].

A posição política de cada jornal, portanto, interfere, substancialmente, na forma como articula seu discurso. Como veículo de comunicação de massa, os periódicos tinham o poder de influenciar politicamente seus leitores, principalmente os que estavam alheios aos fatos desenvolvidos no sudoeste[185]: daí os constantes ataques e defesas ao governador do Estado do Paraná. Nesse sentido, articulando a prática social a favor de sua prática política, os jornais também publicavam discursos e elogiavam os políticos dos quais eram favoráveis.

"Tribuna do Paraná" e "Estado do Paraná", durante todo o período em que a Revolta dos posseiros foi notícia, divulgavam, constantemente, discursos completos do senador Othon Mader, UDN, e do deputado Antonio Annibelli, PTB, proferidos em suas respectivas casas.

---

[182] PEGORARO, Op. Cit. p. 55.

[183] PEGORARO, Op. Cit. p. 119.

[184] O ESTADO DO PARANÁ, 24/10/1957, "Aqui estamos", pasta 1209, top 144.

[185] De acordo com Éverly Pegoraro, os jornais da capital demoravam para chegar à cidades como Pato Branco e Francisco Beltrão, fazendo com que, nestes municípios, a rádio local tivesse mais destaque e influência sobre os posseiros e colonos. PEGORARO, Op. Cit. p.77).

Ambos os oradores colocavam-se como defensores dos posseiros e criticavam, veemente, o governador, acusando-o de sócio da CITLA e, consequentemente, responsável pelos acontecimentos do sudoeste paranaense:

> O deputado Antonio Anibelli, primeiro e único orador da Hora do Expediente, voltou a tratar da situação da região Sudoeste do Estado, defendendo-se das acusações que lhe foram assacadas e provando a culpabilidade do atual governo nos sangrentos acontecimentos do Sudoeste do Estado[186].
>
> Através de brilhante oração, proferida na sessão de ontem da Assembléia Legislativa, o deputado Antonio Anibelli referiu-se à desapropriação de terras das Missões, por ato da Presidência da República [...] Adiante, disse o dep. Anibelli: "quero congratular-me com esses colonos, briosos e valentes, que bem demonstram o estirpe da descendência brasileira que eles traziam no seu sangue, fizeram com que lhes fosse embora tardiamente, reconhecido seu direito impostergável [...][187].
>
> Na sessão de hoje do Senado, o sr. Othon Mader elogiou a atitude da Câmara confirmando a decisão do Tribunal de Contas da União, que negou registro de vendas de terras à CITLA, mencionando a atuação do sr. Cunha Melo como procurador e depois como Senador e também o parecer do Deputado Oswaldo Lima Filho, que foi decisivo para o julgamento daquela Casa do Congresso. Quanto ao sr. Moyses Lupion, maior interessado no assunto, assim se expressou o sr. Othon Mader: — "Triste é verificarmos que justamente o maior interessado, o maior sócio na negociata é o governador do Paraná e ex-senador do Paraná. Durante todo tempo que exerceu o mandato jamais se lembrou de apresentar qualquer projeto, elaborar parecer sugerir emendas ou proferir discursos de interesse nacional. Aqui veio unicamente para tratar de seus negócios particulares" [188]

Em contrapartida, "Gazeta do Povo" e "O Dia" ora publicavam discursos de políticos partidários do PSD, como Cândido Machado de Oliveira Neto, Hélio Setti e Gaspar Veloso, defendendo o governador, ora exibiam reportagens criticando os políticos da oposição:

> O senador Gaspar Velloso em oportuno e brilhante discurso que proferiu no Senado, rebateu mais uma vez as críticas e acusações repetidas pelo sr. Othon Mader contra o governador Lupion[189]
>
> Ontem, o senador entreguista voltou a ocupar a Tribuna do Palácio Monroe. Quem o escutou, pensa que os mortos do Capanema foram seis colonos,

[186] O ESTADO DO PARANÁ, 11/10/1957. "Ainda o sudoeste", pasta 1674, top 200.

[187] TRIBUNA DO PARANÁ, 28/11/1957. "Desapropriadas as terras do sudoeste", pasta 1251, top. 147.

[188] O ESTADO DO PARANÁ, 15/10/1957. "Solicitada a presença de tropas federais no sudoeste", pasta 1674, top. 200.

[189] O DIA, 06/10/1957. "Discurso de Gaspar Velloso no senado em torno do momentoso assunto do oeste paranaense", pasta 1200, top 143.

> chamados, pelo sr. Othon Mader, "pobres colonos". Ora, a imprensa carioca, os deputados federais, a imprensa paranaense, todos os que vieram do Sudoeste, a verdade, enfim, mostra que as vítimas foram homens ligados à empresa colonizadora. Qual a razão, pois, do "engano" do senador udenista? É obvio, claro demais, para que alguém deixe de perceber o interesse eleitoreiro. O sr. Othon Mader ainda não se conformou com a votação que obteve no último pleito. Quer redimir-se de sua antipatia pessoal, junto ao povo, tentando modificações dos fatos, através de suas orações. Aliás, até nisso o sr. Othon Mader tem sido infeliz. [...] A mentira tem pernas curtas, sr. Othon Mader. Não foi a polícia, nem o sr. Moisés que atiraram nos posseiros. Seja honesto com sua consciência, ao menos uma vez na vida, sr. Othon Mader. Debalde, tentará agitações. O povo já sabe com quem está a verdade[190].

> Ante o fiasco de suas mais recentes esperanças de aproveitar, ainda, politicamente os salvados do incêndio do Sudoeste, através de mentirosa proclamação de que o governo federal, a instâncias suas e contra o governo estadual, desapropriara as terras da região, o sr. Annibelli e sua imprensa tentam atamancar uma nova intriga junto aos colonos sudoestianos, afirmando que o decreto desapropriatório só não foi assinado e publicado, por pressão direta e pessoal do governador junto ao presidente da República. Com isso visam levar os mistificados colonos à convicção de que 'uma vez mais o sr. Moyses Lupion manobrou em favor das companhias de terras'"[191].

Essa parcialidade assumida pelos jornais é valiosa à pesquisa histórica na medida em que podemos visualizar as diferentes versões atribuídas a um mesmo fato. É justamente nas relações entre essas diferentes versões que podemos desvendar significados e penetrar nas contradições expressas por elas[192]. Cada jornal arquivado pela DOPS/PR demonstra, pelas suas notícias e forma de narrativas, uma parcialidade peculiar na defesa ou ataque à figura do governador do Estado. Dessa forma, cada fato novo concernente ao conflito desenvolvido no sudoeste era assumido pelos periódicos para a justificativa de seu partidarismo político. Contudo, dentre os jornais presentes na documentação da polícia política do Paraná, encontramos um que, a nosso ver, apresenta características peculiares em relação aos demais.

Ao entrarmos em contato com os recortes do jornal "Diário do Paraná", tivemos a impressão, em um primeiro momento, de que ele pertencia aos periódicos partidários de Moisés Lupion, pois, em uma das edições apresentou a explicação do governador do Estado para a conjuntura reinante no sudoeste paranaense:

> Tendo regressado na segunda feira do Rio, onde se encontrava há dias, o governador Moysés Lupion reuniu ontem no palácio Iguaçu, a imprensa e o rádio da capital, fazendo um relato da situação no Sudoeste e abordando o

[190] GAZETA DO POVO, 11/10/1957. "Interesses Inconfessáveis", pasta 1674, top. 200.
[191] O DIA, 09/12/1957, "Contra o Estado e os colonos", pasta 1200, top 43.
[192] CHALHOUB, Op. Cit.

> aspecto de sua divulgação nos principais centros do país. [...] "O noticiário naturalmente teve maior repercussão porque representantes do Paraná, na Câmara e no Senado, com a colaboração de outros representantes estaduais fizeram realmente do episódio um caso nacional, chegando mesmo a impressionar a opinião pública porque os maiores órgão de divulgação, tanto no Rio quanto de São Paulo, se engajaram nessa campanha. O episódio em si não é só no Paraná, já que pode ser considerado comum, pois conflitos sobre terras existem em vários Estados do Brasil, como no Paraná nós temos em outras oportunidades verificado, e todos eles sempre com mesma direção, que é o interesse de valorização da terra que todos sabem, em nosso Estado atinge pelo seu progresso sempre em níveis mais altos. [...] É natural que as agressões pessoais que eu vinha recebendo da parte dos meus adversários políticos através de acusações até infamantes não façam maior mossa, pois que já havia me habituado a reações que sempre nós tivemos, em torno inclusive de episódios anteriores as nossas lutas políticas partidárias. Aliás, quando estive no senado, procurei dar respostas aos mesmos pessoalmente e documentadamente naquilo de que me acusavam ao mesmo tempo mostrando minha isenção particularmente nesse caso das terras no Sudoeste do Paraná.[...] Mas o que ressalta, e é isto que eu quero deixar bem claro, é que não é contra a minha pessoa que se faz esse movimento. E todos devem compreender, principalmente os paranaenses, que essa repercussão que teve o episódio, que eu considero apenas um episódio policial, na Capital da República e em São Paulo, só pode prejudicar o bom nome do nosso Estado [...] É evidente que esta repercussão só poderá ser danosa aos interesses econômicos e ao desenvolvimento do Estado. Presumo que esses nossos acusadores, esses paranaenses que assim agiram, bem como representantes de outros Estados no Senado e na Câmara, ou não sentiram bem as consequências de seu ato ou estão engajados numa campanha, que a meu ver é uma campanha de ordem nacional, que procura, através de caravanas que chamam de liberdade trazer um gérmen, uma sementeira a vários Estados lançar uma semente para que dai possa eclodir um movimento generalizado que não tem outro fim que não o de abalar o próprio princípio da autoridade, desde o Presidente da República aos governadores estaduais e todos aqueles que tem neste momento, neste País, uma soma de responsabilidade em face da opinião pública" [...].
>
> O propósito do legal domínio das terras, ora "sub-judice", o governador, respondendo a uma pergunta sobre se está, somente aguardando o pronunciamento da justiça salientou: "É evidente que se o Estado vencer o pleito irá executar, de acordo com a sua própria legislação a colonização dessas terras. E se não for o Estado, se for a União, este por sua vez, também tem órgãos para colonização se forem as empresas particulares, já declarei, só resta ao Estado, se for para tranquilizar a situação destes posseiros, nesse caso, seriam eles intrusos, o recurso de desapropriar as terras para poder colonizar. Do contrário não haveria outra forma legal. É evidente que o Estado não pode usar de violência para evitar que as empresas continuem lá na região, pois elas estão legalmente constituídas"[193].

Contudo, o mesmo periódico que apresenta esse discurso do governador, também divulgara o discurso do senador udenista Othon Mader, um dos mais ferrenhos opositores de Lupion:

---

[193] DIÁRIO DO PARANÁ, 09/10/1957. Constituiu o caso do sudoeste parte da campanha contra o principio da autoridade. In. DEAP, pasta 1674, top. 200.

> Conforme havia prometido o sr. Othon Mader voltou a tratar na sessão de hoje do Senado, do caso do Paraná, para reafirmar que o governador Moysés Lupion é sócio da CITLA, empresa a que estaria dispensando "proteção escandalosa", em detrimento dos colonos que se estabeleceram no sudoeste do Estado. Não teve tempo entretanto de concluir a sua oração e exibir as provas que afirmou possuir, uma vez que foi aparteado constantemente pelo sr. Gaspar Veloso, também da bancada paranaense e correligionário do governador. Disse o sr. Othon Mader que a CITLA, contando com o apoio do governador e com o auxílio ostensivo da polícia estadual, vem forçando os lavradores a comprar terras que ocupam há anos, por preços exorbitantes e condições draconianas, sob a alegação de que é dona da região [...][194].

Diferentemente dos demais jornais arquivados pela DOPS/PR, que apresentam seus discursos privilegiando sempre um grupo político, os recortes do "Diário do Paraná" ora trazem discursos dos políticos do PSD, ora de seus opositores, ou então os diálogos entre políticos rivais, revelando, nesse sentido, uma forma diferente de apresentar a luta partidária decorrente da Revolta dos Posseiros do Sudoeste. Algumas vezes, esse periódico destaca alguns acontecimentos sem demonstrar, aparentemente, favoritismo político:

> Rio, 10 (M.) – Na sessão de hoje da Câmara foi aprovada a emenda do Senado ao projeto legislativo que torna sem a efeito a transação com a superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União e a CITLA localizadas no Paraná. A emenda tem a seguinte redação: "Fica aprovado o ato do Tribunal de Contas da União, que negou o registro da escritura pública da ação de pagamento celebrada em 17 de novembro de 1950, entre a Superintendências das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União e a Clevelândia Industrial territorial Ltda". O projeto será agora promulgado pelo presidente do Senado[195].

Em relação aos demais jornais destacados, o "Diário do Paraná" apresenta, portanto, uma versão um pouco menos parcial dos fatos. Porém, de forma geral, a análise da Revolta dos Posseiros através dos periódicos arquivados pela DOPS/PR revela que o conflito foi apropriado e divulgado quase que unicamente pelo viés político-partidário. É possível perceber, pelos discursos jornalísticos, que o embate entre partidários da oposição e situação é bastante acirrado. Uma das funções principais do jornal é construir versões sobre a realidade, interpretando e privilegiando sujeitos e situações que legitimem seu discurso perante a

---

[194] DIÁRIO DO PARANÁ 03/10/1957. "Debatem os senhores Othon Mader e Gaspar Veloso a situação e a participação da CITLA". In: DEAP, pasta 1204, top 143.

[195] DIÁRIO DO PARANÁ, 11/10/1957. *Aprovada a Emenda que torna sem efeito a transação com a CITLA*. In. DEAP, pasta 1674, top 200.

sociedade[196]. Nesse sentido, o discurso jornalístico é estruturado de forma a convencer seu público de que profere a verdade dos fatos. Assim, os acontecimentos desenvolvidos no sudoeste do Paraná foram utilizados pelos periódicos como pano de fundo de sua luta partidária, a fim de cooptar o maior número possível de adeptos aos partidos em disputa no cenário político do período.

Esse embate político-partidário visível através dos jornais não era por acaso: em 1958 haveria eleições para deputados, episódio que justifica a busca enérgica por partidários. Nesse contexto, o jornal, que já desempenha papel fundamental na sociedade, vem exercer a função de porta voz dos partidos políticos e seus representantes. A partir disso, talvez caiba aqui a afirmação de Pierre Bourdieude de que

> a relação que os vendedores profissionais dos serviços políticos (homens políticos, jornalistas políticos, etc.) mantêm com os seus clientes é sempre mediatizada, e determinada de modo mais ou menos completo, pela relação que eles mantêm com os seus concorrentes. Eles servem os interesses de seus clientes na medida em que (e só nessa medida) se servem *também* ao servi-los, quer dizer, *de modo tanto mais exacto quanto mais exacta é a coincidência da sua posição na estrutura do campo político com a posição dos seus mandantes na estrutura do campo social*"[197] (grifo do autor).

Nesse sentido, podemos dizer que os jornais em questão posicionavam como situação ou oposição na medida em que, fazendo isso, defendiam seus próprios interesses: a manutenção de seu poder simbólico evidenciado na mediação entre acontecimento e sua narrativa perante a sociedade.

Atuando como porta voz dos políticos e seus partidos, os jornais detêm grande influência social, possuindo, dessa forma, amplo poder de persuasão. Devemos salientar, contudo, que os recortes analisados foram arquivados a partir da ótica policial e, por isso, suas informações referem-se, quase que exclusivamente, aos fatos que os agentes policiais julgaram ser importantes para o arquivo. Apesar do fato de a Revolta dos Posseiros ter sido muito utilizada pela imprensa como pretexto para a luta político-partidária, as versões divulgadas nos ajudam a perceber como um único fato pode apresentar diferentes versões de explicação. Assim, buscando um maior conhecimento sobre seus alvos, a DOPS/PR estava atenta às diferentes reportagens divulgadas pelos jornais na busca por informações sobre os acontecimentos e possíveis suspeitos de crime político.

---

[196] PEGORARO, Op. Cit. p. 71.
[197] BOURDIEU, Op. Cit. p. 177.

2.2 Divulgação e vigilância: as investigações da DOPS/PR a uma das principais lideranças do conflito, o médico Walter Pecóits

Os recortes dos jornais revelam o grosso da documentação da polícia política paranaense a respeito da revolta dos posseiros de 1957. Apesar de serem construções humanas e expressarem puro partidarismo político, esses periódicos nos levam à compreensão de alguns aspectos da lógica adotada pelos agentes da DOPS/PR.

O arquivamento dos jornais fazia parte da metodologia de ação da DOPS, pois, como símbolo da narrativa dos acontecimentos à sociedade, a imprensa escrita divulgava nomes, lugares e fatos importantes ao olhar vigilante da polícia política, incumbida de zelar pela ordem e segurança públicas. Assim, na grande maioria das vezes, os suspeitos de crime-político eram justamente aqueles que os jornais divulgavam como participantes ou líderes de movimentos sociais.

No caso da Revolta dos posseiros de 1957, uma figura é esclarecedora para essa questão: Walter Alberto Pecóits. Alguns noticiários apontaram-no como líder da revolta dos posseiros em outubro de 1957:

> Tivemos a oportunidade de entrevistar o dr. Walter Pecóits, médico estimado pela população desta cidade. E esse conceito é tanto mais verdadeiro quando se sabe que a ele foi entregue a direção do movimento registrado no mês passado. E, a bem da verdade, é justo que se proclame que nunca Francisco Beltrão gozou de tanta ordem e calma durante o tempo em que o teve como seu delegado[198].

Em decorrência desse carisma, Pecóits tornou-se deputado, alcançando grande prestígio político. Membro do PTB, partido contra o qual foi dado o golpe de 1964, foi um dos primeiros homens públicos que tiveram seu mandato cassado pelo regime militar:

> Walter Pecóits foi um dos principais líderes políticos da história do Paraná. Ele morreu aos 86 anos, em Francisco Beltrão, município do qual foi prefeito e onde desenvolveu boa parte de suas atividades votadas para a causa pública. Ali começou sua carreira como vereador, isso em 1956. Logo em seguida, durante o governo de Moysés Lupion, liderou uma revolta de posseiros no Sudoeste do Estado que agitou o Paraná. Em 1960 foi eleito Prefeito de Francisco Beltrão, quando desenvolveu uma profícua administração, erguendo obras que até hoje permanecem como um marco de sua passagem pela Prefeitura. Deputado Estadual, Pecóits foi um dos primeiros políticos paranaenses a ter o seu mandato cassado pelo regime militar, em 1964. Foi preso, torturado e teve um olho furado durante os

[198] O Estado do Paraná, 12/11/1957. In: DEAP, "Walter Pecóits", pasta 3683, top 491.

> espancamentos de que foi vítima. Ficou vários anos afastado da vida pública para a ela retornar na condição de Secretário de Assuntos Fundiários, no governo de José Richa. Também foi titular da Casa Civil do governo do Estado, na mesma administração[199].

Essa justificativa, apresentada pelo senador Álvaro Dias requerendo, junto ao Senado Federal, uma homenagem de pesar a Walter Pecóits, revela alguns dos cargos assumidos pelo mesmo durante sua vida pública. Pelo fato de ser médico, Pecóits já era conhecido entre os moradores do sudoeste. Isso já possibilitou, em 1956, sua entrada na vida pública como vereador. Seu destaque na Revolta dos Posseiros do ano seguinte favoreceu sua candidatura a deputado estadual. O jornal "Gazeta do Povo" acompanhou bem essa evolução política:

> Como já informadas aqui, as agitações verificadas naqueles municípios, por insuflação de interessados nas terras e na criação de dificuldades ao governo do Estado, fizeram surgir líderes locais de fácil acesso à simpatia popular e de pretensões eleitorais definidas. Um deles poderia ser o sr. Valter Pecóits, por exemplo, médico em Francisco Beltrão e que, durante as desordens ali praticadas, chegou a ser nomeado delegado, por indicação dos posseiros[200].

A partir do momento que o médico Walter Pecóits tornou-se um dos líderes do conflito desencadeado no sudoeste também teve sua vida pessoal investigada pela polícia política. Ao se tornar homem público, Pecóits torna-se alvo de constantes investigações. A documentação da DOPS/PR evidencia a capacidade da polícia em armazenar documentos que perpassam toda a vida política de Walter Pecóits: há notícias referentes ao seu papel de destaque frente à revolta dos posseiros de 1957; recortes comentando sobre seu indiciamento por participação em movimentos de guerrilha; a estampa de seu nome na divulgação das críticas do Comando Geral dos Trabalhadores aos contrários às reformas de base, notícias sobre sua prisão e toda uma gama de documentos que a polícia política paranaense utilizou para investigar as denúncias realizadas contra o mesmo. Assim, a partir da documentação sobre Pecóits arquivada pela DOPS/PR é possível ilustrar as formas de ação policial e suas estratégias de investigação, onde a atenção aos eventos divulgados pelos jornais desempenhava importância fundamental na eleição dos principais temas a serem averiguados.

---

[199] Justificativa exposta por Álvaro Dias no requerimento para homenagem de pesar a Walter Pecóits, no Senado Federal, 2004. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/pls/prodasen/PRODASEN.LAYOUT_MATE_DETALHE.SHOW_INTEGRAL?t=2107> , Acesso em 26 mai. 2008.

[200] GAZETA DO POVO, 18/12/1957. "Notas Políticas: Candidatos da Revolta". In: DEAP, pasta 1200, top 143.

Em sua pasta pessoal presente no arquivo da DOPS/PR, encontramos vários rascunhos[201] escritos à caneta contendo informações dispersas sobre sua vida pessoal:

> Walter Pecóits – casado médico. 42anos. 3 filhos.
> Possui propriedades em Porto Alegre.
> Proprietário Radio Colméia
> Foi médico da Colônia Agrícola General Osório (CANGO)
> Uma vez prefeito e fez sucessos
>
> Em 1957 foi o chefe levante no sudoeste do Paraná
>
> Muito influenciado pela esposa.
>
> Ligações políticas com Antonio Anibelli[202]

Essas anotações, resultado das investigações são todas anotadas na ficha pessoal de Pecóits, demonstrando como a polícia estava atenta a pequenos detalhes, inclusive sobre a vida familiar do mesmo. Em sua ficha, essas informações são escritas coerentemente, sem deixar de ressaltar os detalhes adquiridos durante as investigações:

> Outubro de 1957 – O fichado foi o chefe do levante armado de posseiros no Sudoeste do Estado, tendo como imediatos os senhores Edu Potiguara Bublitz e Ivo Tomazoni. Esse levante teve como causa os desmandos cometidos pela CITLA (companhia de terras criada pelo então Governador Moisés Lupion), com vários escritórios na região. Em consequência do levante, foi deposto o Delegado de Polícia Dr. Rubens Martins (ligado CITLA), assumindo as funções o fichado, ocasião em que prendeu ali o Chefe de Polícia, Dr. Alfredo Pinheiro Junior, e o Desembargador Franco da Costa, que para lá se dirigiram a fim de restabelecer a calma na região. Uma vez libertado, o Dr. Pinheiro enviou desta Capital para Francisco Beltrão um contingente de 300 homens da P.M.E. para estabelecer a ordem, sendo então o fichado afastado das funções de Delegado, após 8 dias de exercício. – Sabe-se que, em princípios de 1954, a pedido do Dr. Glauco Olinger, Administrador da CANGO (Colônia Agrícola Nacional General Osório), que infelicitara uma menor em Pato Branco, o fichado submeteu esta a um aborto, em seu hospital, em Francisco Beltrão, conforme testemunho do Sr. José Carlos de Miranda. – Em agosto de 1954, o fichado assumiu a chefia do serviço médico da CANGO, de cuja farmácia desviou, para proveito próprio, quase todo o estoque, vendendo-o a terceiros com a ajuda de sua esposa, que passava recibo das vendas. – O fichado, que já foi prefeito de Francisco Beltrão, elegendo posteriormente seu sucessor, é proprietário d um hospital e da Rádio Colméia daquela cidade, possuindo também propriedades em Porto Alegre. É muito influenciado pela esposa e mantém ligações políticas com o Deputado Federal Antonio Anibeli. [...][203]

---

[201] Cf. ANEXO B, p. 159.

[202] DEAP, “Walter Pecóits”, pasta 3683, top 491.

[203] Ficha 30.954 “Walter Pecóits”. Cf. ANEXO C, p. 165.

As informações destacadas nessa ficha demonstram muito conhecimento da polícia política acerca da vida de Walter Pecóits. É importante enfatizar que os elementos ressaltados revelam um conjunto de dados oriundos das mais variadas fontes: investigações policiais, depoimentos e, principalmente, informações retiradas dos jornais. A constante leitura os periódicos permite com que a polícia adquira informações relevantes a respeito do fichado, como o fato de ter sido líder do movimento e assumido as funções de delegado de Francisco Beltrão. É interessante perceber também que, ao menos nas informações contidas na ficha pessoal de Pecóits, a polícia política demonstrou uma posição menos parcial em relação ao conflito, contendo-se em afirmar, baseada em parte dos noticiários jornalísticos, que "esse levante teve como causa os desmandos cometidos pela CITLA (companhia de terras criada pelo então Governador Moisés Lupion), com vários escritórios na região", admitindo, nesse sentido, a participação do governador do Estado com a empresa de terras.

As informações sobre Walter Pecóits presentes no arquivo da polícia política paranaense demonstram, além da preocupação central com toda a vida do fichado, uma incongruência entre a exaltação feita no Senado em 2004 e sua vida pessoal investigada pelo órgão. Para a DOPS, o importante era o conhecimento completo acerca do suspeito, o que implicava a investigação e armazenamento de dados de todos os fatos que o envolviam. Assim, a vida de Pecóits não foi apenas de grandes realizações, mas também houve infortúnios que, para a polícia, não passaram despercebidos.

Entre os documentos presentes na pasta pessoal de Pecóits junto à DOPS/PR, há um informativo, intitulado "A verdade em foco", dirigido aos colonos do sudoeste paranaense, tecendo críticas ao médico fichado. No primeiro número, há as seguintes considerações:

> O COLONO DE FRANCISCO BELTRAO não é ladrão nem revolucionário. Ele é um amigo da ordem e respeita as leis.
> Em outubro de 1957, compareceu à cidade para protestar contra arbitrariedades praticadas por uma companhia de terras e foi surpreendido pela notícia de que os homens que o orientavam tinham feito uma revolução e pretendiam derrubar o Governo.
> O colono se retirou então para sua residência triste e envergonhado com as cenas que presenciara. Ele viu casas assaltadas, assistiu perseguições e pessoas simples e humildes como ele e teve a certeza de que os chefes do movimento queriam servir-se dos colonos como instrumento político, prevalecendo-se da situação para roubar.
> A fama de ladrão de desordeiro ficou para o colono; os chefes do movimento ficaram com o produto do roubo e alguns deles se candidatam para as próximas eleições... [...].
> A Verdade em foco contará a você, colono, **como e por que** o Dr. Walter Pecóits saiu de Erechim, R.G.S.

> Por que razão você ficou sem a farmácia do Núcleo Colonial General Ozório.
> O que foi a tragédia de Emilia dos Santos, em cujo ventre o Dr. Walter Pecoit **esqueceu** um pano de um metro de comprimento por meio metro de largura.
> Carta de próprio punho de um administrador da Cango solicitando a prática de atos excusos por parte do Dr. Walter Pecóits (em que foi atendido pelo mesmo).
> Revelará ainda como foi gasta a verba que deveria ser aplicada em benefício do colono da Cango.[204]

No segundo número, conforme está enfatizado em sua ficha pessoal, Pecóits é acusado de submeter uma menor a um aborto a pedido do administrador da CANGO:

> Inúmeras foram as representações feitas à Presidência da República e ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização, referentes a imoralidades administrativas existentes no Núcleo General Osório, algumas das quais incluem o Serviço Médico do referido médico Walter Alberto Pecoit, um dos remanescentes da administração corrupta do Governo passado.
> [...] Os clichês abaixo evidenciam o quão íntimos tem sido administradores e médico do Núcleo Colonial General Osório.
> Em princípios de 1954, o Administrador do Núcleo Colonial General Osório enviou ao enfermeiro do Serviço Médico um bilhete escrito de próprio punho, ao qual não apôz assinatura, em virtude da gravidade do assunto a que o mesmo de referia, a ponto de fazer a seguinte recomendação: "que não toque no meu nome". [...]
> A solicitação feita pelo mesmo foi atendida pelo Dr. Walter Pecóits que depois disso foi credenciado para o Serviço daquela Colônia.
> A menor M. M., de 16 anos de idade, vítima do administrador e do futuro médico do Núcleo, hospedou-se na residência de um comerciante da Cidade, não se internando no hospital do Dr. Walter "para não dar na vista"[205]

O outro fato, abordado pela polícia política na ficha de Pecóits, é referente ao desvio de verbas da farmácia da CANGO, enquanto médico da mesma. O terceiro número de "A verdade em foco" apresenta as seguintes informações:

> A VERDADE de hoje é aquela que, há muito, foi apontada pelo Prefeito de Francisco Beltrão às autoridades federais, referente ao roubo da Farmácia da CANGO pelo médico **Dr. Walter Alberto Pecóits** e abafado pelas Administrações do Núcleo Colonial General Osório, a quem não convinha a apuração dos fatos.
> Você sabe, Colono, que a Cango de antigamente, quando não se falava ainda de Dr.Walter, fornecia medicamentos **de graça** a todos os colonos fichados pela Administração da mesma.
> Mas você não sabe porque, pouco meses depois que o Dr. Walter passou a atender o Serviço Médico da Cango, você nunca mais recebeu medicamentos

[204] "A Verdade em Foco", vol. 01, Pasta 3683, top. 491 "Walter Pecóits".
[205] "A Verdade em Foco", vol. 02, Pasta 3683, top. 491 "Walter Pecóits".

> gratuitamente, tendo ainda que pagar pelos serviços que lhe deviam ser prestados pelo referido médico, contratado e pago pela Colônia para atendê-lo de graça.[206]

Por esses elementos é possível perceber a atenção que a polícia política destinava às informações oriundas dos diferentes tipos de periódicos veiculados no Paraná e na região. Fica evidente que muitos dos dados dispostos na ficha pessoal de Pecóits foram baseados em observações de caráter jornalístico, as quais, na maioria das vezes, possuem grande carga de partidarismo político, o que faz com que as informações transmitidas pela documentação da DOPS/PR também estejam carregadas de parcialidade. Contudo, é interessante notar que o arquivamento de documentos é muito eclético, demonstrando que a polícia não se atentava apenas para os que defendiam o governo em exercício. Todos eles eram utilizados pelo órgão como ponto de partida para as investigações.

A título de exemplo, é significante destacar as investigações realizadas pela polícia política acerca de uma denúncia feita contra Walter Pecóits já no final da década de 1970. Depois de seu destaque na Revolta dos posseiros de 1957, Pecóits adquiriu grande transparência política. Conforme exposto no discurso do senador Álvaro Dias, o médico elegeu-se deputado estadual e foi um dos primeiros a ter seu mandato cassado pelo regime militar, tendo sido preso e torturado. Dizendo ter ficado com deficiência visual devido à tortura, Pecóits ajuizou pedido de indenização contra o Estado do Paraná. Assim, em fins do ano de 1957, as notícias jornalísticas expressavam o seguinte teor:

> Será julgado hoje o último recurso do Estado contra o processo que o ex-deputado Walter Pecóits vem movendo desde 1967, três anos depois de ser preso e torturado, tendo perdido um olho e ficado 20 dias semiparalítico. O governo alega "erro de cálculo" no valor a se pago como indenização e pensão por danos físicos referentes àquele período.[...]
> O Sr. Walter Pecóits foi um dos primeiros cassados (dia 13 de abril de 1964) pelo Ato Institucional número1, de 9 daquele mesmo mês e ano. Sobre os prováveis motivos da punição, ele cita, além da estreita amizade com o Presidente João Goulart, da liderança do PTB na Assembléia e do fato de ser vice-presidente do Diretório Regional, o levante armado de 1957, quando liderou seis mil colonos – posseiros – numa questão de terras, que se arrastava desde o Governo de Getulio Vargas[207].

Em decorrência da publicidade acerca da indenização a Walter Pecóits, o governador do Estado no período, Jaime Canet Júnior, recebeu uma carta delatando o médico:

---

[206] "A Verdade em Foco", Pasta 3683, top. 491 "Walter Pecóits".

[207] Jornal do Brasil, 29/11/1978. In: DEAP, pasta3683, top. 491 "Walter Pecóits".

> Leio da revista VEJA (nº 530, de 01-11-78) que o Dr. Walter Pecóits está reclamando do governo do Paraná, indenização, porque, entre outras coisas, a Polícia teria lhe vasado uma vista, isto quando comandou uma sublevação de colonos na região Oeste, há 14 anos.
> É incrível, é estarrecedor, é mentira que tivesse perdido uma vista ali, pois (creio que em 1948), quando veio para clinicar em BARRA DO RIO AZUL (distrito de Erechim, RS) logo depois de formado, já estava com defeito na visão. Esse caolho, que foi vereador em Erechim pelo PSD, talvez em 1950/51, é irmão do também médio Dr. Conrado Pecóits Jr., residente em Aratibe, a uns 40 km. de Erechim e um sobrinho, igualmente médico, atuando em Erechim daí se torna fácil comprovar por meio de fotos da época. Afinal existem também arquivos da Faculdade ou do Gabinete de Identificação. A Interpol é muito eficiente, poderia resolver a comprovação[208].

Tal acusação foi suficiente para que a polícia montasse uma verdadeira rede de informações para a investigação do caso: ao tomar conhecimento do conteúdo da carta o secretário de Estado encaminhou a mesma para o Procurador Geral, Dr. Joaquim Brito de Lacerda, "para tomar ciência e opinar com urgência"[209] a respeito de seu conteúdo. Sob o Protocolo nº 07665/78-Casa Civil, o Procurador se expressa da seguinte forma:

> I- O expediente cuida de uma carta dirigida ao Exmo. Snr. Governador do Estado, na qual o snr. J. Caruso, de Porto Alegre, transmite informação à S. Excia., relacionada com notícia publicada na revista Veja", sob a ação intentada contra o Estado do Paraná, há muitos anos, pelo snr. Walter Pecóits.
> Nesse processo o Estado do Paraná foi condenado a pagar vultosa indenização, resultante de danos pessoais, praticados pela Polícia local, dos quais resultaram a perda de uma visão do ofendido.
> E a informação, transmitida pela carta, assevera que o defeito da vista preexistia. Permanece a dúvida relacionada com esse indicado defeito anterior, inclusive quanto às suas extensões.
> Não obstante a informação venha revelada por carta dirigida ao "Exmo. Snr. Jayme Canet Junior", é certo que é feita a S. Excia. na condição de "Governador do Estado". Daí o despacho de seu encaminhamento "ao Snr. Secretario da Justiça para tomar conhecimento", e, evidente e consequentemente, para as providências cabíveis.[...][210].

Tendo em vista que a indenização foi justificada devido "'a uma perda total da visão', decorrente dos atos de violência", o Dr. Joaquim Brito de Lacerda faz uma série de considerações a respeito se seria possível ou não fazer a revisão do julgamento. Ele cita as

---

[208] Carta encaminhada ao Governador do Estado, Jayme Canet Júnior, delatando Walter Pecóits, em 13/11/1978. A carta é assinada por *J. Caruso*. In: DEAP, pasta3683, top. 491 "Walter Pecóits". Cf. ANEXO D, p. 166.

[209] Despacho da carta ao Procurador Geral do Estado, para que se posicionasse a respeito do conteúdo da mesma. In: DEAP, pasta3683, top. 491 "Walter Pecóits". Cf. ANEXO E, p. 167.

[210] Pronunciamento do Procurador da Justiça a respeito da carta enviada ao Governador do Estado, em 18/01/1979. In: DEAP, Cf. ANEXO F, p. 168.

legislações alemã, suíça e germânica, que afirmam, caso haja mudanças de circunstâncias, que um ato judicial possa ser revisto. Em seu parecer, as leis brasileiras silenciam-se sobre essa questão, porém não negam sua admissibilidade. Sendo assim, considerando "ser possível – caso se configure a preexistência do defeito visual – a revisão da pensão em procedimento judicial próprio", o Procurador Geral do Estado, conclui seu parecer dizendo que

> A apuração dos fatos, entretanto, deve ser realizada com as necessárias cautelas e sem alardes, face à gravidade da apontada situação, com as sérias consequências que daí advirão, ainda mais quando o interessado, Estado do Paraná, é parte na demanda. Cuidadosas diligências poderão ser efetuadas pela Secretaria de Segurança, que tem condições de fazer contacto com a Secretaria de Segurança do Rio Grande do Sul, na busca das provas apontadas na carta do Snr. Caruso.
> Do resultado dessas diligências é que vai depender a iniciativa do Estado do Paraná, com vistas ao procedimento judicial que possa vir a ser intentado e que, para isso, precisa se fundar em elementos probatórios perfeitos, que inadmitam discussão.
> Assim, opinamos no sentido de se encaminhar o expediente ao Snr. Secretário de Segurança, com as recomendações acima[211].

O próximo passo nas investigações foi despachar o expediente à Divisão de Segurança e Informações (DSI) para "encetar as diligências necessárias ao esclarecimento dos fatos denunciados na carta ao Excelentíssimo senhor governador do Estado, por J. Caruso, residente em Porto Alegre – RG"[212] (sic). O delegado designado para as investigações foi Luiz Fernando Viana Artigas, encarregado de "proceder diligências necessárias à elucidação" do caso[213]. Sua primeira ação esteve relacionada à solicitação, junto ao Instituto de Identificação do Estado do Paraná, do prontuário de Walter Pecóits:

> A fim de instruir investigações em tramite neste Delegacia de Ordem Social, solicitamos a Vossa Senhoria, se possível nos seja encaminhado xérox do prontuário do Sr.Walter Pecóits.[214]

No mesmo dia, o diretor do Instituto de Identificação do Estado, Hermes Machado Mattos atendeu o delegado da DOPS:

---

[211] Ibid. In: DEAP, pasta 3683, top. 491 "Walter Pecóits".

[212] Despacho ao Departamento de Segurança e informações, a fim de que sejam investigadas as denúncias contra Walter Pecóits. In: DEAP, pasta3683, top. 491 "Walter Pecóits", em 09/02/1979. Cf. ANEXO G, p. 172.

[213] Indicação do Delegado Luiz Fernando Viana Artigas para a investigação das denúncias contra Pecóits, em 29/10/1979. In: DEAP, pasta3683, top. 491 "Walter Pecóits" .Cf. ANEXO H, p. 173.

[214] Solicitação, pelo delegado Luiz Fernando Viana Artigas, do prontuário de Walter Pecóits, junto ao Instituto de Investigação do Estado do Paraná, em 09/11/1979. In: DEAP, pasta3683, top. 491 "Walter Pecóits". Cf. ANEXO I, p. 174.

> Atendendo pedido constante do ofício nº 0707/79, dessa Delegacia, com este, encaminho a Vossa Senhoria os protestos de consideração e apreço.[215]

Em anexo a este ofício, foram encaminhados ao Delegado Artigas a ficha de antecedentes civil e criminal e as digitais de Walter Pecóits. É interessante destacar que a investigação policial era muito bem organizada, envolvendo diversos setores na busca por informações. Daí decorre a grande quantidade de documentos arquivados pela polícia política:

A Secretaria de Estado da Saúde Bem Estar, também foi consultada a respeito de Walter Pecóits. Assim escreve o detetive Annibal Bassan Júnior:

> Senhor Delegado,
> Atendendo a sua determinação, dirigi-me à Secretaria de Estado da Saúde e Bem Estar, onde entrei em contato com o Dr. Benoni Laurindo Ribas do setor de Fiscalização do Exercício Profissional, onde o mesmo informou que o Sr. Walter Pecóits, possui o nome completo de Walter Alberto Pecóits e é médico formado pela Faculdade de Medicina de Porto Alegre, sendo a data de sua formatura o dia 14 de março de 1949, não constando outros dados.
> É o que tinha a relatar.[216]

É notável o empenho dos agentes policiais nas suas atribuições: após as averiguações internas, o delegado Artigas foi pessoalmente ao Rio Grande do Sul buscar informações sobre Pecóits e descobrir se, realmente, ele possuía problema preexistente na visão. Para isso, foi necessária a solicitação de recursos junto à Divisão de Segurança e informação:

> Senhor Divisional:
> Através deste, olicito de Vossa Senhoria, seja fornecido 5 (cinco) diárias, para o Sr. Bél. LUIS FERNANDO VIANA ARTIGAS, Delegado de Polícia 2ª classe, portador do RG: 285.905 e Sr. HAMILTON VIEIRA DE SOUZA, Agente de Segurança 1º classe, portador do RG: 215.148/Pr. Bem como a importância de 10.000 (Dez mil cruzeiros) para combustível da viatura marca Chevrolet/Chevette, placa CE-6070 para posterior prestação de conta, referente a viagem que será empreendida à PORTO ALEGRE e ERECHIM.
> Outrossim, esclareço a vossa senhoria, que a viagem em apreço é com a finalidade de proceder diligências de caracter reservado, sobre o protocolo nº 07665 de Dezembro de 1978, GOVERNDORIA-CASA CIVIL.[217]

---

[215] Oficio do diretor do Instituto de Investigação do Estado o Paraná, atendendo à solicitação do Delegado Luiz Fernando Viana Artigas a respeito do prontuário de Pecóits, em 09/11/1979. In: DEAP, pasta3683, top. 491 "Walter Pecóits". Cf. ANEXO J, p. 175.

[216] Ofício do detetive Annibal Bassan Junior encaminhado ao Delegado Luiz Fernando Viana Artigas, a respeito das investigações sobre Pecóits realizadas na Secretaria de Estado de Saúde e Bem Estar, em 09/11/1979 . In: DEAP, pasta3683, top. 491 "Walter Pecóits". Cf. ANEXO K, p. 176.

O delegado Luiz Fernando Viana Artigas, entrega, em 08 de maio de 1980, o relatório contendo suas investigações realizadas durante a viagem e suas conclusões a respeito das denúncias contra Pecóits:

> Atendendo designação especial de Vossa Senhoria, cumpre-me informá-lo dos resultados obtidos nas diligências encetadas no Estado do Rio Grande do Sul, mais propriamente nas Cidades de Porto Alegre, Erechim e Aratiba, respectivamente, a partir de 28/04/1980.
> Inicialmente entramos em contato com a Secretaria de Segurança daquele Estado, tendo o Delegado Chefe José Cunha, da Divisão de Segurança Social, dado o apoio necessário e ainda colocado à nossa disposição o Delegado Jorge Mafra, bem como uma Viatura, que nos acompanhou durante as investigações, no sentido de conseguirmos junto ao Instituto de Identificação o Prontuário de Walter Alberto Pecóits, onde fomos informados de que a documentação existente naquele órgão, até o ano de 1951, havia sido queimada em incêndio ocorrido naquele ano, procuramos também localizar a Av. Cascata, nº 433, endereço que constava do remetente da carta denunciante, pois esta Avenida deixou de existir há vários anos.
> Na Faculdade de Medicina, conseguimos através do Secretário Sr. Moacir Freire, uma fotografia do Dr. Pecóits datada de 1.946, a qual através do Departamento de Criminalística, foi reproduzida e ampliada ficando evidenciado o defeito da vista esquerda, conseguimos também o seu currículo e uma relação dos formandos da turma do Dr. Pecóits, de 1.948, dos quais se destacavam Edi Silveira, Hélio R. Filho, Jaime Walta, Carlos Bremmer, Enio Pilha e Nelson Severino Zamenga, sendo este último, um Ex-coronel da Brigada Militar, com que, mantivemos contato, sendo que o mesmo nos informou que se lembrava muito vagamente do Dr. Pecóits e que o mesmo tinha um problema no olho esquerdo mas que não podia precisar qual e tipo de problema, pois o Dr. Pecóits raramente frequentava a faculdade e que não tinha uma turma específica, pois de acordo com seu currículo, havia demorado 10 anos para concluir o Curso de Medicina, mas o Dr. Nelson prontificou-se a verificar com outros colegas se tinham conhecimento do problema e também se alguma Clínica Especializada tinha atendido o Dr. Pecóits.
> Na Cidade de Erechim procuramos o Delegado Almeida, expomos o problema e ele nos indicou o Sr. Felipe Gomes de Oliveira, Comissário de Polícia e Vereador, morador há muitos anos naquela Cidade, que nos informou conhecer o Dr. Pecóits, mas não se lembrava se o mesmo tinha problemas com o olho esquerdo e nos indicou o Dr. Amélio F. Baldine, Médico há 40 anos, morados numa localidade próxima à Erechim, de nome Aratiba, onde o Dr. Pecóits iniciou suas atividades profissionais, o Dr. Baldine conheceu-o e lembrou que o mesmo tinha um defeito na vista esquerda, tanto é que uma das lentes do óculos meio escura, mas que não poderia assegurar qual o tipo de problema, pois para isso deveria fazer um exame mais apurado, e que por motivos éticos preferia não prestar

[217] Pedido de recursos para a diligência sobre Pecóits no Estado do Rio Grande do Sul encaminhada pelo Delegado Luiz Fernando Viana Artigas ao Chefe da Divisão de Segurança e Informação, Eloy Fernandes França em 07/04/1980. In: DEAP, pasta 3683, top. 491 “Walter Pecóits”. Cf. ANEXO L, p. 177.

> declarações nesse sentido, esclarecendo ainda que o Dr. Pecóits tinha realmente algum problema no olho esquerdo, porém o olho não era vazado. É o relatório[218]

Fruto de sua diligência no Rio Grande do Sul, mais especificamente na Faculdade de Medicina de Porto Alegre, o delegado Artigas conseguiu uma cópia do Histórico Escolar[219] e de uma foto[220] de Walter Pecóits. Na foto, datada de 1946, conforme relatório do próprio delegado, o médico já apresentava um problema no olho esquerdo, porém o mesmo ainda não era vasado, o que, de fato, impediria uma revisão do processo judicial que concedeu indenização a Pecóits. No documento escrito pelo procurador Joaquim Brito de Lacerda, logo após o recebimento da carta denunciando Pecóits, fica claro que só seria possível rever a decisão junto à justiça caso fosse provado que seu problema visual preexistisse. Como isso não aconteceu, Walter Pecóits pôde gozar dos benefícios lhe conferidos pela determinação judicial.

Devemos ressaltar, no entanto, que essa documentação compõe um arquivo de documentos criminais e como tais, procura, a todo o momento, criminalizar o suspeito. Assim, observamos que o olhar policial sobre a vida pessoal e pública de Walter Pecóits produziu documentos cujos discursos visam incriminá-lo, provando à sociedade que ele se constitui em um perigo para a ordem social.

Cabe destacar, também, que neste agir policial os jornais representavam papel fundamental. Através dos recortes das diferentes reportagens presentes no arquivo da DOPS/PR podemos observar que grande parte do conhecimento da polícia acerca da vida de Pecóits foi adquirido por meio das notícias veiculadas por esses periódicos, demonstrando a importância que esse tipo de material desempenhava para as investigações policiais.

A documentação existente na DOPS/PR nos permite apreender a Revolta dos Posseiros através de visão distinta daquela apresentada pela grande maioria da bibliografia que trata do tema: observamos que o conflito, para além das divergências entre posseiros e companhias colonizadoras, esteve muito ligado à disputa política em voga no momento, fazendo transparecer, através das notícias jornalísticas, o acirrado debate entre PSD, UDN e PTB. Tanto no cenário político nacional, quanto no estadual, era clara a oposição entre esses três partidos. Dessa forma, frente à revolta dos posseiros, cada um dos três partidos elegeu um

---

[218] Relatório de viagem, escrito pelo Delegado Luiz Fernando Viana Artigas, esclarecendo informações que obtivera durante a diligência que realizou no Rio Grande do Sul a respeito das denúncias contra Pecóits, em 08/05/1980. In: DEAP, pasta3683, top. 491 "Walter Pecóits". Cf. ANEXO M, p.178.

[219] Cf. ANEXO N, p. 181.

[220] Cf. ANEXO O, p. 183.

dos lados envolvidos para manifestar apoio: os políticos pessedistas articularam seus discursos de forma a defender a ação das companhias de terras e o governador Lupion, isentando-o de qualquer culpa em relação aos acontecimentos do sudoeste paranaense, enquanto os petebistas e udenistas diziam apoiar a causa dos posseiros, criticando as companhias e governador. O PSD, não poderia deixar de manifestar apoio a Lupion e este, sendo um dos sócios das empresas de colonização, não iria questionar suas ações para a obtenção das terras. Da mesma forma, sendo os posseiros o grupo rival das companhias e, consequentemente, do governador, o PTB e a UDN apoiava-os no sentido de manter sua clara oposição ao governo estadual.

Além disso, observamos que a grande parte da bibliografia exalta os posseiros e seus "líderes", como se todo o percurso do conflito de 1957 tivesse sido realizado apenas por sucessos. Porém, os documentos existentes na DOPS/PR revelam alguns fatos que, quando não tratados, são apresentados com muita pouca ênfase nas referências sobre o assunto. Dificilmente a historiografia narra, por exemplo, o atentado que o delegado da DOPS, Licínio Barbosa sofreu ao chegar em Francisco Beltrão. Ora, esse fato pode desconstruir a imagem que tentam transmitir de que os posseiros do sudoeste eram totalmente passivos. Sem entrar no mérito da discussão sobre a conduta dos posseiros, queremos afirmar, aqui, que essas diferenças de análises sobre a Revolta de 1957 demonstram que o tema pode ser apresentado sob diferentes versões, sempre ligadas à concepção político-social de quem as conta. Assim, cabe ao historiador compreender os significados, contradições e incoerências presentes nessas variadas interpretações.

CAPÍTULO 3

ENTRE "HERÓIS" E "VILÕES": AS MEMÓRIAS DA REVOLTA DOS POSSEIROS DE 1957

> História, memória, patrimônio, passado, sabemos todos que nenhuma destas palavras tem um sentido único. Antes, formam um espaço de sentido múltiplo, onde diferentes versões se contrariam porque saídas de uma cultura plural e conflitante. A noção de "patrimônio histórico" deveria evocar estas dimensões múltiplas da cultura como imagens de um passado vivo: acontecimentos e coisas merecem ser preservadas porque são coletivamente significativas em sua diversidade[221].

Cinquenta anos se passaram desde que o sudoeste paranaense foi palco do conflito pela posse da terra na região. A Revolta dos Posseiros de 1957 ainda hoje é celebrada e comemorada com júbilos por ser considerada o "único levante armado de colonos que foi vitorioso"[222] no Brasil. Esse evento foi apropriado pela memória local e tornou-se patrimônio histórico da população do sudoeste por se tratar, conforme citação acima, de "acontecimentos e coisas que merecem ser preservadas porque são coletivamente significativas em sua diversidade"[223]. Essa memória foi construída a partir da preservação de versões significativas do ponto de vista da experiência e identidade social e cultural de quem participou da revolta. Porém, cabe ao historiador verificar também as versões "esquecidas", pois, é na análise e observação das diferentes versões "que podemos penetrar nas lutas e contradições" que se expressam nessas versões[224].

3.1 Versões em confronto: Othon Mader x Gaspar Velloso

O conflito desencadeado no sudoeste paranaense em 1957 teve grande repercussão tanto na Câmara quanto no Senado e, como consequência, estampou a grande maioria dos jornais que veiculavam na época. É comum, na bibliografia sobre a revolta dos posseiros, a

---

[221] PAOLI, Maria Célia. "Memória, História e cidadania: o direito ao passado". In: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992. p.25.

[222] SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDICAÇÃO, CULTURA, ESPORTE ELAZER/ PREFEITURA DE PATO BRANCO. 50 anos Revolta dos posseiros: resgatar o passado de lutas, para valorizar a liberdade do presente. 2007.

[223] PAOLI, Op. Cit. p. 25.

[224] CHALHOUB, Op. Cit. p. 23

afirmação de que o governador do Estado, Moisés Lupion, era um dos sócios da CITLA, empresa responsável pela comercialização das terras do sudoeste. Como ele era um forte político pelo Partido Social Democrata (PSD), muitas vozes se levantaram contra ele e seu governo, responsabilizando-o pelos acontecimentos da região. Considerando que o cenário político brasileiro encontrava-se dominado por três partidos majoritários, PSD, PTB e UDN, e que as eleições de 1958 estavam próximas, os representantes partidários buscavam, de todas as formas, conseguir o maior número de adeptos aos seus partidos. Conforme Bourdieu,

> Nas democracias parlamentares, a luta para conquistar a adesão dos cidadãos (o seu voto, as suas quotizações, etc.) é também uma luta para manter ou para subverter a *distribuição do poder sobre os poderes públicos* (ou, se se prefere, pelo monopólio do uso legítimo dos recursos políticos objectivados, direito, exército, polícia, finanças públicas, etc.). Os agentes por excelência dessa luta são os partidos, organizações de combate especialmente ordenadas em vista a conduzirem esta *forma sublimada de guerra civil*, mobilizando de maneira duradoura, por previsões prescritíveis, o maior número possível de agentes dotados da mesma visão do mundo social e do seu porvir. Para garantirem essa mobilização duradoira, os partidos devem, por um lado, elaborar e impor uma representação do mundo social capaz de obter a adesão do maior número possível de cidadãos e, por outro lado, conquistar postos (de poder ou não) capazes de assegurar um poder sobre os seus atributários[225].

Assim, observamos uma acirrada disputa partidária na qual visualizamos dois grandes pólos contraditórios: de um lado os que criticam o governo do Estado, dizendo defender os posseiros e de outro os que dizem zelar pelo bem do Paraná, defendendo as atitudes de Lupion. Nesse sentido, buscavam o prestígio político próprio, utilizando, para isso, a Revolta dos Posseiros como pretexto.

Othon Mader e Gaspar Velloso foram os dois grandes expoentes dessas divergências de opiniões em relação à Revolta dos Posseiros. Político muito influente no Paraná, Mader atuou como prefeito de Foz do Iguaçu em 1932, como Senador da República, entre 1950 e 1959, e como Deputado Federal entre1959 e 1963[226]. Ocupando uma cadeira no Senado pela União Democrática Nacional (UDN), dedicou seu mandado, principalmente, a criticar o governador Moisés Lupion. Em 1957, especificamente entre os meses de setembro a dezembro, o conflito desencadeado no Sudoeste foi o tema preferido de seus discursos no Senado:

---

[225] BOURDIEU, Op. Cit. p. 174.

[226] Dados obtidos na página do Senado Federal. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/SENADORES/senadores_biografia.asp?codparl=2167&li=38&lcab=1937-1946&lf=38>. Acesso em: 10 jun. 2008.

- 26/09/1957 – Comentários sobre episódios violentos no Paraná, nos quais morreram vários colonos (publicado no DCN2 de 27/09/1957, página 2449).
- 30/09/1957 – Denuncia os últimos conflitos ocorridos no sudoeste paranaense (publicado no DCN2 de 01/10/1957, página 2492).
- 02/10/1957 – Focaliza últimos conflitos ocorridos nos sudoeste paranaense, analisando a atuação do governo do Estado (publicado no DCN2 de 03/10/1957, página 2516).
- 03/10/1957 – Reafirma suas declarações em torno dos impasses reinantes no sudoeste paranaense (publicado no DCN2 de 04/10/1957, página 2536).
- 08/10/1957 – Focaliza os últimos conflitos ocorridos no sudoeste paranaense (publicado no DCN2 de 09/10/1957, página 2581).
- 10/10/1957 – Análise sobre os acontecimentos do Paraná, apresentando novas provas contra o senhor Moisés Lupion. (publicado no DCN2 de 11/10/1957, página 2570).
- 14/10/1957- Congratula-se com a Câmara dos Deputados pela sua decisão confirmando ato do tribunal de contas denegatório de registro ao contrato de vendas de glebas entre União e Citla (publicado no DCN2 de 15/10/1957, página 2744).
- 15/10/1957 – Considerações sobre a conflagração surgida no sudoeste do Estado do Paraná (publicado no DCN2 de 16/10/1957, página 2845).
- 17/10/1957 – Considerações sobre os conflitos ocorridos no Sudoeste Paranaense (publicado no DCN2 de 18/10/1957, página 2848).
- 18/10/1957 – Ofício recebido da cidade de Pato Branco, Estado do Paraná, relacionado com os conflitos ocorridos nos sudoeste daquele Estado (publicado no DCN2 de 19/10/1957, página 2739).
- 20/11/1957 – Fala sobre o processo de responsabilidade instaurado pelo Tribunal de Contas do Paraná contra o governador Moisés Lupion e sobre a opinião pública com relação ao governo do mesmo (publicado no DCN2 de 22/11/1957, página 3283).
- 28/11/1957 – Fala sobre o conflito de terras entre posseiros e empresa colonizadora (publicado no DCN2 de 29/11/1957, página 3390).
- 06/12/1957 – Contesta o discurso do Senador Gaspar Velloso sobre os incidentes verificados na questão de terras do sudoeste paranaense (publicado no DCN2 de 11/12/1957, página 3533).
- 09/12/1957 – Relata incidentes sobre questões de terras no sudoeste paranaense (publicado no DCN2 de 11/12/1957, página 3537).[227]

Gaspar Velloso, por sua vez, também foi um político de destaque no Paraná, atuando como vereador, entre 1947 e 1949, e como Senador, entre 1956 e 1963[228]. Frente aos acontecimentos de 1957 no sudoeste paranaense e diante das acusações proferidas por Othon

[227] Discursos pronunciados no Congresso Nacional. Disponível em: <http:// www.senado.gov.br>.

[228] Dados obtidos na página do Senado Federal. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1709&li=40&lcab=1955-1959&lf=40>. Acesso em: 17 jun. 2008.

Mader no Senado, Velloso, com a legenda do PSD, ocupou muitas vezes a Tribuna para rebater o senador da UDN e defender o Governo Lupion e a CITLA:

- 27/09/197 – Esclarecimentos sobre o conflito entre posseiros, grileiros e as companhias colonizadoras nos municípios de Capanema e Santo Antonio, localizados no Estado do Paraná. (publicado no DCN2 de 28/09/1957, páginas 12466).
- 03/10/1657 – Leitura da Carta do Governador do Paraná, Moisés Lupion, dirigida ao Correio da Manhã (publicado no DCN2 de 04/10/1957, páginas 2543).
- 03/10/1957 – Considerações sobre a Lei Agrária e conflitos no Paraná (publicado no DCN2 de 04/10/1957, páginas 2541).
- 16/10/1957 – Conflitos ocorridos no Sudoeste Paranaense (publicado no DCN2 de 17/10/1957, páginas 2703).
- 25/10/1957 – Dá conhecimento à Casa de Manifestação recebida do seu Estado, relacionado com o impasse reinante no Sudoeste Paranaense (publicado no DCN2 de 26/10/1957, páginas 2828).
- 09/12/1957 – Responde ao discurso feito pelo Senador Othon Mader sobre arbitrariedade cometida pelas autoridades policiais e administrativas do Paraná (publicado no DCN2 de 10/12/1957, páginas 3512)[229].

A constância de discursos de ambos os senadores no mês de outubro não foi por acaso: foi justamente neste mês que a revolta dos posseiros se intensificou, tornando-se notória através da invasão aos escritórios das companhias e da ocupação das ruas das cidades. O embate travado entre Othon Mader e Gaspar Velloso demonstra, claramente, a relevância que o partidarismo político representava para os dois políticos. Pelo teor dos discursos, um contra, outro a favor do governador do Estado, fica patente que os acontecimentos do sudoeste serviram como pano de fundo para a luta partidária entre PSD e UDN e ofereceram o alicerce necessário para que ambos os políticos se apoiassem na defesa de suas posições. Contudo, o tratamento dado ao tema no Senado favoreceu a repercussão do conflito entre a opinião pública, contribuindo para que se buscassem meios de resolver o problema.

Representando os dois grandes pólos das versões contemporâneas acerca da Revolta dos Posseiros de 1957, os discursos dos Senadores Othon Mader e Gaspar Velloso, além de nos ser úteis para a observação de como um único tema pode ser apropriado de formas distintas a ponto de despertar visões contrárias sobre os mesmos acontecimentos, ainda permitem que identifiquemos qual posição foi apropriada e preservada pela memória local, fazendo com que o evento tornasse-se significativo do ponto de vista da população do sudoeste paranaense.

[229] Discursos pronunciados no Congresso Nacional: Disponível em: <http:// www.senado.gov.br>.

Como político de oposição, Othon Mader analisa os fatos ocorridos no sudoeste paranaense criticando a falta de atitude e o apoio do governador do Estado frente às atividades expropriadoras da CITLA:

> Graves acontecimentos estão se desenrolando nas zonas Sul e Oeste do Estado do Paraná, abrangendo cinco municípios com população de setenta mil habitantes.
> Pelos números citados, pode-se avaliar quanto qualquer perturbação da ordem ou agitação repercutirá na tranquilidade e na paz da vida do Estado sulino.
> Como é sabido, as questões de terras, no Paraná, têm sido férteis em acontecimentos graves. Infelizmente, até hoje não foram solucionados os mais sérios problemas no particular.
> Há lutas constantes entre proprietários e posseiros. O Governo do Estado, imiscuindo-se nas contendas, nem sempre tem feito justiça. Os agitadores são trapaceiros que vivem da atividade de negociar com terras em prejuízo, muitas vezes, de coletividades inteiras.
> [...] A CITLA, com o apoio das autoridades administrativas e policiais, vende as terras que quer, pelo preço que lhes convém, e escritura as transações. Os que, por qualquer motivo, não reconhecem os direitos da companhia ou alegam a impossibilidade de adquirir as terras, por falta de recursos, são imediatamente despejados, obrigados a abandonar suas casas, monjolos, criações e benfeitorias e a procurar abrigo em outra região. Tudo passa para a propriedade da CITLA, valorizado pelo anterior ocupante.
> Sr. Presidente, essas barbaridades ocorrem no Paraná e com pleno conhecimento do Governo do Estado, que apóia tudo – e não era de se esperar outra coisa[230].

Para Othon Mader, Moisés Lupion era sócio da CITLA, beneficiando-se, por isso, do trabalho da companhia na comercialização das terras do sudoeste. Nesse sentido, o senador atribui ao governador a responsabilidades pelas lutas e mortes ocorridas na região:

> Sr. Presidente, conforme prometi, venho hoje a esta tribuna para trazer os elementos, as provas, as razões em que fundamentei a denuncia que há dias fiz nesta Casa, de que o Sr. Moysés Lupion, governador do Estado do Paraná, é o grande responsável pelos acontecimentos sangrentos que lá se desenrolaram. O sangue que correu no sudoeste do Paraná deve-se às explorações, às violências praticadas pela CITLA da qual o Sr. Moysés Lupion é grande interessado, pois essa Companhias pertence ao seu grupo financeiro[231].

Em contrapartida, Gaspar Velloso, correligionário de Lupion, articula seu discurso de forma a defender o governador e, em suas próprias palavras, “o regime e a ordem pública”:

---

[230] Discurso do Senador Othon Mader. In: Anais do Senado Federal, Livro V. 1, 1957, p. 513;515.
[231] Discurso do Senador Othon Mader. In: Anais do Senado Federal, Livro V. 9, 1957, p. 38.

> Afirmo que não venho defender, neste Plenário, a pessoa de meu particular amigo Sr. Moysés Lupion, pois que naturalmente tem advogados para essa defesa. O que devo defender, no Senado, quando procuro apenas esclarecer a verdade é o princípio da autoridade, o respeito à autoridade constituída, àqueles que, eleitos pelos seus concidadãos, ocupam cargo de destaque na vida pública brasileira. Estou certo de que, defendendo-os, defendo o regime, a ordem pública, os bons costumes, o princípio da autoridade e, mais que tudo, a segurança que eu e V. Ex. devemos ter nesta Casa, como representantes do povo. Defendo um ex-Senador, como o nobre colega gostará de ter amanhã, quando daqui sair, alguém que o defenda, se julgar que os ataques que por acaso lhe façam, sejam injustos: os fatos que lhe imputarem não sejam verdadeiros[232].

Porém, mesmo com os contras de Gaspar Velloso, Mader é implacável em todos os seus discursos: para ele, é justamente pelo fato de Moisés Lupion ser governador do Estado que ele deveria apresentar uma postura diferente em relação ao conflito do sudoeste, e não articular seu poder político a favor da CITLA:

> Sr. Presidente, um homem como o atual governador do Paraná, investido do mandato popular, que recebe do povo delegação para vir representá-lo na mais alta Câmara do País e só o desempenha para a defesa de interesses particulares, está denunciando, confessando, na realidade, ser interessado no negócio; do contrário, continuaria ausente do Senado, como sempre esteve.
> Assim, o mandato conferido ao Sr. Moysés Lupion para defender os interesses da coletividade foi desvirtuado. Utilizou-o S. Ex. no resguardo de interesses seus, ou seja, da companhia CITLA. Traiu o povo que o elegeu e conspurcou um mandato tão digno e tão nobre[233].

Por esses trechos de discursos, podemos perceber a evidente oposição que cerca os dois senadores. O contexto analisado é o mesmo, porém, Othon Mader e Gaspar Velloso encaram os fatos de forma distinta: enquanto o primeiro vê responsabilidade do governador Lupion em todos os acontecimentos, o segundo acredita que se falta com a verdade nas acusações. Essa forma de analisar a situação foi comum no período: os que eram partidários do PSD viam os fatos do sudoeste apenas como agitação da ordem levada a cabo pelos oposicionistas de Lupion que queriam vê-lo fora do poder; já os membros dos partidos de oposição, PTB e UDN, tendiam a ver participação do governador em todas as ações da CITLA e, em consequência, atribuíam-lhe a culpa pelos atos violentos ali exercidos.

Conforme a situação do sudoeste vai ficando mais tensa, os discursos no Senado também se tornam mais acirrados. É interessante observar as falas de Othon Mader e Gaspar Velloso no sentido de que expressam claramente suas posições políticas em relação ao

---

[232] Discurso do Senador Gaspar Velloso. In: Anais do Senado Federal, Livro V. 9, 1957, p. 39.
[233] Discurso do Senador Othon Mader. In: Anais do Senado Federal, Livro V. 9, 1957, p. 76.

conflito entre posseiros e companhias. Os discursos são tão longos e detalhistas que os Senadores, principalmente Othon Mader, chegam a extrapolar a Hora do Expediente, utilizando, até mesmo, os minutos destinados às explicações pessoais para concluírem seus pensamentos. As intromissões, de Mader nos discursos de Velloso e vice-versa, também são frequentes, produzindo extensos diálogos onde as contestações demonstram, nitidamente, o lado político defendido por cada um.

Em meio ao discurso de Othon Mader, onde este afirmava que a polícia, promotores e juizes públicos do sudoeste somente amparavam e auxiliavam a CITLA, em detrimento dos posseiros, pelo fato de a companhia ser propriedade do governador do Estado, Fernandes Távora, senador pela UDN/CE, pede um aparte à Othon Mader para selar uma crítica à empresa, dizendo que "a Companhia naturalmente pensa como os matutos do interior: estando seus chefes no governo, se não puderem fazer o que entendem é porque não estão de cima"[234]. Em resposta, Gaspar Velloso também pede um aparte a Mader para afirmar que os posseiros não possuem direito algum sobre as terras da região:

> Desejo apenas refutar a afirmação do ilustre colega Senador Fernandes Távora com o seguinte. Vamos tirar as terras da Companhia, porque não lhe pertencem apenas se diz donas delas. O Estado também se diz dono; a União declara que tem direito às terras [...] três entidades distintas tentando a propriedade legítima das terras. Há, agora, o quarto elemento, que V. Ex. e o nobre Senador Fernandes Távora figuraram e que se denomina "posseiro". Este não tem absolutamente direito algum [...][235]

De forma a contrapor-se a Velloso e a defender os posseiros da região sudoeste, Othon Mader utiliza-se de trecho da Constituição Federal e dos conceitos de "cultura efetiva e morada habitual", para comprovar que a posse da terra, por direito, pertencia àqueles que lá já trabalhavam há muitos anos:

> O que há é de um lado, a União e o Paraná defendendo o patrimônio Nacional e, de outro, uma companhia particular, vendendo caro para se enriquecer.
> Sr. Presidente, fui durante muitos anos Diretor do Departamento de terras do Estado do Paraná. Lembro-me bem de que as terras devolutas, em meu Estado, eram acessíveis aos posseiros caboclos que as quisessem ocupar, com o propósito pacífico de cultivá-las e adquirir o direito de propriedade. Estes posseiros tinham o direito de preferência e, para que se lhe expedisse o título de propriedade, tinham que fazer prova de cultura efetiva e morada habitual. O que se queria era legalizar as situações irregulares.

---

[234] Discurso do Senador Fernandes Távora . In: Anais do Senado Federal, Livro V. 9, 1957, p. 44.
[235] Discurso do Senador Gaspar Velloso. In: Anais do Senado Federal, Livro V. 9, 1957, p. 44.

> A Constituição, aliás, reafirma esse direito no §3º do art. 158, que estabelece: "Todo aquele que, não sendo proprietário rural nem urbano, ocupar por dez anos ininterruptos, sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio, trecho de terra não superior a vinte e cinco hectares, tornando-o produtivo por seu trabalho e tendo nele sua morada adquirir-lhe-á a propriedade, mediante sentença declaratória devidamente transcrita"
> Todo aquele, portanto, que foi para as terras devolutas do oeste paranaense, com o propósito pacífico de ali se fixar, trabalhar para o sustento de sua família e o engrandecimento do país, está amparado pela Carta Magna.
> No caso de "Missões" e "Chopim", de que a CITLA quer se apossar por meio de violência, não se trata de simples posseiros, de homens que pretendem se apropriar ou invadir terras de quem quer que seja, nem são criminosos. A revolta denuncia a explosão dessa gente cansada de sofrer, de ser perseguida, de ver a polícia matar para garantir pseudodireitos das companhias colonizadoras. Levantou-se ela, a revolta, espontaneamente, sem chefe nem preparação, e, de armas na mão, impedem que os jagunços continuem a assassinar e a maltratar suas famílias, como está fortemente provado e até reconhecido pelo Chefe de Polícia, Sr. Pinheiro Junior, em suas declarações[236].

Além de defender a posse da terra para os posseiros que se instalaram no sudoeste do Paraná, Othon Mader acusa a CITLA de utilizar-se da violência para invadir e expropriar os moradores da região, trazendo, como consequência, a revolta armada. Em resposta, Gaspar Velloso, afirma ter sido esses mesmos posseiros que, sem direito algum, instalaram-se nas terras e se mostraram violentos:

> Os matadores foram os que V. Ex. denomina "posseiros", os quais, sem direito ocupam terras que o nobre colega diz pertencerem à União. Se a população favelada do Rio de Janeiro, se aproveitasse do argumento de Vossa Excelência e se julgasse com direito à posse dos terrenos onde moram, amanhã nossas casas estariam ameaçadas, dentro do conceito de pleno direito. Essa gente, cansada de se pleitear um lugar descente para viver, desceria dos morros: e a população da Capital da República que se acautelasse[237].

Frente à afirmativa de Velloso de que foram os posseiros que mataram, Othon Mader apresenta sua forma de entender os atos cometidos pelos posseiros: foram as ações expropriadoras e violentas das empresas colonizadoras, somadas à falta de respaldo policial que trouxe como consequência a reação, manifestada através do uso de armas:

> Vendo-se trucidados e perseguidos não tiveram outro recurso senão usar da própria força. Encontrando-se na situação de matar ou morrer, preferiram matar. Foi o que aconteceu com os colonos daquela região; diante de tanta

[236] Discurso do Senador Othon Mader . In: Anais do Senado Federal, Livro V. 9, 1957, p. 45.
[237] Discurso do Senador Gaspar Velloso. In: Anais do Senado Federal, Livro V. 9, 1957, p. 45-46.

> barbaridade viram-se na contingência de pegar em armas para defender-se, do movimento espontâneo, de revolta que se compreende perfeitamente, dada a falta de garantia das autoridades naquela região[238].

Em resposta, Gaspar Velloso critica, com ironia, a defesa de Othon Mader aos posseiros, citando mortes que ele atribui a responsabilidade aos "posseiros tão ingênuos e bondosos" defendidos pelo senador udenista:

> Não é possível, nem seria aconselhável prolongar o assunto, incomodando o Senado; entretanto, quanto aos fatos que V. Ex. cita, de quando em vez, me permitirei, com a aquiescência de V. Ex., opor objeções. Agora, por exemplo, V. Ex. declara que os funcionários da CITLA invadem residências, espancam e maltratam os moradores, quando já se registrou a morte de dois funcionários daquela Companhia e os quatro restantes que morreram, foram assassinados por presumirem os assaltantes que também eram funcionários da empresa. V. Ex. sabe, outrossim, que outro funcionário foi amarrado e remetido de Santo Antonio para Capanema e, no caminho, seviciado, apunhalado e morto pelos rebeldes e pelos posseiros tão ingênuos e bondosos que V. Ex. defende![239]

É perceptível, pelas falas, que ambos os senadores estavam preocupados com sua posição pública frente ao cenário político: articulavam seu discurso de modo a conseguir o maior número de adeptos ao seu partido e à sua pessoa em particular. Nesse sentido, trabalhar a questão dos posseiros, que era o tema do momento no Paraná, transformou-se em uma fonte de votos. Assim, Othon Mader utiliza-se muito bem do conflito de terras no sudoeste, defendendo, de todas as formas, os posseiros, que representariam, em um futuro próximo, grande parte do eleitorado da região. Mesmo com os apartes contrários de Gaspar Velloso, os discursos de Mader continuam a criticar Lupion e o PSD, colocando-se como causídico dos posseiros:

> Até há pouco tempo, os prefeitos daquela zona pertenciam ao Partido Trabalhista Brasileiro, na sua maioria, entretanto, nas eleições passadas, com a vitória do Partido Social Democrático em quase todos os municípios fronteiriços, foram eles afastados dos seus postos municipais e nada agora podem fazer pelos prejudicados. Os Prefeitos atuais, filiados ao P.S.D., naturalmente, mancomunados com o Governador do Estado, não dão qualquer proteção ou auxílio aos colonos; ao contrário, tratam até de desgastá-los, para que se mudem, e assim, melhor agradarão o seu chefe que é o Governador Lupion. Aquela gente está desamparada e perseguida[240].

---

[238] Discurso do Senador Othon Mader. In: Anais do Senado Federal, Livro V. 9, 1957, p. 79.

[239] Discurso do Senador Gspar Velloso. In: Anais do Senado Federal, Livro V. 9, 1957, p.81.

[240] Discurso do Senador Othon Mader . In: Anais do Senado Federal, Livro V. 4, 1957, p. 389.

Pertencendo ao partido governante, Gaspar Velloso não poderia deixar de criticar essa forma de Othon Mader apresentar a situação: para o pessedista as terras do sudoeste nunca pertenceram aos posseiros:

> Sabe V. Ex. que o Poder Judiciário está decidindo sobre a propriedade dessas terras: se à companhia que as adquiriu, ao acervo de São Paulo – Rio Grande ou ao domínio da União. De maneira alguma pertence elas a essas pessoas que V. Ex agora defende, afirmando serem perseguidas por ocuparem terras que lhes não pertencem[241].

Gaspar Velloso chega a identificar o posseiro como "ladrão" por não acreditar na polícia e não querer sua presença: para ele a função da força policial é justamente garantir a posse da terra àqueles as quais ela realmente pertence, situação que, a seu ver, não é o caso dos posseiros:

> Declarou-se aqui que aqueles homens cuja fotografia apareceu no "O Cruzeiro", homens que empunhavam armas de guerra, tinham medo da Polícia e nela não acreditavam [...] Não podiam acreditar, efetivamente, porque o ladrão não acredita e nem quer que a Polícia o vigie; e não podiam acreditar na Polícia, porque esta só tinha uma função: a de garantir na terra aqueles que eram donos; e como o terreno está em litígio, não se sabendo se pertence à União ou à Companhia que se diz proprietária, caberia à Polícia – e foi o que fez a Polícia e o Governador do meu Estado – evitar entrechoques entre as Forças Armadas e humildes posseiros mal aconselhados, para que desses choques não saísse perturbada a vida pública nacional, que possivelmente, percebe esses fatos, a manobra insidiosa de forças ocultas políticas ou ideológicas que fazem com que políticos sejam manejados como bonecos por outros que lhe puxam o cordel[242].

Outra coisa digna de análise é a afirmação feita por Gaspar Velloso de que os posseiros eram "humildes e mal aconselhados", como se fossem marionetes manipuladas por forças políticas que queriam ver a ruína do governador do Estado e de seu partido. Ora, não podemos afirmar que os posseiros do sudoeste lutaram sem a participação de lideranças urbanas, como tiveram destaque Walter Pecóits, Ivo Thomazoni e "Porto Alegre". Contudo, os posseiros não se lançaram à revolta armada porque alguém "mais instruído" lhes ordenou, mas porque viram na resistência a única força capaz de lhes assegurar a propriedade da terra. A iniciativa partiu deles, as lideranças urbanas surgiram no processo de luta.

Pelos discursos de Othon Mader e Gaspar Velloso localizamos, no período da Revolta, as duas versões construídas a partir da observação dos acontecimentos do sudoeste

[241] Discurso do Senador Gaspar Velloso. In: Anais do Senado Federal, Livro V. 4, p. 388.
[242] Discurso do Senador Gaspar Velloso. In: Anais do Senado Federal, Livro V. 9, p. 93.

paranaense. De um lado, a grande maioria dos partidários do PTB e da UDN atribuía a Moises Lupion as responsabilidades pelos episódios ocorridos na região, tido como sócio da CITLA. Ao mesmo tempo, viam os posseiros como vítimas das ações da companhia e, em consequência, do governo. De outro lado, temos os pessedistas que faziam o caminho inverso: a CITLA era tida como a dona das terras e os posseiros eram vistos como invasores. Para eles, o governador Lupion agia no sentido de preservar o Paraná, articulando todas as suas ações pelo bem do Estado. Neste contexto, os políticos opositores eram os responsáveis por semear a discórdia entre os humildes posseiros.

Nas duas versões, o posseiro foi encarado como um ser passivo e contraditório: ora era visto como invasor, ora como sujeito manipulado pelas forças políticas de oposição; ora era visto como vítima do governo e das companhias, ora era visto como um sujeito reativo frente às ações das companhias. É interessante notar que dessas duas versões a que permaneceu foi a apresentada por Othon Mader. Claro que a memória incumbiu-se de selecionar e preservar os fatos e as histórias relevantes do ponto de vista dos moradores da região. Assim, hoje, a Revolta dos Posseiros é motivo de orgulho em todo o sudoeste: o posseiro concebido na época como sujeito inerte e até mesmo como o vilão da história, é encarado, no presente, como o herói da região, responsável pela manutenção da posse da terra através da única revolta camponesa considerada vitoriosa no Brasil.

3.2 As memórias de Rubens da Silva Martins

Rubens da Silva Martins foi contemporâneo à revolta dos posseiros, acompanhando, de perto, os acontecimentos ocorridos no sudoeste, devido às suas funções de médico e delegado de Francisco Beltrão. Também exerceu o cargo de prefeito municipal nessa cidade, quando foi elevada à categoria de município em 1952. Por ser partidário do PSD, era acusado de estar mancomunado com a CITLA e com o governo estadual, sendo, por isso, destituído de seu cargo de delegado durante os dias da revolta. Em seu lugar, foi colocado o também médico Walter Pecóits.

O resultado de suas experiência neste período foi transformado no livro “Entre jagunços e posseiros”[243], onde Rubens Martins apresenta a história da Revolta dos posseiros do sudoeste a partir do seu ponto de vista. A importância de se considerar sua obra reside no fato de que ela oferece uma visão que hoje é rejeitada pela memória local, ou seja, como

[243] MARTINS, Op. Cit. 1986.

pessedista, Martins enfatiza o caráter político partidário da questão, menosprezando ação dos posseiros e seus motivos para a luta. A História, porém, precisa conhecer as diferentes histórias para aproximar-se o máximo possível das contradições e experiências realmente vividas no período.

Diferentemente das versões que vêem ilegalidade na transação efetuada entre a CITLA e a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, Rubens Martins declara que

> apesar de todas as batalhas judiciais e políticas travadas para invalidar a escritura pública que assegurara à CITLA, o domínio pleno das terras em litígio no Sudoeste Paranaense, ninguém podia ignorar, em sã consciência, o aspecto legal da escritura de dação em pagamento que a fizera proprietária das glebas Missões e Chopim[244].

Percebe-se, portanto, que para este político, as terras do sudoeste do Paraná pertenciam, sem sombra de dúvidas, à CITLA. Rubens Martins não faz distinção entre o que é legal e o que é legítimo, mas busca, a todo o momento, deslegitimar o posseiro, defendendo a legalidade da atuação da companhia. Nesse sentido, ele nega, com veemência, que tal empresa tenha se utilizado de meios violentos para a comercialização das terras:

> As duas colonizadoras instaladas em Francisco Beltrão encaravam a situação e procediam de maneira diversa: a Comercial Agrícola Paraná recorria às ameaças e à intimidação dos posseiros para forçá-los aos acertos de sua conveniência; a Clevelândia Industrial Ltda., lançava mão de métodos suasórios brandos, mais convincentes e formulava melhores propostas [...] Efetivamente os homens da CITLA nunca recorreram à força. Seu argumento irrecusável nas negociações entabuladas, era a existência, a seu favor, do título de domínio pleno das glebas, a valorização galopante das terras e a conveniência para os colonos, de regularizarem suas posses, antes que o alto custo das mesmas os tornassem inadimplentes[245].

A fim de defender a atuação da CITLA, Rubens Martins trabalha com a questão política que imperava no momento. Para ele "o vínculo cada vez mais nítido entre CITLA e o PSD refletia a potencialidade de recursos daquela Colonizadora na agremiação partidária, cuja legenda despontava como franca favorita no pleito de 1956"[246]. Assim, após os resultados das eleições "a derrota sofrida pelo Partido Trabalhista Brasileiro em Francisco Beltrão e nos municípios vizinhos abalou os alicerces da oposição, cujos líderes passaram a temer e a se

[244] MARTINS, Op. Cit. 1986, p. 346.
[245] MARTINS, Op. Cit. 1986, p. 347, 349-350.
[246] MARTINS, Op. Cit. 1986, p. 350.

preocupar com a própria sobrevivência política"[247]. Nesse sentido, Martins apresenta as forças de oposição a Lupion como as responsáveis pelo conflito de 1957: em sua análise, os colonos e posseiros foram "insuflados" e "concitados" pela oposição a lutarem contra os verdadeiros donos das terras do sudoeste:

> Os desmandos de uma das colonizadoras do sudoeste do Estado e os confrontos ocasionais entre seus empregados e posseiros; os constantes pronunciamentos de autoridades militares, condenando o processo de dação em pagamento das Glebas Chopim e Missões, que beneficiara inicialmente a Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande e, mais tarde, a Companhia Clevelândia Industrial e Territorial Ltda.; os atritos frequentes entre o Comando do Destacamento do Exército em Francisco Beltrão e as autoridades estaduais; **as peregrinações e políticos oposicionistas, insuflando os colonos da região e os concitando a repelir pela força os legítimos ou pretensos donos das terras**; a onda e boatos, relacionados com massacres de posseiros, estupros, sevícias, incêndios de benfeitorias, atribuídos aos jagunços das colonizadoras, alardeados pelo Senador Othon Mader e amplamente divulgados em âmbito nacional, sem a necessária e imprescindível confirmação; tudo isso sensibilizou a opinião pública e as autoridades federais, propiciando as ações que culminaram, em outubro de 1957, com a subversão da ordem pública em todo o sudoeste paranaense, e tornaram incertos os dias de Lupion à frente do Governo do Estado[248] (grifo nosso).

Conforme Rubens Martins, portanto, os posseiros não passaram de meras marionetes nas mãos dos políticos contrários ao governador do Estado, que tinham como objetivo tirá-lo do poder. Dessa forma, os acontecimentos divulgados pela imprensa e pelo Senador Othon Mader se basearam, a seu ver, em simples boatos sem confirmação. Logo, a Revolta dos posseiros do Sudoeste de 1957 foi, para Martins, uma consequência da ação política de forças antagônicas ao PSD:

> Prefiro dar-lhes outra denominação: "Movimento Político- Militar Pró-Intervenção no Paraná, em que os agricultores do sudoeste do Estado foram empurrados numa aventura de resultados incertos que só não malogrou por ter contado com a participação ostensiva do contingente do Exército sediado em Francisco Beltrão, e não se transformou numa carnificina sem precedentes, graças à habilidade, à serenidade e cautela das autoridades locais e à decisão desesperada do comando político no Estado, de negociar diretamente com os sublevados, à custa do sacrifício de suas lideranças nas regiões conflitadas[249].

---

[247] MARTINS, Op. Cit. 1986, p. 356.
[248] MARTINS, Op. Cit. 1986, p. 359.
[249] MARTINS, Op. Cit. 1986, p. 358.

É possível perceber, por suas afirmações, que Rubens Martins não vê na Revolta dos Posseiros uma luta pela defesa da posse da terra, mas, pelo contrário, um movimento da oposição a fim de que forças federais interviessem no Paraná, para a desmoralização do governo de Lupion. Neste raciocínio, os posseiros aparecem como sujeitos passivos que só se lançaram ao conflito porque foram "empurrados numa aventura de resultados incertos". O sucesso da luta é atribuído unicamente à presença do exército em Francisco Beltrão e o não prolongamento do conflito é imputado à ação hábil e serena das autoridades policiais e políticas.

Para Rubens Martins, os adversários do Governo de Lupion utilizaram-se dos acontecimentos do sudoeste, deturpando-os e ampliando-os, de forma a criar um clima de insegurança que propiciasse a intervenção federal no Estado do Paraná:

> Dos sucessos relatados valeram-se os arquitetos de crises para, deturpando e ampliando os acontecimentos ou simplesmente incorporando aos mesmos falsos eventos, criar em todo o sudoeste do Paraná, inicialmente, um clima de apreensão, seguido de medo e pavor incontrolável que a todos contagiava, ingredientes ideais para o rompimento do equilíbrio social, propício à intervenção federal no Estado, tão almejada pelos adversários de do Governo[250].

O mais lembrado entre os adversários do governo é o senador Othon Mader. Seus discursos, segundo Rubens Martins, careciam de "fundamento e seriedade, servindo tão somente para enxovalhar e denegrir a honra e a dignidade de terceiros"[251]. Assim, é manifesto o antagonismo político presente entre os dois políticos: na busca por adeptos, as acusações e críticas são recíprocas entre a oposição e a situação.

O caráter eminentemente político expresso na versão apresentada pelo pessedista é evidente quando, fazendo um balanço da ação da oposição em relação à revolta dos posseiros, afirma que o caso suscitou "grandes benefícios aos políticos oposicionistas que, voltando a entoar o canto da sereia das campanhas passadas, colheriam, não importa se sangrentos ou não, os votos daqueles a quem prometiam socorrer nas horas de angústia e aflição por eles próprios criadas"[252]. Dessa forma, todas as afirmações de Martins comprovam o fato de que, a seu ver, a situação crítica do sudoeste foi criada pela oposição que, manipulando os títeres posseiros, buscavam o enfraquecendo do governo Lupion.

---

[250] MARTINS, Op. Cit. 1986, p. 366.
[251] MARTINS, Op. Cit. 1986, p. 367.
[252] MARTINS, Op. Cit. 1986, p. 370.

Percebe-se, portanto, que, à época, a Revolta dos Posseiros teve significados distintos a partir da posição política adotada por aqueles que, através dos seus discursos, estampavam sua forma de entender os acontecimentos. Portador de uma história elitista, Rubens Martins, através de suas memórias, narra a Revolta dos posseiros sem enfatizar a luta dos mesmos pela posse da terra: em sua visão figura a questão política como centro norteador de todo o conflito que se desdobrou em várias cidades do sudoeste paranaense. Diferente das memórias que hoje encontramos a respeito do conflito de 1957, Martins representa uma versão recusada pela memória local: aquela que tira dos posseiros a mérito pelo êxito da Revolta, atribuindo-lhes apenas o papel de sujeitos inertes, que somente se lançaram à luta por incitação de agentes externos.

3.3 Nos bastidores do conflito: as recordações de 1957

A grande maioria dos trabalhos que utiliza como tema a Revolta dos Posseiros de 1957, atribui ênfase especial a alguns personagens que se destacaram como líderes do conflito, como é o caso de Walter Pecóits e Ivo Thomazoni. No entanto, a voz dos silenciados também deve ser ouvida pela história, pois foram milhares de posseiros que participaram da revolta e não somente alguns destacados nas análises existentes. As versões das pessoas comuns também são importantes para compreendermos a Revolta dos posseiros.

Cinquenta anos se passaram desde que o sudoeste paranaense foi palco do conflito de 1957. Trabalhar com as versões apresentadas por quem viveu o calor da época nos remete à relação entre história e memória, ambas ligadas inexoravelmente ao passado:

> Mnemosyne e Memória é a deusa que impede o esquecimento, está do lado da luz, da vidência inspirada, da antevisão do futuro pela compreensão profunda do sentido do passado. Clio e História estão do lado de Mnemosyne e da Memória como deusas que não esquecem e que permitem a vingança dos crimes do passado por um presente que redime[253].

Tendo em vista que o tempo transforma a memória coletiva, alguns acontecimentos são esquecidos, suprimidos ou simplesmente manipulados por não serem importantes para aqueles que vivenciaram o momento histórico.

---

[253] CHAUÍ, Marilena. "Política Cultural, Cultura Política e Patrimônio Histórico". In: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. DEPARTAMENTO DO PATRIMÕNIO HISTÓRICO. O Direito à Memória: patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo: DPH, 1992. p. 42.

> A memória é a vida, sempre guardada pelos grupos vivos e em seu nome, ela está em evoluções permanente, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todas utilizações e manipulações, suscetível de longas latências e de súbitas revitalizações"[254].

As informações transmitidas pelos contemporâneos à Revolta, mais especificamente, pelas pessoas comuns pouco lembradas pela historiografia, são de grande valor para a História. Suas versões, juntamente com aquelas amplamente divulgadas, podem nos fornecer um panorama mais amplo a respeito dos acontecimentos do sudoeste paranaense. Contudo, a memória, conforme Pierre Nora, como representação da experiência vivida, está suscetível ao esquecimento e às deformações. Por isso, para a pesquisa histórica é necessário sempre o diálogo entre a Memória e a História:

> "A primeira é essencialmente mítica, deformada, anacrônica, mas constitui o vivido desta relação nunca acabada entre o presente e o passado. É desejável que a informação histórica, fornecida pelos historiadores de ofício, vulgarizada pela escola (ou pelo menos deveria sê-lo) e os *mass media*, corrija esta história tradicional falseada. A história deve esclarecer a memória e ajudá-la a retificar os seus erros"[255].

Para Le Goff[256], portanto, há dois tipos de histórias: "a da memória coletiva e a dos historiadores". Considerando a vulnerabilidade da memória, cabe ao historiador, comprometido com a verdade histórica, estar atento às informações dadas pela memória, a fim de esclarecê-la e corrigi-la de seus possíveis erros.

Em comemoração ao cinquentenário da Revolta dos Posseiros, o jornalista Ivo Pegoraro, responsável pelo Jornal de Beltrão[257], reuniu uma grande quantidade de depoimentos de pessoas que viveram no período do conflito. Com a intenção de conhecer mais profundamente a história da sua região, Pegoraro realizou entrevistas com vários sobreviventes de 1957, ora dirigindo as perguntas, ora deixando-os narrar suas lembranças sem grandes intromissões. As matérias foram publicadas ao longo do ano de 2007 e 2008. O interessante dessas memórias é que são narradas, em sua maioria, por pessoas comuns que

---

[254] PIERRE NORA (org). "Les lieux de mémoure". Gallimard, 1984. p. XIX-XX. APUD: DE DECCA, Edgar Salvadori. "Memória e Cidadania. In. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992. p. 130.

[255] LE GOFF, Op. Cit. p. 29.

[256] LE GOFF, Op. Cit.

[257] Jornal on-line de Francisco Beltrão sob a responsabilidade do jornalista Ivo Pegoraro. Disponível em: <www.jornaldebeltrao.com.br>.

experimentaram os momentos de incertezas vividos pelos moradores da região sudoeste do Paraná. Para além das versões amplamente divulgadas sobre o conflito, esses relatos são importantes para conhecermos as formas de ação, ou inação, dessas pessoas muitas vezes emudecidas pela História.

Nas histórias sobre a revolta dos posseiros, encontramos muitas afirmações sobre a ação das companhias colonizadoras, desde cobrança pelas terras até ameaças físicas aos que se recusavam a efetuar os pagamentos. No entanto, dificilmente encontramos depoimentos fornecidos por aqueles que viveram sob estas cobranças e ameaças. Seu Pedro José Duarte, por exemplo, comprou terras no interior de Francisco Beltrão, mas só pôde mudar-se com a família após a revolta, pois as companhias não permitiram sua entrada na terra sem a assinatura do contrato. Sobre as conversas que teve com o pessoal da companhia, assim responde a Ivo Pegoraro:

> Ah, eles falaram que eu não podia vir se não fizesse contrato com eles. Aí falei "eu não faço contrato, eu não posso fazer contrato. Vou fazer um contrato sem saber o que vai dar? Não faço coisa pra gente se apurar". "Não, mas o senhor pode fazer contrato, tem os prazos pro senhor pagar, vai pagando aos poucos, aos poucos, e paga tudo, o senhor quer fazer o contrato?" Aí digo "não, não faço"[258].

Negando-se, portanto, a fazer contrato com a companhia, seu Pedro José Duarte não pôde ocupar a terra que tinha adquirido. Conforme suas próprias palavras, a CITLA afirmava-se dona das terras, por isso, acusava-o de ter perdido o dinheiro aplicado no lote que comprara:

> Era das companhias, e era a Citla mesmo aquela companhia. Eles diziam que joguei meu dinheiro fora, "o senhor pagou?" "Paguei, não paguei tudo mas falta um pouco, mas vou pagar", mas eu tinha pagado tudo. Daí diz "o senhor pinchou o seu dinheiro fora, comprou de quem não era dono". O que eu ia dizer, eu não sabia direito "Áh, mas eu deixo lá, se o homem quer ficar lá que fique, eu tô bem ali trabalhando[259].

Algo semelhante aconteceu com seu Guilherme Alexandre, que se encontrava em Francisco Beltrão desde fins da década de 1940. Da mesma forma que Pedro José Duarte, seu Guilherme também adquiriu terras, mas diferentemente daquele, acabou perdendo-a por

---

[258] Entrevista realizada por Ivo Pegoraro a Pedro José Duarte. In: Jornal de Beltrão, "O Senhor pinchou o seu dinheiro fora, comprou de quem não era dono (a CITLA)", 23/01/2008.

[259] Entrevista realizada por Ivo Pegoraro a Pedro José Duarte. In: Jornal de Beltrão, "O Senhor pinchou o seu dinheiro fora, comprou de quem não era dono (a CITLA)", 23/01/2008.

"pertencer" à companhia Comercial. Questionado por Ivo Pegoraro se foi procurado pela empresa, assim responde:

> Procurou, claro, mas eu não quis fazer contrato, eu tinha comprado 50 alqueires de terra de pinhal, lá em Salto do Lontra, tinha pago 10 contos de réis pro Santo Moura, comprei a terra dele, e depois a companhia, que era a Comercial, queria que eu escriturasse com ela, e eu não quis. Fui lá ver se tinha o galpãozinho, um pedacinho de roça, eu fui lá ver e tinha três lá "o que você quer aqui?" "Não, eu vim, olha, que isso aqui é meu."."Teu? Se você quer que isso seja teu, vai lá na Comercial legalizar." Mas eu não quis. Aí a Comercial vendeu pra um compadre meu, por quatro mil cruzeiros, e o meu compadre vendeu pra outro por 8 mil cruzeiro, e trabalhou 15 anos com a serraria lá dentro pra derrubar o pinhal[260].

Acreditando serem, realmente, as donas das terras da região sudoeste, as empresas colonizadoras buscavam estabelecer contratos e receber pelos lotes. Na grande maioria das vezes, os atuais posseiros já haviam adquirido as terras de outros, fazendo com que se sentissem lesados. Como uma bola de neve, a situação foi, com o tempo, tornando-se insuportável: as ameaças se intensificaram e o medo tomou conta dos moradores da região. Através dessas atribuladas experiências, a união de forças pareceu a melhor opção. Essas afirmações podem ser constatadas através das memórias dos contemporâneos à revolta. Muito mais do que a visão das forças políticas ou dos líderes do movimento, estas memórias podem ilustrar, apesar das limitações das lembranças, o que o conflito significou para quem viveu as tempestuosidades do momento.

Aurélio Antonio Negri, residente em Nova Concórdia, era motorista de caminhão em 1957, participando ativamente, de acordo com sua declaração, da Revolta dos Posseiros. Questionado por Ivo Pegoraro sobre sua participação na Revolta, assim responde:

> a revolução foi no ano de 57 e desta eu participei. Eu vinha de viagem, naquela época eu estava com um Mercedes da mesma firma. Vim enfrentando as barreiras desde União da Vitória, Palmas, Pato Branco. Aqui já tinha começado a revolução da terra, não queriam me deixar passar, mas eu vim furando bloqueio com o caminhãozinho e consegui atravessar a cidade, mas enfrentei coisas meio perigosas. Chegando em casa em Nova Concórdia, achei uma multidão de gente na rua, todo mundo armado, com revólver, espingarda ou pedaço de pau. Quando vi aquilo, desci do caminhão e perguntei o que estava acontecendo. Então uma pessoa que hoje não se encontra mais no lugar, chamava-se João Cândido, me disse *Aurélio, aqui o dr. Walter tá chamando a população pra ir defender as terras, pra se defender dos jagunços, e nós não temos como ir pra cidade.* Aí eu perguntei

[260] Entrevista realizada por Ivo Pegoraro a Guilherme Alexandre. In: Jornal de Beltrão, "Uma trincheira para se proteger dos jagunços", 26/10/2007.

> *por que vocês não falaram com o Vitório Pezente?* Me responderam: Nós falamos, mas o Vitório Pezente não quer dar o caminhão, ele se recusa trazer esse pessoal pra fora e não sei te explicar porque seria, acho eu, sei lá, tem coisa que não me interessa. Daí eu falei, *escuta, João, eu vou falar com o Vitório, eu vou levar vocês pra fora.* Ele disse *então vai.* Eu fui e falei:
> ─ Vitório, esse pessoal precisa ir pra cidade, o dr. Walter, o comando, a cidade, passei lá agora, tá virada numa guerra e o pessoal quer ir pra lá e o João ali e o pessoal falaram que tu não quer mandar o caminhão e coisa...
> Aí ele saiu mal comigo, inclusive meio me machucou, e daí eu perguntei:
> ─ Vitório, você não dá o caminhão?
> ─ De jeito nenhum!
> ─ Mas eu vou levar esse pessoal.
> Daí ele me disse:
> ─ Você não vai levar, se tu for, amanhã tá na rua!
> ─ Então tô na rua agora, pode me por na rua.
> Saí porta a fora e mandei o pessoal embarcar no caminhão, enchemos a caminhonada, vim pra fora, descarreguei aqui no antigo colégio das freiras, voltei novamente a Nova Concórdia, trouxe a segunda carga de colonos pra nos defender contra a jagunçada. Descarreguei a segunda caminhonada e voltei e peguei a terceira, trouxe três caminhonadas. Daí eu ajudei a fazer a barbaridade, arrebentar, ajudei, o meu nome não aparece, mas é bom que não apareça, mas eu participei, a bagunça seguiu e quando foi mais ou menos pela tarde, então nós estávamos todos na praça e nós tinha a Rádio Colméia que hoje é a Princesa, funcionava em cima daquele prediozinho do Nino Soranso[261].

É interessante notar que seu Aurélio Negri utiliza-se de palavras como "barbaridade" e "bagunça" para designar as ações de protesto que ele, juntamente com outros posseiros, praticou contra as companhias imobiliárias. Ele chega a afirmar que é bom que seu nome não apareça entre os participantes da Revolta, como se isso fosse trazer prejuízos à sua imagem. De acordo com Alistair Thomson, nossas reminiscências variam de acordo com as alterações que sofremos em nossa identidade pessoal, fazendo com que sintamos a necessidade de compor um passado com o qual podemos conviver:

> O processo de recordar é uma das principais formas de nos identificarmos quando narramos uma história. Ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser. As histórias que relembramos não são representações exatas de nosso passado, mas trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais. Assim, podemos dizer que nossa identidade molda nossas reminiscências; quem acreditamos que somos no momento e o que queremos ser afetam o que julgamos ter sido. Reminiscências são passados importantes que compomos para dar um sentido mais satisfatório à nossa vida, à medida que

[261] Entrevista realizada por Ivo Pegoraro a Aurélio Antonio Negri. In: Jornal de Beltrão, "Por dar carona aos colonos, correu o risco de perder o emprego de motorista", 24/07/2007.

> o tempo passa, e para que exista maior consonância entre identidades passadas e presentes[262]. (THOMSON, 1997, p.57).

Talvez a identidade atual de seu Aurélio Antonio Negri não esteja em consonância com sua identidade passada: de um jovem capaz de se envolver num conflito, invadir e destruir os escritórios das empresas colonizadoras. Por isso, caracteriza suas ações como "bagunça e barbaridade". Apesar disso, frente à comemoração que se faz em relação à vitória dos posseiros na revolta de 1957, o personagem faz questão de falar que participou do conflito, mas, em contrapartida, que é bom que seu nome não apareça. É visível, portanto, a questão da construção de sua identidade pessoal, cujas reminiscências são permeadas pela memória coletiva, a fim se ajustar ao que é coletivamente aceito:

> A memória 'gira em torno da relação passado-presente, e envolve um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências relembradas', em função das mudanças e dos relatos públicos sobre o passado. Que memórias escolhemos para recordar e relatar (e, portanto, relembrar), e como damos sentido a elas são coisas que mudam com o passar do tempo.
> Nossas reminiscências também variam dependendo das alterações sofridas por nossa identidade pessoal, o que me leva a um segundo sentido, mais psicológico da *composição*: a necessidade de compor um passado com o qual possamos conviver. Esse sentido supõe uma relação dialética entre memória e identidade. Nossa identidade é a consciência do eu que, com o passar do tempo, construirmos através da interação com outras pessoas e com nossa própria vivência[263].

Conforme Thomson, apesar da memória pessoal ser uma construção, podemos tirar o máximo proveito das memórias, explorando a relação entre reminiscências pessoais e memória coletiva, pois, conforme constatou em seu trabalho sobre os A*nzacs*, muitas vezes as memórias pessoais apresentam uma história esquecida e até mesmo contraditória[264]. De forma geral, quando se fala em Revolta dos Posseiros, cita-se o elevado número de participação dos posseiros, o uso de armas e a grande resistência demonstrada contra as companhias. No entanto, apenas alguns nomes aparecem como expoentes do conflito. Fala-se em Posseiros, mas dificilmente somos apresentados às suas estratégias de luta. Pelo relato do Senhor Aurélio Antonio Negri, apesar da manifestação de sua identidade pessoal, podemos ter um contato mais direto com o clima de insegurança reinante na região: somente o fato dele dar

[262] THOMSON, Op. Cit. p.57.
[263] THOMSON, Op. Cit. p.57.
[264] THOMSON, Op. Cit. p.54-55.

três viagens com o caminhão para transportar os revoltosos demonstra como, realmente, os posseiros atenderam ao chamado transmitido pela rádio Colméia.

Sobre a depredação dos escritórios das Companhias, Aurélio Antonio Negri enfatiza:

> Eu ajudei quebrar a porta pra entrar. Entramos na Comercial eu e muita gente e aí arrebentamos com tudo, foi arrebentado parede, a casa de madeira aonde está a Center Sudoeste hoje, era o escritório da Comercial, foi arrebentado parede, metralhadora dentro da parede dupla, espingarda e muita documentação, papelama, móveis, foi jogado tudo pra rua, a Júlio Assis que naquele tempo era de chão, ficou forrada. Enquanto nós quebramos na Comercial, outras equipes arrebentaram a Citla, onde é o posto Sabiá hoje, ali era o centro da Citla. Depois disso nós fomos lá na Vila Nova, passando a ponte do Lonqueador, tinha mais um estabelecimento, das mesmas companhias e lá também foi, mas eu não ajudei a arrebentar, quando eu cheguei lá já tava tudo arrebentado e tava toda a documentação na rua.[265].

Pelo depoimento de Negri as ações dos revoltosos são visíveis. O fato de destruírem os documentos das Companhias revela o grau de insatisfação presente na região. Para Aurélio Negri, "o povo queria matar todo mundo, queriam matar, o que essa companhia fazia naquela época, as barbaridades, bandidismo, isso era pistoleiro, as desordens que cometiam nas famílias, nas mulheres, pelo amor de deus"[266]. Interrogado sobre o motivo da depredação o entrevistado afirma que

> Era acabar com a jagunçada devido aos maus tratos com a população que os jagunços tavam fazendo. As famílias não tinham segurança nenhuma, o chefe da família não podia sair de casa e deixar a família porque corria risco dia e noite, então por que essas barbaridades? Os banditismos eram frequentes, era direto, isto foram quantas semanas, meses, não foi de um dia para o outro não, foi no mesmo caso quando estourou a guerra aqui em Beltrão, estourou lá no Verê também, foi quando mataram o Pedrinho Barbeiro[267].

Para além de discursos políticos ou jornalísticos, quem narra, agora, os acontecimentos do sudoeste paranaense é um simples motorista de caminhão. Ele não tinha interesse em votos ou em partidarismo político e, diferentemente dos políticos que utilizaram o conflito para a agremiação partidária, demonstra sentimento em seu discurso: a revolta contra as companhias

---

[265] Entrevista realizada por Ivo Pegoraro a Aurélio Antonio Negri. In: Jornal de Beltrão, "Ajudei quebrar a porta para entrar", 25/07/2007.

[266] Entrevista realizada por Ivo Pegoraro a Aurélio Antonio Negri. In: Jornal de Beltrão, "Ajudei quebrar a porta para entrar", 25/07/2007.

[267] Entrevista realizada por Ivo Pegoraro a Aurélio Antonio Negri. In: Jornal de Beltrão, "Depois da revolta nunca mais fui preso, foi uma tranquilidade", 26/07/2007.

foi importante porque a população sudoestiana estava sofrendo com os "maus tratos" dos jagunços e com a falta de "segurança" reinante na região. Nesse sentido, a fala de Negri nos permite um maior contato com a questão de como o conflito foi visto pelas pessoas simples e não apenas por quem estava em contato frequente e direto com os meios de comunicação do período.

Em 1957, José Balestrin Argenta tinha um bar em Pato Branco. Sobre a revolta faz a seguinte afirmação:

> Essa companhia Citla quando veio pra Santo Antônio, um tal de Augusto Ortega, ele tinha registro de nós, ele registrou os documentos dele, aí quis na força entrar na terra e os colonos não aceitaram, se revoltaram, porque aí é faixa de fronteira e não tem escritura de terra, tem só um registro. Os colonos não aceitaram, queriam pagar as terras pro governo, não pras companhias, aí começou a encrenca[268].

Como comerciante, José conta o que diz ter visto sobre a revolta dos posseiros, afirmando que os colonos iniciaram o conflito por não aceitarem a entrada das companhias na terra. Diferentemente de Aurélio Negri, ele não participou da revolta, apresentando, por isso, uma visão menos romanceada do acontecimento. Tanto que quando é questionado sobre quem tinha razão responde "olha, vai saber lá quem, porque a companhia tinha a terra, mas isso é que os colonos não aceitaram"[269].

É interessante notar que os contemporâneos apresentam suas visões a partir da experiência que tiveram durante a revolta. Nesse sentido, Aurélio Negri, por ter participado ativamente do conflito, atribui uma ênfase especial aos acontecimentos do sudoeste, enquanto José Balestrin fica em dúvidas ao ter que responder sobre quem tinha razão sobre a revolta.

O mesmo acontece com as lembranças de seu Basílio Vendramini Maccari. Apesar de declarar que não sofreu ameaças, acabou por participar do conflito em solidariedade ao que foram perseguidos:

> A Citla aqui não incomodou, nós não podemos reclamar por isso. Nós não, mais era pra lá, eles começaram aquela perseguição "*e tem que legalizar as terras; e tem que pagar*" e era caro, porque eles queriam 50 ou 60 contos e quem podia dar todo esse dinheiro em 10 alqueire, 12 alqueire? E dizia assim que se tu tinha 20 alqueires, legalizava 10 e 10 era pra outro, era só aquela quantia. Começaram a fazer bandalheira, queimar rancho, jogavam a

[268] Entrevista realizada por Ivo Pegoraro a José Balestrin Argenta. In: Jornal de Beltrão, "Ninguém mais andava na rua", 10/08/2007.

[269] Entrevista realizada por Ivo Pegoraro a José Balestrin Argenta. In: Jornal de Beltrão, "Ninguém mais andava na rua", 10/08/2007.

> mudança na rua e tacavam fogo no rancho. Pegavam onde que tinha mulher, pegavam o homem, amarravam e pegava a mulher e fazia o que bem entendia, começou assim, matavam gente, foi matado mais do que uma, pra lá pros matos, aqui não. Aí o povo começou a se revoltar "*porque assim não dá, o que nós vamos fazer?*" E ia reclamar aonde? O governo era da companhia, a autoridade apoiava a companhia. Ia reclamar como? Tinha uma companhia do exército, que recém-tinha se instalado aqui, porque era terra de fronteira, mas ela não podia fazer nada, então o único foi o dr. Walter, o nosso salvador, ele foi, conversou com o capitão que assim não podia ser, se não tinha um jeito, ele disse "*nós não podemos fazer nada, façam vocês, vocês iniciam as coisas e depois nós tomamos conta, mas nós não podemos fazer a frente*", e assim é que ele fez. Uma quarta-feira depois de meio-dia ele foi na rádio, a tarde inteira, e "*meus colonos, meus queridos* - ele dizia - *venham, amanhã, às 8 horas estejam tudo aqui na praça, às 8 horas, mas venham todos, não fique nenhum homem em casa* - só não trazia mulher, só homem - *e não venha de mão limpa* - ele dizia - *nem que seja um pedaço de pau, mas você não venham de mão limpa, mas venha todos*". A tarde inteira aquela história. E quando foi na quinta-feira de manhã todo mundo se arrancou e ele anunciou a todos, cada comunidade tinha um inspetor de quarteirão, aqui era o Pedro Santolin. Ele anunciou a todos esses inspetores que cada um reunisse a comunidade dele. E esse Pedro Santolin reuniu a nossa aqui em São Miguel e fomos[270].

Seu Basílio foi um dos que aderiram ao movimento através do chamado da Rádio Colméia. Mesmo que as companhias não tenham lhe incomodado, ele demonstra que a insatisfação local exigia uma reação: a polícia e o governo estavam do lado das empresas, não agindo contra os crimes que, afirmam, foram praticados. Nesse sentido, a resistência mostrou-se a única via capaz de resolver o problema.

A ação dos revoltosos é bem ilustrada pelas palavras de seu Lourenço Witt:

> É, naquele tempo que começou a história da Revolta e os da Citla queriam que fizessem contratos. Até o Bastião Maria, pra poder serrar o pinhal dele, teve que fazer um contrato, senão eles embargavam, mas ele era amigo dos outros também. Quando fizeram o levante pra tirar os da Citla, ele participou também. Ele veio com a família dele, os homens, tudo. Então fui eu, o tal do Francisco Hantinoviski, um polaco, morava no Jacaré, guarnecemos o escritório da Citla, estavam querendo queimar, e daí o dr. Walter colocou eu e ele lá, amanhecemos na frente, volta e meia traziam um monte daqueles papelão lá pra botar fogo, e nós dizia: "é proibido, não pode queimar. Se chegar a queimar um pé desse aí, vai queimar uma porção de casas, dá um prejuízo". [...] E eu tinha um revólver 38, que era da polícia, meu. Trouxeram tudo, espingarda, porque não sabiam se iam brigar ou não. Bom, quando passou a revolta, fizeram um foguetório aí, quando os que diziam jagunço, mas não eram jagunço, isso hoje em dia existe, vamos comparar, que é o mesmo que esses assaltante de terra que tem agora, que roubam terra, vamos comparar que é a mesma coisa. E as mulheres que estavam em

[270] Entrevista realizada por Ivo Pegoraro a Basílio Vendramini Maccari. In: Jornal de Beltrão, "Não saiu nenhum tiro, mas tinha gente braba", 26/09/2007.

> casa, nossa! diz que fizeram um choratéu, diz: "morreram tudo", pensaram que era bala e era foguete[271].

Seu João Lopes é outro contemporâneo que narra sua versão dos fatos com sentimento de heroísmo:

> Foi uma revolta dramática. Dramática! Porque o povo do Sudoeste não esperava aquilo. Ninguém pensava nem tinha ouvido falar na palavra "jagunço". Pensavam que era um bicho do mato. De repente as estradas e encruzilhadas amanheceram cheias de placas. A Companhia Citla, colonizadora, foi um meu Deus do céu. Tomaram conta do Lageado Grande, Pranchita e foram tomando conta até de Santo Antônio do Sudoeste. O povo não aguentou mais. Aqui deu certo com três Pedros. Pedro Santin, Pedro Pinto e Pedro Silveira foram os homens que levantaram a revolta. Mas não foi preciso dar dois gritos, o povo empatou no primeiro grito. E daí começou a luta. Os jagunços começaram forte, daqui a pouco apagaram. Quando o chumbo pegou valendo, começou tremer a fama dos jagunços. Foram derrotados por um chefe deles, que foi um cunhado meu que derrotou, ele está lá no Belém do Pará, com 86 anos. O enxame ficou sem rainha, começaram a dar pra trás. Nós aproveitamos a fraqueza e ganhamos a revolta. E criamos os nossos filhos aqui no Sudoeste.
> Não corremos deles, não. Imigremo um pouco, mas voltemos de novo. Porque a polícia perseguiu muito o povo, por causa dos conflitos que deu. O povo se retirou um pouco, depois voltou em massa de novo. Foi acalmando, até o doutor advogado que pegou a causa dos colonos pra defender os colonos. E o coronel Alcebíades. O coronel Alcebíades era falso, ganhava do lado da polícia. E a polícia era contra os colonos. Esse era falso, mas a gente teve que aguentar o galho, por causa que o povo já tava com a cabeça virada. Daí ele viu que a coisa não ia dar certo, tratou de ajudar, retirar as tropas, mandar embora e mandar o povo que tava imigrando trabalhar de novo, e soltar os que estavam presos. Os presídios aqui na faixa de fronteira tavam cheios de colonos presos. E crianças morrendo de fome porque o pai não tava pra dar bóia, pra tratar a família. Isso é triste, minha gente. Estou com 70 anos, eu tinha 20, ajudei essa revolta do começo até o fim. Nunca afrouxamos, aguentamos o gaio[272].

Na versão apresentada por seu João Lopes, a revolta dos posseiros é vista como uma grande vitória: para ele, por não agüentarem mais os desmandos das companhias, os posseiros lutaram, conseguindo ganhar a revolta e, assim, terem a possibilidade de continuarem a viver e a criar seus filhos no sudoeste.

É interessante observar que cada contemporâneo expressa suas lembranças a partir das experiências que tiveram durante o conflito. Quem participou mais diretamente da luta,

---

[271] Entrevista realizada por Ivo Pegoraro a Lourenço Witt. In: Jornal de Beltrão, “Diziam jagunços, mas não eram, isso hoje existe, é o mesmo que assaltantes de terra”, 11/04/2008.

[272] Depoimento de João Lopes ao Seminário “Memória Viva”, evento que deu oportunidade para que os remanescentes de 1957 falassem. In: Jornal de Beltrão, “As estradas amanheceram cheias de placas da CITLA”, 04/10/2007.

apresenta narrações que, apesar de reconhecer as dificuldades vividas, exaltam a união e consequente sucesso do movimento, enquanto outros, sem ligação direta com o conflito, não vêem, nele, tanta importância.

Essa questão de como a vivência interfere na memória dos contemporâneos fica clara com as declarações de Francisco Pesente. Como agricultor, ele adquiriu 27 alqueires de terra das companhias na região do Rio do Mato, sendo um dos que sofreram ameaças por parte dos jagunços. Ao ser questionado sobre o valor que teve que pagar pela aquisição do lote, assim responde:

> Olha, eu não lembro mais, mas não era muito caro, o pior era o maltrato que eles te faziam, eles vinham lá na bodega, tinha uma bodega bem perto ali na frente da loja do Nercindo Decarli e do velho Sartori, eles vinham lá e provocavam, diz ih! esse Adelar Liston cansou de pular a janela da bodega uns cinco metros pra baixo, que eles queriam matar, pode pedir pro Adelar Liston que ele sabe quantas vezes pulou a janela. Eu fechava o moinho quando eles vinham, e me recolhia dentro de casa, nunca foi mexido, mas me prometeram de surrar umas quantas vezes[273].

Por ter convivido com ameaças, Francisco Pesente narra os acontecimentos contando sobre suas experiências de ameaças e medo. O fato de se esconder dos jagunços, demonstram que, mais do que o pagamento pelas terras, o problema se encontrava em torno das ameaças sofridas pelos posseiros.

Seu Antonio Perardt, juntamente com a família, também esteve em contato direto com as ameaças dos jagunços. Oriundo de Santa Catarina trocou um caminhão por um sítio de 100 alqueires na região de Verê. Interrogado sobre o tempo da revolta, responde:

> O que me lembro é que eles vieram lá, porque eu tinha fama de ter dinheiro e o maior sítio da região aqui. Eles queriam dinheiro, eu disse "*eu dô o dinheiro pra vocês, pago o terreno, mas eu quero o sítio medido, eu quero ver documento e mapa do terreno, e tudo*". Aí vieram acampar, uma dúzia de jagunços, e mediram todo o terreno, quando tava pronto vieram lá: "*Agora aqui tá tudo certinho, quero o dinheiro!*" Eu falei "*olha o meu dinheiro tá ali no Juquinha Buzetti* - que naquela época, era comerciante - *eu tenho que falar com ele*", mas eu já tinha falado com o Juca, pra ele não escorriá dinheiro, aí eu falei "*não tem, eu botei dinheiro a juro, e ele não vai me pagar antes, até que não vence o prazo*". Fui me defendendo assim, mas aí veio um jagunço e prometeu que se até no sábado - era uma quarta-feira - não pagasse o terreno, "*isso aqui vira tudo em cinza*". Eu tava um pouco escondido numa grápia atrás de casa, mas eu tava espiando sempre, então a mulher e os piás se defendias, mas nesse meio tempo deu aquele tiroteio e

[273] Entrevista de Francisco Pesente, realizada por Ivo Pegoraro. In: Jornal de Beltrão, "Armado com uma taquari, carregada de baletão pedaços de ferro e rolamentos", 27/07/2007.

> não apareceram mais, mas vieram diversas vezes. Uma vez veio o Porto Alegre, e a gente pensava que era jagunço também, eu me escondia um pouco, pra não aparecer, porque sempre quem era mais visado era eu. Aí eu vi que a Martina tava conversando, aí eu cheguei perto também - até ano passado na praia nós se encontramos - ele disse, "eu me admirei aquele piá (o filho Osmar)", ele disse "o pai cruzou o rio, ele tá no outro lado, passo a nado o rio Chopim"[274].

Apesar de não ter sofrido violência física, fica clara, pelas afirmações de seu Antonio, que o ambiente estava muito tenso: as ameaças que os contemporâneos dizem ter sofrido levava-os a um estado de medo sem precedentes. A tensão existente no momento parece ter sido a questão que mais incomodou as pessoas comuns que habitavam a região sudoeste.

Dona Maria Eulália de Oliveira não gosta nem de lembrar a tensão que sofreu durante a revolta:

> Aquilo a gente passou, mas é uma coisa esquecida. Pra mim é uma coisa esquecida porque o sofrimento foi tão grande, que foi passando, passando, a gente foi esquecendo as coisas, enfim uma vida que foi bem sofrida, mas graças a Deus que ficamos todos vivos[275].

É curioso trabalhar com as memórias na medida em que as testemunhas oscilam entre as lembranças e o esquecimento. Ao mesmo tempo em que Dona Maria diz ter esquecido o passado, afirma que sempre se lembra dos acontecimentos de 1957:

> Claro, porque o sofrimento foi demais. Deus o livre, eu sempre me lembro o dia que deu o combate. Eu me lembro tão bem, que nós entramos em casa, o Chico tinha dois anos. Ele entrou, olhou pra essa foto aí (dos pais) e disse "*soltaram tanto rojão pra matar meu pai*". Ele disse aquilo e eu pensei "*Meu Deus, será que ele morreu mesmo?*" E a gente com aquela turma de filho, tanto eu como a comadre, onde eu ia ela também ia junto, com toda a turma, e no final passamos pro lado de lá do rio com toda a nossa família. [...] nos escondemos mesmo, foi no dia do combate, era um dia de geada muito grande. Pegamos os forros de coberta e levamos num mato, pros homens ficarem pousando lá, e nós pousamos num paiolzinho de milho que era do vizinho. A piazada nós colocamos todos em cima daquela pilha de milho, e eu e a comadre ficamos nos esquentando ali em volta do fogo[276].

---

[274] Entrevista realizada por Ivo Pegoraro a Antonio Perardt. In: Jornal de Beltrão, "Se não pagar isso vai virar tudo cinza", 04/09/2007.

[275] Entrevista realizada por Ivo Pegoraro a Maria Eulália oliveira. In: Jornal de Beltrão, "Revolta para mim é coisa esquecida, porque o sofrimento foi demais", 25/09/2007.

[276] Entrevista realizada por Ivo Pegoraro a Maria Eulália Oliveira. In: Jornal de Beltrão, "Revolta para mim é coisa esquecida, porque o sofrimento foi demais", 25/09/2007.

Dona Maria transmite muita aflição ao contar o que vivenciou durante a revolta. O medo tomou conta de si, e a única coisa que pensava era em fugir:

> Aquele dia sim, foi feio de ver, eu estava sovando o pão, de repente chegou um cavaleiro e disse "*é pra vocês saírem já, porque eles estão se armando lá, e eles vão vir aqui, os da Citla, matar vocês*". Os homens estavam todos na casa do vizinho, os lajeanos, eram gente boa, companheiros que nossa! Eu disse pra comadre "*fica aí terminando de amassar o pão que eu vou correndo lá avisar eles*". Coitada da minha comadre, vinha com umas cinco ou seis espingardas que os homens tinham escondido no mato. Foi lá correndo buscar aquelas espingardas e veio na casa, daí eu disse "*meu Deus! vocês aí tão sossegados tomando chimarrão e os da Citla se armando pra vir dar um combate na casa dos Peloso*" - que eles diziam que era na casa dos Peloso. Foi só extravio de homem, pegavam as espingardas e iam se esconder. Outros passavam o rio, e nós, eu e minha comadre, pegamos a filharada e saímos, digo "*vamos pro mato, vamos achar algum lugar pra ir*". Fomos todos, com aquela turma de piazada[277].

As memórias dessas personagens são quase que unânimes em descrever o temor e a tensão vividos durante a Revolta. Mais do que qualquer violência, as ameaças, o medo de prováveis invasões e, até mesmo, o temor à morte, transformaram a vida de muitas pessoas em uma constante inquietação.

A história desse movimento enfatiza muito os feitos das lideranças do conflito, mas oculta a ação e o sentimento das pessoas simples que também lutaram, conscientes ou não, durante levante. A memória dessas pessoas é importante para nos ajudar a entender o que a Revolta dos Posseiros significou para elas. Dona Santina Lorenzon, junto com as filhas, foi uma das mulheres que participaram, armadas, no conflito. Ao ser questionada se foi no dia dez de outubro que começaram a se reunir, ela responde:

> Sim, começou a se reunir, daí começou o barulho pra irem para a praça. De manhã eu não ia, ia de tarde; eu levava as meninas junto pra segurar o facão, ficava lá dentro da igreja segurando o facão. Uma menina tinha 7 anos, a outra tinha 6 e a outra um ano, a de um ano sempre no colo, e eu estava grávida do filho que hoje mora em Curitiba, acho que um mês[278].

O fato de estar presente entre os revoltosos, fez com que dona Santina também experimentasse, de perto, o medo e a tensão que pairavam nos dias auge da revolta:

---

[277] Entrevista realizada por Ivo Pegoraro a Maria Eulália Oliveira. In: Jornal de Beltrão, "Revolta para mim é coisa esquecida, porque o sofrimento foi demais", 25/09/2007.

[278] Entrevista realizada por Ivo Pegoraro a Santina Lorenzon. In: Jornal de Beltrão, "Ele ia de revolver e espingarda, ela cuidava do facão dentro da igreja", 24/08/2007.

> Claro que a gente tinha medo, imagina! Medo mesmo. O único que não tinha medo de tudo isso era o meu marido. A gente dormia com a janela do quarto aberta, ele não queria que fechasse, pra ver o movimento, aí que eu ficava com medo, porque se estourassem as metralhadoras vinham bem certo nas janelas. Quando ele me levou ele disse "*Tu arruma tudo, Santa, as panelas, forro de cama, as meninas e umas comidas, que eu te levo lá no sitio*". Isso foi dia 12 de outubro[279].

O pavor também é lembrado por Dona Maria Fantin Pellozo que, morando na região de Santo Antonio, teve que se refugiar em território argentino por medo dos jagunços. Sobre a Revolta afirma o seguinte:

> Lembro muito. Foi triste. Os homens passaram mais de oito dias acampados no Santana. Eles trancaram as entradas pros jagunços não vir pra cá. Era um tempo de chuva, frio. Prenderam uma porção de jagunços e deixaram numa casa. Mesmo de noite ficavam de guarda, cuidando, armados. Armados? Com as espingardinhas de colono, porque outra coisa não tinham. Ainda esses dias a gente estava comentando, de passar frio, sono, e os presos lá em cima. Isso foi quase no fim, porque depois já teve a revolta. Mas antes eles andaram aqui. E ninguém mais podia sair na rua. Ninguém mais podia ir pro Verê, principalmente os homens. Nós (mulheres), se quisesse ir, podia, e as crianças também, mas a gente não mandava pro Verê, porque era perigoso, eles acercavam. A gente andava escondido. Não tinha como fazer, se precisava alguma coisa, passava falta por não poder ir no mercado. Passamos uns tempos assim. Depois, quando prenderam aqueles homens lá (na Barra do Santana), quase no fim, já tinham feito bastante revolta. Aqui não foi tanto, aqui mais os jagunços queriam os pais. Procuravam os filhos pra contar onde os pais estavam. Daí aconteceu aquilo que eles foram lá pra cima, começaram a prender jagunços lá no Santana. Até o meu falecido (Luiz) e o irmão dele (João) foram pra Beltrão atrás de um tenente que tinha lá, pra avisar que tinha presos aqui. E o que era pra fazer. O tenente disse que o que fosse jagunço era pra prender que no fim eles davam um jeito. Mas bem pro fim, depois que prenderam, foram pra lá, a cavalo, ele (Luiz), o compadre Joanim (João, irmão do Luiz) e mais um que não me lembro, foram num dia de chuva, avisar esse tenente, que estavam presos, pra ver o que faziam, mas não acharam mais o tenente. Daí vieram, ficaram por ali mais uns dias e daí combinaram, vamos fazer o que? Vamos fazer isso, vamos fazer aquilo, matamos, soltamos, o que fazemos? Aí já não tinham mais o que comer. Como dar comida praqueles presos todos, diz que carnearam um boi não sei de quem lá que cedeu o boi, deram comida, mas daí eles acharam que era demais estar tratando gente que não era da gente. Foi nos dias da revolta (2 de agosto, tiroteio em Verê). Vamos soltar eles e vamos atrás. Aí eles combinaram, até foi dia da bênção de Nossa Senhora Aparecida, que nós sempre assistia. Nós saímos (mulheres e crianças) e eles (os homens) saíram também, com aqueles presos. Nós subimos lá num morro, na terra do compadre Joanin, tinha uma árvore grande deitada. Bem

[279] Entrevista realizada por Ivo Pegoraro a Santina Lorenzon. In: Jornal de Beltrão, "Ele ia de revolver e espingarda, ela cuidava do facão dentro da igreja", 24/08/2007.

> na hora do terço pra Nossa Senhora Aparecida, começou a estourar tiros no Verê, e nós ouvimos, a gente estava rezando com a piazada. Só escutava aquele tiroteio. E os nossos homens soltaram os presos e vieram, mas quando chegaram a certa altura da estrada, já perto do Verê, os presos ergueram as mãos pros contrários não atirar pra cá. E eles atiraram, começaram tiros de lá pra cá e daqui pra lá, assim. Ai, meu Deus, naquele dia foi só gente correndo prum lado e pra outro. Foi uma rajada de tiros. Só gente correndo porque era tudo mato. A gente via que só desciam nesta estrada, correndo, digo seja o que Deus quiser. Nós só tivemos sossego depois que os homens chegaram em casa. Mas logo veio gente avisar que era pra escapar, sair de casa porque os jagunços vinham tomar as terras e ficar com nossas casas e tudo. No mesmo dia nós abandonamos a casa. Pegamos os filhos e passamos o rio Santana. Nossa! Eu só vi quando desembarcamos da balsa, no outro lado, não vi nem quando embarcamos do lado de cá. Deixamos tudo, tudo. Só fechamos a casa e saímos. Ficamos quase dez dias refugiados numa casa de uma vizinha que nos acolheu. Nós pousava num paiol de milho, com as crianças, e eles que deram comida pra nós. Depois que voltamos pra nossa casa é que fomos acertar de conta e pagar as comidas que ganhamos, porque nós tínhamos deixado tudo em casa. Abandonamos criação, tudo tudo que nós tínhamos aqui; abandonamos pra ir pra lá. Depois começamos voltar de pouquinho em pouquinho. Viemos vindo até que paralizou um pouco, aí voltamos. Mas foi triste. As notícias que a gente recebia eram tristes mesmo. Do que eles (jagunços) fizeram nesse mundão velho por aí. Aqui até não fizeram tanta coisa. Depois os jagunços não apareceram mais. Daí começamos ir pro Verê, especular; ia um primeiro, se cuidando, né. E no fim fomos acusados de novo, pelos jagunços. Que os Pellozo eram os cúmplices que tinham dado parte na polícia. Em vez não era. Quem avisou o pessoal foi o... agora não lembro mais o nome deles. Até esses dias a gente estava conversando, me lembrei, agora não me vem na idéia[280].

As palavras de dona Maria Fantin Pellozo são significativas para observarmos o clima de tensão existente: o medo de serem vítimas dos jagunços fez com que muitas pessoas abandonassem suas casas e fugissem para outro local.

A tensão também dominou quem vivia na cidade: Balduíno, filho de Santo Beal que tinha uma loja de secos e molhados no mesmo prédio em que funcionava a Companhia Comercial, lembra do perigo que enfrentaram nos dias da revolta:

> Olha, ali o negócio não foi fácil, o que nós passamos, trabalhava no comércio, vinham os fregueses e contavam o que acontecia no interior e aquela coisa toda. E ali de casa dava pra ver alguma coisa do escritório deles. Quando chegava a noite, aquele movimento de jipe, chegavam e saíam, era aquela correria. A gente não podia, vamos dizer assim, nem abrir a janela, porque era perigoso. Inclusive duas ou três vezes eles bateram na porta da casa de noite, pra ver se alguém abria a janela. O que eles queriam era matar o meu pai. Inclusive o pai saiu dentro da gabine do caminhão Alfa

[280] Entrevista de Maria Santin Pellozo, realizada por Ivo Pegoraro. In: Jornal de Beltrão, "Posseiros de Santo Antonio atravessavam a fronteira", 24/08/2007.

> Romeu, com um cobertor por cima e levamos ele pra Caçador. Ele só voltou depois que terminou a revolta[281].

Mas não foi apenas o pai de Balduíno que sofrera ameaças de morte por parte dos jagunços. Terezinha Traiano Toscan também viveu, juntamente com sua família, o drama das ameaças e do medo. Em 1957 ainda era uma criança, mas diz se lembrar que os jagunços tentaram matar seu pai, Vitório Traiano, que possuía uma churrascaria em Francisco Beltrão:

> Foi uns dias antes do levante. O pai gostava muito de ir contra as companhias. Às 24 horas do dia ele falava mal das companhias. Como ele não queria pagar a escritura e vivia falando que não pagava e não pagava, as conversas rolavam. Teve alguém que ouviu, dos jagunços, que se meu pai não ficasse quieto, no dia seguinte eles viriam "arrancar a buchada" do meu pai. Aí teve um senhor lá do Jaracatiá, um tal de Jardelino Néris, que ouviu esta promessa, que viriam fazer uma faxina no meu pai. Essa pessoa pegou o cavalo e veio a Beltrão e avisou o meu pai. "Te cuide Traiano, é hoje que eles vão te arrancar a buchada" Aí como nós já ficamos sabendo de dia, ficamos em alerta. À noite o pessoal da companhia veio, mas tinham outras pessoas também jantando. O que aconteceu: chegaram ali, pediram do bom e do melhor, comeram, beberem e na hora de acertar a conta, pediram pelo seu Vitório. Mas como tinha sido avisado de dia, meu pai se retirou, não ficou na churrascaria, se resguardou, ficou em casa, nós morávamos ao lado da churrascaria. Como pediram pelo pai, a mãe disse "Não, o Vitório não ta bem, ta doente, não pode vir aqui"."Não nós queremos ele pra acertar".Minha mãe teimou, disse: "Ele não vem, não está em condições de vir"."Ah ele não vem, então..." Viraram a mesa, derrubaram tudo o que tinha em cima, comeram do bom e do melhor, não pagaram nada e foram embora[282].

É interessante observar estes relatos na medida em que revelam as experiências e as pessoas pouco relevadas pela historiografia. A perseguição por parte dos jagunços apresenta-se com um dos grandes fatores que gerava o clima de insegurança reinante na região:

> Nós não tínhamos mais segurança. A situação foi ficando tão crítica que dormir em casa não dava mais. E como precisamos sair, a família do Lourenço Baréa, com seu caminhão, juntou mais a nossa família e fomos rumo a Santa Rosa, para se esconder. Mas, chegando lá na Cango, em frente ao Hotel Paraná, paramos o caminhão. Naquilo começou a chegar mais gente, mais famílias que queriam se esconder, mas tinha pessoas estranhas que a gente não conhecia. Naquilo perguntamos: Aonde esse povo vai ficar? Não tem lugar. Alguém disse "Não, lá tem lugar até onde mataram a viúva Petla." Ah, diz alguém de nossa família, então não vamos, lá não é lugar de

[281] Entrevista de Balduíno por Ivo Pegoraro. In: Jornal de Beltrão, “Fogo na papelada podia queimar a loja”, 01/09/2007.

[282] Entrevista realizada por Ivo Pegoraro à Terezinha Traiano Toscan. In: Jornal de Beltrão, “Jagunços queriam matar o Vitório Traiano”, 08/09/2007.

> se ficar. Ficamos com medo. O seu Baréa fez a volta com o caminhão e seguimos num outro rumo. Chegando novamente em casa, encontramos o meu pai. Diz o meu cunhado assim: "Vocês vão lá na casa dos meus pais". Era uma chácara que ficava próximo às piscinas do Marrecas de hoje. Mas alguém falou: "Lá em cima do morro tem um canhão com a boca armada." Mas o que nós íamos fazer? Resolvemos dormir lá mesmo. No dia seguinte voltamos pra casa. E assim fomos várias e várias noites, em casa não tinha mais como ficar. Ficavam em casa só meu pai e meu cunhado, a mãe acompanhava os filhos. Várias e várias noites dormimos fora, porque o medo foi bastante[283].

A questão do medo é comum a praticamente todas as memórias sobre 1957. Dona Terezinha lembra que, devido à cobrança dos jagunços, seu pai acabou pagando pela escritura do terreno da casa que tinha na cidade. “Pagou na véspera do levante, porque vieram cobrar”[284]. Assim, fica evidente que os moradores da região sudoeste foram movidos, tanto nas fugas, quanto na resistência, pelo temor que afligia e inquietava a todos naquele momento.

Dona Terezinha, por morar em Francisco Beltrão em 1957, lembra de algumas questões importantes a respeito da Revolta dos Posseiros. Uma delas refere-se à prisão do jagunço de alcunha “44”:

> Foi o seguinte, alguns dias antes do levante, o movimento de colonos já era grande e o pai, como tinha que fazer o almoço diariamente, e as coisas estavam por vir à tona, estavam em ponto de bala. Então os colonos ali todo dia almoçando, e a situação ficando cada vez mais difícil, já estavam prevendo que a coisa ia estourar. Aí o 44 se pôs no meio dos colonos e ninguém esperava que ele tivesse medo, porque o movimento ali não era, já digo, pro lado do mal, era um povo que estava ali aguardando o que pudesse acontecer no dia seguinte. O 44 se pôs no meio dos colonos e ninguém conhecia. Chegou alguém do lado de fora e perguntou "Tá tudo bem aí, seu Vitório?" "Sim, tá tudo bem". Alguém levantou e disse "não, aqui tem gente misturada no meio". E o 44, como sabia que tinha culpa no cartório, levantou do banco, pulou por cima da mesa, passou a cozinha da churrascaria, foi pelos fundos do terreno, pela laminadora dos Camilotti e, pra finalizar, encontraram ele no cemitério, lá sentado, fazendo necessidades fisiológicas. O pessoal do Quartel foi atrás. Lá juntaram o homem, puseram em cima de um caminhão de tora, trouxeram ele na frente, me lembro tão bem. E daí seguiram com ele, passaram a ponte, não sei pra que lado levaram o homem. Nunca mais fiquei sabendo o que fizeram com ele. Naquele dia deu um grande tiroteio, quando o 44 fugiu, foi tiro pra todo lado, dentro da churrascaria e nas proximidades, pra pegar o homem, mas não conseguiram. Nós tivemos que deitar no chão. Ao redor da casa, foi bala pra todo lado. Minha irmã que estava na janela levou um tiro de raspão, quase que matam

[283] Entrevista realizada por Ivo Pegoraro à Terezinha Traiano Toscan. In: Jornal de Beltrão, “Um tiroteio e a prisão do jagunço 44”, 11/09/2007.

[284] Entrevista realizada por Ivo Pegoraro à Terezinha Traiano Toscan. In: Jornal de Beltrão, “Jagunços queriam matar o Vitório Traiano”, 08/09/2007.

> ela. Não, foram coisas tristes que hoje você conta parece mentira, mas foi feio[285].

Apesar das lembranças serem dispostas de forma um pouco confusa, fica evidente o ódio que os colonos depositavam aos jagunços. No momento, a ira comandava os atos dos revoltosos: tudo que se relacionava com as companhias era tratado com indignação. A fúria contra o jagunço 44, a invasão dos escritórios e a destruição dos documentos ali arquivados são provas da exaltação demonstrada pelos colonos e posseiros. Conforme Dona Terezinha:

> Eu lembro que a avenida ficou toda... era um tapete. Era um branco só. Era papel voando pra todo lado. Depois veio uma chuva, os papéis foram parar todos na valeta. Eu como menina lembro muito bem disso, coisas que ficam registradas. E na verdade, o meu pai continuou o trabalho normal naquele dia e as coisas foram se normalizando, o perigo pior tinha passado, o pessoal das companhias já tinha se retirado, as coisas foram se normalizando. Mas não foi fácil, a situação foi bem difícil para quem tinha família[286].

Mesmo com a distância temporal que envolve as lembranças de Dona Terezinha, é significante algo que ela afirma sobre as consequências do levante dos posseiros: a questão política. Sabemos que muito do que se divulgou a respeito da revolta está ligado à disputa política existente no período. Porém, apesar da pouca idade que tinha, Dona Terezinha consegue visualizar o fato de que o partidarismo político adotado por seu pai foi o responsável por parte da perseguição que sofrera. Questionada sobre as famílias que permaneceram brigadas após a revolta, ela responde:

> Por muitos anos. Existia bastante rivalidade na política. E meu pai sempre foi de um lado só e ele não aceitava certas situações. Porque a política na época tinha dois lados fortes. Eu como menina lembro que o pai tinha muitos inimigos políticos. E como ele não gostava de ficar quieto, então, muitas vezes a gente chamava atenção, mas não tinha o que fazer, antigamente se tinha amor à camisa[287].

A questão política, portanto, foi marcante no conflito de 1957. Ser favorável ao governo Lupion significava estar de acordo com a atuação das empresas colonizadoras,

---

[285] Entrevista realizada por Ivo Pegoraro à Terezinha Traiano Toscan. In: Jornal de Beltrão, "Um tiroteio e a prisão do jagunço 44", 11/09/2007.

[286] Entrevista realizada por Ivo Pegoraro à Terezinha Traiano Toscan. In: Jornal de Beltrão, "Um tiroteio e a prisão do jagunço 44", 11/09/2007.

[287] Entrevista realizada por Ivo Pegoraro à Terezinha Traiano Toscan. In: Jornal de Beltrão, "Um tiroteio e a prisão do jagunço 44", 11/09/2007.

enquanto o contrário expressava características oposicionistas. Conforme Bourdieu[288], a busca pelo poder implica a mobilização crescente de agentes que comungam da mesma visão política. Nesse sentido, a disputa política a nível regional também influenciou o ambiente particular das pessoas simples que conviveram com a ação das companhias que, como consequência, puderam escolher a qual grupo aderir, mesmo que isso implicasse em brigas e perseguições.

No caso de seu Vitório Traiano, conforme sua filha dona Terezinha, a opção política levou-o a ser alvo de persecução por parte dos jagunços das companhias. Contudo, esta não é uma lembrança comum a todos que viveram o período da revolta: a professora Italina Zancan Scott, por exemplo, não vê nada de marcante nos acontecimentos de 1957. Frente à pergunta sobre o que aconteceu com ela no dia da revolta, responde:

> Nada, nada... E fui ali no morro e quando subi o morro vi que todos vieram calmos, fiquei quieta, daqui todo mundo foi também ver, ninguém brigou, ninguém falou nem nada, só vieram alguns fugidos e se cuidando pra cá e pra lá, pronto![289]

A importância atribuída à revolta por outros contemporâneos, não encontra terreno nas memórias de Dona Italina, pois, a seu ver, não houve problemas com a posse da terra na região:

> Não, não sei por que fizeram aquela revolta, eu não entendi, não tiraram a terra de ninguém [...] não sei porque fizeram aquilo - fiquei admirada - porque vieram quietinhos, desarmados, a não ser que lá no escritório, lá dentro estivesse alguma coisa, mas... [290]

Diferentemente de outras memórias, dona Italina encara o conflito de 1957 como algo insignificante, não entendendo o porquê da agitação. Entretanto, visões como estas não são únicas: seu Alfredo Nepomuceno, subdelegado de Dois Vizinhos no período, não apresenta nenhum entusiasmo ao falar da revolta:

> A Revolta naquela época foi muita, muita sacanagem, muita manchete, muita coisa que não aconteceu. Aconteceu muita coisa contra a companhia,

---

[288] BOURDIEU, Op. Cit.

[289] Entrevista realizada por Ivo Pegoraro a Italina Zancan Scotti. In: Jornal de Beltrão, "Da Revolta e Calomeno, poucas lembranças", 13/05/2008.

[290] Entrevista realizada por Ivo Pegoraro a Italina Zancan Scotti. In: Jornal de Beltrão, "Da Revolta e Calomeno, poucas lembranças", 13/05/2008.

> morreu gente da companhia, morreu gente que eu sei, morreu mais gente da companhia do que dos outros[291].

Mais uma vez é necessário destacar a questão da identidade pessoal: as reminiscências individuais são moldadas e construídas através das experiências socialmente vividas. O fato de dona Italina e seu Alfredo não atribuírem tanta ênfase à revolta dos posseiros, demonstra o quanto a revolta gerou memórias diferentes. Cada contemporâneo ao conflito organiza suas memórias de forma individual, a partir de suas experiências coletivamente vividas. Podemos, portanto, afirmar, utilizando a definição empregada por Alessandro Portelli[292], que nas reminiscências sobre a revolta dos posseiros a "memória dividida" não se localiza apenas na dicotomia entre história oficial e lembranças pessoais, mas em uma pluralidade fragmentada de memórias manifestadas nos relatos sobre 1957. Assim, os contemporâneos da revolta nos apresentam uma multiplicidade de versões, que devemos analisar criticamente. Se a revolta dos posseiros não apresenta significado especial para dona Italina, provavelmente a questão de terras na região sudoeste paranaense não a tenha afligido. Da mesma forma, as lembranças de seu Alfredo podem estar relacionadas ao cargo que mantinha no período: sendo subdelegado encontrava-se ligado ao governador do Estado e, em consequência, não poderia manifestar-se a favor da causa dos posseiros. Nesse sentido, as reminiscências pessoais de cada contemporâneo são construídas a partir de suas experiências no passado e no presente, fazendo com que haja diferentes narrativas sobre os acontecimentos de 1957 no sudoeste do estado do Paraná.

Seu Lourival Gross, farmacêutico em Francisco Beltrão no ano de 1957, conhecido como Zete, também apresenta algumas objeções a respeito do que é divulgado sobre a revolta dos posseiros. Para ele o problema da violência começou quando a Companhia Comercial entrou na transação das terras do sudoeste:

> se fosse a Citla não tinha problema, o seu Júlio e a Citla estavam legalizando, dando os títulos pra colonada tudo na paz, tudo certinho. Se fosse a Citla, eles iam continuar legalizando as terras, mas a Comercial veio com tudo. Comercial veio e trouxe uns 30 ou 40 jagunços - jagunços mesmo - tinham uma frota de uns 20 ou 30 jipe. Ah, eles tinham de tudo que é tamanho, de todo tipo [...] queriam meio na marra, a Comercial fazia isso, fazia os caras assinar meio na marra, isso é verdade. E foi daqui, foi dali,

---

[291] Entrevista realizada por Ivo Pegoraro a Alfredo Nepomuceno. In: Jornal de Beltrão, "A revolta foi muita coisa que não aconteceu", 27/02/2008.
[292] PORTELLI, Op. Cit.

> mataram o Pedrinho Barbeiro lá no Verê. Daí que começou a ferver o negócio, daí que começou a revolta.[293]

Diferentemente de seu Alfredo, seu Zete reconhece as arbitrariedades realizadas pela Comercial, porém, isenta a CITLA de qualquer violência que tenha sido praticada no período. Nesse sentido, seu Zete parece representar uma visão menos parcial de todo o conflito: mesmo defendendo as ações da CITLA sabe, ao menos aparentemente, reconhecer as atitudes violentas desempenhadas pela companhia comercial, não assumindo, dessa forma, um visão unilateral e ortodoxa sobre o assunto.

Essa forma de observar os acontecimentos é mantida por seu Zete ao longo de suas lembranças. Questionado sobre as mortes atribuídas aos jagunços das companhias, assim responde a Ivo Pegoraro:

> Mas houve ali muita gente das companhias que morreram também, que os colonos mataram, acho que até empatava[294].

Deste modo, seu Zete não acusa apenas um dos lados envolvidos no conflito, mas reconhece que ambas as partes utilizaram-se da violência para atingirem seus objetivos. Por outro lado, questiona algumas verdades introduzidas na história da revolta dos posseiros sem a devida confirmação: com relação à atrocidade que, supostamente, o jagunço "Chapéu de Couro teria cometido a uma criança, jogando-a para cima e espetando-a com a espada, Ivo Pegoraro, questiona seu Zete, afirmando que "o professor Hermógenes diz que não tem nada de concreto, a não ser aquele depoimento do Maringá em Pato Branco"[295]. Em resposta, seu Zete destaca:

> Não tem [...] Conta, conta muito isso. Eu que assisti tudo, eu tenho quase certeza que isso aí não aconteceu, não aconteceu...[296]

O fato de seu Zete possuir uma farmácia em Francisco Beltrão, fazia com que ele tivesse um expressivo contato com os moradores do sudoeste, permitindo-lhe que

---

[293] Entrevista realizada por Ivo Pegoraro a Lourival Gross. In: Jornal de Beltrão, "Se a Comercial não entrasse, não aconteceria nada", 10/04/2008.

[294] Entrevista realizada por Ivo Pegoraro a Lourival Gross. In: Jornal de Beltrão, "Se a Comercial não entrasse, não aconteceria nada", 10/04/2008.

[295]Questionamento de Ivo Pegoraro a Lourival Gross. In: Jornal de Beltrão, "Se a Comercial não entrasse, não aconteceria nada", 10/04/2008.

[296] Entrevista realizada por Ivo Pegoraro a Lourival Gross. In: Jornal de Beltrão, "Se a Comercial não entrasse, não aconteceria nada", 10/04/2008.

permanecesse bem informado em relação aos acontecimentos que contavam ter ocorrido no interior da região. Apesar dessa situação estratégica, seu Zete acredita não ter ocorrido tamanha barbaridade. A defesa que ele manifesta a favor da CITLA indica que, ao menos em parte, era simpático ao governador do Estado, o que, óbvio, levá-lo-ia a negar tal atrocidade. Contudo, o único documento que trata do assunto é um termo de declarações prestadas por Lourenço José da Costa, o jagunço "Maringá", ao juiz de direito da Comarca de Pato Branco. Tal documento foi amplamente divulgado pelo Senador Othon Mader, porém, não há outras evidências que comprovem tal afirmação e, para a História, elas são extremamente necessárias. Por isso, somos levados a acreditar que, realmente, muitos dos atos truculentos expostos pelos políticos e jornais do período, e pela historiografia que segue fielmente essas "verdades", são parte de uma memória deformada que exige correção pela História.

Da mesma forma, a historiografia é enfática ao apresentar a violência desempenhada contra os posseiros: Rui Wachowicz, por exemplo, afirma que "os primeiros emissários das companhias, que entraram em contato com os colonos, eram gente bem vestida. Esclareciam que parte do pagamento poderia ser em produtos agrícolas ou em gado. Como esses corretores não conseguiram vender ao colono procurado, recorreram aos jagunços. Quando estes invadiram o lar do colono, desmoralizando sua família, o colono deixou a enxada e pegou o winchester"[297]. É claro que houve atitudes que despertaram a indignação dos moradores da região, predispondo-os à reação armada. A morte do vereador Pedrinho Barbeiro é um bom exemplo para ilustrar a violência praticada no local. Porém, analisando as versões sobre a Revolta apresentadas pelos políticos da oposição e da situação, e dos diferentes jornais que divulgavam as notícias a partir dessas versões, observamos nítidas contradições nas divulgações dos fatos. Ao mesmo tempo, a bibliografia que trata da revolta tende a valorizar uma das versões, fazendo com que esta seja tratada como verdade absoluta. Contudo, as memórias das personagens que viveram 1957 propõem algumas contradições interessantes nesta história.

Sabemos que as memórias não podem ser utilizadas como expressão única do passado. O próprio Le Goff[298] afirma que a memória apresenta uma história deformada e mítica, pois, sem o compromisso com a verdade, a pessoa que narra expressa os fatos influenciada por suas experiências pessoais, sua afeição ou rejeição ao objeto investigado, ou, até mesmo, influenciada pelas perguntas que lhes são dirigidas na entrevista. Nesse sentido, cabe ao historiador contrapor documentos e esclarecer essa memória. No entanto, Le Goff também

[297] WACHOWICZ, Op. Cit. 169.
[298] LE GOFF, Op. Cit.

enfatiza que a memória constitui o vivido entre o presente e o passado, sendo, dessa forma, um importante instrumento para termos contato com as experiências daqueles que viveram e presenciaram os acontecimentos passados.

Levando em consideração as entrevistas divulgadas por Ivo Pegoraro no “Jornal de Beltrão”, observamos que alguns contemporâneos narram a revolta do sudoeste com bastante entusiasmo, enquanto outros não vêem nada de extraordinário no acontecimento. Isso se deve à questão da identidade que, moldada a partir das experiências pessoais e da memória coletiva, faz com que cada contemporâneo encare os acontecimentos de 1957 de forma individual, a partir do significado que o conflito representou para cada um. Dessa forma, suas memórias atribuem ênfases diferentes à revolta dos posseiros, algo que nos oferece versões distintas sobre o fato. Essas memórias individuais não são representações exatas do passado, mas, apesar de suas imperfeições, elas nos permitem visualizar algumas incongruências em relação à história oficial divulgada acerca dos episódios de1957.

Valorizando uma das versões, a historiografia sobre a Revolta dos posseiros enfatiza a violência praticada pelos jagunços das companhias, porém, através dos depoimentos dos contemporâneos percebemos que o que mais incomodou as pessoas comuns que viveram os acontecimentos foi o medo e a angústia do que poderia acontecer. Na grande maioria das memórias de 1957 encontramos afirmações que revelam o medo como o principal problema da região. A tensão, mais do que a violência, parece ter sido o problema que mais afetou a população sudoestiana. Portanto, a violência simbólica, manifestada por meio das ameaças, foi o fator que desencadeou o medo e, em consequência, a mobilização.

É difícil, através dos documentos disponíveis e das memórias sobre a revolta, concordar plenamente com a história praticada na medida em que esta, privilegiando uma das versões transmitidas ao longo do conflito, afirma ter havido muitas mortes, atrocidades e desrespeito moral, enquanto não encontramos documentos históricos que dialogam com essas afirmações. O que há a respeito são as falas do Senador Othon Mader e o depoimento do jagunço Maringá, fontes estas que acreditamos serem insuficientes para comprovar tais alegações, até porque, como opositor político do governo Lupion, os discursos do Senador Mader são carregados de parcialidade e estratégias para granjear eleitores. Até mesmo as memórias dos contemporâneos são influenciadas pelos discursos jornalísticos, políticos e, de modo especial, os transmitidos pela Rádio Colméia: dificilmente encontramos quem afirma com certeza alguma morte ou sevícia. Sabem o que ouviram dizer e não o que viram acontecer. É isso que nos leva a acreditar que a Revolta, mais do que sua importância para as pessoas comuns, foi muito mais utilizada e explorada como pano de fundo para a agremiação

partidária, cujos fatos foram transformados em sensacionalismos para impressionar a população paranaense. A Revolta é fato. Não há como duvidar de sua existência. Mas há muito destaque à questões que os próprios contemporâneos não elegem como tal.

Não estamos defendendo a versão favorável ao governo, pois esta também manifesta seus valores e interesses pessoais, apresentando uma história parcial e carregada de acusações e defesas. Entretanto, mais do que adotar as versões já estabelecidas sobre a revolta dos posseiros, é necessário estabelecer um diálogo entre as diferentes versões, levando em consideração o que o conflito significou para as pessoas que viveram aquele momento. É na análise das distintas versões que se manifestaram sobre a situação conflitante do sudoeste que encontramos as relações e contradições que mais nos aproximam dos acontecimentos de 1957. Assim, observamos que enquanto a oposição e a situação apresentam versões que envolvem a luta partidária, as memórias das pessoas comuns expressam o medo e a tensão que viveram antes e durante o conflito. A experiência dessas pessoas demonstra que muito mais do que a questão partidária, a revolta significou para elas um momento dramático, onde viveram dias assustadores. A revolta foi, acima de tudo, uma forma de cessar a angústia e a insatisfação que assolava as famílias sudoestianas. Neste cenário as forças políticas, souberam, muito bem, utilizar a situação desesperadora a seu favor, mesmo que, para isso, ampliassem, sensivelmente, os fatos.

3.4 Revolta dos posseiros enquanto monumento

Hoje, a Revolta dos posseiros é motivo de grande comemoração para as pessoas que moram no sudoeste paranaense. O cinquentenário do acontecimento foi muito comemorado pela maioria das cidades que compõe a região. 2007 significou o jubileu de ouro da "conquista do sudoeste", onde vários eventos foram organizados para relembrar "o levante dos agricultores que se armaram para defender as famílias e as suas propriedades"[299].

Interessante notar que, diferentemente das versões apresentadas na época, os contemporâneos, hoje, são vistos como heróis que conquistaram o sudoeste com sua luta e garra, enquanto em 1957 eram tratados como arruaceiros e usurpadores de terras particulares. Antes, os políticos, cada qual com sua visão de mundo, encaravam os moradores do sudoeste ou como "coitadinhos", vítimas do governo (Othon Mader), ou como invasores de terras e

[299] Jornal Aqui Sudoeste, 04/07/2007.

assassinos (Gaspar Velloso). Cinquenta anos depois, os políticos e jornais atribuem a essas mesmas pessoas um *status* heróico digno de homenagens.

No dia nove de outubro de 2007, foi realizada em Pato Branco, através da proposição do Deputado Estadual Augustinho Zucchi (PDT), uma sessão solene da Assembléia Legislativa Paranaense para homenagear e comemorar o cinquentenário da Revolta dos Posseiros:

> No rosto de cada remanescente, as linhas do tempo têm uma experiência para contar. Em comum, eles têm o medo e a bravura que sentiram para enfrentar os jagunços que, através das companhias de terras, obrigavam os colonos a comprar as terras onde moravam e plantavam para o sustento da família, através de promissórias e contratos ilegais que eram obrigados a assinar. Para rememorar esses fatos da Revolta dos Posseiros que culminou em Pato Branco exatamente no dia 9 de outubro de 1957, na noite desta terça-feira, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná deslocou-se do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury para o Centro Regional de Eventos de Pato Branco, para realizar, pela primeira vez, uma sessão solene no município[300].
>
> A comemoração ao cinquentenário da Revolta dos Posseiros tem por objetivo ressaltar a coragem de homens que na década de 50, já cansados das atrocidades e dos desmandos cometidos por empresas colonizadoras, que contavam com apoio de setores públicos do estado, iniciaram na cidade de Pato Branco um levante, que mais tarde seria conhecido nacionalmente. Um fenômeno raro na história do Brasil pois trata-se do único levante armado de colonos que foi vitorioso[301].

A Câmara dos Deputados também prestou homenagens à Revolta dos Posseiros:

> A Câmara prestou ontem uma homenagem em sessão solene pelos 50 anos da Revolta dos Colonos. O evento foi sugerido pelo deputado Assis do Couto (PT-PR), que defendeu a inclusão da revolta entre os acontecimentos relevantes para a história do País, com sua entrada para os currículos escolares. Para ele, a história do Paraná e dos movimentos sociais no Brasil foi modificada por esse movimento vitorioso. “Lamentamos que mesmo na região sudoeste Paraná a Revolta dos Colonos não seja tão conhecida como deveria”, disse.
> A revolta foi um movimento de pequenos agricultores do sudoeste do Paraná, imigrantes de origem européia e seus descendentes, que lutaram por terras por meio de um levante iniciado no dia 8 de outubro de 1957. Os eventos levaram à expulsão das empresas agrícolas e garantiu a posse da terra aos proprietários que colonizaram a região[302].

---

[300] Disponível em: <http://www.patobranco.pr.gov.br/noticias.aspx?id=302>. Acesso em: 19 mar. 2008.

[301] Vanessa Fernandes (matéria de responsabilidade do gabinete do deputado Augustinho Zucchi), 05/10/2007. Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/arquivos/geral_noticias_conteudo.php?notoid=9557&grupo=4>. Acesso em: 25 mar. 2008.

[302] Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/internet/jornal/chamadaExterna.html?link=http://www.camara.gov.br/internet/jorna

Em Sessão Solene proposta por Álvaro Dias, os Senadores da República, igualmente, homenagearam a Revolta do Sudoeste de 1957 e a luta dos posseiros e colonos pela posse da terra. Conforme esse senador,

> transcorridos 50 anos, amainadas as paixões e as emoções que envolviam os protagonistas do movimento, ou os que nele pudessem ter algum tipo de interesse, é possível analisar a Revolta de 57 com o desejável distanciamento.
> Tratada com selvageria, com requintes de crueldade, pilhada nos seus direitos adquiridos e até mesmo nos mais elementares, vilipendiada e ludibriada, a região sudoeste do Paraná tomou para si os seus desígnios no desiderato heróico em 1957. Há meio século, a violência tornou-se incontornável, para fazer frente a poderosos interesses econômicos, os quais, sob o manto da proteção oficial, resolveram negar a posse da terra a milhares de colonos posseiros em áreas devolutas. Vale registrar que o apelo à violência não partiu dos colonos, mas dos grupos econômicos infiltrados em todos os níveis da estrutura pública estadual.
> O ressentimento represado durante muito tempo pelos colonos explodiu em toda a sua fúria libertária. O levante galvanizou o sentimento de revolta reinante entre os agricultores de inúmeras localidades do sudoeste. Contingentes de homens munidos de espingarda a armas rudimentares afluíram à cidade de Francisco Beltrão. Os insurgentes, movidos pelo sentimento comum de espoliação, ocuparam a cidade para expulsar as Companhias Colonizadoras[303].

Com discurso ardoroso, o senador Renan Calheiros também se manifestou a respeito dos acontecimentos de 1957:

> Na história das sociedades, todos sabemos, há momentos muito especiais. São situações, Senador Alvaro Dias, em que as pessoas chegam ao limite extremo de sua capacidade de aceitação da injustiça que fere, da brutalidade, da violência física e moral e da opressão que asfixia e que dilacera a própria dignidade humana. É nesses momentos que alguns se agigantam. Revelam a fibra dos que se recusam a ser tangidos pelo ferrão do opressor. Desvelam a força, até então contida, dos que não se sujeitam à exploração e reagem à própria banalização do mal. Tais protagonistas encontram, em si, forças inimagináveis, por se sentirem revestidos da sincera convicção de combater um combate justo, uma luta justa. São homens e mulheres dispostos a tudo pela vitória de um ideal sustentado pelo princípio mais elementar: justiça. Esses homens e mulheres nutrem-se do juramento íntimo de jamais se deixarem apequenar. São homens e mulheres que sabem, de um saber

---

lcamara/lista.asp?texMateria1=sudoeste&nomOperacao1=AND&texMateria2=paranÃ¡&nomOperacao2=&texMateria3=>. Acesso em: 25 mar. 2008.

[303] Discurso do Senador Álvaro Dias, pronunciado em 02/10/2007 no Senado Federal. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/Pronunciamento/detTexto.asp?t=370358> Acesso em: 25 mar. 2008.

> duramente vivido, que não há sentido para a vida quando se perde a honra, a identidade e o sonho.
> Foi um momento assim que o sudoeste do Paraná vivenciou em outubro de 1957. Foram homens e mulheres convictos e resolutos que ousaram enfrentar a prepotência e a arrogância. A luta pela terra que conquistaram permitiu-lhes ganhar honradamente o pão com que alimentariam seus filhos. Exaustos pelo confronto contra os que insistiam em lhes subtrair a terra sagrada para a qual foram atraídos, gritaram o basta definitivo contra os desmandos e os difusos interesses que se opunham aos seus interesses mais sagrados e legítimos. Reagiram à violência com as mesmas armas que contra eles se levantaram. Campo e cidade se irmanaram na luta. Aqueles colonos foram vítimas da cobiça desenfreada de uns poucos empresários, travestidos de colonizadores. Esses empresários fizeram uso de toda sorte de pressão, multiplicaram as ameaças, espalharam o terror e, como se não bastasse tudo isso, levaram a violência ao extremo inaceitável do assassinato e até do estupro. Os colonos reagiram contra a barbárie instalada[304].

Do mesmo modo, o Senador Flávio Arns discursou a respeito do cinquentenário da Revolta dos Posseiros:

> Hoje, o Senado Federal presta sua homenagem a um episódio que marcou a história recente do Estado do Paraná. Estamos aqui reunidos, como já foi dito pelo Senador Renan Calheiros e pelo Senador Alvaro Dias, para lembrar e enaltecer a luta de homens e mulheres que, unidos, reagiram contra a opressão e a violência e fizeram uma revolução verdadeira no sudoeste do Paraná. A Revolta dos Posseiros, que está completando 50 anos neste mês de outubro, simboliza a luta pelo direito à terra, a vitória dos mais fracos, a bravura de um povo que não aceitou a injustiça e a violência que sofria.
> (...) Alguns dos personagens que fizeram parte dessa história merecem nosso reconhecimento. Jácomo Trento, Vergílio Pedro Carbonera, Ivo Tomazzoni, entre outros de igual relevância, são exemplos de grande bravura e de senso de justiça, que, diante da conivência das autoridades constituídas com as atitudes das companhias, buscaram com seus pares a força para interromper aquele ciclo de horror. Com a coragem e a determinação comum aos guerreiros, os colonos formaram um movimento legítimo, com o objetivo de expulsar da região as colonizadoras que tanto mal estavam causando àquela gente.
> A população, munida de enxadas, de foices, de facões, e estimulada pelo rádio, partiu para a luta por suas terras. Destituíram autoridades, expulsaram as empresas colonizadoras e recuperaram a tranquilidade de antes. Na história do Brasil, nunca houve outro exemplo de revolução popular vitoriosa como esse. Os historiadores ressaltam que a Revolta dos Posseiros foi o primeiro e único episódio de nossa história em que os camponeses que se insurgiram contra seus colonizadores foram vitoriosos[305].

---

[304] Discurso do Senador Renan Calheiros, pronunciado em 02/10/2007 no Senado Federal. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/Pronunciamento/detTexto.asp?t=370359> Acesso em: 25 mar. 2008.

[305] Discurso do Senador Flávio Arns, pronunciado em 02/10/2007 no Senado Federal. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/Pronunciamento/detTexto.asp?t=370360> Acesso em: 25 mar. 2008.

Percebemos, através desses discursos, que a Revolta dos Posseiros se tornou um símbolo histórico para a toda a região sudoeste do Paraná. O fato de ser considerado um conflito por terras vitorioso do Brasil, faz com que a Revolta seja motivo de orgulho e de destaque para os moradores do local. Entretanto, esse passado, conforme é narrado e homenageado, não sugere versões contrárias nem admite fracassos: a forma como esses discursos são alocados parece demonstrar que o que se passou no sudoeste foi uma luta entre mocinhos e bandidos, onde os camponeses, sempre tidos como inferiores, contrariaram as regras, e conseguiram vencer o conflito. Contudo, um olhar mais crítico à história da Revolta dos posseiros, levando em consideração as diferentes versões sobre o evento, especialmente as memórias individuais, nos indica que muito do que foi narrado a respeito do levante constituiu-se em construções discursais mal amparadas historicamente. Em 1957 essa versão servia para a oposição política, hoje serve à identidade cultural do sudoeste, que vê na Revolta dos Posseiros o símbolo fundador e edificador da população sudoestina.

É a memória a responsável pela manutenção dessa história. Apesar de se basear em processos realmente vividos, à memória cabe o esquecimento ou a lembrança. A seleção da memória coletiva permite à comunidade relembrar o que considera importante e esquecer o que lhes constrange. Assim, as comemorações do cinquentenário da Revolta dos posseiros é, para a população local, uma forma de exaltar seus valores e ações, impedindo o esquecimento de uma luta que tanto marcou sua formação histórica e sua identidade. Nesse sentido, são ilustrativos os dizeres de Helenice Rodrigues da Silva que, seguindo Paul Ricoeur, assim afirma:

> Na opinião de Paul Ricoeur, essa manipulação da memória, ou seja, a utilização deliberada do esquecimento, se opera através do caráter seletivo da própria memória. “É, então, pela seleção da lembrança, que passa essencialmente a instrumentalização da memória”
> A esse propósito, as comemorações nacionais oferecem exemplos pertinentes, uma vez que elas são objeto de interesses em jogo (políticos, ideológicos, éticos, etc.). O uso perverso da seleção da memória coletiva encontra-se, portanto, nesse processo de "rememoração" social, cuja função é justamente a de impedir o próprio esquecimento. Apagam-se da lembrança as situações constrangedoras [...], e privilegiam-se os mitos fundadores e as utopias nacionais (...). Ora, essa seleção da memória coletiva é comum em todas as comemorações de uma data nacional. As utilizações sociais da memória são visíveis nesse fenômeno das comemorações que, em todas as partes do mundo, vêm se impondo como um ritual nacional. Consagrando o universalismo dos valores de uma comunidade, as comemorações buscam, nessa "rememoração" de acontecimentos passados, significações diversas para uso do presente.

> Comemorar significa, então, reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento considerado como ato fundador, a sacralização dos grandes valores e ideais de uma comunidade constituindo-se no objetivo principal[306].

Apesar de a autora referir-se à características das memórias nacionais, sua afirmativa elucida bem questão do sudoeste: a Revolta dos Posseiros é tida hoje pela população local como um grande símbolo de sua identidade cultural, que merece ser lembrado e divulgado. Selecionada pela memória coletiva, essa história não reconhece rivalidades políticas nem brigas pessoais e violência entre posseiros. Encarregada de relembrar o que é importante para a exaltação da história local, essa memória rememora apenas o fato de a população simples ter reagido e lutado contra a ação das companhias colonizadoras e, nesse processo, ter conseguido êxito. Assim, rememorando e comemorando a Revolta dos Posseiros, a memória coletiva impede o próprio esquecimento e permite que as novas gerações conheçam o passado de luta e conquista de seus ascendentes.

Marcando o cinquentenário da Revolta dos posseiros, o ano de 2007 foi de grande comemoração no sudoeste paranaense. A grande maioria das cidades da região engajou-se na rememoração dos acontecimentos de 1957. Mais do que o conflito, o êxito foi lembrado através de palestras, apresentações teatrais, banners, construção de monumentos alusivos à revolta, homenagens a contemporâneos, enfim, uma gama de eventos que trazem ao presente, por meio da memória, os acontecimentos relevantes para a história e identidade regional.

Apesar de ser considerado um conflito regional, é interessante notar que cada cidade rememora a Revolta dos posseiros a partir dos fatos importantes para cada uma. Assim, a data comemorativa do cinquentenário do levante é celebrada no dia 09 de outubro em Pato Branco, no dia 10 em Francisco Beltrão, no dia 12 em Santo Antonio e dia 13 em Dois Vizinhos, ou seja, o dia oficial das comemorações não é o mesmo em toda a região, mas é celebrado conforme o auge dos acontecimentos para cada cidade. Apesar desse dia específico, as festividades do cinquentenário da Revolta não ficaram restritas apenas ao mês de outubro, mas envolveram grande parte do segundo semestre do ano de 2007.

Na cidade de Realeza foi realizada, no mês de julho de 2007, uma exposição itinerante sobre o Cinquentenário da Revolta dos Posseiros, no hall da Casa da Cultura Professor Antônio Baccin. “O material foi produzido pela Secretaria de Cultura de Pato Branco em formato de banners no tamanho 1,14 x 1,65 com fotos e textos históricos organizados através

---

[306] SILVA, Helenice Rodrigues da. “‘Rememoração’/comemoração: as utilizações sociais da memória”. In: Revista Brasileira de História, V. 22, N. 24, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200008>. Acesso em: 26 mar. 2008.

de um levantamento na 14ª Regional de Cultura que se realizou em 2006". A intenção do evento foi possibilitar uma ampla visão da história regional, "período onde a bala e a violência mandavam na região e foram vencidas pela união, amor e dignidade de nossas famílias[307].

Em Marmeleiro, o Departamento de Educação, através da divisão de Cultura da cidade, realizou um chamamento para tentar localizar todos os pioneiros do município que tenham participado da "Revolta dos Posseiros em 1957". O objetivo desta ação foi "resgatar a história, ouvindo os depoimentos, identificando estas pessoas, que fizeram parte deste que foi um dos momentos mais importantes da história da região Sudoeste"[308]. Além disso, eles também foram homenageados, recebendo troféus por terem participado da "Revolta dos posseiros de 1957 no sudoeste" [309].

Os moradores do Salto do Lontra puderam assistir à peças de teatro e visitar a exposição de banners sobre a Revolta. A iniciativa partiu da Secretaria de Educação, que teve como finalidade de "proporcionar aos estudantes um pouco da história da Região Sudoeste, e aos adultos o oportunidade de relembrar"[310].

Em Capanema também foram apresentadas peças teatrais sobre os acontecimentos de 1957. "Os alunos da rede pública de ensino do município foram dispensados para assistir à peça, já que esta retrata a própria história dos seus antepassados, demonstrando assim a importância de se preservar o passado de lutas para valorizar a liberdade atual. A população também não deixou de comparecer à Casa de Cultura para conhecer um pouco mais sobre a Revolta" [311]. Na 10ª Feira do Livro de Capanema, que aconteceu entre os dias 18 a 21 de junho de 2007, também foi realizada uma "homenagem ao cinquentenário da Revolta dos Posseiros, homenageando os colonizadores do município"[312].

As escolas de Renascença, Marmeleiro, Salto do Lontra, Verê, Salgado Filho realizaram vários trabalhos enfatizando a questão de terras e a Revolta dos posseiros do Sudoeste de 1957. Houve palestras de participantes do conflito, trabalhos literários e o resgate histórico realizado pelos próprios alunos com suas famílias. Em Francisco Beltrão

[307] Jornal Aqui Sudoeste, 04/07/2007.
[308] Jornal Aqui Sudoeste, 18/07/2007.
[309] Jornal Aqui Sudoeste, 29/09/2007.
[310] Jornal Aqui Sudoeste, 26/09/2007.
[311] Jornal Aqui Sudoeste, 21/09/2007.
[312] Jornal Aqui Sudoeste, 27/06/2007.

aumentaram-se as procuras por matérias sobre a revolta tanto nas bibliotecas, quanto nas livrarias[313].

Entre os dias 23 e 24 de agosto de 2007, aconteceu, em Francisco Beltrão, no Espaço Arte, um simpósio, destinado aos acadêmicos e professores de História, cujo tema foi o cinquentenário da Revolta dos Posseiros[314]. Um painel sobre a Revolta foi instalado no calçadão da cidade e uma exposição de fotos históricas foi realizada no mesmo local. O conflito também ganhou versão teatral, com texto de Ivo Pegoraro e encenação pela Cia Thésphis, exibida em várias cidades do sudoeste paranaense[315].

No dia 10 de outubro de 2007 houve um grande evento para a comemoração do cinquentenário do conflito em Francisco Beltrão:

> Há exatos 50 anos eclodia um dos poucos conflitos por posse de terras da história do Brasil em que o povo saiu vencedor, após diversos combates contra jagunços de companhias de terras que se instalaram no Sudoeste. Em 10 de outubro de 1957 milhares de posseiros tomaram o centro de Francisco Beltrão para iniciar a disputa final pela conquista da terra, o que nos anos seguintes ficaria conhecido e lembrado como a Revolta ou Levante dos Posseiros. A data foi lembrada por discursos, homenagens e a abertura da exposição de fotos "Revolta dos Posseiros – 50 anos"[316].

Nesse dia, inclusive, foi apresentada a aprovação do projeto de lei, realizada pela câmara dos vereadores, que torna o dia 10 de outubro a data oficial da Revolta dos Posseiros em Francisco Beltrão.

Até concurso de literatura foi realizado em Francisco Beltrão entre os dias 2 de julho e 30 de outubro de 2007 com o tema do Cinquentenário da Revolta dos Posseiros. O concurso teve como alvo "incentivar, valorizar e descobrir novos escritores, bem como divulgar e premiar os melhores escritores participantes do evento". Houve três categorias de participação: a poesia, o conto e a redação. O prêmio foi pago em dinheiro aos três primeiros lugares[317]. Além disso, também foi escolhida, através de concurso, a logomarca para comemorar o quinquagésimo aniversário da Revolta dos Posseiros:

---

[313] Matéria de Rodrigo Accorsi. "História da Revolta está sendo muito pesquisada nas escolas da região". In: Jornal de Beltrão, 10/10/2007.

[314] Matéria de Rodrigo Accorsi. "Simpósio de História Regional do Paraná". In: Jornal de Beltrão, 17/08/2007.

[315] Jornal de Beltrão. "Painel dos Cinquenta Anos e fotos históricas no calçadão", 05/09/2007.

[316] Matéria de Rodrigo Accorsi. "Cinquentenário da Revolta reúne autoridades, pioneiros e estudantes na praça". In: Jornal de Beltrão, 11/10/2007.

[317] Jornal Aqui Sudoeste, 31/07/2007.

FIGURA 2: Logomarca vencedora do concurso em comemoração ao cinquentenário da Revolta dos Posseiros em Francisco Beltrão
Fonte: Jornal Aqui Sudoeste, 31/07/2007.

Em Francisco Beltrão também foram realizadas, através do Departamento de Cultura, apresentações teatrais que, além de contar a história do Sudoeste do Paraná, tiveram como objetivo "divulgar o município e reviver o episódio da "Revolta dos Posseiros", ocorrido no ano de 1957"[318]. Até mesmo as comemorações da Semana da Pátria de 2007 tiveram como tema o Cinquentenário da Revolta dos Posseiros[319].

Além disso, uma exposição histórica e fotográfica, com o objetivo de preservar a memória da Revolta dos Posseiros, foi apresentada no Calçadão Central de Francisco Beltrão. "As fotos em painéis retratam os principais momentos da Revolta, assim como aspectos da povoação da região e de sua economia"[320].

[318] Jornal Aqui Sudoeste, 01/08/2007.
[319] Jornal Aqui Sudoeste, 13/07/2007.
[320] Jornal Aqui Sudoeste, 13/10/2007.

A memória histórica em Francisco Beltrão se manifesta, claramente, através da construção de monumentos: há um referente à Cango, outro ao Getsop e, em 1º de dezembro de 2007, foi inaugurado o monumento de comemoração ao cinquentenário da Revolta dos Posseiros "para celebrar a história de luta e coragem dos pioneiros colonizadores"[321]. Numa das faces, tal monumento "reproduz o momento em que os posseiros de Francisco Beltrão foram às ruas para protestar em favor dos títulos de propriedades de suas terras. A outra face representa a valorização dos pinheiros de nossa região. O painel tem mais de oito metros de altura e pesa, aproximadamente, cinco mil quilos":

FIGURA 3: Monumento em comemoração ao cinquentenário da Revolta dos Posseiros (Francisco Beltrão).
Fonte: Jornal de Beltrão, 06/12/2007.

Em Pato Branco, assim como em Francisco Beltrão, também foi construído um monumento para lembrar o quinquagésimo aniversário da Revolta dos Posseiros. Tal obra, inaugurada no dia 09 de outubro de 2007, consiste em um colono, sobre um tronco segurando uma foice e uma arma. "A decisão por fazer a pessoa segurando uma foice é para lembrar a agricultura, e a arma é devido à batalha. O fato de estar em cima de um troco representa a vitória":

[321] Jornal de Beltrão. "Revolta dos posseiros, 3º monumento histórico", 06/12/2007.

FIGURA 4: Monumento em comemoração à Revolta dos Posseiros (Pato Branco)
Fonte: <http://www.portalpatobranco.com.br/index.php?option=com_wrapper&Itemid=8> 10/10/2007. Acesso em 19 mar. 2008..

A comemoração também foi realizada através de missa, homenagens e cavalgada em Pato Branco. Reunidos na Praça Presidente Vargas dessa cidade, "a emoção era visível na face daqueles homens e mulheres que tiveram suas famílias ou amigos em situação de perigo, na época"[322]. Além disso, a data foi celebrada pela maçonaria patobranquense, que homenageou os remanescente de 1957 por meio de uma "Sessão Magna Comemorativa do Cinquentenário da Revolta dos Colonos"[323].

Na cidade de Dois Vizinhos também foi construído um monumento alusivo à Revolta dos posseiros, em comemoração "ao cinquentenário do levante histórico que é o único vitorioso no Brasil em favor dos colonos e é um marco simbólico para o Paraná"[324]. O monumento representa "a família, que foi parte fundamental na vitória da Revolta que ficou

[322] Cristina Vargas. "Cavaleiros unem-se à população para prestigiar 50 anos da Revolta". Disponível em: < http://www.portalpatobranco.com.br/index.php?option=com_wrapper&Itemid=8>, 09/10/2007. Acesso em: 19 mar. 2008.

[323] Daiana Pasquim. "Maçonaria homenageia remanescentes". Disponível em: <http://www.portalpatobranco.com.br/index.php?option=com_wrapper&Itemid=8>, 06/10/2007 Acesso em: 19 mar. 2008.

[324] Assessoria de Imprensa da Administração Municipal de Dois Vizinhos. "Emoção na Inauguração do monumento alusivo À Revolta dos Posseiros". Disponível em: <http://www.doisvizinhos.pr.gov.br>, 29/11/2007. Acesso em: 19 mar. 2008.

conhecida em todo o Brasil pela vitória dos colonos"[325]. Na mesma ocasião, houve várias apresentações culturais, semana literária, homenagens, cavalgada, fanfarra e apresentações musicais, todas rememorando a revolta de 1957:

FIGURA 5: Monumento em Comemoração à Revolta dos Posseiros (Dois Vizinhos).
Fonte: <http://www.portaldoisvizinhos.com.br/>**,** 29/11/2007. Acesso em 19 mar. 2008.

É visível, através dessas comemorações, que a Revolta dos posseiros de 1957 representa, hoje, para a sociedade sudoestiana, o marco simbólico e histórico da própria constituição da identidade regional, que demonstra um povo viril e vencedor que conseguiu, por meio da luta, permanecer na terra que habitavam e criar, ali, seus filhos. Além das ênfases dos jornais locais, das comemorações realizadas na Câmara, no Senado e nas cidades que compõem a região, o cinquentenário da revolta dos sudoeste alcançou destaque especial em um programa de televisão, a editoração de um livro em Francisco Beltrão e uma revista comemorativa em Pato Branco.

Em 14 de outubro de 2007, no quadro "Casos e Causos" do programa "Revista RPC" exibido aos domingos pela Rede Paranaense de Comunicação, o repórter Fernando Parracho apresentou um documentário intitulado "A Revolta dos Posseiros", onde enfatizou a questão da disputa pela posse da terra em 1957 e a consequente reação armada pelos posseiros. O programa foi exibido em função do cinquentenário do conflito e, conforme os demais tipos de

[325] Assessoria de Imprensa da Administração Municipal de Dois Vizinhos. "Homenagens da Revolta dos Posseiros iniciam em Dois Vizinhos". Disponível em: <http://www.doisvizinhos.pr.gov.br>, 27/09/2007 Acesso em: 19 mar. 2008.

comemoração, também apresentou a memória selecionada que privilegia os fatos heróicos da Revolta. Nas palavras de Fernando Parracho,

> Jagunços, tocaias, tiros, mortes... O povo se une para dizer não à violência e à injustiça e dá início ao movimento popular que iria ser lembrado muito tempo depois [...].
> Em 09 de outubro de 1957 posseiros foram para as ruas de Pato Branco, tomaram a cidade, formaram patrulhas para controlar a prefeitura, a delegacia, o banco. O levante traduzia o sentimento de revolta contra as colonizadoras, o desejo de ver respeitado o direito à propriedade da terra. A foto eternizou o gesto que define aquele momento: depois de invadir os escritórios das colonizadoras posseiros rasgaram contratos e notas promissórias que muitos, sob ameaças de pistoleiros, foram obrigados a assinar.
> Em 10 de outubro de 1957, um dia depois da manifestação em Pato Branco, os colonos também se mobilizaram aqui em Francisco Beltrão. Na praça central seis mil posseiros se reuniram e passaram a controlar a cidade, um dia que entrou para a história como a Revolta dos Colonos.
> Facões e revolveres em punho eram a demonstração da força e união, a praça ficou lotada, todos se espremiam no espaço entre a igreja e o prédio de madeira onde funcionava a rádio.[326]

A apresentação deste programa foi muito útil à memória sobre a revolta do sudoeste de 1957 por transmitir, a nível estadual, a história do conflito pela posse da terra que teve, diferentemente de outras disputas por terra no Brasil, um desfecho favorável aos posseiros. Apesar de corroborar para o conhecimento dessa história em outras regiões do Estado do Paraná, a base histórica para as afirmações apresentadas foi fornecida pela historiografia, única existente sobre o tema, que tende a favorecer apenas uma versão sobre a revolta, qual seja, uma história onde somente as vitórias são destacadas.

Contudo, essa característica é marcante em todas as formas de rememoração da Revolta. Na Universidade Paranaense (Unipar) de Francisco Beltrão, o curso de História, através de seus alunos e professores, realizou diversas atividades de pesquisa acerca do Cinquentenário da Revolta dos posseiros. Deste trabalho foi produzido um livro "Revisitando a História: a revolta dos posseiros de 1957 no Sudoeste do Paraná", organizados pelos professores Carlos Antonio Bonamigo e Claídes Rejane Scheiner. O livro é resultado de uma compilação de diversos olhares e abordagens sobre o conflito de 1957. Apesar de ser um trabalho histórico, realizado por profissionais e futuros profissionais da área, a obra acaba por destacar, também, o caráter estritamente heróico da revolta, típico dos eventos em

[326] Fernando Parracho. Programa Revista RPC, exibido em 14/10/2007.

comemoração ao acontecimento. Conforme o professor Carlos Antonio Bonamigo, na apresentação do livro,

> 1957-2007 – Cinquentenário da Revolta dos Posseiros no Sudoeste do Paraná. Lembranças, dores, mortes, coragem, desprendimentos, lutas... Uma experiência histórica profunda, que apesar dos relatos, das manchetes, dos escritos, das noticias, das publicações, ainda carrega segredos, que somente o tempo histórico será capaz de desvendá-los um pouco mais. Uma experiência, uma ação social vitoriosa, exemplar para muitas gerações. Aqueles e aquelas que viveram intensamente aquele período, sujeitos de seu tempo, merecem não apenas serem lembrados, mas devidamente homenageados. Uma homenagem que seja ao menos proporcional ao feito: terem sido capazes de transformar a própria história no tempo e no espaço de sua vidas. A nós, a quem aquele passado não pertenceu, ainda resta o presente e, talvez, o futuro para realizações que sirvam de homenagem aos que corajosamente construíram aquele momento especial[327].

O livro oriundo das pesquisas de professores e alunos da Unipar de Francisco Beltrão também oferece, portanto, as mesmas características apresentadas nos demais eventos de comemoração ao cinquentenário da revolta: os fatos rememorados são apenas os que destacam o povo do sudoeste, especificamente os posseiros, como heróis vitoriosos que conquistaram o sudoeste. A valorização da História regional é necessária e deve ser conhecida por todos, mas, a unilateralidade da versão narrada impede que outras visões sejam dignas da história.

O mesmo acontece com o material de comemoração ao cinquentenário do conflito "50 anos Revolta dos posseiros 1957-2007: resgatar o passado de lutas para valorizar a liberdade do presente", publicado em Pato Branco. Tal trabalho, através do resgate histórico de Sittilo Voltolini, apresenta as questões que levaram à luta pela posse da terra no sudoeste paranaense, a reação dos colonos e posseiros, as principais lideranças e a atuação do GETSOP, responsável pela titulação das terras da região. Contudo, a história apresentada não sugere nada de novo em relação às análises já existentes sobre o conflito. Como parte da memória que busca apenas os fatos relevantes para a história regional, esse trabalho também apresenta somente as vitórias dos posseiros, "uma história de luta, de sofrimento e heroísmo

[327] BONAMIGO, Carlos Antonio; SCHNEIDER, Claídes Rejane (orgs). A revolta dos posseiros de 1957 no sudoeste do Paraná. Francisco Beltrão: Grafisul, 2007, p. 07.

que produziu um fenômeno raro na história do Brasil: Trata-se do único levante armado de colonos que foi vitorioso"[328].

A Revolta dos Posseiros de 1957, acontecimento digno de destaque para a região sudoeste do Paraná, foi utilizada pela memória coletiva como um símbolo histórico fundamental para construção da identidade regional. Para perpetuar essa história, a memória local incumbiu-se de selecionar os fatos relevantes do seu ponto de vista, destacando, a cada evento comemorativo à Revolta, apenas o que eleva e heroifica os posseiros, valentes vencedores na luta pela terra litigiosa da região. De fato, conforme Le Goff[329], "o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores"[330].

Le Goff afirma que a memória produz dois tipos de materiais: os *monumentos* e os *documentos*. O primeiro tipo indica "tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação", enquanto o segundo "afirma-se essencialmente como um testemunho escrito" e, por isso, é apresentado como "fundamento do fato histórico" [331]. Nesse sentido, a história tenderia a valorizar o documento, por expressar a "verdade", e a subjugar os monumentos, por indicar algo intencional, criado a partir de recordações. Para Le Goff, contudo, não importa se a fonte histórica seja documento ou monumento: ela deve ser tratada através de uma análise crítica, pois qualquer documento, assim como o monumento, é resultado de uma manipulação de quem o produziu:

> A concepção do documento/monumento é, pois, independente da revolução documental e entre os seus objetivos está o de evitar que esta revolução necessária se transforme num derivativo e desvie o historiador do seu dever principal: a crítica do documento – qualquer que ele seja – enquanto monumento. O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa[332].

---

[328] SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE ELAZER/ PREFEITURA DE PATO BRANCO. 50 anos Revolta dos posseiros: resgatar o passado de lutas, para valorizar a liberdade do presente. 2007.

[329] LE GOFF, Op. Cit.

[330] LE GOFF, Op. Cit. p. 535.

[331] LE GOFF, Op. Cit. p. 535, 536.

[332] LE GOFF, Op. Cit. p. 454.

Nesse sentido, observamos que a Revolta dos posseiros foi tratada a todo tempo, tanto nos trabalhos históricos já existentes, como nos atuais produzidos em comemoração ao cinquentenário do evento, como documento, já que a versão utilizada para a narração do conflito foi aceita como verdade absoluta sendo repetida e rememorada como se não houvesse outras vozes ou fatos que também são dignos de sua utilização pela história. Porém, é preciso que esses documentos sejam questionados e transferidos do campo da memória para o da história.

Partindo das considerações de Le Goff, faz-se necessário transformar a Revolta dos Posseiros, conforme é tratada pela historiografia e eventos comemorativos, em um documento/monumento: como a história do conflito é um esforço da sociedade sudoestiana para impor ao futuro uma determinada imagem de si própria, é indispensável que se desmonte esse documento/monumento e o analise enquanto uma construção:

> O medievalista (e, poder-se-ia acrescentar, o historiador) que procura uma história total deve repensar a própria noção de documento. A intervenção do historiador que escolhe o documento, extraindo-o do conjunto dos dados do passado, preferindo-o a outros, atribuindo-lhe um valor de testemunho que, pelo menos em parte, depende da sua própria posição na sociedade da sua época e da sua organização mental, insere-se numa situação inicial que é ainda menos "neutra" do que a sua intervenção. O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhes o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. Os medievalistas, que tanto trabalharam para construir uma crítica – sempre útil, decerto – do falso, devem superar esta problemática porque qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro – incluindo, e talvez sobretudo, os falsos – e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos[333].

Assim, para além das versões dadas sobre a Revolta dos Posseiros, é importante que os acontecimentos de 1957 sejam vistos a partir de uma perspectiva mais ampla: ao invés de adotarmos a história tradicional como verdade absoluta ela deve ser analisada, antes de tudo,

[333] LE GOFF, Op. Cit. p. 547-548.

como um documento/monumento, no sentido de que é resultado de uma escolha e de uma visão acerca do conflito ocorrido há cinquenta anos no sudoeste paranaense. Se não rompermos com essa forma de apreciação histórica, a Revolta dos Posseiros vai continuar a ser mantida no campo unicamente da memória e, dificilmente será transferida ao campo ciência histórica, analisada em suas diferentes versões. Não estamos subtraindo o papel da memória para a História, mas, conforme Le Goff, à História cabe o esclarecimento da memória, algo fundamental para nos aproximarmos das contradições e experiências realmente vividas durante 1957.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Revolta dos posseiros é, sem dúvida alguma, um acontecimento que merece muito destaque pela História, até porque, no Brasil, a história de conflitos camponeses fica relegada a um segundo plano. O fato de os posseiros do sudoeste terem manifestado sua consciência de classe, unindo forças para a resistência armada contra a atuação das companhias de terra, realmente é algo relevante, pois a historiografia, tende, em sua maioria, a atribuir ao camponês apenas o papel de submisso e subalterno. No sudoeste paranaense os posseiros demonstraram que, frente à violência das companhias e à indiferença das autoridades na questão litigiosa das terras da região, são capazes de lutar, mostrando-se, dessa forma, dignos da cena histórica e política.

Contudo, em relação a essa história de sucessos, observamos que a Revolta dos Posseiros, tanto na época em que ocorreu como hoje, é tratada a partir de diferentes versões, de acordo com os interesses sócio-políticos de cada sujeito ou grupo envolvido no conflito. Em 1957, os jornais que narraram os acontecimentos apresentavam sua versão de forma a criticar ou a defender o governo estadual. Os jornais de oposição (O Estado do Paraná e Tribuna do Paraná) tendiam a ver os posseiros como vítimas da ação de Lupion e das companhias colonizadoras, enquanto os da situação (Gazeta do Povo, O Dia) defendiam o governador, a ação das empresas e apontavam os posseiros como marionetes da oposição.

Essas versões transmitidas pelos jornais eram reflexos da disputa política entre PSD, PTB e UDN e seus respectivos políticos. A proximidade das eleições de 1958 e a divulgação que o conflito alcançou foram aspectos fundamentais para que a Revolta fosse apropriada nos debates políticos. No campo político, conforme Bourdieu, a busca por poderes e privilégios faz com que grupos concorrentes lutem. Para alcançar seus objetivos esses grupos necessitam de aceitação social a fim de exercerem a representação política. Nesse sentido, a revolta dos posseiros passou a ser utilizada como estratégia na agremiação partidária: a resolução do impasse existente na questão da posse da terra no sudoeste possibilitaria ampla representação política aos que demonstrassem apoio à causa dos posseiros. Isso, a nosso ver, despertou o interesse político manifestado ao conflito, fazendo com que ele fosse o tema preferido nos discursos pronunciados na Câmara e no Senado durante 1957.

Aprimorando essas versões contemporâneas, a memória coletiva, hoje, destaca os aspectos interessantes para a exaltação da população do sudoeste paranaense. Essa memória não recorda conflitos, não visualiza crimes, apenas tende a destacar o fato de os posseiros do sudoeste terem conquistado a posse da terra na região através da luta armada. A versão que na

época manifestava oposição ao governador foi aperfeiçoada pela memória: se ontem os posseiros eram vistos como “pobres despossuídos” ou “coitadinhos”, hoje eles são tratados como heróis. Se ontem a questão política foi algo fundamental, hoje ela quase não é destacada. Porém, fala-se em milhares de posseiros que lutaram contra as companhias, mas dificilmente visualizamos essas pessoas na história que é praticada.

Relacionando as diferentes versões, percebemos que muito do que foi e é tratado não correspondem às evidências históricas: os políticos, jornais de oposição e parte da historiografia que trata os fatos do sudoeste minuciosamente, divulgaram muitos atos violentos, como estupros e assassinatos, que não possuem fontes históricas suficientes para serem comprovados. A apropriação política do acontecimento em 1957 fez com que se tratassem os fatos com sensacionalismos, a fim de convencer e sensibilizar a opinião pública para as estratégias políticas. Infelizmente, essa história foi mantida como verdade e até hoje é divulgada.

A memória que hoje é manifestada também não encontra total respaldo nas falas das pessoas comuns que viveram o conflito: essa memória apresenta a Revolta como um sentimento unânime em todo o sudoeste, enquanto observamos que muitos contemporâneos não vêem a revolta como algo tão especial, muitos não entendem nem o porquê de sua deflagração. Outros certificam a violência, não porque a experimentaram, mas porque ouviram dizer que outros sofreram.

Algo que foi comum em muitas memórias contemporâneas, e que não é tão rememorado, são a tensão e o medo que, principalmente, as mulheres conheceram durante os meses finais de 1957. Com os maridos ou refugiados ou na revolta, uma grande parte das mulheres do sudoeste experimentaram momentos de muita insegurança. Algo valioso a se destacar é o fato de que, ao menos em parte, esse medo foi fruto do sensacionalismo divulgado por toda a região e repassado de pessoa para pessoa.

Outra coisa relevante observada na análise das diferentes versões é que, hoje, há muita exposição de que foi a revolta dos posseiros que levou à titulação das terras na região sudoeste e pôs fim ao prolongado impasse litigioso ali existente. Claro que se os estes posseiros não tivessem se disposto à luta, alcançando a cena pública, dificilmente a questão seria tratada nas esferas do poder. Contudo, o interesse imediato dessas pessoas era acabar com o símbolo da presença das companhias na região, que eram o funcionamento dos escritórios, a ação dos jagunços e os contratos que muitos assinaram. A partir do momento que viram que as companhias não mais lhe incomodariam, não havia mais motivo para continuarem o conflito. Talvez isso explique o fato de a Revolta dos Posseiros não ter

evidenciado derramamento de sangue. A resolução final do conflito precisou passar pelo crivo do poder: a continuação do debate acerca da revolta na Câmara e no Senado é que possibilitou a desapropriação das terras do sudoeste, a criação da GETSOP em 1962 e a consequente titulação da grande maioria dos lotes da região.

Somente analisando a revolta dos posseiros enquanto monumento, no sentido de que é uma construção realizada pela memória coletiva, é que podemos esclarecer um pouco mais as questões que envolveram o conflito. Como todo fato histórico, 1957 é permeado por versões: enquanto não dialogarmos com as diferentes versões, não seremos capazes de romper com a parcialidade que ainda envolve muitos estudos históricos. No caso da revolta do sudoeste paranaense cabe, sim, a valorização do evento, pois, realmente ele foi fundamental para que se processasse a resolução da questão litigiosa da região. Contudo, devemos estar atentos aos indícios, relações e contradições que aparecem nessas versões para nos aproximarmos o máximo possível da Revolta dos Posseiros. À memória é permitido apresentar, por suas características, os fatos com parcialidade, esquecimentos e juízo de valor. À História não! Sua função é estar comprometida com a verdade.

FONTES

1. Arquivo Público do Paraná. Fundo DOPS.

DEAP. Arquivo DOPS/PR, “Jornal Correio da Manhã”, pasta 1196, top 142.
DEAP. Arquivo DOPS/PR, “Jornal Diário da Tarde”, pasta 1205, top 143.
DEAP. Arquivo DOPS/PR, “Jornal Diário do Paraná”, pasta 1204, top 143.
DEAP. Arquivo DOPS/PR, “Jornal O Cruzeiro”, pasta 1199, top 143.
DEAP. Arquivo DOPS/PR, “Jornal O Dia”, pasta 1200, top 143.
DEAP. Arquivo DOPS/PR, “Jornal O Estado do Paraná”, pasta 1209 A, top 144.
DEAP. Arquivo DOPS/PR, “Jornal O Estado do Paraná”, pasta 1209 B, top 144.
DEAP. Arquivo DOPS/PR, “Jornal Tribuna do Paraná”, pasta 1251, top 147.
DEAP. Arquivo DOPS/PR, “Jornal Tribuna do Povo, pasta 1252, top 147.
DEAP. Arquivo DOPS/PR, “Questões de Terra no Sudoeste”, pasta 1674, top 200.
DEAP. Arquivo DOPS/PR, “Walter Pecóits”, ficha 30.954.
DEAP. Arquivo DOPS/PR, “Walter Pecóits”, pasta 3686, top 491.

2. Senado Federal:

- Discursos do senador Othon Mader. In: ANAIS DO SENADO FEDERAL, Livro V. 1, V. 4 e V. 9, 1957.
Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/anais/asp/PQ_Resultado.asp>. Acesso em: 10 jun. 2008.

- Discursos do senador Gaspar Velloso. In: ANAIS DO SENADO FEDERAL, Livro V. 1, V. 4 e V. 9, 1957.
Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/anais/asp/PQ_Resultado.asp>. Acesso em: 10 jun. 2008.

- Discursos do senador Fernandes Távora. In: ANAIS DO SENADO FEDERAL, Livro V. 9, 1957.
Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/anais/asp/PQ_Resultado.asp>. Acesso em: 10 jun. 2008.

- Discurso do senador Álvaro Dias, pronunciado em 02/10/2007, no Senado Federal. Disponível em:
<http://www.senado.gov.br/sf/atividade/Pronunciamento/detTexto.asp?t=370358> Acesso em: 25 mar. 2008.

- Discurso do senador Renan Calheiros, pronunciado em 02/10/2007, no Senado Federal. Disponível em:
<http://www.senado.gov.br/sf/atividade/Pronunciamento/detTexto.asp?t=370359> Acesso em: 25 mar. 2008.

- Discurso do senador Flávio Arns, pronunciado em 02/10/2007, no Senado Federal. Disponível em:
<http://www.senado.gov.br/sf/atividade/Pronunciamento/detTexto.asp?t=370360> Acesso em: 25 mar. 2008.

3. Jornais

- Gazeta do Povo
- Diário do Paraná
- O Dia
- O Estado do Paraná
- Tribuna do Paraná
- Diário da Tarde
- O Cruzeiro
- Tribuna do Povo
- Jornal do Brasil
- Jornal Aqui Sudoeste
- Jornal de Beltrão

4. Rede Paranaense de Comunicação

- Documentário sobre a Revolta dos Posseiros, apresentado por Fernando Parracho no Programa Revista RPC em 14/10/2007.

5. Portais da Internet

http://www.patobranco.pr.gov.br (Acesso em: 19 mar. 2008)
http://www.alep.pr.gov.br (Acesso em: 25 mar. 2008)
http://www2.camara.gov.br (Acesso em: 25 mar. 2008)
http://www.senado.gov.br (Acesso em:10 jun. 2008)
http://www.scielo.br (Acesso em: 26 mar. 2008)
http://www.jfse.jus.br/obras%20mag/artigoterrasdevdirley.html (Acesso em: 07 jan. 2009)
http://www.aquisudoeste.com.br (Acesso em: 25 mar. 2008)
http://www.jornaldebeltrao.com.br (Acesso em: 13/09/2007)

6. História Oral

Entrevistas realizadas por Ivo Pegoraro com contemporâneos à Revolta dos Posseiros e publicadas no “Jornal de Beltrão”. Disponíveis em: <http:// www.jornaldebeltrao.com.br>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Maria Aparecida de (et al) (org). No coração das trevas: o Deops/SP visto por dentro. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial. 2001.

AQUINO, Maria Aparecida de; MATTOS, Marco Aurélio Vanucchi Leme de; SEWENSSON Jr.; Walter Cruz; LONGHI, Carla Reis. (orgs). O Deops/SP em busca do crime político. Família 50. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Os arquivos da polícia política: reflexos de nossa história contemporânea. Rio de Janeiro: FAPERJ, 1994.

BATTISTI, Elir. "As disputas pela terra no sudoeste do Paraná: os conflitos fundiários dos anos 50 e 80 do século XX. Campo e território: revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, p. 65-91, ago, 2006.

BONAMIGO, Carlos Antonio; SCHNEIDER, Claídes Rejane (orgs). A revolta dos posseiros de 1957 no sudoeste do Paraná. Francisco Beltrão: Grafisul, 2007.

BOURDIEU, Pierre. "A representação política: elementos para uma teoria do campo político". In: O poder simbólico. Rio de Janeiro: Difel, 1989. p. 163-202.

CAPELATO, Maria Helena. "O controle da opinião e os limites da liberdade: imprensa paulista (1920-1945). Revista Brasileira de História , vol. 12, n. 23/24, set. 91/ ago. 92.

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHAUÍ, Marilena. "Política Cultural, Cultura Política e Patrimônio Histórico". In: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. DEPARTAMENTO DO PATRIMÕNIO HISTÓRICO. O Direito à Memória: patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo: DPH, 1992. p. 37-46.

CHAUÍ, Marilena. Conformismo e resistência: aspectos da Cultura Popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COLNAGHI, Maria Cristina. Colonos e poder: a luta pela terra no Sudoeste do Paraná. 1984. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 1984.

COSTA. Adolpho Mariano da. "O DOPS e os trabalhadores". Cadernos da UPT. Curitiba, n.. 1, 1993.

FOWERAKER, Joe. A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FRANÇOIS, Etienne. "Os 'tesouros' da stasi ou a miragem dos arquivos". In. BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (orgs). Passados recompostos: campos e canteiros da história. Ed. da UFRJ/ Ed. da FGV. p. 155-161.

FREITAG, Liliane. “Fronteiras: espaços simbólicos e materialidades”. In: OLINTO, Beatriz Anselmo; MOTTA, Márcia Menendes; Oliveira, Oséias de (orgs.). História Agrária: propriedade e conflito. Guarapuava: Ed. Unicentro, 2008. Disponível em: <http://www.fundacaoaraucaria.org.br/projetos/projetos08-2008/13385_Anais.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2009.

GOMES, Iria Zanoni. 1957: a revolta dos posseiros. 2ed. Curitiba: Criar, 1987.

HOBSBAWM, Eric J. Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz. Trad. Irene Hirsch, Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

IANNI, Octavio. “Revoluções camponesas na América Latina”. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos (org). Revoluções camponesas na América Latina. Campinas: Editora da UNICAMP, 1985. p. 15-45.

JACOMO TRENTO, vulgo Porto Alegre, um dos líderes dos posseiros em 1957. Apud: PEREIRA, Niomar. “Revolta dos posseiros: era chegada a hora de ir para o mato e prender os jagunços”. Aqui Sudoeste. Francisco Beltrão, 23 de Fevereiro de 2007.

KRÜGER, Nivaldo. Sudoeste do Paraná: história de bravura, trabalho e fé. Curitiba: Posigraf, 2004.

KUSHNIR, Beatriz. “Pelo buraco da fechadura: o acesso à informação e às fontes (os arquivos do DOPS – RJ e SP)”. In. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org). Minorias silenciadas: a história da censura no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado/ Fapesp, 2002. p. 553-603.

LAZIER, Hermógenes. Análise histórica da posse de terra no sudoeste paranaense. Curitiba: SECE/BPP, 1986.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. 2ªed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

LOPES, Sérgio. O Território do Iguaçu no contexto na “Marcha para o Oeste”. Cascavel: Edunioste, 2002. p. 73.

MARTINS, José de Souza. “A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira”. In: SHWARCZ, Lília Moritz (org). História da vida privada no Brasil: contrates da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 4, p. 659-726.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

MARTINS, Rubens da Silva. Entre Jagunços e Posseiros. Curitiba: Studio GMP, 1986.

MORAIS, Clodomir Santos de. História das Ligas Camponesas do Brasil. Brasília: Iattermund, 1997.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. “Observações sobre a Análise do Discurso”. In: Terra à vista! Discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990, p.25-37.

PAOLI, Maria Célia. “Memória, História e cidadania: o direito ao passado”. In: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992. p.25-28

PEGORARO, Éverly. Dizeres em confronto: a revolta dos posseiros de 1957 na imprensa paranaense. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.bdtd.ndc.uff.br/tde_arquivos/6/TDE-2008-01-25T142419Z-1224/Publico/Dissert_PEGORARO_Everly.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2008.

PEREIRA, M. G.; FIGUEIREDO, M. B. C.; REZNIK, L. “A Reconstituição do acervo” In: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. DOPS: a lógica da desconfiança. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado da Justiça, Arquivo Público do Estado, 1993, p.22-54.

PIERRE NORA (org). “Les lieux de mémoure”. Gallimard, 1984. p. XIX-XX. APUD: DE DECCA, Edgar Salvadori. “Memória e Cidadania. In. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992. p. 129-136.

PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944: mito e política, luto e senso comum”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs). Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 103-130.

PRIORI, Angelo A. A Revolta Camponesa de Porecatu: a luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo (1942-1952). Tese de Doutorado. São Paulo, Assis, 2000.

PRIORI, Angelo. “Dops: repressão, violência e controle social”. In: Revista da Aduem. Ano 1. Nº 1. Julho/Dezembro, 1998, p.21-23.

REGO, Rubem Murilo Leão. “Tensões sociais na frente de expansão: a luta pela terra no sudoeste do Paraná – 1940-1970”. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos (org). Revoluções camponesas na América Latina. Campinas: Editora da UNICAMP, 1985.

RÉMOND, René. (org). Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SANTOS, Cezar Luiz dos; DIAS, Carlos Gilberto Pereira. “Pedrinho Barbeiro”. In: BONAMIGO, C. A.; SCHNEIDER, C.R. (orgs). Revisitando a História: a revolta dos posseiros de 1957 no sudoeste do Paraná. Francisco Beltrão: Grafisul, 2007.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE ELAZER/ PREFEITURA DE PATO BRANCO. 50 anos Revolta dos posseiros: resgatar o passado de lutas, para valorizar a liberdade do presente.[S.l.:s.n., 2007}.

SILVA, Helenice Rodrigues da. "'Rememoração'/comemoração: as utilizações sociais da memória". In: Revista Brasileira de História, V. 22, N. 24, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200008>. Acesso em: 26 mar. 2008.

SOMBRA, Luiz Henrique. "Departamento Federal de Segurança Pública: ruptura ou permanência?". In: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. DOPS: a lógica da desconfiança. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado da Justiça, Arquivo Público do Estado,1993, p.37-41.

THOMPSON, E. P. "Intervalo: a lógica histórica". In: A miséria da teoria: ou um planetário de erros. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981 p. 47-62.

THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMSON, Alistair. "Recompondo a memória: Questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias". Projeto História, São Paulo, n. 15, abril 1997. p. 51-84.

VOLTOLINI, Sittilo. Retorno 2: Pato Branco na Revolta dos Posseiros de 1957. 2ªed. Pato Branco: FATEX, 2003.

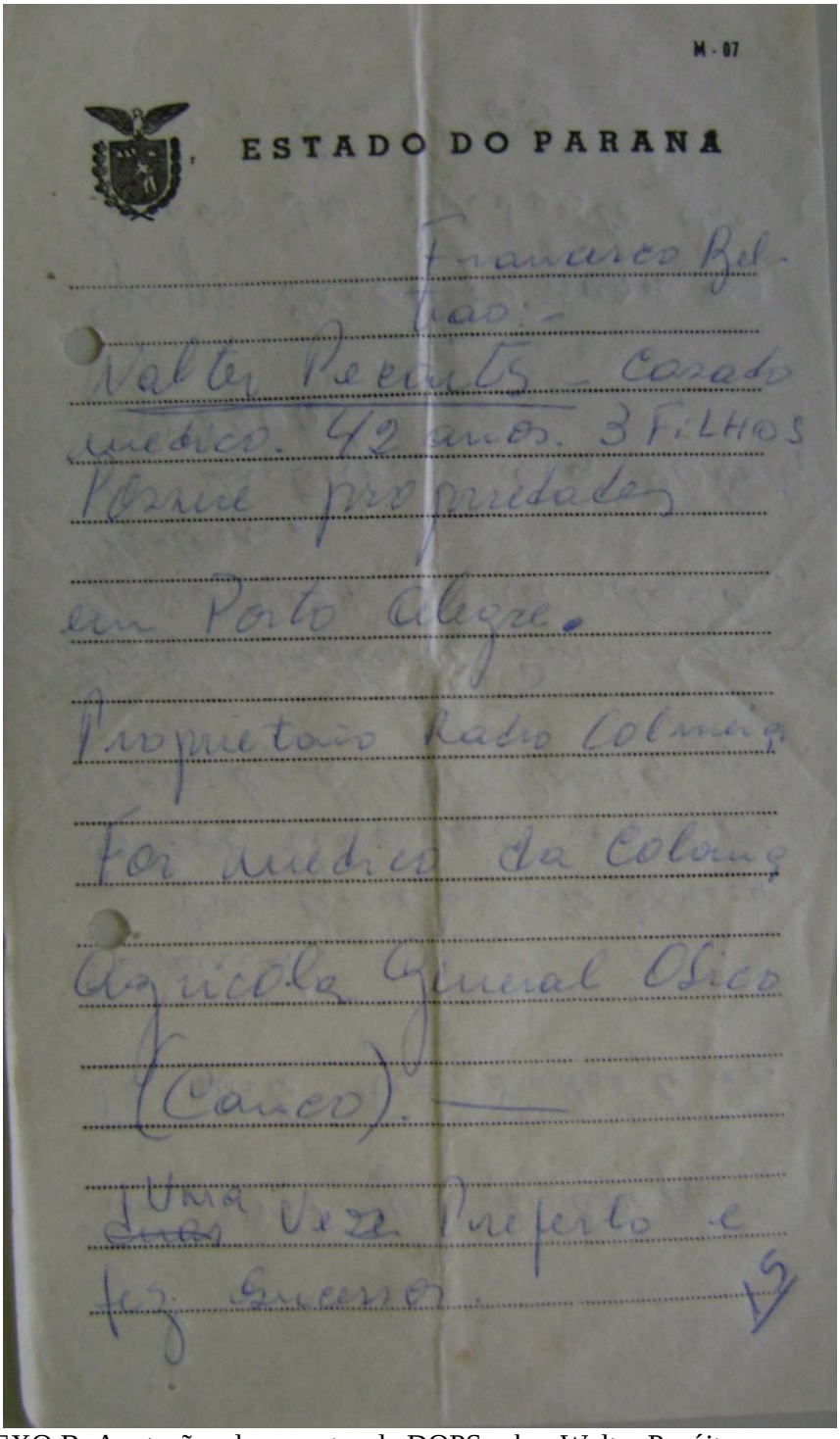
XAVIER, Marilia. "Antecedentes institucionais da polícia política. In: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. DOPS: a lógica da desconfiança. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado da Justiça, Arquivo Público do Estado,1993, p.32-37.

ZANIRATO, Silvia Helena. "Imagens da pobreza urbana na imprensa paulista: o Estado de São Paulo, 1933-1942". In: Diálogos. Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá. V. 3, n.03, 1999. p. 323-340.

WACHOWICZ, Ruy Cristovam. Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.

ANEXOS

ANEXO A: Mapa da Região sudoeste do Paraná. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/fsn-239/fsn-239_01.jpg>. Acesso em: 12 mai. 2009.



M-07

ESTADO DO PARANÁ

Francisco Beltrão:-

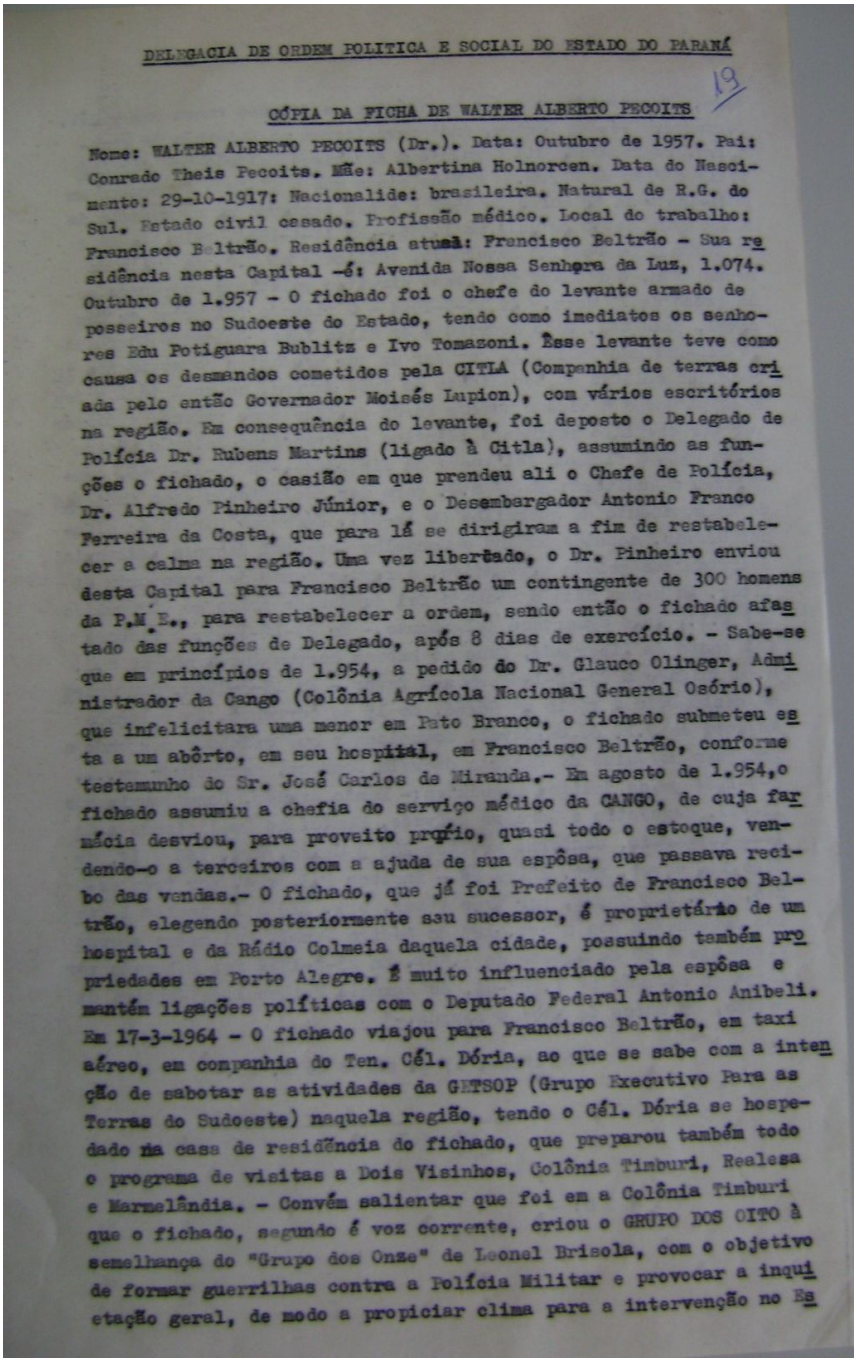
Walter Pecoits - Casado medico. 42 anos. 3 FILHOS Possue propriedades em Porto Alegre.

Proprietario Radio Colonia

Foi medico da Colonia Agricola General Osorio (Canoas).

Uma vez Preso e foi Solto

ANEXO B: Anotações dos agentes da DOPS sobre Walter Pecóits.
Fonte: DEAP, Pasta 3683, top 491“Walter Pecóits”.



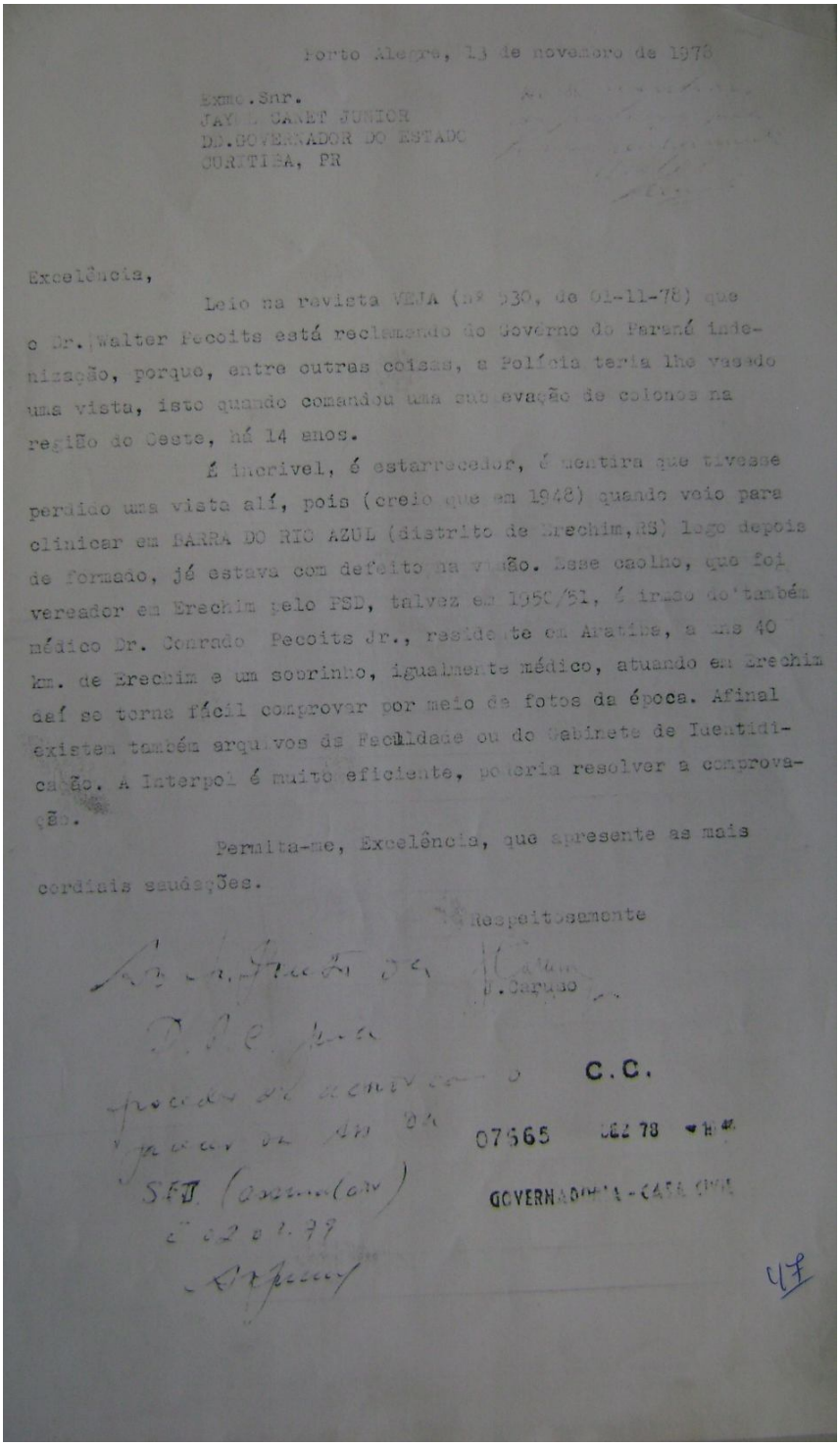
DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL DO ESTADO DO PARANÁ

19

CÓPIA DA FICHA DE WALTER ALBERTO PECOITS

Nome: WALTER ALBERTO PECOITS (Dr.). Data: Outubro de 1957. Pai: Conrado Theis Pecoits. Mãe: Albertina Holnorcen. Data do Nascimento: 29-10-1917: Nacionalide: brasileira. Natural de R.G. do Sul. Estado civil casado. Profissão médico. Local do trabalho: Francisco Beltrão. Residência atual: Francisco Beltrão - Sua residência nesta Capital -é: Avenida Nossa Senhora da Luz, 1.074. Outubro de 1.957 - O fichado foi o chefe do levante armado de posseiros no Sudoeste do Estado, tendo como imediatos os senhores Edu Potiguara Bublitz e Ivo Tomazoni. Esse levante teve como causa os desmandos cometidos pela CITLA (Companhia de terras criada pelo então Governador Moisés Lupion), com vários escritórios na região. Em consequência do levante, foi deposto o Delegado de Polícia Dr. Rubens Martins (ligado à Citla), assumindo as funções o fichado, o casião em que prendeu ali o Chefe de Polícia, Dr. Alfredo Pinheiro Júnior, e o Desembargador Antonio Franco Ferreira da Costa, que para lá se dirigiram a fim de restabelecer a calma na região. Uma vez libertado, o Dr. Pinheiro enviou desta Capital para Francisco Beltrão um contingente de 300 homens da P.M.E., para restabelecer a ordem, sendo então o fichado afastado das funções de Delegado, após 8 dias de exercício. - Sabe-se que em princípios de 1.954, a pedido do Dr. Glauco Olinger, Administrador da Cango (Colônia Agrícola Nacional General Osório), que infelicitara uma menor em Pato Branco, o fichado submeteu esta a um abôrto, em seu hospital, em Francisco Beltrão, conforme testemunho do Sr. José Carlos de Miranda.- Em agosto de 1.954,o fichado assumiu a chefia do serviço médico da CANGO, de cuja farmácia desviou, para proveito próprio, quasi todo o estoque, vendendo-o a terceiros com a ajuda de sua espôsa, que passava recibo das vendas.- O fichado, que já foi Prefeito de Francisco Beltrão, elegendo posteriormente seu sucessor, é proprietário de um hospital e da Rádio Colmeia daquela cidade, possuindo também propriedades em Porto Alegre. É muito influenciado pela espôsa e mantém ligações políticas com o Deputado Federal Antonio Anibeli. Em 17-3-1964 - O fichado viajou para Francisco Beltrão, em taxi aéreo, em companhia do Ten. Cél. Dória, ao que se sabe com a intenção de sabotar as atividades da GETSOP (Grupo Executivo Para as Terras do Sudoeste) naquela região, tendo o Cél. Dória se hospedado na casa de residência do fichado, que preparou também todo o programa de visitas a Dois Visinhos, Colônia Timburi, Realeza e Marmelândia. - Convém salientar que foi em a Colônia Timburi que o fichado, segundo é voz corrente, criou o GRUPO DOS OITO à semelhança do "Grupo dos Onze" de Leonel Brisola, com o objetivo de formar guerrilhas contra a Polícia Militar e provocar a inquietação geral, de modo a propiciar clima para a intervenção no Es

ANEXO C: Cópia autêntica da Ficha de Walter Pecóits.
Fonte: DEAP, Pasta 3683, top 491“Walter Pecóits”.



Porto Alegre, 13 de novembro de 1978

Exmo.Snr.
JAYME CANET JUNIOR
DD.GOVERNADOR DO ESTADO
CURITIBA, PR

Excelência,

Leio na revista VEJA (nº 530, de 01-11-78) que o Dr. Walter Pecoits está reclamando do Governo do Paraná indenização, porque, entre outras coisas, a Polícia teria lhe vasado uma vista, isto quando comandou uma sublevação de colonos na região do Oeste, há 14 anos.

É incrível, é estarrecedor, é mentira que tivesse perdido uma vista alí, pois (creio que em 1948) quando veio para clinicar em BARRA DO RIO AZUL (distrito de Erechim,RS) logo depois de formado, já estava com defeito na visão. Esse caolho, que foi vereador em Erechim pelo PSD, talvez em 1950/51, é irmão do também médico Dr. Conrado Pecoits Jr., residente em Aratiba, a uns 40 km. de Erechim e um sobrinho, igualmente médico, atuando em Erechim daí se torna fácil comprovar por meio de fotos da época. Afinal existem também arquivos da Faculdade ou do Gabinete de Identificação. A Interpol é muito eficiente, poderia resolver a comprovação.

Permita-me, Excelência, que apresente as mais cordiais saudações.

Respeitosamente

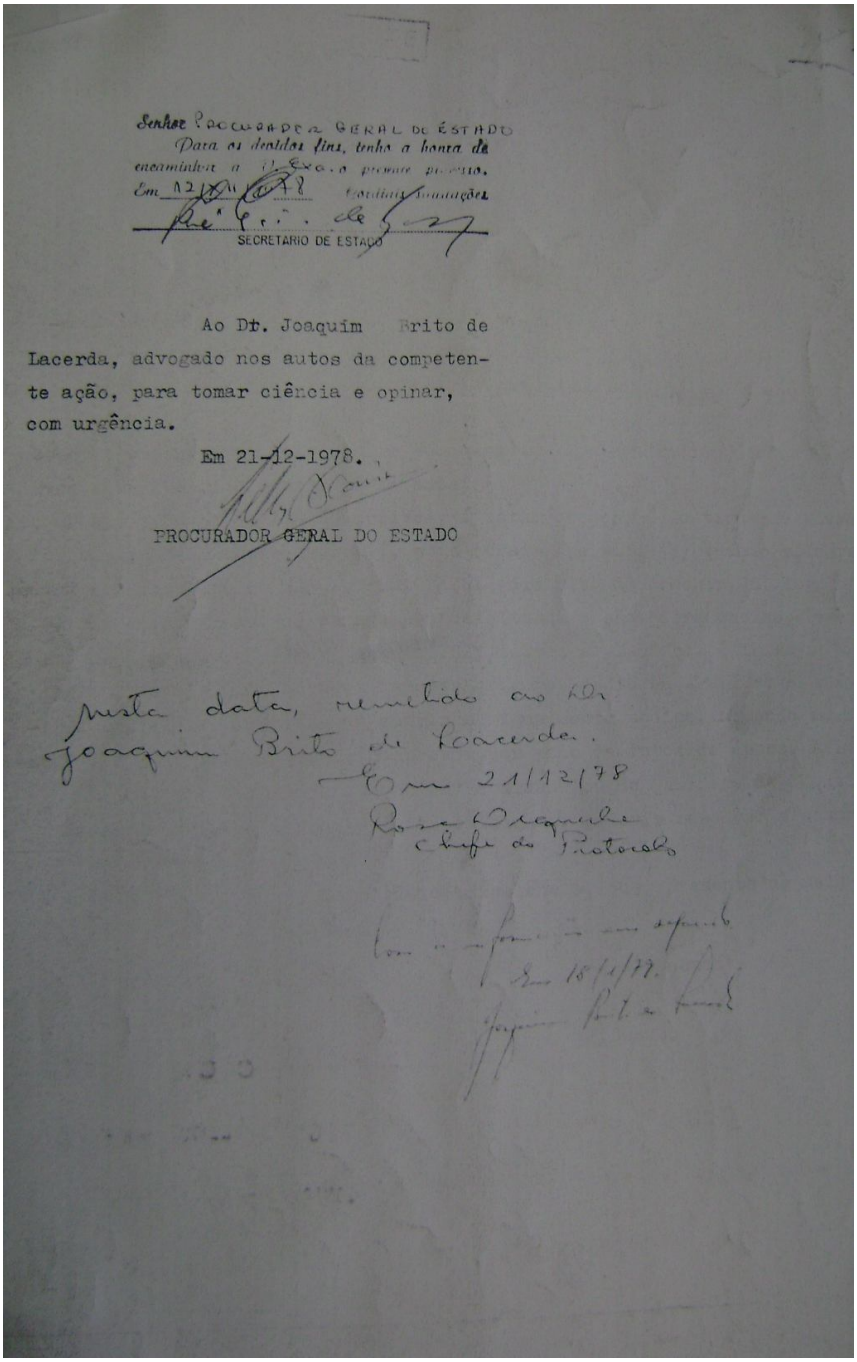
J. Caruso

C.C.

07565 GOVERNADORIA - CASA CIVIL

47

ANEXO D: Carta encaminhada ao Governador do Estado, Jayme Canet Júnior, delatando Walter Pecóits, em 13/11/1978. A carta é assinada por *J. Caruso*.
Fonte: DEAP, Pasta 3683, top 491"Walter Pecóits".



Senhor PROCURADOR GERAL DO ESTADO
Para os devidos fins, tenho a honra de encaminhar a V.Exa. o presente processo.
Em 12/12/78
SECRETARIO DE ESTADO

Ao Dr. Joaquim Brito de Lacerda, advogado nos autos da competente ação, para tomar ciência e opinar, com urgência.

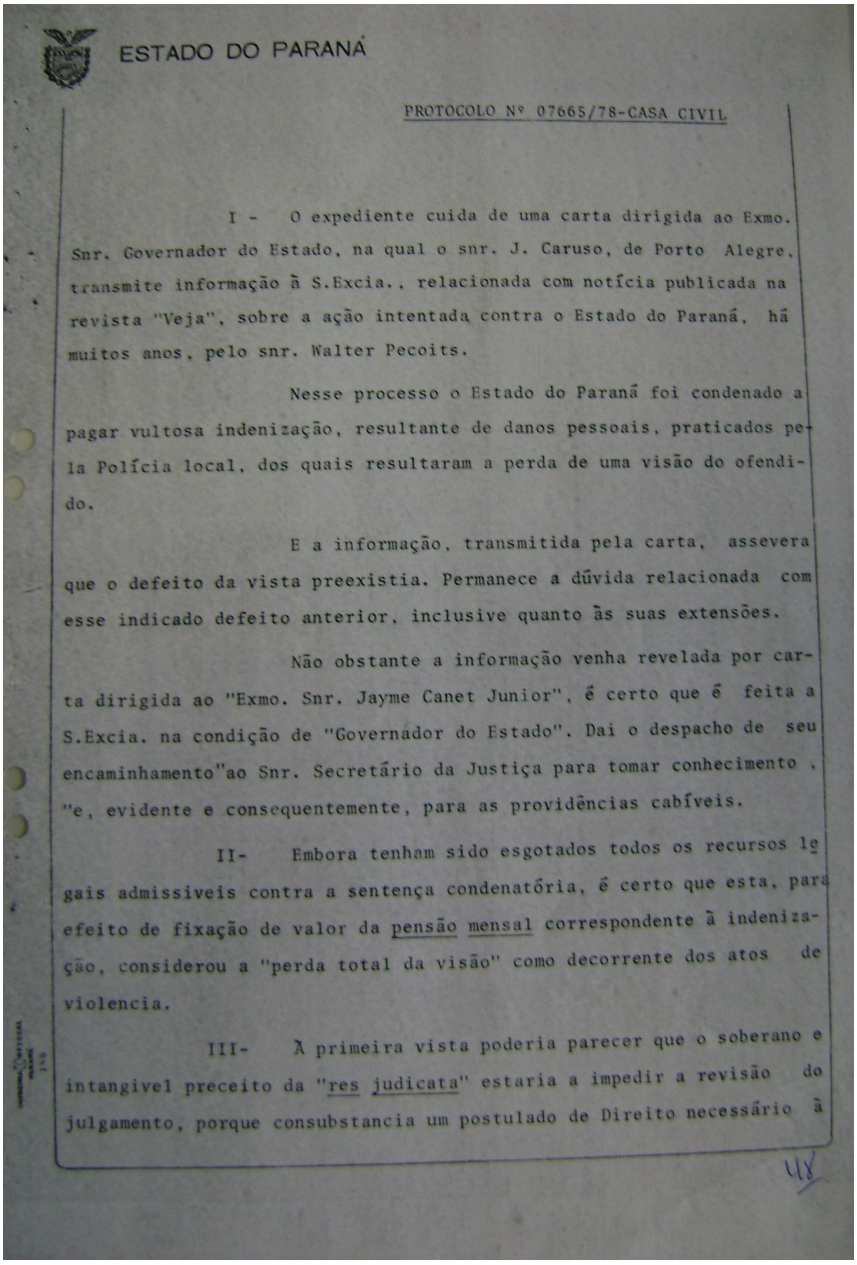
Em 21-12-1978.

PROCURADOR GERAL DO ESTADO

Nesta data, remetido ao Dr. Joaquim Brito de Lacerda.
Em 21/12/78
Chefe do Protocolo

Em 18/1/79.

ANEXO E: Despacho da carta ao Procurador Geral do Estado, para que se posicionasse a respeito do conteúdo da mesma.
Fonte: DEAP, Pasta 3683, top 491“Walter Pecóits”.



ESTADO DO PARANÁ

PROTOCOLO Nº 07665/78-CASA CIVIL

I - O expediente cuida de uma carta dirigida ao Exmo. Snr. Governador do Estado, na qual o snr. J. Caruso, de Porto Alegre, transmite informação à S.Excia., relacionada com notícia publicada na revista "Veja", sobre a ação intentada contra o Estado do Paraná, há muitos anos, pelo snr. Walter Pecoits.

Nesse processo o Estado do Paraná foi condenado a pagar vultosa indenização, resultante de danos pessoais, praticados pela Polícia local, dos quais resultaram a perda de uma visão do ofendido.

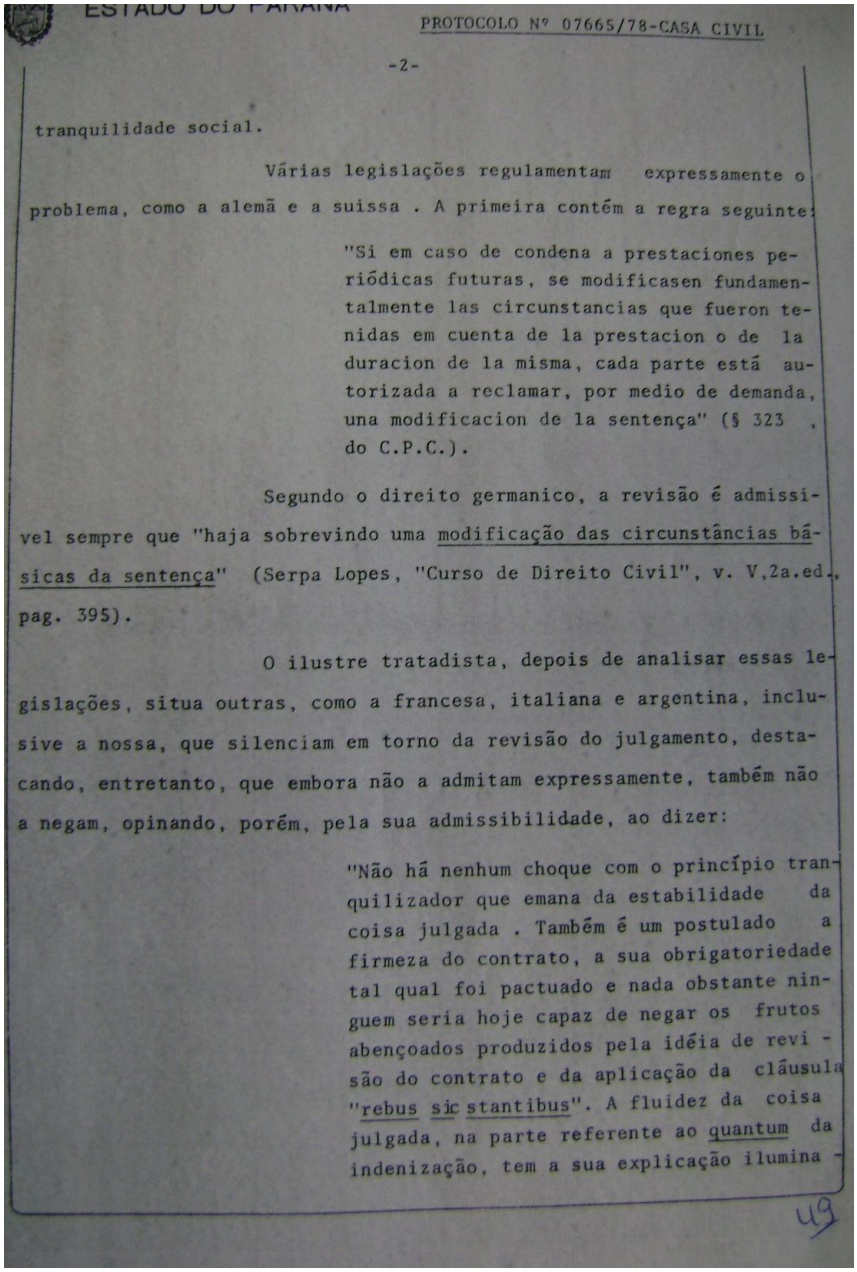
E a informação, transmitida pela carta, assevera que o defeito da vista preexistia. Permanece a dúvida relacionada com esse indicado defeito anterior, inclusive quanto às suas extensões.

Não obstante a informação venha revelada por carta dirigida ao "Exmo. Snr. Jayme Canet Junior", é certo que é feita a S.Excia. na condição de "Governador do Estado". Dai o despacho de seu encaminhamento"ao Snr. Secretário da Justiça para tomar conhecimento , "e, evidente e consequentemente, para as providências cabíveis.

II- Embora tenham sido esgotados todos os recursos legais admissiveis contra a sentença condenatória, é certo que esta, para efeito de fixação de valor da pensão mensal correspondente à indenização, considerou a "perda total da visão" como decorrente dos atos de violencia.

III- À primeira vista poderia parecer que o soberano e intangivel preceito da "res judicata" estaria a impedir a revisão do julgamento, porque consubstancia um postulado de Direito necessário à

ANEXO F: Pronunciamento do Procurador da Justiça a respeito da carta enviada ao Governador do Estado, em 18/01/1979.
Fonte: DEAP, Pasta 3683, top 491“Walter Pecóits”.



ESTADO DO PARANÁ PROTOCOLO Nº 07665/78-CASA CIVIL

-2-

tranquilidade social.

Várias legislações regulamentam expressamente o problema, como a alemã e a suissa . A primeira contém a regra seguinte:

> "Si em caso de condena a prestaciones periódicas futuras, se modificasen fundamentalmente las circunstancias que fueron tenidas em cuenta de la prestacion o de la duracion de la misma, cada parte está autorizada a reclamar, por medio de demanda, una modificacion de la sentença" (§ 323 , do C.P.C.).

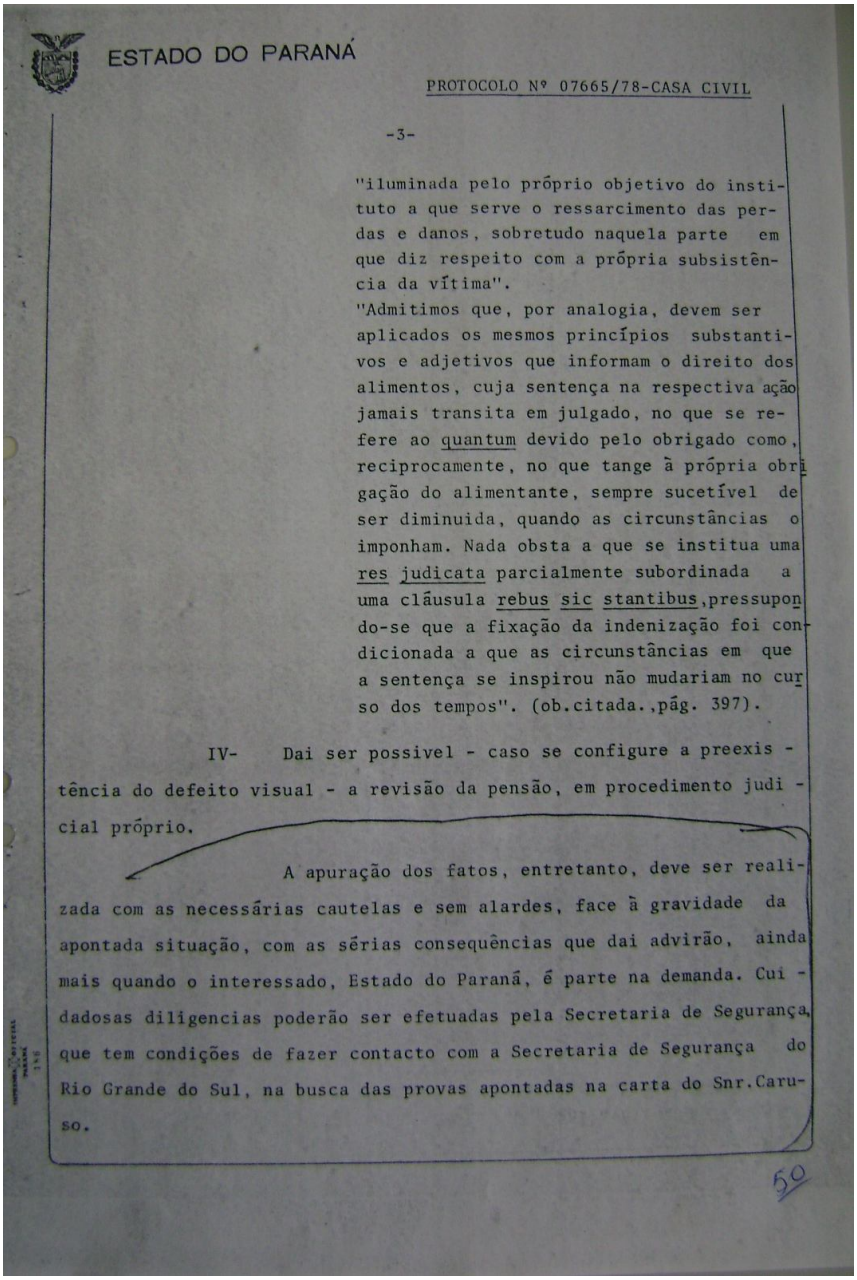
Segundo o direito germanico, a revisão é admissivel sempre que "haja sobrevindo uma modificação das circunstâncias básicas da sentença" (Serpa Lopes, "Curso de Direito Civil", v. V,2a.ed., pag. 395).

O ilustre tratadista, depois de analisar essas legislações, situa outras, como a francesa, italiana e argentina, inclusive a nossa, que silenciam em torno da revisão do julgamento, destacando, entretanto, que embora não a admitam expressamente, também não a negam, opinando, porém, pela sua admissibilidade, ao dizer:

> "Não há nenhum choque com o princípio tranquilizador que emana da estabilidade da coisa julgada . Também é um postulado a firmeza do contrato, a sua obrigatoriedade tal qual foi pactuado e nada obstante ninguem seria hoje capaz de negar os frutos abençoados produzidos pela idéia de revisão do contrato e da aplicação da cláusula "rebus sic stantibus". A fluidez da coisa julgada, na parte referente ao quantum da indenização, tem a sua explicação ilumina -

49

ANEXO F



ESTADO DO PARANÁ

PROTOCOLO Nº 07665/78-CASA CIVIL

-3-

"iluminada pelo próprio objetivo do instituto a que serve o ressarcimento das perdas e danos, sobretudo naquela parte em que diz respeito com a própria subsistência da vítima".

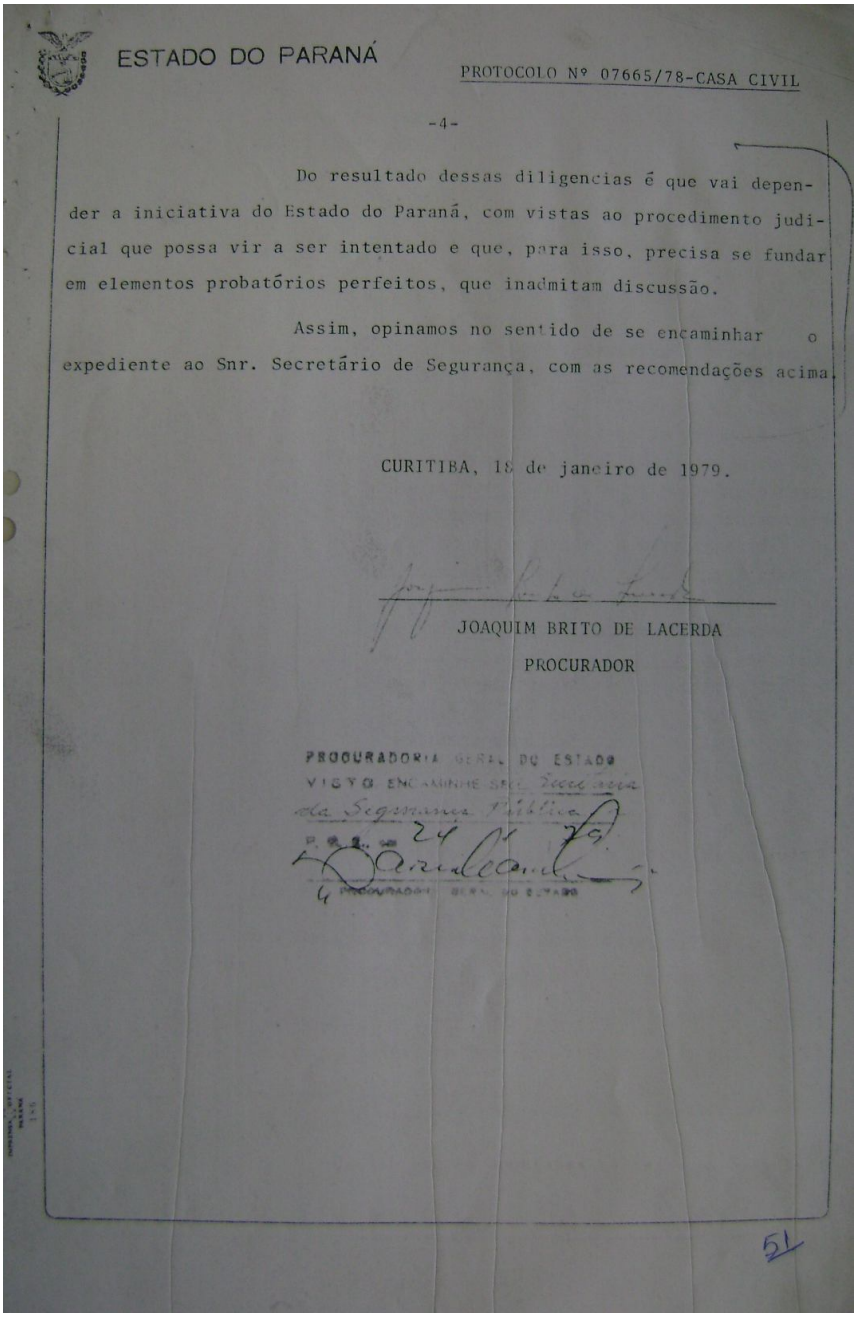
"Admitimos que, por analogia, devem ser aplicados os mesmos princípios substantivos e adjetivos que informam o direito dos alimentos, cuja sentença na respectiva ação jamais transita em julgado, no que se refere ao quantum devido pelo obrigado como, reciprocamente, no que tange à própria obrigação do alimentante, sempre sucetível de ser diminuida, quando as circunstâncias o imponham. Nada obsta a que se institua uma res judicata parcialmente subordinada a uma cláusula rebus sic stantibus, pressupondo-se que a fixação da indenização foi condicionada a que as circunstâncias em que a sentença se inspirou não mudariam no curso dos tempos". (ob.citada.,pág. 397).

IV- Dai ser possivel - caso se configure a preexistência do defeito visual - a revisão da pensão, em procedimento judicial próprio.

A apuração dos fatos, entretanto, deve ser realizada com as necessárias cautelas e sem alardes, face à gravidade da apontada situação, com as sérias consequências que dai advirão, ainda mais quando o interessado, Estado do Paraná, é parte na demanda. Cuidadosas diligencias poderão ser efetuadas pela Secretaria de Segurança, que tem condições de fazer contacto com a Secretaria de Segurança do Rio Grande do Sul, na busca das provas apontadas na carta do Snr.Caruso.

50

ANEXO F



ESTADO DO PARANÁ

PROTOCOLO Nº 07665/78-CASA CIVIL

-4-

Do resultado dessas diligencias é que vai depender a iniciativa do Estado do Paraná, com vistas ao procedimento judicial que possa vir a ser intentado e que, para isso, precisa se fundar em elementos probatórios perfeitos, que inadmitam discussão.

Assim, opinamos no sentido de se encaminhar o expediente ao Snr. Secretário de Segurança, com as recomendações acima.

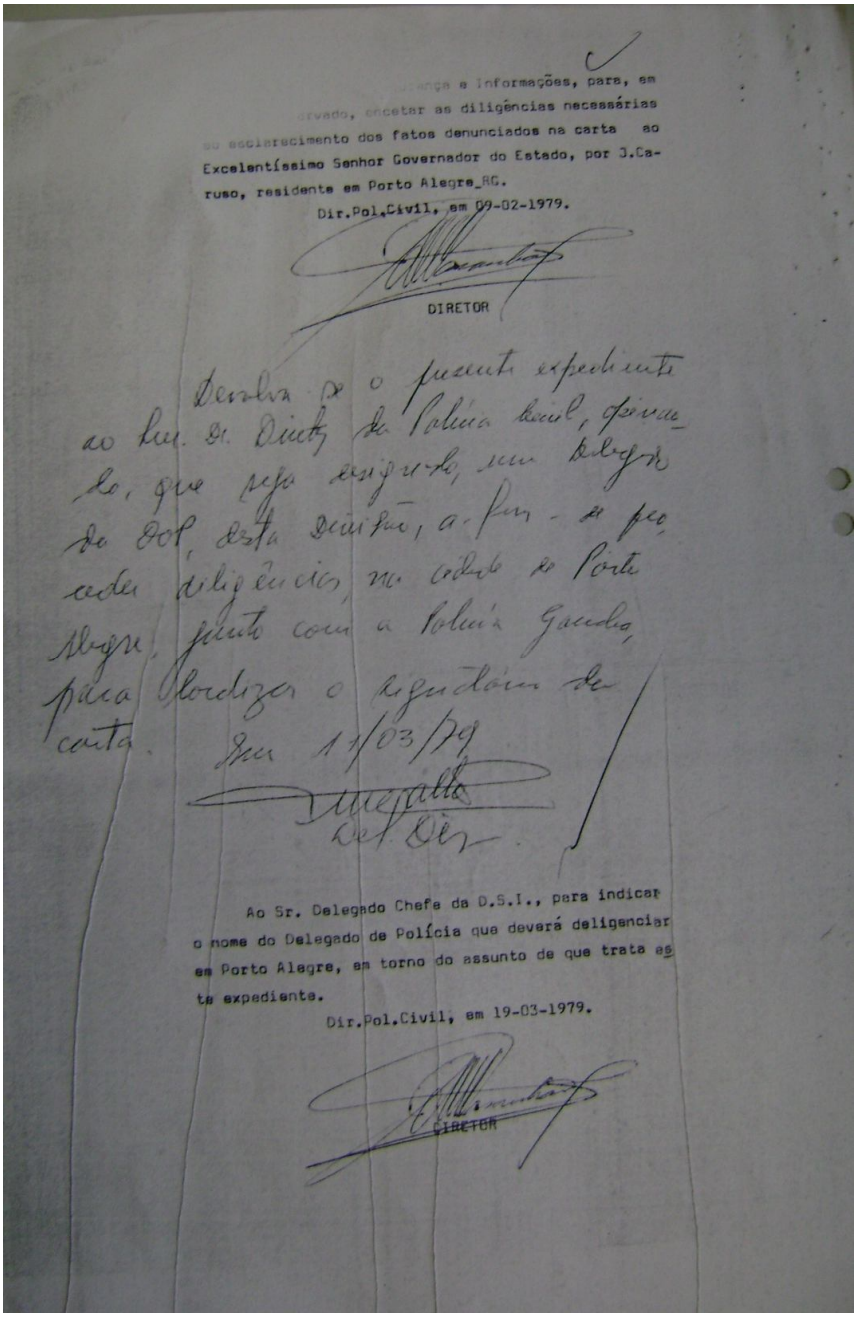
CURITIBA, 18 de janeiro de 1979.

JOAQUIM BRITO DE LACERDA
PROCURADOR

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
VISTO ENCAMINHE-SE à Secretaria da Segurança Pública
24 / 1 / 79
Procurador Geral do Estado

51

ANEXO F



...rança e Informações, para, em
...rvado, encetar as diligências necessárias
...esclarecimento dos fatos denunciados na carta ao
Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, por J.Ca-
ruso, residente em Porto Alegre_RG.
Dir.Pol.Civil, em 09-02-1979.

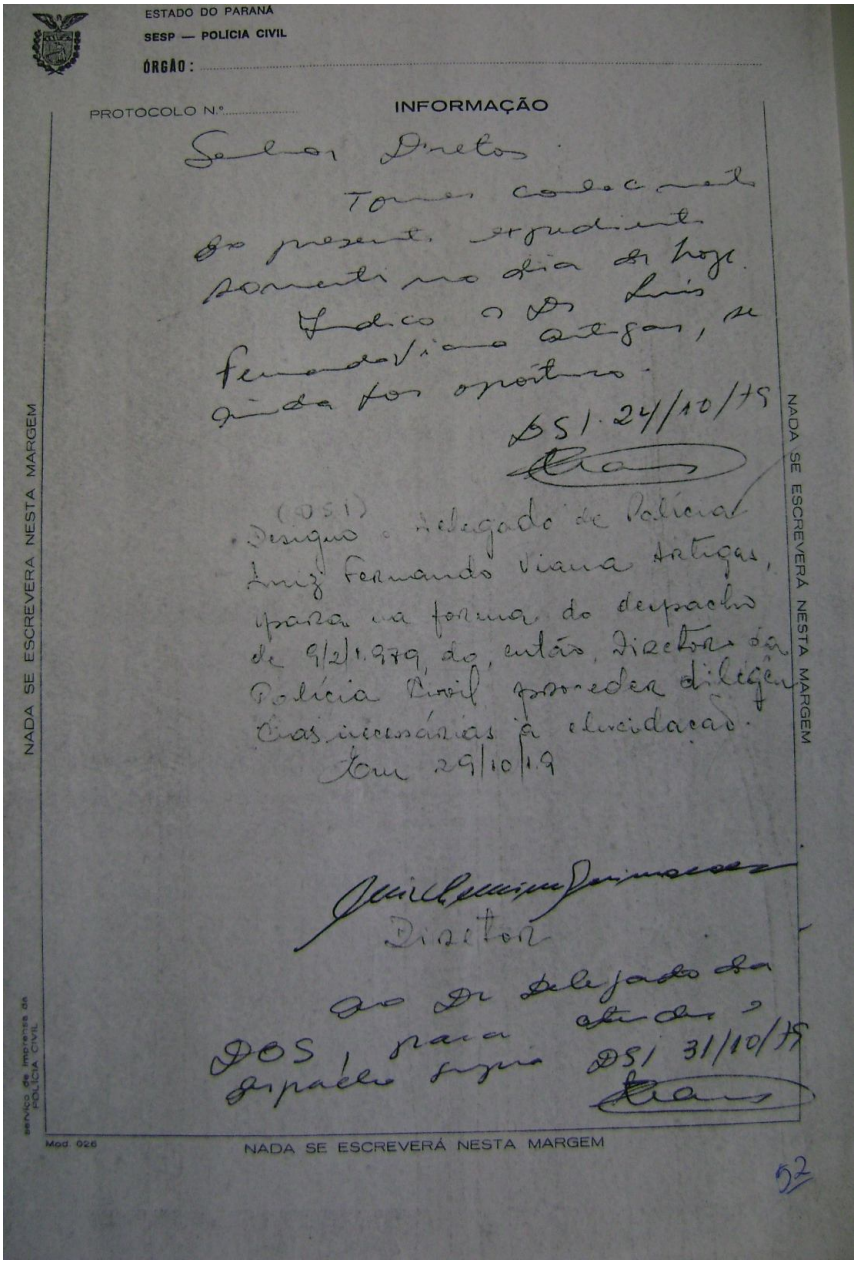
DIRETOR

Desolva-se o presente expediente
ao Snr. Dr. Diretor da Polícia Civil, solici-
tando, que seja designado um Delegado
do DOPS desta Capital, a fim - de pro-
ceder diligências, na cidade de Porto
Alegre, junto com a Polícia Gaúcha,
para elucidar o ocorrido na
carta. Em 11/03/79

Ao Sr. Delegado Chefe da D.S.I., para indicar
o nome do Delegado de Polícia que deverá deligenciar
em Porto Alegre, em torno do assunto de que trata es-
te expediente.
Dir.Pol.Civil, em 19-03-1979.

DIRETOR

ANEXO G: Despacho ao Departamento de Segurança e informações, a fim de que sejam investigadas as denúncias contra Walter Pecóits.
Fonte: DEAP, Pasta 3683, top 491“Walter Pecóits”.



ESTADO DO PARANÁ
SESP — POLÍCIA CIVIL
ÓRGÃO: .....
PROTOCOLO N.º .....

INFORMAÇÃO

Senhor Diretor.

Tomei conhecimento do presente expediente hoje no dia de hoje. Indico o Dr. Luiz Fernando Viana Artigas, para tais providências.

DSI. 24/10/79

(DSI)
Designo o Delegado de Polícia Luiz Fernando Viana Artigas, para na forma do despacho de 9/2/1979, do então Diretor da Polícia Civil proceder diligências necessárias à elucidação.
Em 29/10/79

Diretor

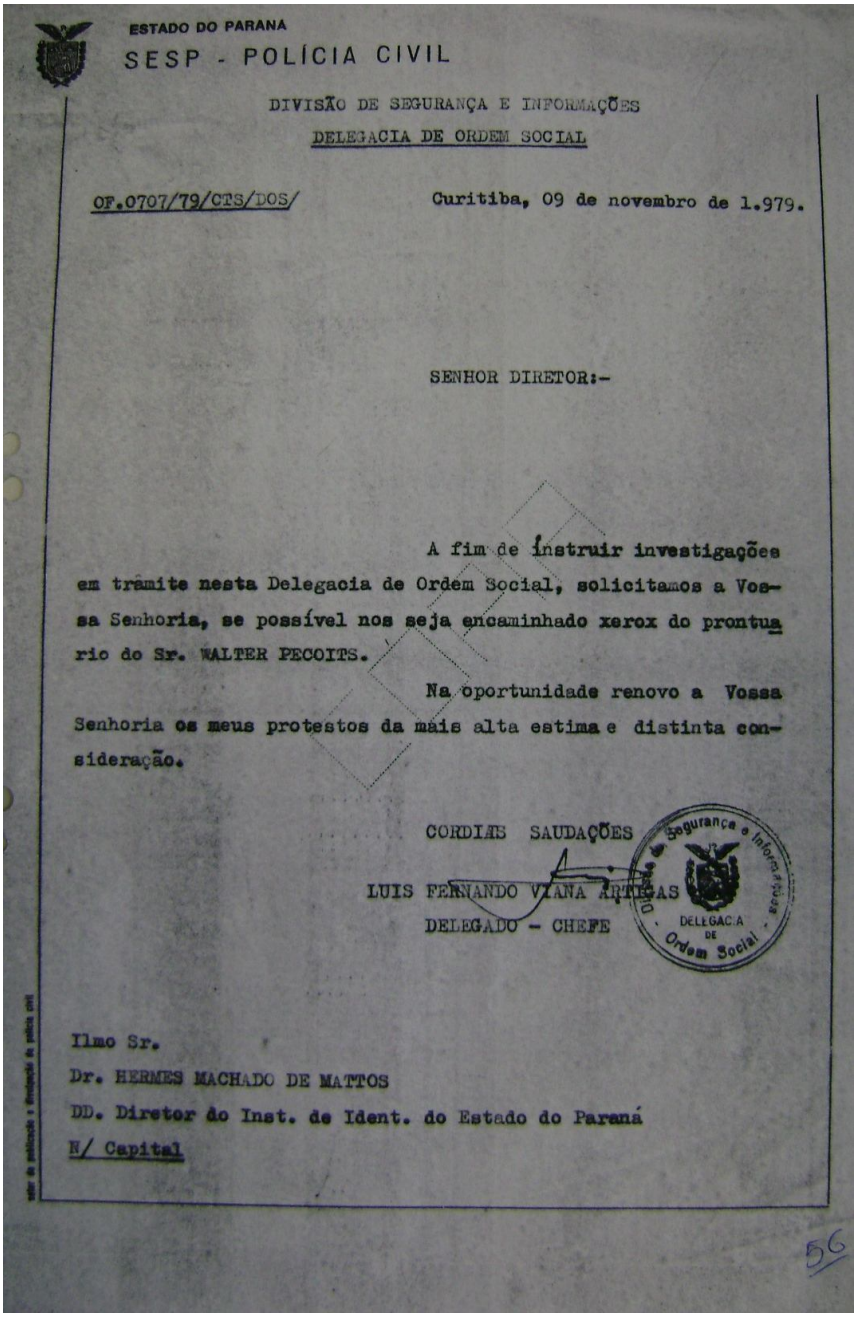
Ao Dr. Delegado da DOS para as providências
Despacho supra DSI 31/10/79

NADA SE ESCREVERÁ NESTA MARGEM

Mod. 026

52

ANEXO H: Indicação do Delegado Luiz Fernando Viana Artigas para a investigação das denúncias contra Pecóits, em 29/10/1979.
Fonte: DEAP, Pasta 3683, top 491"Walter Pecóits".



ESTADO DO PARANA
SESP - POLÍCIA CIVIL

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
DELEGACIA DE ORDEM SOCIAL

OF.0707/79/CTS/DOS/ Curitiba, 09 de novembro de 1.979.

SENHOR DIRETOR:-

A fim de instruir investigações em trâmite nesta Delegacia de Ordem Social, solicitamos a Vossa Senhoria, se possível nos seja encaminhado xerox do prontuario do Sr. WALTER PECOITS.

Na oportunidade renovo a Vossa Senhoria os meus protestos da mais alta estima e distinta consideração.

CORDIAIS SAUDAÇÕES

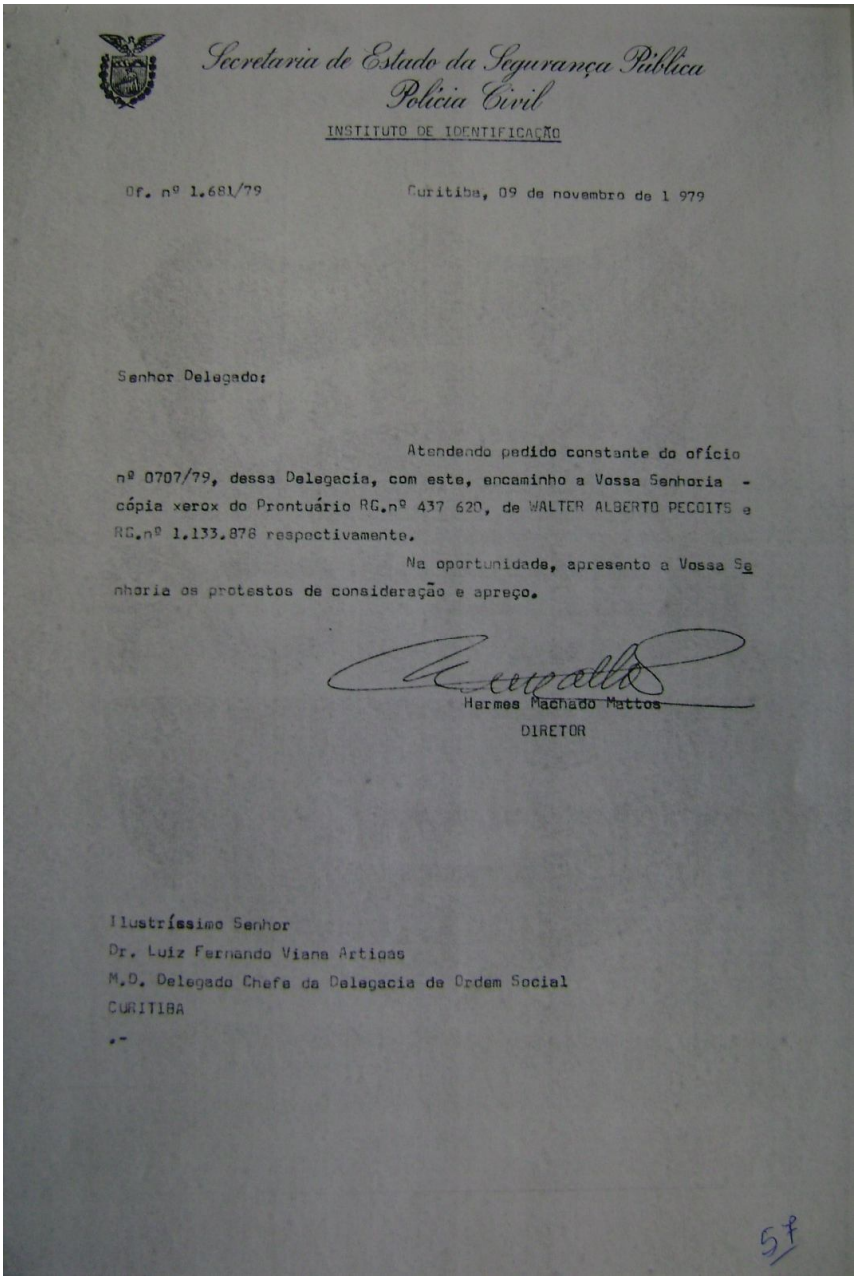
LUIS FERNANDO VIANA ARTIGAS
DELEGADO - CHEFE

DELEGACIA DE Ordem Social

Ilmo Sr.
Dr. HERMES MACHADO DE MATTOS
DD. Diretor do Inst. de Ident. do Estado do Paraná
N/ Capital

56

ANEXO I: Solicitação, pelo delegado Luiz Fernando Viana Artigas, do prontuário de Walter Pecóits, junto ao Instituto de Investigação do Estado do Paraná, em 09/11/1979.
Fonte: DEAP, Pasta 3683, top 491"Walter Pecóits".



Secretaria de Estado da Segurança Pública
Polícia Civil
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

Of. nº 1.681/79 Curitiba, 09 de novembro de 1 979

Senhor Delegado:

Atendendo pedido constante do ofício nº 0707/79, dessa Delegacia, com este, encaminho a Vossa Senhoria - cópia xerox do Prontuário RG.nº 437 620, de WALTER ALBERTO PECOITS e RG.nº 1.133.876 respectivamente.

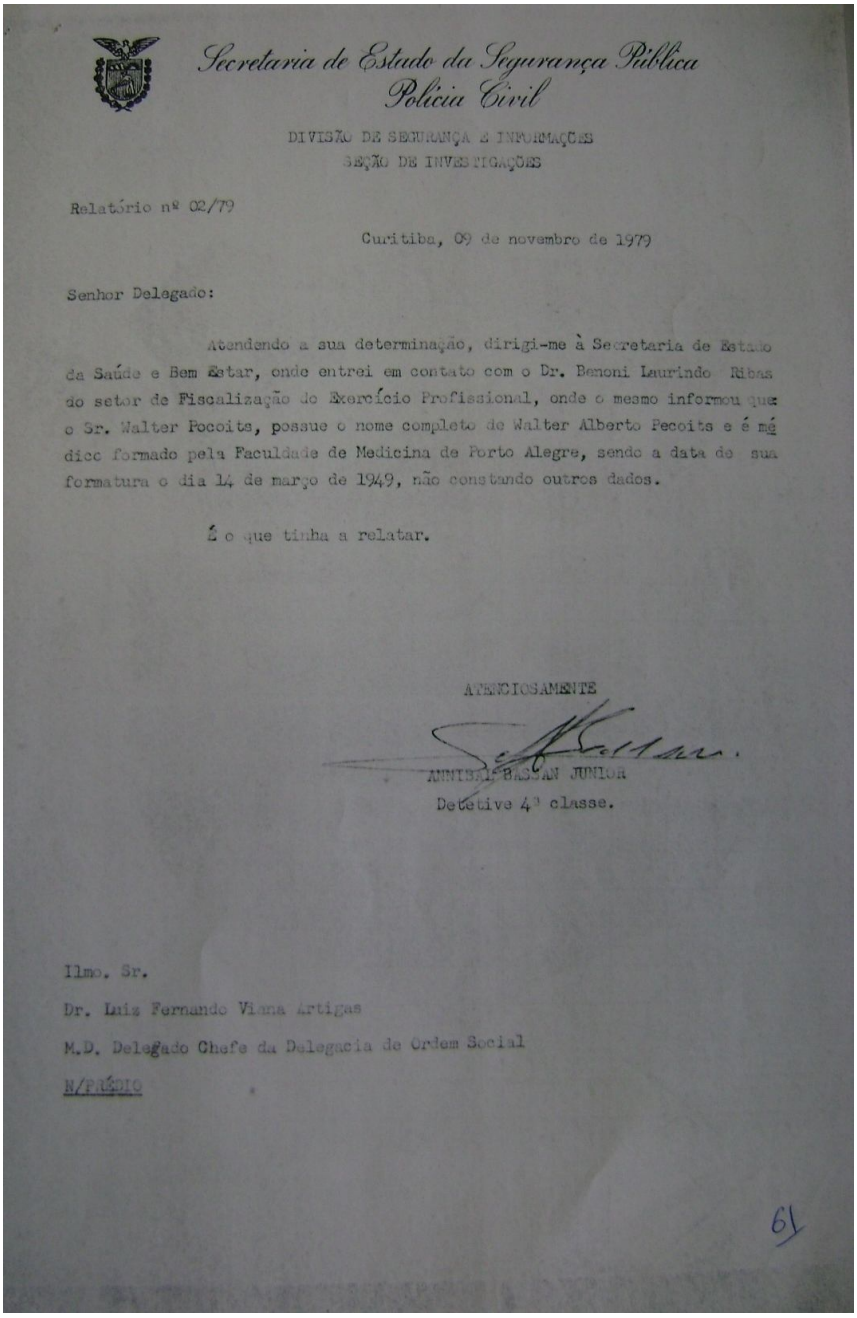
Na oportunidade, apresento a Vossa Senhoria os protestos de consideração e apreço.

Hermes Machado Mattos
DIRETOR

Ilustríssimo Senhor
Dr. Luiz Fernando Viana Artigas
M.D. Delegado Chefe da Delegacia de Ordem Social
CURITIBA
.-

57

ANEXO J: Oficio do diretor do Instituto de Investigação do Estado o Paraná, atendendo à solicitação do Delegado Luiz Fernando Viana Artigas a respeito do prontuário de Pecóits, em 09/11/1979.
Fonte: DEAP, Pasta 3683, top 491“Walter Pecóits”.



Secretaria de Estado da Segurança Pública
Polícia Civil

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
SEÇÃO DE INVESTIGAÇÕES

Relatório nº 02/79

Curitiba, 09 de novembro de 1979

Senhor Delegado:

Atendendo a sua determinação, dirigi-me à Secretaria de Estado da Saúde e Bem Estar, onde entrei em contato com o Dr. Benoni Laurindo Ribas do setor de Fiscalização do Exercício Profissional, onde o mesmo informou que o Sr. Walter Pocoits, possue o nome completo de Walter Alberto Pecoits e é médico formado pela Faculdade de Medicina de Porto Alegre, sendo a data de sua formatura o dia 14 de março de 1949, não constando outros dados.

É o que tinha a relatar.

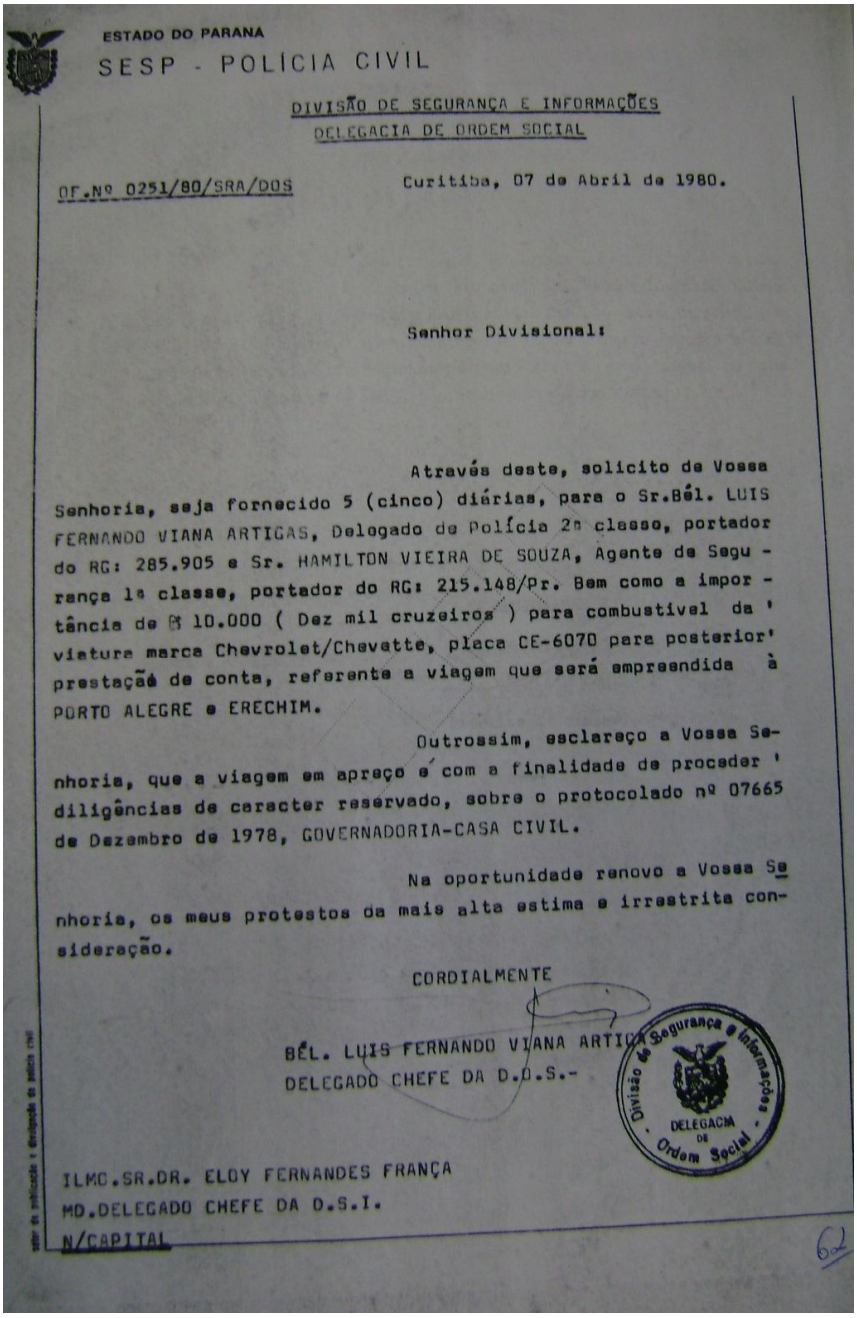
ATENCIOSAMENTE

ANNIBAL BASSAN JUNIOR
Detetive 4ª classe.

Ilmo. Sr.
Dr. Luiz Fernando Viana Artigas
M.D. Delegado Chefe da Delegacia de Ordem Social
N/PRÉDIO

61

ANEXO K: Ofício do detetive Annibal Bassan Junior encaminhado ao Delegado Luiz Fernando Viana Artigas, a respeito das investigações sobre Pecóits realizadas na Secretaria de Estado de Saúde e Bem Estar, em 09/11/1979.
Fonte: DEAP, Pasta 3683, top 491"Walter Pecóits".



ESTADO DO PARANA
SESP - POLÍCIA CIVIL

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
DELEGACIA DE ORDEM SOCIAL

OF.Nº 0251/80/SRA/DOS Curitiba, 07 de Abril de 1980.

Senhor Divisional:

Através deste, solicito de Vossa Senhoria, seja fornecido 5 (cinco) diárias, para o Sr.Bel. LUIS FERNANDO VIANA ARTIGAS, Delegado de Polícia 2ª classe, portador do RG: 285.905 e Sr. HAMILTON VIEIRA DE SOUZA, Agente de Segurança 1ª classe, portador do RG: 215.148/Pr. Bem como a importância de Cr$ 10.000 (Dez mil cruzeiros) para combustivel da viatura marca Chevrolet/Chevette, placa CE-6070 para posterior prestação de conta, referente a viagem que será empreendida à PORTO ALEGRE e ERECHIM.

Outrossim, esclareço a Vossa Senhoria, que a viagem em apreço é com a finalidade de proceder diligências de caracter reservado, sobre o protocolado nº 07665 de Dezembro de 1978, GOVERNADORIA-CASA CIVIL.

Na oportunidade renovo a Vossa Senhoria, os meus protestos da mais alta estima e irrestrita consideração.

CORDIALMENTE

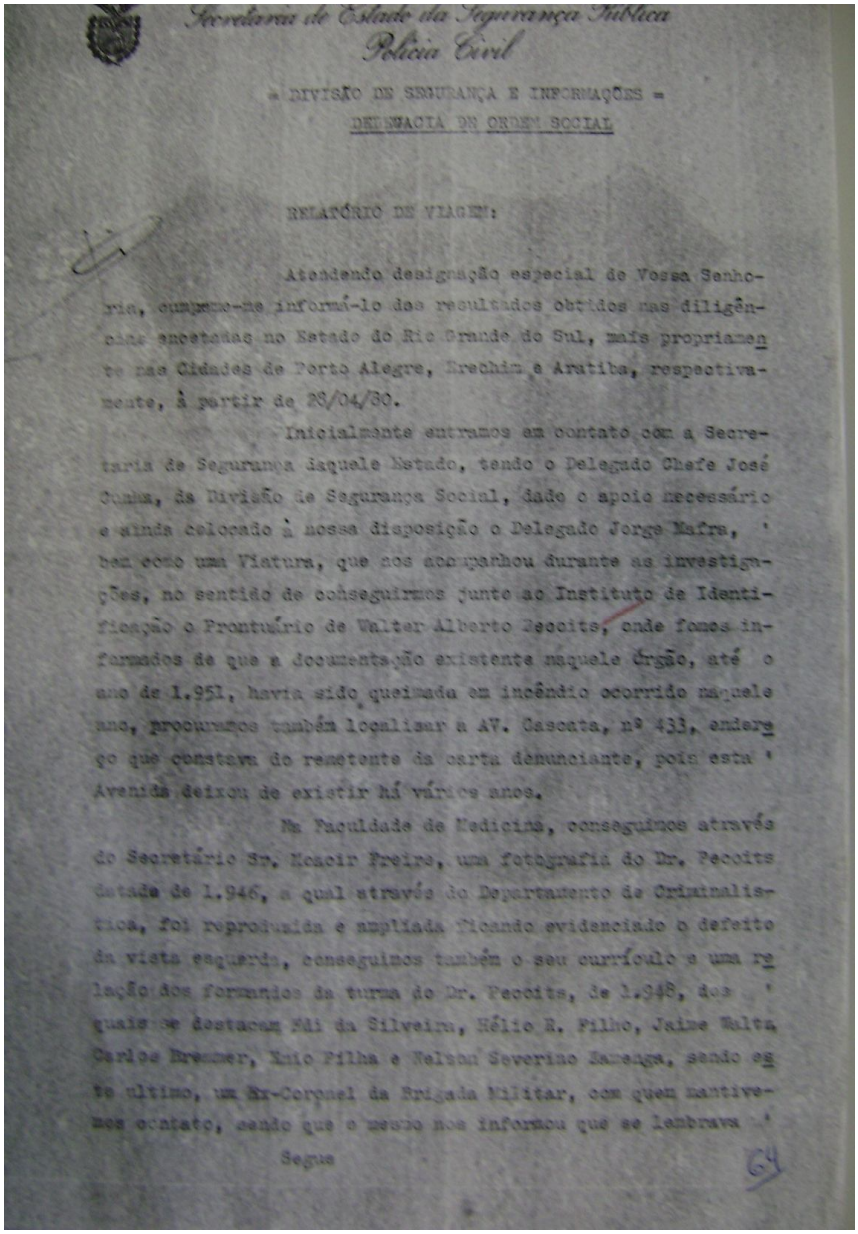
BEL. LUIS FERNANDO VIANA ARTIGAS
DELEGADO CHEFE DA D.O.S.-

Divisão de Segurança e Informações
DELEGACIA DE Ordem Social

ILMO.SR.DR. ELOY FERNANDES FRANÇA
MD.DELEGADO CHEFE DA D.S.I.
N/CAPITAL

62

ANEXO L: Pedido de recursos para a diligência sobre Pecóits no Estado do Rio Grande do Sul encaminhada pelo Delegado Luiz Fernando Viana Artigas ao Chefe da Divisão de Segurança e Informação, Eloy Fernandes França em 07/04/1980.
Fonte: DEAP, Pasta 3683, top 491"Walter Pecóits".



Secretaria de Estado da Segurança Pública
Polícia Civil

= DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES =
DELEGACIA DE ORDEM SOCIAL

RELATÓRIO DE VIAGEM:

Atendendo designação especial de Vossa Senhoria, cumpre-me informá-lo dos resultados obtidos nas diligências encetadas no Estado do Rio Grande do Sul, mais propriamente nas Cidades de Porto Alegre, Erechim e Aratiba, respectivamente, à partir de 28/04/80.

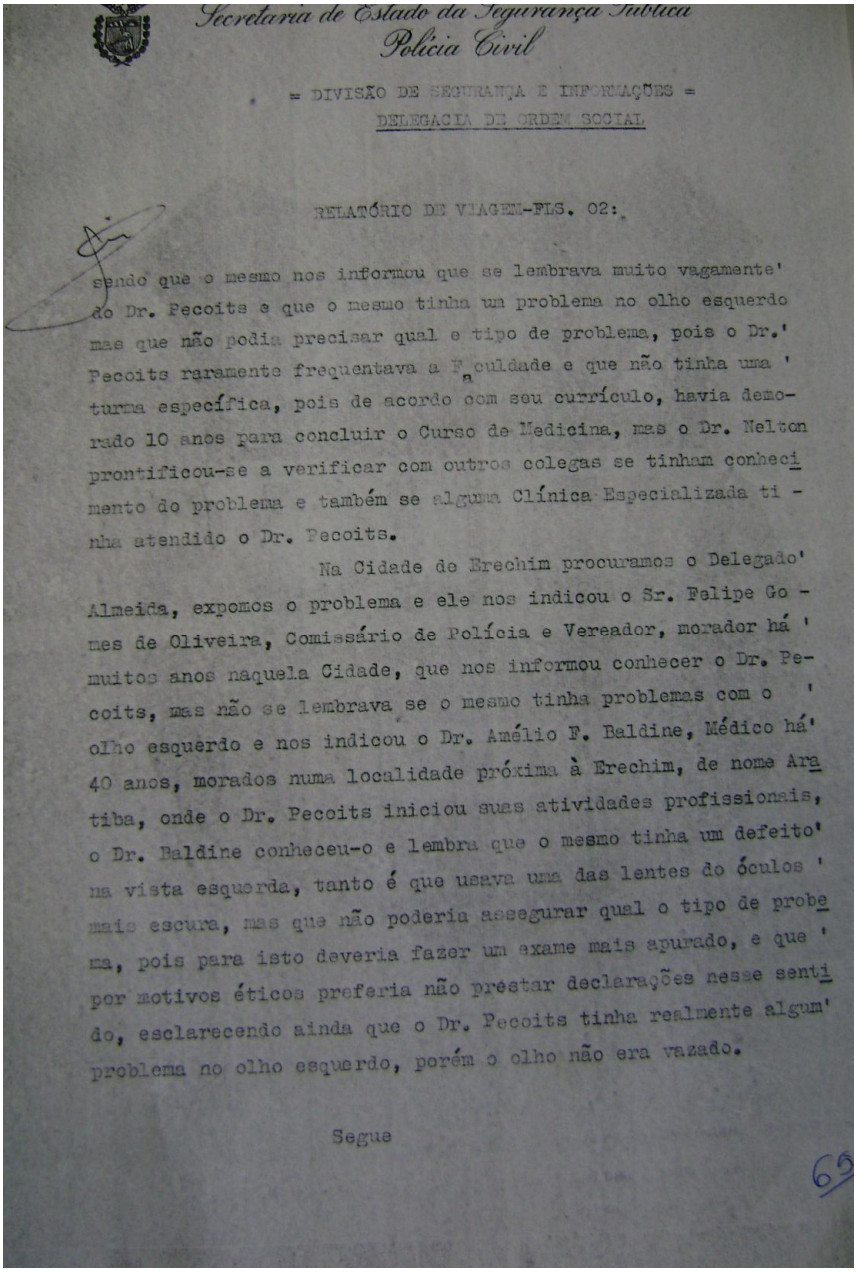
Inicialmente entramos em contato com a Secretaria de Segurança daquele Estado, tendo o Delegado Chefe José Cunha, da Divisão de Segurança Social, dado o apoio necessário e ainda colocado à nossa disposição o Delegado Jorge Mafra, bem como uma Viatura, que nos acompanhou durante as investigações, no sentido de conseguirmos junto ao Instituto de Identificação o Prontuário de Walter Alberto Pecoits, onde fomos informados de que a documentação existente naquele órgão, até o ano de 1.951, havia sido queimada em incêndio ocorrido naquele ano, procuramos também localisar a AV. Cascata, nº 433, endereço que constava do remetente da carta denunciante, pois esta Avenida deixou de existir há vários anos.

Na Faculdade de Medicina, conseguimos através do Secretário Sr. Moacir Freire, uma fotografia do Dr. Pecoits datada de 1.946, a qual através do Departamento de Criminalística, foi reproduzida e ampliada ficando evidenciado o defeito da vista esquerda, conseguimos também o seu currículo e uma relação dos formandos da turma do Dr. Pecoits, de 1.948, dos quais se destacam Edi da Silveira, Hélio R. Filho, Jaime Walta Carlos Bremmer, Ênio Pilha e Nelson Severino Zamenga, sendo este último, um Ex-Coronel da Brigada Militar, com quem mantivemos contato, sendo que o mesmo nos informou que se lembrava

Segue

64

ANEXO M: Relatório de viagem, escrito pelo Delegado Luiz Fernando Viana Artigas, esclarecendo informações que obtivera durante a diligência que realizou no Rio Grande do Sul a respeito das denúncias contra Pecóits, em 08/05/1980.
Fonte: DEAP, Pasta 3683, top 491"Walter Pecóits".



Secretaria de Estado da Segurança Pública
Polícia Civil

= DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES =
DELEGACIA DE ORDEM SOCIAL

RELATÓRIO DE VIAGEM-FLS. 02:

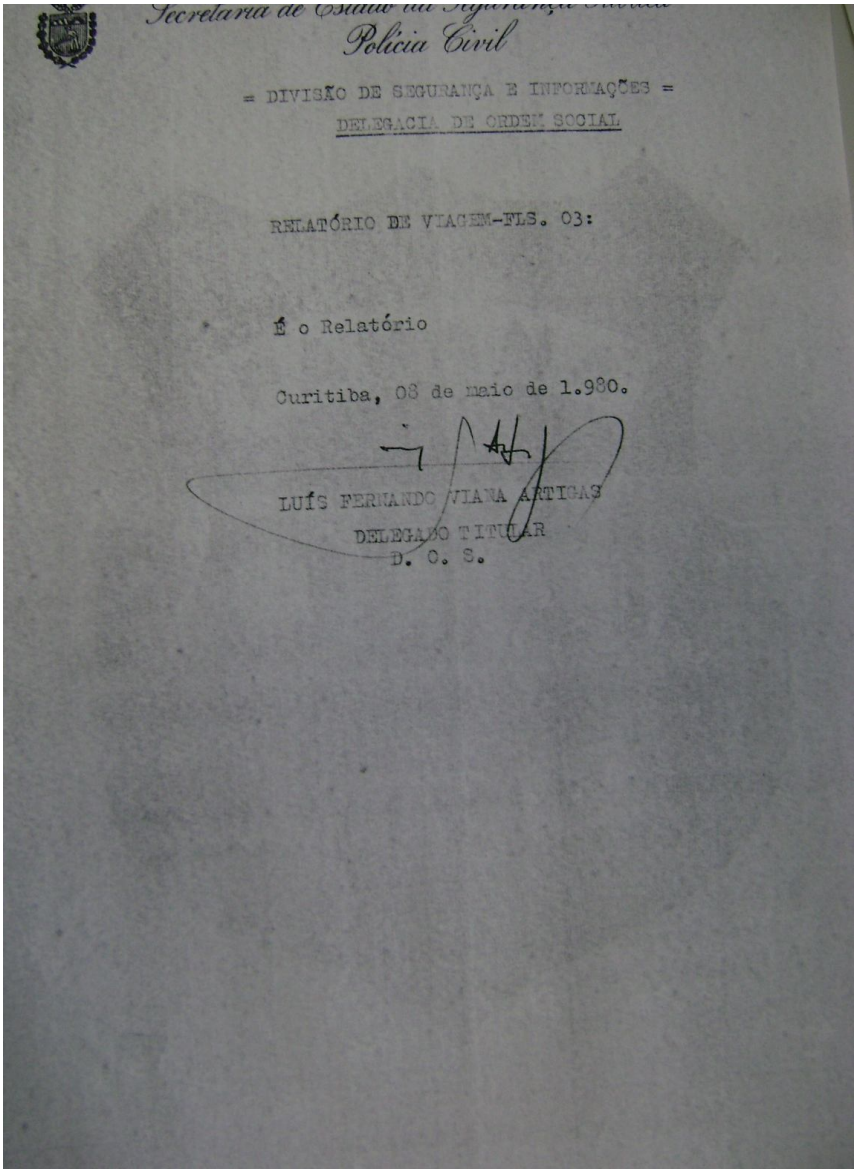
sendo que o mesmo nos informou que se lembrava muito vagamente' do Dr. Pecoits e que o mesmo tinha um problema no olho esquerdo mas que não podia precisar qual e tipo de problema, pois o Dr.' Pecoits raramente frequentava a Faculdade e que não tinha uma ' turma específica, pois de acordo com seu currículo, havia demorado 10 anos para concluir o Curso de Medicina, mas o Dr. Nelton prontificou-se a verificar com outros colegas se tinham conhecimento do problema e também se alguma Clínica Especializada tinha atendido o Dr. Pecoits.

Na Cidade de Erechim procuramos o Delegado' Almeida, expomos o problema e ele nos indicou o Sr. Felipe Gomes de Oliveira, Comissário de Polícia e Vereador, morador há ' muitos anos naquela Cidade, que nos informou conhecer o Dr. Pecoits, mas não se lembrava se o mesmo tinha problemas com o ' olho esquerdo e nos indicou o Dr. Amélio F. Baldine, Médico há' 40 anos, morados numa localidade próxima à Erechim, de nome Aratiba, onde o Dr. Pecoits iniciou suas atividades profissionais, o Dr. Baldine conheceu-o e lembra que o mesmo tinha um defeito' na vista esquerda, tanto é que usava uma das lentes do óculos ' mais escura, mas que não poderia assegurar qual o tipo de problema, pois para isto deveria fazer um exame mais apurado, e que ' por motivos éticos preferia não prestar declarações nesse sentido, esclarecendo ainda que o Dr. Pecoits tinha realmente algum' problema no olho esquerdo, porém o olho não era vazado.

Segue

69

ANEXO M



Secretaria de Estado da Segurança Pública
Polícia Civil

= DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES =
DELEGACIA DE ORDEM SOCIAL

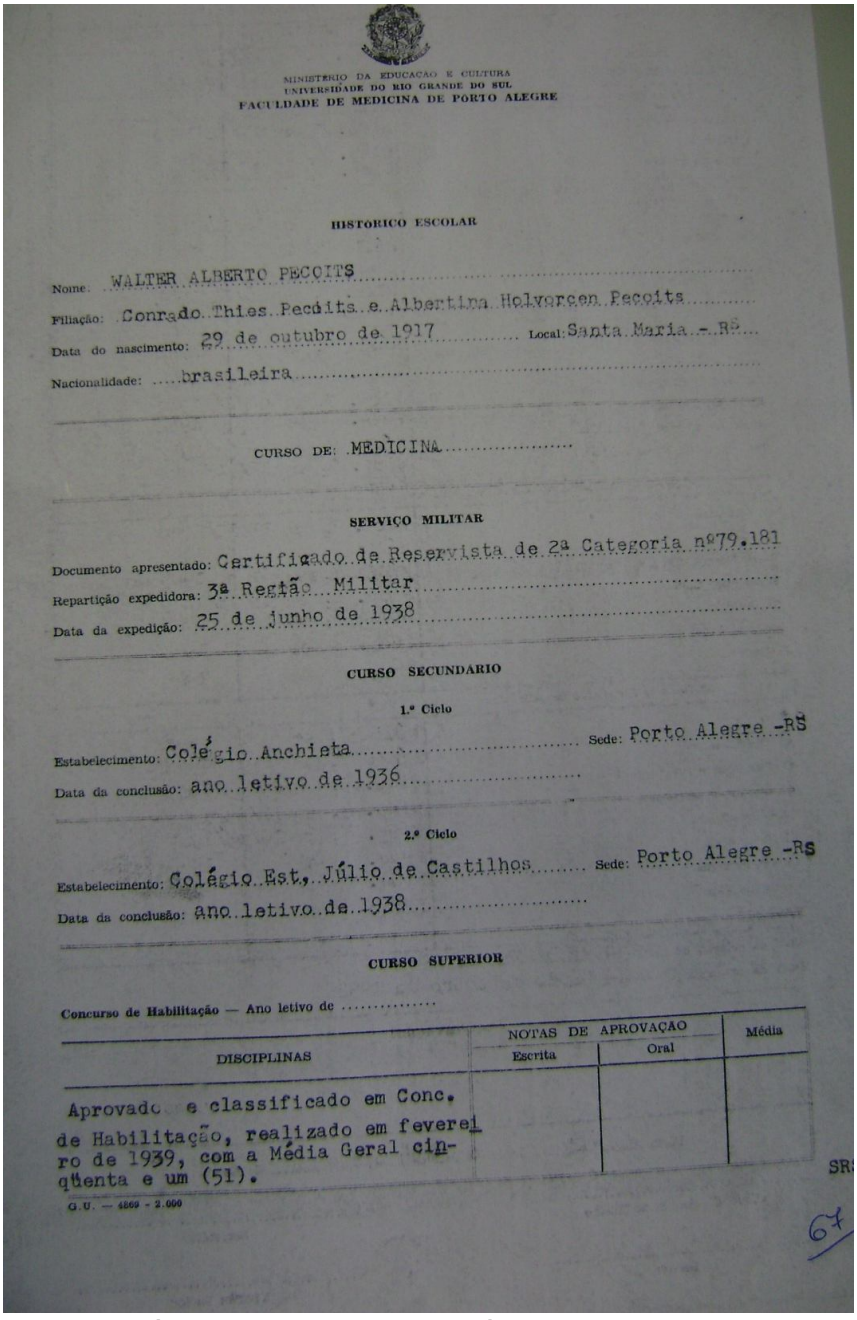
RELATÓRIO DE VIAGEM-FLS. 03:

É o Relatório

Curitiba, 08 de maio de 1.980.

LUÍS FERNANDO VIANA ARTIGAS
DELEGADO TITULAR
D. O. S.

ANEXO M



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE MEDICINA DE PORTO ALEGRE

HISTORICO ESCOLAR

Nome: WALTER ALBERTO PECOITS

Filiação: Conrado Thies Pecóits e Albertina Holvorcen Pecoits

Data do nascimento: 29 de outubro de 1917 Local: Santa Maria - RS

Nacionalidade: brasileira

CURSO DE: MEDICINA

SERVIÇO MILITAR

Documento apresentado: Certificado de Reservista de 2a Categoria nº79.181

Repartição expedidora: 3ª Região Militar

Data da expedição: 25 de junho de 1938

CURSO SECUNDARIO

1.º Ciclo

Estabelecimento: Colégio Anchieta Sede: Porto Alegre -RS

Data da conclusão: ano letivo de 1936

2.º Ciclo

Estabelecimento: Colégio Est. Júlio de Castilhos Sede: Porto Alegre -RS

Data da conclusão: ano letivo de 1938

CURSO SUPERIOR

Concurso de Habilitação — Ano letivo de .....

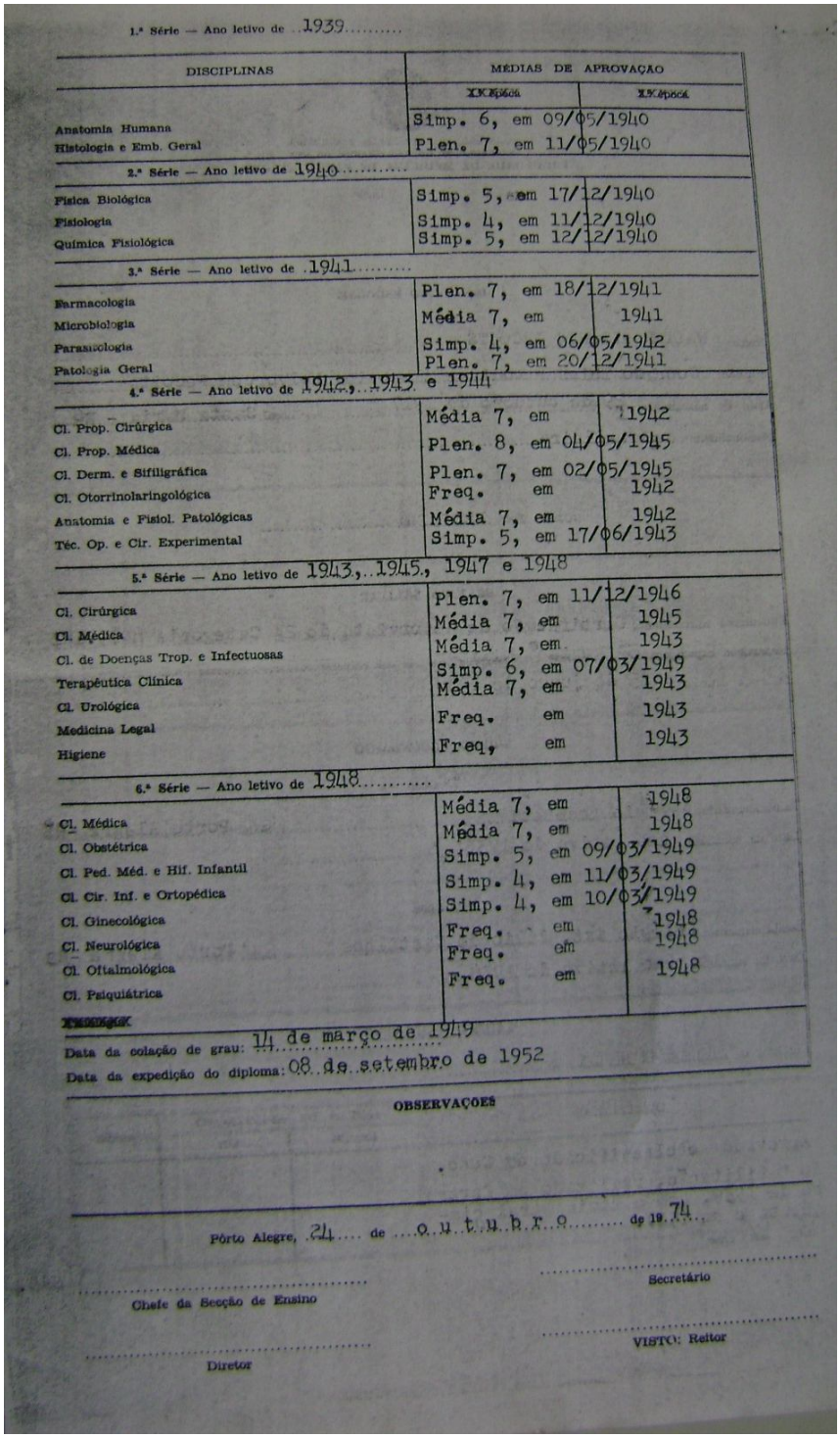
DISCIPLINAS	NOTAS DE APROVAÇÃO		Média
	Escrita	Oral	
Aprovado e classificado em Conc. de Habilitação, realizado em fevereiro de 1939, com a Média Geral cinqüenta e um (51).			

G.U. — 4869 - 2.000

SR

67

ANEXO N: Histórico escolar de Walter Pecóits.
Fonte: DEAP, Pasta 3683, top 491“Walter Pecóits”.



1.ª Série — Ano letivo de 1939

DISCIPLINAS	MÉDIAS DE APROVAÇÃO	
	~~1.ª época~~	~~2.ª época~~
Anatomia Humana	Simp. 6, em 09/05/1940	
Histologia e Emb. Geral	Plen. 7, em 11/05/1940	
2.ª Série — Ano letivo de 1940		
Física Biológica	Simp. 5, em 17/12/1940	
Fisiologia	Simp. 4, em 11/12/1940	
Química Fisiológica	Simp. 5, em 12/12/1940	
3.ª Série — Ano letivo de 1941		
Farmacologia	Plen. 7, em 18/12/1941	
Microbiologia	Média 7, em	1941
Parasitologia	Simp. 4, em 06/05/1942	
Patologia Geral	Plen. 7, em 20/12/1941	
4.ª Série — Ano letivo de 1942, 1943 e 1944		
Cl. Prop. Cirúrgica	Média 7, em	1942
Cl. Prop. Médica	Plen. 8, em 04/05/1945	
Cl. Derm. e Sifiligráfica	Plen. 7, em 02/05/1945	
Cl. Otorrinolaringológica	Freq. em	1942
Anatomia e Fisiol. Patológicas	Média 7, em	1942
Téc. Op. e Cir. Experimental	Simp. 5, em 17/06/1943	
5.ª Série — Ano letivo de 1943, 1945, 1947 e 1948		
Cl. Cirúrgica	Plen. 7, em 11/12/1946	
Cl. Médica	Média 7, em	1945
Cl. de Doenças Trop. e Infectuosas	Média 7, em	1943
Terapêutica Clínica	Simp. 6, em 07/03/1949	
Cl. Urológica	Média 7, em	1943
Medicina Legal	Freq. em	1943
Higiene	Freq, em	1943
6.ª Série — Ano letivo de 1948		
Cl. Médica	Média 7, em	1948
Cl. Obstétrica	Média 7, em	1948
Cl. Ped. Méd. e Hif. Infantil	Simp. 5, em 09/03/1949	
Cl. Cir. Inf. e Ortopédica	Simp. 4, em 11/03/1949	
Cl. Ginecológica	Simp. 4, em 10/03/1949	
Cl. Neurológica	Freq. em	1948
Cl. Oftalmológica	Freq. em	1948
Cl. Psiquiátrica	Freq. em	1948
~~Tisiologia~~		

Data da colação de grau: 14 de março de 1949

Data da expedição do diploma: 08 de setembro de 1952

OBSERVAÇÕES

Pôrto Alegre, 24 de outubro de 19 74

Chefe da Secção de Ensino

Secretário

Diretor

VISTO: Reitor

ANEXO N

ANEXO O: Fotografia de Walter Pecóits em 1946
Fonte: DEAP, Pasta 3683, top 491“Walter Pecóits”.